

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

O ENSINO DE LINGUÍSTICA NO BRASIL (1960-2010): EFEITOS DO PROCESSO  
DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA NA CONFIGURAÇÃO  
CURRICULAR DOS CURSOS DE LETRAS E LINGUÍSTICA

**Enio Sugiyama Junior**

**São Paulo  
2020**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

O ENSINO DE LINGUÍSTICA NO BRASIL (1960-2010): EFEITOS DO PROCESSO  
DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA DISCIPLINA NA CONFIGURAÇÃO  
CURRICULAR DOS CURSOS DE LETRAS E LINGUÍSTICA

**Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do título de doutor.**

**Candidato: Enio Sugiyama Junior  
Orientador: Profa. Dra. Cristina Altman**

**São Paulo  
2020**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S947e Sugiyama Junior, Enio  
O ensino de linguística no Brasil (1960-2010):  
efeitos do processo de institucionalização da  
disciplina na configuração curricular dos cursos de  
Letras e Linguística / Enio Sugiyama Junior;  
orientadora Cristina Altman - São Paulo, 2020.  
279 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de Linguística. Área de concentração:  
Semiótica e Linguística Geral.

1. Historiografia Linguística. 2. Ensino de  
Linguística. 3. Linguística Brasileira. I. Altman,  
Cristina, orient. II. Título.



## AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Cristina Altman, minha orientadora, cuja paixão pelo desenvolvimento da pesquisa historiográfica, certamente, me contaminou.  
Obrigado pela confiança, disponibilidade e incentivo;

À Profa. Dra. Olga Ferreira, coordenadora do CEDOCH, cuja solidariedade no desenvolvimento dos trabalhos, me inspirou  
Obrigado pela recepção, pelos convites ao trabalho e pela leitura atenta realizada por ocasião do exame de qualificação;

Ao Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto que me fez perguntas que até hoje tento responder  
Obrigado por me manter caminhando.

À Profa. Neusa Bastos,  
Obrigado pela leitura generosa realizada por ocasião do exame de qualificação.

Aos colegas do CEDOCH.  
Obrigado pela recepção, trabalho e debates.

Aos colegas do Centro das Humanidades da UFOB  
Obrigado pelo apoio durante o período de afastamento para qualificação docente

Aos amigos de Adamantina, São Paulo, Barreiras e outros lugares onde fiz minha casa  
Obrigado pelo apoio

À CAPES,  
Obrigado pela bolsa de estudos

## RESUMO

O objetivo central desta tese foi apresentar uma historiografia do ensino de Linguística produzida a partir da documentação oficial dos cursos de Letras e dos programas de Linguística das universidades federais, além dos quatro cursos de graduação em Linguística existentes no país. A cobertura temporal deste trabalho partiu da década de 1960 e parou no ano de 2010. O mapeamento realizado por este trabalho classificou 8.167 (oito mil, cento e sessenta e sete) componentes curriculares presentes em 134 currículos dos cursos de graduação em Letras e Linguística. Dos currículos dos cursos de Letras, foram mapeados, ainda, 2.220 (duas mil duzentas e vinte) entradas de conteúdo, e 883 (oitocentas e oitenta e três) indicações bibliográficas presentes em parte das ementas dos componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística. A partir da apresentação desses mapeamentos foram destacados três movimentos relacionados com o ensino de Linguística no Brasil. Os dois primeiros tinham como objetivo destacar os efeitos do processo de institucionalização na configuração dos cursos de Linguística, seja por meio das atuações que as diferentes instituições desempenharam para garantir a autonomia da disciplina, seja pela relação que a Linguística manteve com os centros de produção de conhecimento, em especial o estruturalismo produzido na Europa e nos Estados Unidos. O terceiro buscou destacar como os próprios instrumentos criados para a regulação dos cursos atuaram para consolidar a Linguística brasileira como uma Linguística de recepção.

Historiografia Linguística, Ensino de Linguística, Linguística Brasileira

## ABSTRACT

The main objective of this thesis was to present a historiography of the teaching of Linguistics produced by the official documentation of the courses of 'Letras' and of the Linguistics pos-graduation programs of the federal universities in Brazil. In addition to the four undergraduate courses in Linguistics existing in the country. The temporal coverage of this thesis goes from 1960s up to 2010. The mapping carried out by this thesis classified 8,167 (eight thousand, one hundred and sixty-seven) curricular components present in 134 curricula of undergraduate courses of Letras and Linguistics. From the curricula of the Letras courses, 2,220 (two thousand two hundred and twenty) content entries were also mapped, and 883 (eight hundred and eighty-three) bibliographic indications presented in the documentation. Considering the presentation of these mappings, three movements related to the teaching of Linguistics in Brazil were highlighted. The first two had the objective of highlighting the effects of the institutionalization process in the configuration of Linguistics courses, either through the actions that the different institutions performed to guarantee the autonomy of the discipline, or through the relationship that Linguistics maintained with the production centers of Linguistics knowledge, especially, the structuralism produced in Europe and the United States. The third highlighted how the instruments created for the regulation of courses acted to consolidate Brazilian Linguistics as a reception Linguistics.

Linguistics Historiography, Linguistics Teaching, Brazilian Linguistic

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</b>	11
<b>ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS</b>	14
<b>INTRODUÇÃO</b>	18
Apresentação Institucional da Tese	18
Pressupostos e Objetivos da Tese	21
Historiografias da Linguística Brasileira: as investigações sobre os processos de institucionalização e o ensino	23
Justificativas	26
Organização do Trabalho	28
<b>1. POR UMA HISTORIOGRAFIA DO ENSINO DE LINGUÍSTICA NO BRASIL</b>	30
1.1 Pressupostos Teóricos e Metodológicos	30
1.2 Cobertura, Perspectiva e Profundidade: principais delimitações	33
1.3 Distribuição Geral dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística	36
1.3.1 Buscas Iniciais	36
1.4 Refinamento do Recorte em Função da Definição da Unidade de Análise	44
1.4.1 Cursos de Graduação em Letras Selecionados como Suporte Informacional	46
1.4.2 Cursos de Graduação em Linguística Selecionados como Suporte Informacional	59
1.4.3 Programas de Pós-Graduação em Linguística Selecionados como Suporte Informacional	60
1.4.4 Resumo da Seleção das Fontes para Constituição da Base Informacional	62
1.5 Seleção e Organização da Documentação	63
1.5.1 SELEÇÃO E FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA	64
1.6 Fontes Secundárias	87
<b>2. HISTORIOGRAFIA DO ENSINO DE LINGUÍSTICA NO BRASIL (1960-2010): FATORES EXTERNOS</b>	89
2.1 Periodização em Função de Fatores Externos Relacionados ao Ensino de Linguística no Brasil	89
2.1.1 Do Período Anterior aos Anos de 1960: institucionalização do ensino superior no Brasil	90
2.1.2 A Década 1960: implantação da disciplina	92
2.1.3 A década 1970: a criação dos primeiros cursos de graduação e pós-graduação em Linguística	95
2.1.4 A Década 1980: consolidação da pós-graduação como atividade de pesquisa e a relação da linguística com o ensino de língua portuguesa	96



2.1.5 A Década 1990: a construção de propostas para o ensino de língua e a aprovação de uma nova LDB	98
2.1.6 Os anos 2000: <i>Diretrizes curriculares e REUNI</i>	99
2.1.7 A Institucionalização da Linguística entre 1960-2010	100
2.2 Documentos que Marcam a Regulamentação dos Cursos de Graduação em Letras no Brasil	101
2.2.1 Os Currículos Mínimos para os Cursos de Graduação em Letras	101
2.2.2 As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Letras	106
2.3 A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação Realizada por Órgãos Federais: CNPq e CAPES	112
2.3.1 <i>Avaliação e Perspectivas: 1982</i>	113
2.3.2 Os Documentos de Área: 2001 e 2010	116
2.4 Trajetórias do Ensino de Linguística Marcadas na Documentação Produzida por Agentes Reguladores do Ensino Superior Brasileiro	117
<b>3. A FORMAÇÃO NOS CURSOS DE LINGUÍSTICA: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO</b>	119
3.1 Os Cursos de Graduação em Linguística	120
3.1.2 O curso de Graduação em Linguística da Unicamp (1970-2010)	122
3.1.3 A Habilitação em Linguística do curso de Letras da USP (1972-2010)	140
3.1.4 A Habilitação em Linguística do Curso de Letras da UFG (1992-2010)	151
3.1.5 O Curso de Linguística da UFSCar (2009-2010)	156
3.2 Os Programas de Pós-Graduação em Linguística	162
3.2.1 A Produção nos Programas de Pós-Graduação em Linguística das Universidades Federais.	168
3.2.2 A Linguística na UnB: perfil dos trabalhos defendidos (1965-2010)	171
3.3 Trajetórias da Linguística no Ensino Superior: dos documentos produzidos para a regulação do ensino aos cursos de Linguística em nível de graduação e pós-graduação	186
<b>4. A LINGUÍSTICA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS: DA GRADE CURRICULAR AO CONTEÚDO</b>	189
4.1 O Curso de Letras nas Universidades Federais	191
4.2 Configurações do Curso de Letras a partir da estrutura curricular (1964-2010)	194
4.2.1 A Configuração dos Cursos de Graduação em Letras nos anos 2000 (2000- 2010)	197
4.2.2 A Configuração do Curso de graduação em Letras nos currículos da década de 1990 (1990-1999)	201
4.2.3 A Configuração do Curso de Letras nos Currículos Encontrados entre 1964-1989	204
4.3 O Ensino de Linguística nos Cursos de Graduação em Letras (1987-2010): os conteúdos presentes nas ementas das disciplinas	207
4.3.1 Os Conteúdos dos Componentes Associados à Linguística nos anos 2000 (2000-2010)	211

<b>5.CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO</b>	<b>222</b>
5.1 As Diferentes Formas de Institucionalização da Linguística no Ensino Superior: continuidades e descontinuidades do grau de autonomia da disciplina	222
5.2 A Guerra Fria Estruturalista e o Ensino de Linguística no Brasil: o processo de recepção nos projetos pedagógicos	227
5.3 O Desenvolvimento Institucional e o Ensino de Linguística	233
5.4 Proposições para a Construção de um Projeto Pedagógico para a Linguística	235
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>238</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>243</b>
Anexo A: Memorial apresentado durante o exame de qualificação desta tese	251
Anexo B: Fontes Secundárias encontradas no trabalho de Altman (2001)	259
APÊNDICE 01:Fontes Secundárias encontradas em Periódicos e outros materiais	268

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AG-USP	Arquivo Geral da Universidade de São Paulo
A&P	Avaliação & Perspectivas
ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
ANPOLL	Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPH	Centro de Apoio à Pesquisa em História
CEDAE	Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio
CEDOCH	Centro de Documentação em Historiografia da Linguística
CELPE/ULBRA	Centro Universitário Luterano de Palmas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FAI	Faculdades Adamantinenses Integradas
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FL- UFG	Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEL	Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo
IEL	Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP
LA	Linguística Aplicada
LC	Línguas Clássicas
LE	Línguas Estrangeiras
LI	Línguas Indígenas
LS	Línguas de Sinais
LX	Linguística
MEC	Ministério da Educação
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores

PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SIARQ	Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFFS	Universidade Federal da Fronteira do Sul
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSJ	Universidade Federal de São João del Rei
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UPM	Universidade Presbiteriana Mackenzie
UnB	Universidade de Brasília
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIVESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana
UNILAB	Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
RAHL	Revista Argentina de Historiografia Linguística
REUNI	Reestruturação e Expansão do Ensino Superior Federal
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

## ÍNDICE DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

### QUADROS

QUADRO 1: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE LETRAS EM FUNÇÃO DAS MODALIDADES DE CURSO E CATEGORIAS DE IES .....	38
QUADRO 2: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE LINGUÍSTICA EM FUNÇÃO DAS MODALIDADES DE CURSO E CATEGORIAS DE IES .....	40
QUADRO 3: DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO REGISTRADOS SOB A DESIGNAÇÃO 'LETRAS' .....	42
QUADRO 4: DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO REGISTRADOS SOB A DESIGNAÇÃO 'LINGUÍSTICA' .....	43
QUADRO 5: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS POR REGIÃO, UNIVERSIDADE, LOCALIZAÇÃO E ANO DE CRIAÇÃO.....	47
QUADRO 6: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE LETRAS DE ACORDO COM A DÉCADA DE CRIAÇÃO E REGIÃO DE OFERTA DO CURSO.....	57
QUADRO 7: CURSOS DE LETRAS CRIADOS APÓS 2010 .....	58
QUADRO 8: DISTRIBUIÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA.....	59
QUADRO 9: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO OFERTADOS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E REGISTRADOS NA CAPES NA ÁREA 'LINGUÍSTICA' .....	61
QUADRO 10: DISTRIBUIÇÃO POR ANO E LOCALIZAÇÃO DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS ENCONTRADOS NOS SITES DAS UNIVERSIDADES .....	66
QUADRO 11: DISTRIBUIÇÃO POR ANO E INSTITUIÇÃO DOS CURRÍCULOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA .....	69
QUADRO 12: DISTRIBUIÇÃO DAS EMENTAS MAPEADAS EM RELAÇÃO A ABRANGÊNCIA TEMPORAL E ESPACIAL .....	78
QUADRO 13: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS POR CATEGORIA, DÉCADA DE 1970.....	126
QUADRO 14: DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES DA CATEGORIA LINGUÍSTICA, CURRÍCULOS 1972-1976.....	127
QUADRO 15: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS POR CATEGORIA, DÉCADA DE 1980.....	130
QUADRO 16: DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES DA CATEGORIA LINGUÍSTICA, CURRÍCULOS 1981-1984.....	131
QUADRO 17: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS POR CATEGORIA, 1984-1997 .....	133
QUADRO 18: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS POR CATEGORIA, 1997-2005 .....	136
QUADRO 19: DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS ASSOCIADOS À LINGUÍSTICA, CURRÍCULOS 1997-2005.....	137
QUADRO 20: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS POR CATEGORIA, 1972-2010 .....	145
QUADRO 21: DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS ASSOCIADOS À LINGUÍSTICA, CURRÍCULOS, 1972-2010 .....	148
QUADRO 22: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS POR CATEGORIA, 1992-2010 .....	152
QUADRO 23: DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS ASSOCIADOS À LINGUÍSTICA, CURRÍCULOS.....	154
QUADRO 24: DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO E CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS POR CATEGORIA, 2009-2010.....	157
QUADRO 25: ELENCO DE COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS ASSOCIADOS À LINGUÍSTICA, 2009-2010.....	158

QUADRO 26: DISTRIBUIÇÃO DE TITULADOS COM O GRAU DE DOUTORADO POR ÁREA DE CONHECIMENTO 1998-2010 .....	166
QUADRO 27: DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA .....	169
QUADRO 28: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNB, POR ANO, AUTO VINCULAÇÃO E NÍVEL- DÉCADA 1960 .....	172
QUADRO 29: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNB, POR ANO, AUTO VINCULAÇÃO E NÍVEL- DÉCADA 1970 .....	173
QUADRO 30: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNB, POR ANO, AUTO VINCULAÇÃO E NÍVEL- DÉCADA 1970 .....	173
QUADRO 31: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNB, POR ANO, AUTO VINCULAÇÃO E NÍVEL- DÉCADA 1970 .....	175
QUADRO 32: DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHOS POR ÁREA E ORDEM DE FREQUÊNCIA .....	177
QUADRO 33: DISTRIBUIÇÃO DE EGRESSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNB DE ACORDO COM A ATUAÇÃO PROFISSIONAL (1965-2010) .....	185
QUADRO 34: DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES RESPONSÁVEIS PELOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS EM RELAÇÃO ÀS DENOMINAÇÕES ADMINISTRATIVAS E REGIÃO .....	192
QUADRO 35: DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS RESPONSÁVEIS PELA OFERTA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS POR AUTO VINCULAÇÃO DE ÁREA E REGIÃO.....	193
QUADRO 36: DISTRIBUIÇÃO DOS COMPONENTES MAPEADOS POR ÁREA E ANO (1964-2010).....	195
QUADRO 37: DISTRIBUIÇÃO DE CURRÍCULOS, COMPONENTES OBRIGATÓRIOS E CARGA HORÁRIA ENTRE 2000-2010.....	197
QUADRO 38: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA POR ÁREA E REGIÃO, CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS (2000-2010).....	198
QUADRO 39: DISTRIBUIÇÃO DE CURRÍCULOS, COMPONENTES OBRIGATÓRIOS E CARGA HORÁRIA ENTRE 1990-1999 .....	201
QUADRO 40: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA POR ÁREA E REGIÃO, CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS (1990-1999).....	202
QUADRO 41: DISTRIBUIÇÃO DE CURRÍCULOS, COMPONENTES OBRIGATÓRIOS E CARGA HORÁRIA ENTRE 1964-1989 .....	204
QUADRO 42: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA OBRIGATÓRIA POR ÁREA E REGIÃO, CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS (1964-1989).....	205
QUADRO 43: DISTRIBUIÇÃO DAS ENTRADAS POR CATEGORIAS DE MODOS DE APRESENTAÇÃO DO CONTEÚDO (1987-2010) .....	210
QUADRO 44: DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE APRESENTAÇÃO, DAS ENTRADAS DE CONTEÚDO DOS COMPONENTES ASSOCIADOS A LINGÜÍSTICA (2000-2010).....	213
QUADRO 45: LISTA DAS 10 EDITORAS COM MAIS INDICAÇÕES (1990-2010).....	220

## GRÁFICOS

GRÁFICO 1 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR ÁREA E ANO NOS CURRÍCULOS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNICAMP- 1972-2010 .....	139
GRÁFICO 2 DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR ÁREA E ANO NOS CURRÍCULOS DA HABITAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS DA USP- 1972-2010 .....	150
GRÁFICO 3: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA POR ÁREA E ANO NOS CURRÍCULOS DA HABITAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS DA USP- 1972-2010 .....	155
GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DE DOUTORES TITULADOS POR CATEGORIA DE PROGRAMA, 1998-2010.....	167
GRÁFICO 5 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PROGRAMAS PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS- 1965-2010 .....	170
GRÁFICO 6: DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA EM RELAÇÃO ÀS MACRO CATEGORIAS DE ÁREA, 1965-2010 .....	179

GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DOS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS POR ÁREA E REGIÃO (2000-2010) .....	200
GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO DAS CARGA HORÁRIAS DOS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS POR ÁREA E REGIÃO (1990-1999) .....	203
GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO DAS CARGA HORÁRIAS DOS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS POR ÁREA E REGIÃO (1964-1989) .....	206
GRÁFICO 10: LISTA DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COM MAIS DE 10 INDICAÇÕES (1990-2010) .....	218

## FIGURAS

FIGURA 1: CURRÍCULO DE 1972 DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UFAM, CAMPUS DE MANAUS 70	
FIGURA 2 TABELA COM MAPEAMENTO DOS COMPONENTES DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS .....	76
FIGURA 3 EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR LINGUÍSTICA I DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UNIR, PORTO VELHO DE 1971 .....	82
FIGURA 4: EMENTA DO COMPONENTE CURRICULAR ESTUDOS LINGUÍSTICOS III DA UFRB, AMARGOSA DE 2010 .....	82
FIGURA 5: TABELA COM MAPEAMENTO DOS CONTEÚDOS E INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS .....	83
FIGURA 6: LISTA DAS DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS JUNTO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA DA UNB .....	85
FIGURA 7 TABELA UTILIZADA PARA MAPEAMENTO DOS TRABALHOS DEFENDIDOS JUNTO AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA DA UNB .....	86
FIGURA 8: CADEIRAS DA SEÇÃO DE LETRAS PREVISTA NO DECRETO QUE CRIA A USP .....	91
FIGURA 9: CONTEXTO DE INSERÇÃO DO GRUPO DE LINGUÍSTICA NO INSTITUTO CENTRAL DE CIÊNCIAS HUMANAS .....	122
FIGURA 10: APRESENTAÇÃO DA LINGUÍSTICA .....	123
FIGURA 11: ANTI PROJETO PARA INSTALAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS, UNICAMP .....	129
FIGURA 12 PARECER EMITIDO PELO PROF. ANTÔNIO CANDIDO DE MELO E SOUZA AO ANTE-PROJETO DE LICENÇA EM LINGUÍSTICA .....	140
FIGURA 13 ANTEPROJETO PARA CRIAÇÃO DE LICENÇA EM LINGUÍSTICA, P. 6 .....	141
FIGURA 14 ANTE-PROJETO DE LICENÇA EM LINGUÍSTICA, P.3 .....	142
FIGURA 15 ANTEPROJETO PARA CRIAÇÃO DA LICENÇA EM LINGUÍSTICA, P.6 .....	142
FIGURA 16 ANTEPROJETO DE CRIAÇÃO DE LICENÇA EM LINGUÍSTICA, P.22 .....	143
FIGURA 17 SOLICITAÇÃO DOS ALUNOS PARA REFORMA CURRICULAR DA HABILITAÇÃO EM LINGUÍSTICA, 1990 .....	146
FIGURA 18: NUVEM DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DAS PALAVRAS CHAVES DOS TRABALHOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA DA UNB, 1965-2010 .....	180
FIGURA 19: NUVEM DE PALAVRAS GERADAS A PARTIR DOS TRABALHOS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA DA UNB, 1965-1997 .....	181
FIGURA 20: NUVEM DE PALAVRAS GERADA A PARTIR DAS PALAVRAS-CHAVES DOS TRABALHOS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA DA UNB, 1998-2004 .....	182
FIGURA 21: NUVEM DE PALAVRAS GERADA A PARTIR DAS PALAVRAS-CHAVES DOS TRABALHOS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA DA UNB, 2005-2010 .....	182
FIGURA 22 DISTRIBUIÇÃO DE ORIENTADORES POR ÁREA DE TÍTULO DE DOUTOR .....	184
FIGURA 23: NUVEM DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DAS 2.212 ENTRADAS DE CONTEÚDO DAS EMENTAS (1987-2010) .....	207
FIGURA 24: NUVEM DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DAS ENTRADAS DE CONTEÚDOS DAS EMENTAS DE COMPONENTES CURRICULARES ASSOCIADOS A LINGUÍSTICA (2000-2010) .....	211
FIGURA 25: TRECHO DO PROGRAMA DA CADEIRA DE FILOGIA ROMÂNTICA DO CURSO DE LETRAS NEOLATINAS USP, 1960 .....	212



FIGURA 26: NUVEM DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DAS ENTRADAS DE CONTEÚDOS MAPEADOS A PARTIR DAS EMENTAS DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS (1987-1999).....	215
FIGURA 27: NUVEM DE PALAVRAS PRODUZIDA A PARTIR DA ENTRADA DE CONTEÚDOS NAS EMENTAS DOS COMPONENTES ASSOCIADOS À LINGUÍSTICA DOS MESMOS CURSOS DE LETRAS DA FIGURA 26 (2000-2010).....	216
FIGURA 28: EMENTA DA DISCIPLINA LINGUÍSTICA GERAL I DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA, UNICAMP, 1972 .....	228
FIGURA 29: EMENTA DO COMPONENTE CONCEITOS BÁSICOS DE LINGUÍSTICA DA GRADE CURRICULAR DA LICENCIATURA EM LETRAS- LÍNGUA PORTUGUESA DA UFRGS, 2004 .....	230

## INTRODUÇÃO

Do aparecimento dos primeiros cursos de Letras durante a década de 30 até o presente momento, a Linguística como disciplina autônoma em relação a outras disciplinas dos estudos linguísticos passou por um processo de institucionalização que permite a observação de rupturas e continuidades na construção dessa autonomia institucional.

Da previsão não concretizada de uma *cadeira de Linguística* no projeto de Lei que cria a Universidade de São Paulo<sup>1</sup> em 1934 à emissão de diplomas em Linguística nas diferentes modalidades do ensino superior<sup>2</sup>, uma historiografia do ensino de Linguística nas universidades brasileiras permite reconstruir parte das relações que podem ser estabelecidas entre a forma de organização institucional e os modos de produção, recepção e difusão dos conhecimentos associados à Linguística.

Esta tese dedica-se a realizar uma parte dessa tarefa.

### Apresentação Institucional da Tese

Apresenta-se, nestas páginas, uma historiografia do ensino de Linguística nos cursos de graduação e nos programas de pós-graduação nas universidades públicas brasileiras entre 1960-2010. A perspectiva escolhida para a construção do trabalho foi a forma como a Linguística se institucionalizou tanto nos cursos de graduação e pós-graduação que fornecem o título de linguista quanto nos cursos de graduação em Letras nos quais a Linguística faz parte da formação dos estudantes.

---

<sup>1</sup> Decreto 6.283 de 25 de Janeiro de 1934. “Artigo 9º A Seção de Letras abrangerá as seguintes cadeiras fundamentais: 1) Linguística; 2) Filologia Comparada; 3) Filologia Portuguesa; 4) Literatura Luso-Brasileira; 5) Língua e Literatura Grega; 6) Língua e Literatura Latina; 7) Língua e Literatura Francesa; 8) Língua e Literatura Inglesa; 9) Língua e Literatura Alemã; 10) Técnica e Crítica Literária” Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/130436>>.

<sup>2</sup> Graduação, Pós-graduação *lato sensu*, Pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Ao optar pela perspectiva descrita acima, foram selecionados, como documentação privilegiada para a realização deste trabalho, os documentos oficiais (leis, projetos de cursos, grades curriculares, ementas etc.) produzidos pelas universidades e pelos órgãos governamentais competentes para a regulação dos cursos.

Ao tomar o ensino de Linguística como objeto principal desta historiografia, a contribuição desta pesquisa encontra-se vinculada, especialmente, ao mapeamento das formas de recepção e difusão dos modelos associados à Linguística na configuração dos cursos de Letras e Linguística. Em relação aos fatores internos, foram mapeados os conteúdos e materiais recomendados nas bibliografias das ementas dos cursos de graduação, e as áreas e objetos dos trabalhos dos programas de pós-graduação em Linguística; do ponto de vista externo, o mapeamento contemplou, em especial, a distribuição dos itens mencionados em relação ao tempo e às instituições que compuseram o recorte que será apresentado no próximo capítulo.

Este trabalho foi realizado como parte das atividades da linha de pesquisa *Historiografia e documentação das teorias, descrições e análises linguísticas* do programa de pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- FFLCH-USP.

Mais especificamente, o trabalho encontra-se vinculado ao projeto *Guerra Fria Estruturalista (fase 2)*, coordenado pela Profa. Dra. Cristina Altman. O objetivo geral do projeto guarda-chuva é o estudo das formas de produção, difusão e recepção de modelos relacionados ao que foi nomeado de *estruturalismo clássico* tanto do ponto de vista interno (relacionados com a concepção de linguagem, técnicas e procedimentos de análise) quanto do ponto de vista externo (periodização, clima intelectual, motivação do autor).

Vale ressaltar, ainda, que a linha de pesquisa vinculada à tese faz parte das atividades do Centro de Documentação em Historiografia da Linguística- CEDOCH, centro complementar do Departamento de Linguística fundado em 1994 pela Profa. Dra. Cristina Altman e, atualmente, coordenado pela Profa. Dra. Olga Ferreira Coelho Sansone.

O CEDOCH tem sido responsável pela formação de pesquisadores na área de Historiografia da Linguística nos diferentes níveis do percurso acadêmico (iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado). Além das pesquisas individuais e dos projetos coletivos que servem de base para a participação de seus membros em eventos da área, o centro tem atuado em diferentes frentes para a consolidação da historiografia

linguística nos cenários nacional e internacional. Destaca-se, dessa atuação, a organização de um evento especializado na área<sup>3</sup>, a produção de duas publicações especializadas na área – o *Boletim do CEDOCH* e o *Cadernos de Historiografia Linguística* – e, ainda, a condução de projetos coletivos envolvendo os membros do CEDOCH, muitas vezes em colaboração com outras redes de pesquisa, nacionais e internacionais<sup>4</sup>.

São seis, os objetivos listados pelo CEDOCH em seu *site*:

1. a constituição de um serviço de documentação relativo às atividades científicas, culturais e profissionais em ciências da linguagem no país;
2. a organização de bancos de dados;
3. o levantamento, catalogação e constituição de acervo(s) e coletâneas de fontes primárias, textuais, gráficas, audiovisuais, relativas aos agentes, aos contextos e aos produtos da atividade em ciências da linguagem no país;
4. a investigação de métodos e tecnologias apropriadas para a condução de trabalhos pertinentes à sua especialidade;
5. a divulgação de suas atividades, mediante publicações e cursos;
6. a promoção de atividades de pesquisa e de prestação de serviços pertinentes à sua especificidade, inclusive por convênio<sup>5</sup>

De forma mais direta, esta pesquisa contribui com a constituição de um banco de dados formado a partir da seleção, organização e classificação de informações relativas aos documentos reguladores dos cursos de Letras e Linguística de parte das universidades brasileiras. Nessa direção, alinha-se com a perspectiva implementada nas pesquisas realizadas pelo CEDOCH, em que o trabalho historiográfico se encontra vinculado também ao desenvolvimento de um trabalho meta e epi-historiográfico (SWIGGERS, 2004, 2010, 2013).

---

<sup>3</sup> Trata-se do Mini-Enapol de Historiografia Linguística cuja XII edição ocorreu em outubro de 2019. A comissão organizadora é formada pelos estudantes do CEDOCH sob a tutoria da coordenação do centro, permitindo que os jovens pesquisadores possam participar das várias tarefas que envolvem a organização de um evento científico. Além do processo formativo interno ao grupo, o Mini-Enapol de Historiografia Linguística se consolidou como um espaço de referência para o debate de pesquisas da área, contando sempre com a participação efetiva de convidados renomados para o debate dos trabalhos apresentados.

<sup>4</sup> Entre os projetos coletivos desenvolvidos pelo CEDOCH, destacam-se os projetos *A linguística no Brasil: estórias e histórias em primeira pessoa do singular (1995-2005)* e *Documenta Grammaticae et Historiae. Projeto de documentação linguística e historiográfica (2006-2009)*”, ambos coordenados pela Prof. Dra. Cristina Altman. Este último, já fruto de outros projetos em associação com redes internacionais, dedica-se à pesquisa da Linguística Missionária; o mais recente projeto coletivo desenvolvido pelo CEDOCH em parceria com a Diretoria do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo- GEL foi o *Produção de conteúdos historiográficos para o hotsite comemorativo dos 50 anos do GEL (2018-2019)*, coordenado pela Profa. Dra. Olga Coelho.

<sup>5</sup> Disponível no site <<http://cedoch.fflch.usp.br/>>.

O nível meta historiográfico concretiza-se nos trabalhos por meio da preocupação em explicitar os pressupostos teóricos e, em especial, com a explicitação da metodologia empregada. O nível epi-historiográfico relaciona-se com a produção de fontes que auxiliam na organização da produção da própria historiografia e, ao mesmo tempo, servem como fonte para outros pesquisadores interessados no tema.

Esta tese possibilitou a produção de dois materiais epi-historiográficos: o primeiro diz respeito à organização das fontes primárias apresentadas em forma de quadro com as informações obtidas a partir das documentações dos cursos que constituíram o *corpus* da pesquisa; o segundo é uma lista de itens bibliográficos relacionados com a temática do trabalho – trata-se de documentação que foi utilizada como fonte secundária neste trabalho –. O modo de apresentação tomou como modelo a parte epi-historiográfica do trabalho de Altman (2001).

#### Pressupostos e Objetivos da Tese

Pode-se afirmar que esta tese tem como ponto de partida o trabalho pioneiro<sup>6</sup> de Altman (1998), que apresenta uma historiografia da produção em Linguística no Brasil entre 1968 e 1988. Altman (1998) reconstrói o contexto em que foi possível a emergência de um novo *grupo de especialidade* no cenário acadêmico brasileiro, os linguistas, e analisa os impactos dessa emergência na produção veiculada por revistas representativas desse grupo.

Como afirmado anteriormente, o interesse desta historiografia do ensino de Linguística no Brasil é o processo de institucionalização da área no cenário universitário entre a década de 1960 e a década de 2010. O primeiro recorte temporal tem como marco a implantação da disciplina nos *currículos mínimos* para os cursos de graduação em Letras por meio de decreto federal em 1962, e o segundo recorte temporal contempla a década do decreto dos *parâmetros curriculares* para os cursos de Letras implementado em 2001 por portaria do Ministério da Educação- MEC, e, ainda, o programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior Federal- REUNI em 2007.

---

<sup>6</sup> Sobre o pioneirismo do trabalho de Altman (1998), consultar Castilho (1998, 2018).

Os recortes foram feitos a partir de intervenções do governo federal por meio de documentos reguladores que normatizam diretamente a configuração dos cursos de graduação em Letras, propondo, assim, uma direção nas formas possíveis de institucionalização da Linguística no ensino superior.

Esses recortes não buscam, portanto, um início do ensino de Linguística nas universidades brasileiras, que já pode ser localizado em momento anterior à década de 1960 como apontam os trabalhos de Mattoso Câmara (1968), Uchôa (1972), Altman (1998), Coelho (1998), Cavaliere (2001), Orlandi (2002) Borges-Neto (2018). A partir de interesses diferentes, os trabalhos mencionados abordaram o processo de institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil<sup>7</sup>. Essas fontes permitem apontar que o início do ensino de Linguística no Brasil deu-se com os conteúdos de Linguística Geral no curso de Letras da Universidade do Distrito Federal- UDF, Rio de Janeiro, no final da década de 1930, como conhecimentos auxiliares ao trabalho filológico<sup>8</sup>.

Além da tentativa de implantação da disciplina de Linguística Geral na UDF, descontinuada em 1939, quando a universidade foi extinta, foram apontadas, por Altman (1998), outras iniciativas de institucionalização da Linguística na Universidade de São Paulo dentro da cadeira de Filologia Românica sob responsabilidade do Prof. Theodoro Henrique Maurer Jr. (1906-1979), e por Borges-Neto (2018) na Universidade do Paraná, nas disciplinas de Língua Portuguesa sob responsabilidade de Mansur Guérios (1907-1987) e Aryon Rodrigues (1925-2014).

Sem dúvida, os marcos relatados acima por meio de fontes secundárias a esta tese constituem pontos importantes no processo de institucionalização da Linguística no Brasil. No entanto, optou-se por privilegiar o momento em que a institucionalização tomou proporções nacionais por meio de decreto federal. Esta escolha justifica-se porque o foco do trabalho é a concretização dessa institucionalização nos documentos que regulam os cursos de Letras e Linguística.

Partiu-se do pressuposto de que o processo de institucionalização da disciplina, como apontado pelos trabalhos citados acima, foi iniciado ainda durante a consolidação dos cursos superiores de Letras dentro de outras disciplinas, como a Língua Portuguesa e

---

<sup>7</sup> Os dois primeiros Mattoso Câmara (1968) e Uchoa (1972) abordam a história da Linguística no Brasil a partir da posição de agentes mais próximos do que a historiografia linguística nomeia de crônicas (Altman, 2012:27). Os demais, exceto Orlandi (2002) autovinculado a linha de história das ideias linguísticas, são vinculados a historiografia linguística.

<sup>8</sup> Para acompanhar com mais detalhes o percurso inicial da Linguística na UDF, consultar o capítulo “Os linguistas” do trabalho de Altman (1998[2004:88-107]).

a Filologia, e passou a ganhar autonomia em relação a essas disciplinas até atingir o grau de institucionalização em que é possível observar a criação de cursos superiores que oferecem o título de linguista em nível de pós-graduação e, posteriormente, em nível de graduação.

Uma das principais tarefas desta tese foi, portanto, reconstruir, por meio dos documentos oficiais dos cursos, as formas pelas quais a Linguística foi se constituindo como objeto de ensino no cenário acadêmico brasileiro, e refletir sobre quais as implicações desse processo de institucionalização na configuração dos cursos de Letras e Linguística nas universidades brasileiras.

## Historiografias da Linguística Brasileira: as investigações sobre os processos de institucionalização e o ensino

O cenário das pesquisas historiográficas no Brasil atualmente é bem diferente do descrito por Altman (1998)<sup>9</sup>. A disciplina dentro das pesquisas linguísticas se institucionalizou no Brasil, de maneira geral, por duas linhas teóricas: a *Historiografia Linguística* e a *História das Ideias Linguísticas* (Altman, 2009).

Além da presença dessas linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação nas áreas de Letras e Linguística, a área institucionalizou-se também por meio de seu reconhecimento em associações como o grupo de trabalho em Historiografia da Linguística Brasileira da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística-ANPOLL<sup>10</sup> e, mais recentemente, a Associação Brasileira de Linguística- ABRALIN,

---

<sup>9</sup> Além das informações sobre o pioneirismo do trabalho mencionadas na nota 3, vale ressaltar que a publicação de 1998 é uma versão da tese de doutoramento defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da FFLCH-USP em 1993. A pesquisa “Unificação e Diversificação da Linguística: pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea (1968-1988)”, orientada pela Profa. Dra. Geraldina Porto Witter, foi realizada entre os anos de 1989 e 1993 com estágio sanduíche na Katholieke Universit at Leuven sob supervisi o de Pierre Swiggers.

<sup>10</sup> Segundo o site da ANPOLL, o GT Historiografia da Linguística Brasileira foi criado em 1996 e foi coordenado at e o ano 2000 pela Profa. Dra. Cristina Altman (USP). A lista de coordenadores que deram seq encia a coordena o do GT   a seguinte: entre 2000 e 2004, Maria Carlota A. Paix o Rosa (UFRJ); entre 2004 e 2008, Neusa Maria Barbosa Bastos (PUC-SP e UPM); entre 2008 e 2010, Olga Ferreira Coelho (USP) (coordenadora) e Sebasti o Milani (UFG) (vice-coordenador); entre 2010 e 2012, Olga Ferreira Coelho (USP) (coordenadora) e Ricardo Cavaliere (UFF) (vice-coordenador); e entre 2012 e 2016, Ricardo Cavaliere (UFF) (Coordenador) e Dieli Vesaro Palma (PUC-SP) (Vice). Atualmente,   coordenado por Ronaldo de Oliveira Batista (Mackenzie-SP) e pela vice Nancy dos Santos Casa Grande (PUC-SP).

que passou a reconhecer a Historiografia da Linguística como uma das áreas de atuação nas pesquisas da área de Linguística<sup>11</sup>.

A consolidação da área proporcionou um acúmulo de conhecimento dos aspectos históricos envolvidos nos processos de produção, recepção, difusão e institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil. Além dos trabalhos já mencionados anteriormente, outros trabalhos dedicaram-se ao processo de institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil, como os de Fávero (2000; 2002), Lagazzi-Rodrigues (2002), Renzo (2002) e Silva (2002), dedicados a buscar os processos de institucionalização a partir do ensino de língua portuguesa, em especial, no contexto escolar.

Merece destaque, ainda, a tese de doutorado de Ferreira (2009), que buscou identificar, de quais outros nomes dos estudos sobre a linguagem, a Linguística se diferenciou ao longo de seu processo de institucionalização na Universidade de Campinas- UNICAMP. A autora, a partir de uma teoria discursiva, analisou documentos como processos de criação (da área, do Instituto de Estudos da Linguagem, dos programas de pós-graduação), projetos pedagógicos dos cursos de Linguística e Letras. Seu interesse foi mostrar como os sentidos da palavra ‘Linguística’ constituíram-se ao longo dos documentos analisados de diferentes formas, e colocando em jogo outros sentidos e espaços institucionais.

Apesar de não partilhar da mesma perspectiva teórica, Ferreira (2009) apontou fontes importantes para a reconstrução da história da Linguística na Unicamp, e construiu uma interpretação do processo de institucionalização da área em uma das instituições consideradas de referência para a área no Brasil. O ensino foi apresentado como um dos “lugares” em que o nome Linguística construiu seu significado dentro do espaço institucional daquela universidade.

Um levantamento feito junto à *Revista Argentina de Historiografia Linguística-RAHL* (2009-2017) mostrou que os trabalhos que se dedicaram a realizar uma historiografia do ensino focalizaram o contexto escolar, especialmente em relação à investigação do ensino da tradição gramatical nos materiais utilizados no ensino básico:

---

<sup>11</sup> Não foram localizadas informações oficiais sobre a inserção da área no site da ABRALIN. A fonte utilizada para informar o ano de inserção da área foi um e-mail remetido pelo atual coordenador do GT da ANPOLL, enviado em 12 de Julho de 2018. A mensagem solicita aos que já são membros da ABRALIN para que alterem a área de atuação para Historiografia Linguística, disponibilizada após solicitação ao presidente da ABRALIN.



Vaquera (2009), Folgado (2010), Cipuscio et al. (2011), Lidgett (2011), Aranda (2012), Martinez (2012) e Batista e Lidgett (2015).

Um único trabalho da RAHL, Fuentes (2014), foi dedicado à investigação do ensino no nível superior. O autor busca explicitar elementos do contexto político e intelectual das Faculdades de Letras ao longo do século XIX, na Espanha, que impediram a presença dos desenvolvimentos da gramática histórico-comparativa que se realizava em outros lugares da Europa naquele momento.

Foram procurados, ainda, trabalhos historiográficos dedicados à investigação do ensino nos seguintes periódicos:

- a) Revista Alfa (1962- 2019)
- b) Cadernos de Estudos Linguísticos (1978-2019)
- c) Boletim da Associação Brasileira de Linguística (1981-2000)
- d) Trabalhos de Linguística Aplicada (1983-2019)
- e) Documentação em Linguística Teórica e Aplicada (1985-2019)
- f) Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa (1991-2019)
- g) Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística ANPOLL (1994-2019)
- h) Revista Brasileira de Linguística Aplicada (2001-2019)
- i) Revista da Associação Brasileira de Linguística Aplicada (2002-2019)

Nestes gestos de busca, foram encontrados tanto textos que versavam sobre o processo de institucionalização da Linguística de um ponto de vista historiográfico, tais como o já citado trabalho de Fávero (2000) e os de Altman (1994, 1995, 1996a, 1996b, 1999 e 2002); Altman et al. (1995) e Coelho (1999), quanto vários trabalhos que se encaixam no tipo de referência bibliográfica que Altman (1998:30) descreveu como textos “feitos sob encomenda para ocasiões específicas, em que se precisou dar notícias do que é que, afinal, se fazia em matéria de Linguística no Brasil”.

Apesar de não terem uma preocupação historiográfica, outra categoria de trabalhos que interessam a esta tese pode ser representada por Stella e Tavares (2012), Silva (2013), Costa (2014) e Palácio (2015). Os quatro trabalhos foram dedicados à análise do currículo de cursos de Letras, destacando aspectos da configuração de cursos específicos e da formação de professores.

Destaca-se, ainda, o projeto mais amplo no qual o trabalho de Palácio (2015) estava inserido. Trata-se do projeto *Disciplinas da Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa: saberes e práticas na formação docente* proposto como um projeto de cooperação entre três programas de pós-graduação envolvendo a Faculdade de Educação da USP- FEUSP, a Universidade Federal do Maranhão- UFMA e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. Barzotto et al. (2015) apresentou alguns dos resultados do mapeamento de disciplinas associadas à componentes curriculares dedicados à formação pedagógica de língua portuguesa.

Todos esses trabalhos, além de contribuírem com o debate apresentado nesta tese, foram considerados também fontes secundárias na medida em que apontam formas de produção, recepção e difusão do conhecimento linguístico no Brasil, e, por isso, foram listados no apêndice 01 como uma lista de referências que podem auxiliar outros pesquisadores interessados no tema. A apresentação deste trabalho epi-historiográfico, como já mencionado, tomou como modelo o trabalho realizado por Altman (2001), indicando a referência bibliográfica e um pequeno resumo dos trabalhos. Mais detalhes a respeito da organização desta epi-historiografia serão fornecidos no próximo capítulo, dedicado aos aspectos metodológicos desta pesquisa.

## Justificativas

A primeira justificativa para realização desta historiografia do ensino de Linguística nas universidades brasileiras traçada a partir dos documentos reguladores dos cursos de Letras e Linguística foi a necessidade de explicitar alguns traços do processo de institucionalização da área já apontados em trabalhos que se dedicaram à produção de conhecimento sobre a linguagem no Brasil, como os mencionados anteriormente.

Apesar de questões relacionadas ao ensino serem tratadas em trabalhos historiográficos da linguística brasileira, ainda não foi encontrada uma historiografia do ensino de Linguística que privilegie o estudo das configurações da área dentro dos cursos universitários. Trata-se, portanto, de uma contribuição aos estudos historiográficos da linguística brasileira na medida em que apresenta uma sistematização do desenvolvimento da disciplina e dos instrumentos utilizados para sua normatização.

Além disso, a tese apresenta uma contribuição da historiografia linguística para pesquisadores que analisam questões pedagógicas da formação dos cursos de Letras e Linguística, em especial aos trabalhos dedicados ao processo de formação de professores. A relação da Linguística com o ensino foi um dos argumentos utilizados para a implantação da disciplina (CASTILHO, 1962, 1963, 1983; ILARI, 1973, 1992; ALTMAN, 1998; NEVES, 2002); a preocupação com a formação de professores no âmbito do curso de letras, segundo mapeamento feito por Corrêa (2015), é um dos temas que vem se destacando na produção de dissertações e teses nos programas da área de Letras e Linguística.

Em trabalho anterior (SUGIYAMA, 2006), buscou-se compreender de que maneira as formas de produção e circulação do conhecimento associado à Linguística sustentariam a repetição por mais de cinco décadas (1960-2000) de um *discurso-eixo* que associa dois polos argumentativos: a) a existência de problemas no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa; e b) a construção de soluções para esses problemas a partir da produção da Linguística.

Naquele trabalho, foi apresentada uma análise de seis dissertações de mestrado produzidas por professores que se dedicaram a diferentes aspectos da relação entre a Linguística e o ensino de Língua Portuguesa. Além da temática, a reunião das dissertações foi feita porque as autoras realizaram uma espécie de relato de seus percursos acadêmicos que motivaram a realização da pesquisa.

Ao analisar as narrativas sobre as motivações para a realização da pesquisa, um dos destaques foi a vinculação da motivação com o contato com textos de divulgação que relacionam a Linguística ao ensino de língua portuguesa utilizados em cursos de formação continuada. Em nenhum momento, houve a consideração dessa relação a partir da Linguística, que fez parte da formação desses professores em nível de graduação<sup>12</sup>.

De alguma forma, esta tese busca compreender, no percurso histórico da institucionalização da Linguística no ensino superior brasileiro, quais seriam os fatores envolvidos no ensino dessa disciplina que permitiram que os autores dos trabalhos citados elessem, como “horizonte de retrospecto” (AUROUX, 1992), os textos de divulgação

---

<sup>12</sup> As dissertações analisadas no trabalho citado foram produzidas entre 1994 e 2004; as autoras foram alunas dos cursos de Letras entre às décadas de 80 e 90, ou seja, em momento posterior à implantação da disciplina Linguística nos cursos de Letras.

utilizados nos cursos de formação continuada ao invés dos conhecimentos aprendidos durante a graduação<sup>13</sup>.

Acredita-se que historiografias sobre o ensino de Linguística, como a apresentada nesta tese, precisam ser desenvolvidas para uma melhor compreensão das identidades da área, construídas ao longo da história de institucionalização da disciplina.

## Organização do Trabalho

Além desta introdução, a apresentação da historiografia do ensino de Linguística aqui desenvolvida foi dividida em cinco capítulos além das *considerações finais*.

O capítulo 1, intitulado *Por uma historiografia do ensino de Linguística no Brasil*, apresentou os pressupostos teóricos e metodológicos que nortearam a realização da pesquisa. Em especial, realizou a apresentação da *cobertura, perspectiva e profundidade* do trabalho por meio da exposição das formas de localização, seleção e organização dos documentos utilizados para a construção das análises.

O capítulo 2, *Historiografia do ensino de Linguística no Brasil (1960-2010): fatores externos*, foi dedicado à construção de uma periodização a partir dos chamados ‘fatores externos’, que buscou contextualizar as principais intervenções normativas na organização institucional e pedagógica dos cursos de graduação e pós-graduação. Além da periodização, foi explorada a trajetória de institucionalização do ensino de Linguística por meio dos documentos produzidos pelos órgãos responsáveis por regular o ensino superior no Brasil.

O capítulo 3, *A formação nos cursos de Linguística: graduação e pós-graduação*, explorou a identidade da área, construída nos cursos que oferecem o título de ‘linguista’ aos seus alunos em nível de graduação e pós-graduação. A análise explorou as configurações dos cursos de graduação por meio da documentação curricular e, em relação aos programas de pós-graduação, foram exploradas as informações sobre os produtos desses programas.

---

<sup>13</sup> Além dos resultados apresentados em Sugiyama (2006), outros elementos do percurso acadêmico que permitiram chegar à proposição deste trabalho foram organizados em forma de memorial no relatório de pesquisa apresentado no exame de qualificação em março de 2018. Anexo 01

O capítulo 4, *A linguística nos cursos de graduação em Letras*, buscou identificar o espaço dedicado ao ensino de Linguística nos cursos de graduação em Letras. A análise explorou a documentação curricular em dois níveis: no primeiro, em paralelo ao que foi realizado no capítulo 3, dedicou-se à configuração curricular geral dos cursos, mapeando os componentes curriculares associados à Linguística; e no segundo nível, dedicou-se ao mapeamento dos conteúdos e indicações bibliográficas desses componentes.

Encerrando as análises, foi apresentado o capítulo *Continuidades e descontinuidades no processo de institucionalização da Linguística e sua relação com o ensino*, capítulo 5. O capítulo traçou os movimentos que foram percebidos durante os mapeamentos das configurações e dos conteúdos dos cursos; buscou traçar, ainda, as implicações pedagógicas desses movimentos para o ensino de Linguística

Fechando o trabalho, as *Considerações Finais* avaliam em que medida este trabalho conseguiu traçar uma história do ensino de Linguística no Brasil entre 1960 e 2010, e traçam possíveis desdobramentos desta pesquisa.

# 1. POR UMA HISTORIOGRAFIA DO ENSINO DE LINGUÍSTICA NO BRASIL

## 1.1 Pressupostos Teóricos e Metodológicos

A *Introdução* deste trabalho buscou situar o tema explorado nesta tese tanto em relação ao contexto institucional a partir do qual a pesquisa foi realizada quanto em relação ao desenvolvimento dos estudos historiográficos que tomam o contexto nacional como objeto de estudo. Para além do que já foi exposto anteriormente na introdução, este capítulo é dedicado a traçar os pressupostos teóricos e metodológicos que subsidiaram as estratégias utilizadas para a construção dos mapeamentos e das análises apresentados nos capítulos 3 e 4.

A partir dos trabalhos citados anteriormente, pode-se afirmar que a história do processo de institucionalização da Linguística no Brasil parece ser exemplar não só para corroborar com a crítica ao “modelo cumulativo” (KUHN, 1962:25) de história da ciência, uma vez que é possível observar a disputa entre *paradigmas* na produção do conhecimento linguístico; mas também em relação às críticas feitas ao “modelo de revolução científica”, tais como as apresentadas por Hymes (1983:9) ao apontar que, em relação ao desenvolvimento da história do conhecimento linguístico, o estabelecimento de um novo paradigma não realiza a completa substituição do paradigma anterior.

Um dos exemplos desses processos no desenvolvimento da produção linguística brasileira pode ser encontrado na revisão sobre a relação da Filologia e da Linguística realizada por Altman (2018). Em seu trabalho, a autora retoma o processo de emergência da Linguística como disciplina autônoma no cenário acadêmico brasileiro, reconstruindo, por meio da análise de períodos emblemáticos das duas disciplinas, os interesses e orientações das duas gerações de pesquisadores. Para a autora, “a Linguística e Filologia no Brasil, de fato, não se sucederam enquanto paradigmas incomensuráveis, mas, antes sempre iluminaram uma à outra” (ALTMAN, 2018:62).

Coelho (2018:75-76) também aponta, a despeito da *retórica de ruptura* (MURRAY, 1994), as continuidades que a Linguística manteve em relação aos estudos

filológicos. A autora destaca cinco pontos de continuidade que mereceriam ser mais investigados por parte da historiografia linguística: a) a retórica que busca definir o científico em contraposição à gramática tradicional; b) a preferência por textos de divulgação científica em detrimento da análise dos textos fontes; c) a relação dos pesquisadores com os centros internacionais; d) a predileção pela investigação da língua portuguesa em relação a outras línguas ou a pesquisas meta-teóricas; e) diminuição do impacto de modelos formais a partir da ênfase nos estudos que tomam a palavra e o texto como objeto.

Esta historiografia do ensino de Linguística no Brasil foi realizada a partir da perspectiva que considera a história da Linguística brasileira como um complexo processo de continuidades e rupturas que pode ser estabelecido tanto em relação ao conhecimento (concepções de linguagem, objetos de análise, métodos de análise) quanto em relação à *retórica* (de continuidade ou de ruptura), ou seja, ao posicionamento dos pesquisadores em relação a outras gerações e perspectivas.

A historiografia linguística dedicada ao ensino, como lembra Swiggers (1990: 26), investiga uma prática e, por isso, não pode ser limitada a um modelo que considere somente os materiais e instrumentos produzidos para o ensino de língua como formas de explicar as construções teóricas sobre a linguagem (modelo cumulativo); ou, ainda, a um modelo que se atenha somente às estruturas dos materiais didáticos, buscando descrever como uma prática pedagógica é construída (modelo formal-estrutural). Swiggers (1990: 28) lembra, ainda, que mesmo um modelo dedicado exclusivamente para a inserção de uma prática pedagógica dentro do contexto social (modelo sociológico) não é suficiente para a construção de uma historiografia linguística do ensino.

Para o autor, é preciso construir um modelo complexo levando em consideração as três perspectivas apresentadas anteriormente, considerando que os agentes do ensino linguístico podem ocupar duas posições em relação às matérias do ensino: a de locutor observador e a de teórico-prático, ou seja, ao mesmo tempo em que legitima a tradição expondo os conteúdos considerados importante, os agentes são convocados a escolher exemplos e a debater os pontos de conflito das teorias.

Tais reflexões acerca da historiografia do ensino linguístico são importantes para a construção deste trabalho, porque apontam para a necessidade de reconstruir uma parte da história desse ensino a partir da eleição de uma documentação que deve ser tratada metodologicamente a fim de que se possa sustentar uma interpretação histórica.

Neste trabalho, optou-se por realizar uma investigação sobre o ensino da Linguística nos cursos de Letras e Linguística em nível de graduação e pós-graduação a partir dos documentos produzidos para a regulação dos cursos (leis, projetos de cursos, grades curriculares e ementas). Para tanto, foram utilizadas estratégias relacionadas aos três modelos de historiografia descritos por Swiggers (1990): foram feitos tanto o levantamento quanto a descrição e contextualização da documentação, encontrada ao longo tempo.

Buscou-se considerar, ainda, na construção das análises, o duplo papel dos agentes envolvidos, uma vez que, ao mesmo tempo em que são responsáveis pela produção da documentação escolhida como *corpus*, também exerceram o papel de produtores do conhecimento linguístico, e estão inseridos em um contexto acadêmico que é afetado por regulações institucionais tanto internas às universidades quanto externas, produzidas por órgãos governamentais.

Dentro da perspectiva da Historiografia Linguística adotada pelas pesquisas do CEDOCH, definir os pressupostos teóricos e metodológicos é uma das etapas essenciais para a construção do que Koerner (1989) chama de trabalho *metodologicamente consciente*, em que o modo de interpretação dos fatos históricos é necessariamente explicitado a cada trabalho.

Para realizar essa tarefa, optou-se por explicitar os parâmetros de “cobertura”, “perspectiva” e “profundidade” (SWIGGERS, 2009:70), ou seja, explicitar quais recortes foram considerados na construção desta historiografia do ensino de Linguística.

A cobertura engloba a definição temática, temporal e espacial realizada de acordo com a documentação e com o tipo de investigação que sustenta o trabalho; a perspectiva diz respeito à escolha por privilegiar os *fatores externos*, delineando o contexto (social, temporal, cultural etc.) relacionado ao material analisado e/ou aos *fatores internos* relacionados às ideias e às práticas linguísticas em si mesmas. Já a profundidade da historiografia é definida pelo modo como o objeto foi recortado e pela escolha da documentação a partir da qual as interpretações são construídas.



## 1.2 Cobertura, Perspectiva e Profundidade: principais delimitações

Nos itens anteriores, destacou-se a apresentação dos elementos relacionados à questão temática da cobertura realizada por esta tese, a saber: a relação entre o processo de institucionalização da disciplina e a prática de ensino da Linguística. Além do recorte temático, os elementos relacionados com as questões de temporalidade (1960-2010) e espacialidade (parte das universidades brasileiras) foram considerados para estabelecer a cobertura do trabalho.

Trata-se de um recorte temporal de 50 anos que se aproxima bastante do atual momento de produção deste trabalho. Como é possível depreender por meio de alguns trabalhos já mencionados, como o de Altman (1998), a historiografia linguística não descarta, *a priori*, a possibilidade de construir um trabalho historiográfico que inclua um recorte temporal próximo àquele em que o trabalho é realizado.

Ainda no âmbito dos trabalhos nacionais, pode-se apontar o trabalho de Bastos e Hanna (2015). As autoras realizam uma revisão dos pressupostos teóricos da própria historiografia linguística e de áreas complementares, como a História Cultural e os Estudos Culturais, para sustentarem a possibilidade de investigação do *tempo presente*.

Nesta tese, assume-se a posição de Robin (1990), para quem o trabalho na historiografia linguística parte sempre da ordenação, organização e arranjo dos documentos para, depois, construir uma interpretação sustentada pela análise da documentação. O autor aponta, ainda, que cada recorte temporal impõe as suas dificuldades; por exemplo, ao tratar de documentações de períodos muito antigos, tanto o acesso quanto a quantidade de informações podem dificultar a reconstrução histórica e, por outro lado, ao tratar de problemas contemporâneos, a grande quantidade de informações também pode ser um obstáculo para a historiografia.

Robin (1990) destaca, ainda, que, se por um lado, o tratamento de documentos mais contemporâneos torna mais difícil reconhecer que tipo de repercussão tal documento pode causar, por outro lado, a pesquisa com documentos mais afastados no tempo também não garante uma interpretação verdadeira, visto que as interpretações podem ter seus estatutos modificados com a descoberta de outros documentos referentes ao período.

O recorte temporal foi realizado levando em consideração marcos implementados pelo governo federal que estão diretamente ligados ao processo de institucionalização da Linguística nas universidades brasileiras: a década de 1960 foi escolhida, porque inclui a

publicação, em 1962, do decreto que implanta a disciplina Linguística como componente obrigatório do currículo mínimo dos cursos de graduação em Letras; e a primeira década dos anos 2000 inclui a publicação, em 2001, das *Diretrizes Curriculares Nacionais* dos cursos de graduação de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

No contexto mais amplo, o do ensino superior brasileiro, as duas décadas também são representativas de intervenções governamentais no cenário acadêmico. Em 20 de dezembro de 1961, a Lei nº 4.024 criou o chamado Conselho Federal de Educação, agente responsável pela elaboração do currículo mínimo de 1962, citado acima; e, em 2007, o MEC lança o programa de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (REUNI).

Apesar do REUNI não ter mantido uma relação direta com os cursos de Letras e Linguística, tratou-se de considerar em que medida esses cursos foram contemplados em um projeto que visou à expansão e à consolidação das universidades federais no território nacional.

O recorte espacial foi realizado a partir da busca dos cursos de Letras e Linguística nos bancos de dados oficiais: o sistema e-mec, cuja responsabilidade pela obtenção e disponibilização das informações dos cursos de graduação é feita pelo MEC; e a *plataforma sucupira*, mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, órgão responsável pela regulação dos programas de pós-graduação no Brasil. Os resultados dessas buscas e a construção de critérios adicionais para o recorte da espacialidade desta pesquisa foram apresentados em item específico neste mesmo capítulo.

Em relação à perspectiva adotada, optou-se por seguir a articulação feita por Altman (1998) ao produzir uma historiografia da produção linguística brasileira entre 1968 e 1988, que explorou tanto os fatores externos quanto os fatores internos na construção de suas interpretações.

A exploração dos fatores externos foi realizada, em especial, pela análise dos documentos produzidos por órgãos reguladores dos cursos de Letras e Linguística em nível de graduação e pós-graduação, além de documentos relativos aos próprios cursos. Buscou-se, de maneira geral, traçar as diferentes maneiras de inserção da Linguística nos currículos dos cursos de Letras e os contextos de emergência dos cursos de Linguística em nível de pós-graduação e, posteriormente, em nível de graduação.

Além dos materiais considerados fontes primárias para a realização desta pesquisa, realizou-se o levantamento de fontes secundárias formadas por diferentes tipos

de materiais bibliográficos que se relacionam com o processo de institucionalização e ensino da Linguística no ensino superior. Os detalhes dos procedimentos de organização dessas fontes secundárias foram descritos no item dedicado aos procedimentos e organização das fontes de pesquisa.

A exploração dos fatores internos, por sua vez, foi relacionada com a apresentação dos modos de divisão dos componentes curriculares por meio dos quais a Linguística é apresentada nos cursos de graduação em Letras e Linguística e, em especial, os conteúdos e referências bibliográficos relacionados a essas disciplinas.

Tomando como objetivo principal traçar uma historiografia do ensino de Linguística a partir dos processos de institucionalização da disciplina no Brasil, a escolha das fontes primárias foi a documentação institucional para a regulação dos cursos de Letras e Linguística no Brasil, produzidos por agentes como o MEC, a CAPES e as próprias instituições de ensino.

No caso de uma historiografia do ensino de Linguística, outros materiais poderiam ser utilizados para explorar outras perspectivas do ensino da disciplina no país, como, por exemplo, materiais produzidos por professores no momento de preparação de aulas, a transcrição e/ou gravação de aulas, ou, ainda, os materiais produzidos pelos próprios alunos como cadernos e anotações em textos. Uma análise desse tipo de material poderia, inclusive, mostrar a distância entre o que está oficializado nas ementas ou projetos com o que foi efetivamente trabalhado nas práticas pedagógicas das disciplinas ao longo do tempo e do espaço.

O desenvolvimento de um trabalho a partir das fontes mencionadas acima permitiria, inclusive, uma aproximação mais direta com o modelo de Swiggers (1990:38) mencionado anteriormente, uma vez que o autor propõe o modelo para análise de materiais com fins pedagógicos.

Ao optar por mapear o ensino de Linguística nos cursos de graduação por meio dos currículos dos cursos, pode-se afirmar que tais documentos não cumpriram um papel pedagógico direto seja como instrumento por meio do qual o ensino de Linguística fora realizado (como livros, manuais, gravação/transcrição de aula), seja como produtos desta prática pedagógica (como cadernos, provas, trabalhos monográficos etc.).

No entanto, o interesse principal desta historiografia do ensino de Linguística foi a caracterização da área a partir de seus processos de institucionalização. Dessa perspectiva, a escolha por documentos produzidos como instrumentos que realizam a

regulação dos cursos se torna mais relevante, por permitir um mapeamento, ao longo do período e das instituições consideradas, das formas de expressão da identidade da área.

As análises não pretenderam avaliar em que medida esses currículos foram cumpridos ou, ainda, julgar se os programas estavam de acordo com uma determinada representação do seja a Linguística. Esses documentos, portanto, foram considerados representativos do modo como as instituições implementaram a disciplina na formação em Letras e, posteriormente, na oferta de cursos de Linguística em nível de graduação e pós-graduação.

Tendo em vista os parâmetros apresentados neste item, pode-se afirmar que esta historiografia do ensino da Linguística foi elaborada a partir de documentos de regulação dos cursos de graduação em Linguística e Letras e dos programas de pós-graduação em Linguística de parte das universidades públicas brasileiras, elaborados entre 1960 e 2010, abrangendo o período desde a implantação da disciplina no currículo mínimo do curso de Letras em 1962, até a publicação das Diretrizes Curriculares em 2001.

### 1.3 Distribuição Geral dos Cursos de Graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística

#### 1.3.1 Buscas Iniciais

A primeira tarefa para constituição da base documental foi a busca junto aos sistemas oficiais dos cursos de Letras e Linguística em nível de graduação e pós-graduação (*e-mec*, para os cursos de graduação; *plataforma sucupira*, para os programas de pós-graduação). Essas buscas iniciais, apresentadas adiante, permitiram traçar um levantamento geral da distribuição atual dos cursos no Brasil.

### 1.3.1.1 Graduação

Como anunciado acima, a busca pelos cursos de graduação foi iniciada a partir dos relatórios produzidos pelo sistema *e-mec*, criado pelo Ministério da Educação como forma de centralizar as informações sobre as instituições de ensino superior (IES) pertencentes ao sistema federal. Além das IES federais que, obrigatoriamente, fornecem dados ao sistema, as IES vinculadas aos conselhos estaduais de educação também podem cadastrar seus cursos junto ao banco de dados do *e-mec*.

O sistema permite três formas de consulta dos cursos existentes: *consulta interativa*; *consulta textual*; *consulta avançada*, além de possibilitar a pesquisa de IES extintas em uma aba separada. A *consulta interativa* é feita por meio de um mapa do Brasil que permite ao usuário selecionar um estado da União, e então, ir filtrando os dados desejados por curso, instituição e município; na escolha *consulta textual*, o usuário deve selecionar um dos filtros (*mantenedora*, *instituição de ensino superior*, *curso de graduação*, *curso de especialização* e *Endereço (local de oferta)*) e inserir o item textual que se pretende verificar; já o modo *consulta avançada* permite cruzar os filtros existentes na *consulta textual* antes de inserir o item textual que se deseja consultar.

Buscando traçar um mapa geral mais abrangente dos cursos de Letras e Linguística cadastrados no sistema, optou-se por realizar a *consulta textual*, selecionando o filtro *curso de graduação* e o item textual *Letras* e, na sequência, uma nova consulta foi realizada com o item textual *Linguística*. A pesquisa foi realizada por meio do site <<http://emec.mec.gov.br/>>, no dia 28 de setembro de 2016. Os relatórios gerados pelo sistema em documentos *xlsx* (planilha de Excel) forneceram as seguintes informações: *instituição de ensino superior (IES)*, *nome do curso*, *grau (bacharelado/licenciatura)*, *modalidade (presencial/à Distância)*, *cc (conceito do curso atribuído pelo MEC)* e *Enade*.

#### Graduação em Letras

A consulta ao sistema *e-mec* com o item ‘Letras’ gerou um relatório de 2204 (dois mil duzentos e quatro) cursos divididos em 615 (seiscentas e quinze) IES.

Desse universo, 2086 (dois mil e oitenta e seis) cursos eram oferecidos presencialmente, e 118 (cento e dezoito), na modalidade ‘à distância’, sendo que 2052 (dois mil e cinquenta e dois) cursos presenciais forneciam o grau de Licenciado em Letras, e apenas 152 (cento e cinquenta e dois), o de Bacharel; dos cursos ofertados à distância, somente um fornecia o grau de Bacharel, enquanto os outros 117 (cento e dezessete) forneciam o grau de licenciado.

É importante ressaltar que o sistema entende como *curso* cada uma das habilitações ofertadas por uma determinada instituição. Por exemplo, ao consultar o sistema sobre o ‘curso de Letras ofertado pela USP’, encontramos 18 (dezoito) ‘cursos’ na nomenclatura do e-mec, que correspondem às 16 (dezesseis) habilitações; os outros dois cursos correspondem ao *Ciclo básico* (considerado curso de ingresso na carreira) e à Licenciatura.

Também fazem parte dessa lista os cursos criados pelas instituições para atender às demandas de programas institucionais e governamentais, como o *Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR)*, gerenciado pela *CAPES* em convênio com as universidades para a oferta de cursos de Licenciaturas para professores que já atuam, mas não têm formação de nível superior.

O quadro 1, abaixo, resume, em números absolutos, os cursos de Letras levantados por meio de relatório gerado pelo sistema e-mec:

*Quadro 1: Distribuição dos cursos de Letras em função das modalidades de curso e categorias de IES*

	Licenciatura		Bacharelado		Total
	Presencial	À distância	Presencial	À distância	
Universidades Federais	331	33	71	1	436
Universidades Estaduais	386	13	35	--	434
Institutos Federais	18	04	--	--	22
Instituições Privadas, Fundações e Autarquias	1200	67	45	--	1312
Totais	1935	117	151	1	2204

Fonte: elaboração do autor a partir de relatório gerado pelo sistema *e-mec* por meio da ferramenta *Consulta Textual*, utilizando a palavra-chave ‘Letras’, em 28 de setembro de 2016.

O *quadro 1* permitiu a observação de algumas discrepâncias na distribuição dos cursos em relação às modalidades e às IES. O setor privado foi responsável por mais da metade do total dos cursos de Letras listados no relatório: 1.312 (mil trezentos e doze) cursos, aproximadamente 60%; enquanto o setor público oferta 892 (oitocentos e noventa e dois) cursos, aproximadamente 40% em relação ao universo total dos cursos.

Observou-se, ainda, que, tanto no setor público quanto no privado, houve a prevalência dos cursos de licenciatura, que representam mais de 93% do total de cursos. No entanto, ao considerar o número absoluto da modalidade bacharelado (152), foi percebida uma inversão em relação à categoria das instituições, uma vez que o setor privado é responsável pela oferta de aproximadamente 30% do total nessa modalidade.

Em relação ao setor público, observou-se que o número absoluto de cursos é praticamente o mesmo entre as universidades estaduais e as federais. No entanto, a oferta da modalidade bacharelado nas instituições federais supera a margem de 50% em relação às instituições estaduais.

Essa visão geral da distribuição dos cursos de Letras serviu de base para os refinamentos dos recortes apresentados a partir do item 1.4 deste capítulo.

## Graduação em Linguística

A consulta realizada por meio da ferramenta *Consulta Textual*, filtrando por *Cursos de Graduação* e o item *Linguística*, gerou um relatório com cinco cursos de graduação, todos bacharelados, presenciais e ofertados por universidades públicas, duas estaduais e três federais. Tratam-se das seguintes universidades: USP e UNICAMP, universidades estaduais paulistas e as Universidade Federal da Integração Latino Americana- UNILA, Universidade Feral de Goiás- UFG e Universidade Federal de São Carlos- UFSCar.

Em relação à busca anterior, observou-se a sobreposição em três dos cinco cursos (USP, UFG e UNILA), porque são cursos designados como Letras; os cursos da UNICAMP e da UFSCAR não foram sobrepostos, porque são designados como Linguística.

Vale ressaltar, ainda, que, apesar da sobreposição, os cursos da USP e da UFG oferecem uma habilitação em Linguística; já o curso da UNILA apareceu na lista porque

foi designado como *Letras - Expressões Literárias e Linguísticas*, ou seja, em virtude da palavra-chave utilizada pela busca automática. No entanto, além de não apresentar uma habilitação em Linguística como os demais, já se encontrava em processo de desligamento. Por esses motivos, esse curso não foi incluído no escopo da pesquisa.

Em relação à modalidade, os quatro cursos que oferecem a habilitação em Linguística, como informado anteriormente, foram cadastrados na modalidade Bacharelado. No entanto, como já informado anteriormente, a USP oferece a modalidade de Licenciatura para todas as suas habilitações, incluindo a Linguística. As outras instituições ofertam a habilitação em Linguística somente na modalidade de Bacharelado.

O quadro de distribuição dos cursos de Linguística no Brasil levando em consideração as modalidades e categorias de IES é o seguinte:

*Quadro 2: Distribuição dos cursos de Linguística em função das modalidades de curso e categorias de IES*

	Licenciatura		Bacharelado		Total
	Presencial	À distância	Presencial	À distância	
Universidades Federais	0	0	2	0	2
Universidades Estaduais	1		2	0	3
Institutos Federais	0	0	0	0	0
Instituições Privadas, Fundações e Autarquias	0	0	0	0	0
Totais	1	0	4	0	5 <sup>14</sup>

Fonte: elaboração do autor a partir de relatório gerado pelo sistema *e-mec* por meio da ferramenta *Consulta Textual*, utilizando a palavra-chave 'Linguística', em 28 de setembro de 2016.

Para além da baixa produtividade da oferta de cursos de Linguística na graduação, o *quadro 2* apontou um cenário oposto em relação à distribuição dos cursos de graduação em Letras: houve apenas uma oferta na modalidade licenciatura, e todos os cursos são

<sup>14</sup> Apesar de ter excluído o curso da UNILA na distribuição dos cursos de Linguística, o total final continuou igual a cinco, porque foi considerada a oferta da Licenciatura para a habilitação de Linguística na USP.



ofertados por instituições do setor público. Mais uma vez, foi observado um equilíbrio de oferta entre as universidades estaduais e federais.

Da mesma forma que o levantamento anterior, a visão geral da distribuição dos cursos de graduação em Linguística serviu de base a constituição da base informacional apresentada no item 1.4 deste capítulo.

### 1.3.1.2 Pós-Graduação

A busca pelos programas de pós-graduação foi realizada no dia 20 de abril de 2017 por meio da *plataforma sucupira*, sistema desenvolvido pela CAPES, responsável por aprovar e acompanhar os programas de pós-graduação *stricto-sensu* no Brasil. A *plataforma sucupira* oferece a lista de programas de acordo com as áreas de avaliação em que estão cadastrados na CAPES. Os dados referentes aos programas da área de avaliação nomeada por Letras & Linguística podem ser encontrados no endereço eletrônico: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=41>>

Verificou-se a existência de 157 (cento e cinquenta e sete) programas vinculados à área de avaliação Letras e Linguística da CAPES. Deste universo, 122 (cento e vinte e dois) foram registrados sob a designação de programas de ‘Letras’, e outros 35 (trinta e cinco), sob a designação ‘Linguística’.

Foi possível, ainda, gerar dois relatórios: um relativo aos programas de ‘Letras’ e outro de ‘Linguística. Cada relatório listava a quantidade de programas por instituição. Além da quantidade geral de programas vinculados a cada uma das áreas, os relatórios especificaram, ainda, as modalidades ofertadas pelos programas (somente mestrado acadêmico; somente doutorado acadêmico; mestrado e doutorado acadêmicos; somente mestrado profissional; somente doutorado profissional; mestrado e doutorado profissionais).

Apesar da informação de não ter sido disponibilizada pelo relatório fornecido pela CAPES, foi acrescentada, no relatório, a categoria das IES (Instituições Federais, Instituições Estaduais e Instituições Privadas e Autarquias), buscando manter um paralelo com a apresentação dos cursos de graduação.

## Programas de Pós-Graduação em Letras

Do universo dos 122 (cento e vinte dois) programas de pós-graduação registrados na categoria 'Letras', 67 (sessenta e sete) ofereciam os níveis de mestrado e doutorado acadêmicos, 49 (quarenta e nove), somente mestrado, um, somente doutorado, e cinco ofereciam o mestrado profissional. A oferta desses programas era realizada por 84 (oitenta e quatro) instituições diferentes.

O quadro abaixo apresenta a distribuição da quantidade de programas de pós-graduação da área de 'Letras' considerando as modalidades utilizadas pela CAPES<sup>15</sup> e a categoria da IES responsável pelo programa.

*Quadro 3: Distribuição dos programas de pós-graduação registrados sob a designação 'Letras'*

	Modalidades Ofertadas				Total
	ME	DO	ME/DO	MP	
Instituições Estaduais	18	0	25	1	44
Instituições Federais	18	0	38	2	58
Instituições Privadas e Autarquias	13	1	4	2	20
Totais	49	1	67	5	122

Fonte: elaboração do autor a partir de relatório gerado pela *Plataforma Sucupira*, em 20 de abril de 2017.

O quadro 3 mostrou que, em relação aos programas de pós-graduação, a oferta foi realizada majoritariamente pelo setor público, responsável por 102 (cento e dois) do total de 122 programas (aproximadamente, 84%). O número foi ainda maior ao considerar a modalidade *doutorado acadêmico*, cuja oferta pelo setor público correspondia a, aproximadamente, 93%.

<sup>15</sup> ME- mestrado acadêmico; DO- doutorado acadêmico; ME/DO- mestrado e doutorado acadêmicos; MP- mestrado profissional; DP- doutorado profissional; MP/DP- mestrado e doutorado profissionais

## Programas de Pós-Graduação em Linguística

Do universo de 35 (trinta e cinco) programas vinculados à designação 'Linguística', 24 (vinte e quatro) programas ofereciam as modalidades de mestrado e doutorado acadêmicos; outros 07 (sete) ofereciam somente o mestrado acadêmico; e, por fim, 04 (quatro) ofereciam a modalidade mestrado profissional. A oferta desses programas era feita por 29 instituições de acordo com a distribuição apresentada no quadro abaixo.

*Quadro 4: Distribuição dos programas de pós-graduação registrados sob a designação 'Linguística'*

	Modalidades Ofertadas				Total
	ME	DO	ME/DO	MP	
Instituições Estaduais	0	0	09	01	10
Instituições Federais	03	0	10	03	16
Instituições Privadas e Autarquias	02	0	7	0	09
Totais	05	0	26	04	35

Fonte: elaboração do autor a partir de relatório gerado pela *Plataforma Sucupira*, em 20 de abril de 2017.

Ao considerar exclusivamente os números apresentados pelo *quadro 4*, pode-se afirmar que a tendência percebida no quadro anterior é mantida: enquanto o setor público é responsável pela oferta de 26 (vinte e seis) programas, o setor privado é responsável pela oferta de 09 (nove) programas. No entanto, é preciso considerar que a diferença em relação ao número total de programas baixou em, aproximadamente, 10%.

A mudança foi ainda mais marcada ao considerar a modalidade *doutorado acadêmico*: enquanto sua representatividade ficou na casa dos 7% em relação aos programas de Letras, passou a representar 27% dos programas que ofertam essa modalidade nos programas de Linguística.

O *quadro 4* permitiu, ainda, observar um espaço maior dedicado à Linguística nos programas de pós-graduação em relação ao que foi observado na distribuição dos cursos de graduação. Apesar dos números absolutos também apontarem uma produtividade menor da Linguística, em relação aos programas de Letras, o espaço institucional ocupado na pós-graduação é bem mais representativo. Enquanto os cursos de graduação em Linguística corresponderam a, aproximadamente, 0,23% do total dos cursos de graduação em Letras, os programas de pós-graduação em Linguística representam, aproximadamente, 29% do total dos programas em Letras.

#### 1.4 Refinamento do Recorte em Função da Definição da Unidade de Análise

O levantamento em números absolutos dos cursos de graduação e programas de pós-graduação a partir dos relatórios gerados pelos órgãos governamentais responsáveis pela regulação desses cursos permitiu uma visualização ampla da extensão institucional envolvida na elaboração desta historiografia.

Os quadros-síntese expostos anteriormente permitiram perceber que a produtividade dos cursos de Letras e Linguística em suas diferentes modalidades e níveis não aconteceu de forma uniforme nas diferentes categorias de IES. Apontaram também para a necessidade de refinar os recortes para manter a consistência das informações em relação aos parâmetros apresentados no item 1.2 deste capítulo.

Para iniciar o refinamento dos recortes, um primeiro passo foi a definição da unidade de análise a ser utilizada na continuidade da seleção e organização da documentação mobilizada para o estabelecimento desta historiografia. Optou-se, então, por considerar o curso como unidade de análise. No entanto, a noção de curso utilizada neste trabalho se diferencia, em especial, do modo como foi empregado pelo sistema *e-mec*, que considera ‘curso’ toda organização curricular que sustenta a emissão de um diploma específico.

Tendo em vista que o interesse deste trabalho foi analisar como as formas de institucionalização da Linguística afetaram seu ensino no nível superior brasileiro, a unidade *curso* foi definida não em relação às particularidades que um diploma na área de Letras pode assumir, mas em relação à constituição de um *grupo de especialidade* (MURRAY, 1994).

A partir desta perspectiva, a noção de curso passa estar relacionada com a organização institucional, ou seja, uma instituição pode oferecer mais de uma habilitação do curso de Letras, no entanto o grupo responsável por propor e ofertar os componentes curriculares da Linguística em cada uma das habilitações é o mesmo.

Nessa direção, ‘curso’ também não pode ser considerado um sinônimo de universidade, já que uma mesma IES pode manter espaços institucionais com relativa autonomia entre eles e, portanto, grupos com capacidade de implementar mudanças nos documentos que regulam a configuração dos cursos onde atuam.

Um exemplo: ao levantar os cursos de Letras ofertados pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM a partir do sistema e-mec, foram encontrados oito ‘cursos’. No entanto, ao buscar a distribuição destes cursos no interior da instituição, percebeu-se a existência de três espaços institucionais ( o Instituto de Natureza e Cultura, na cidade de Benjamin Constant; o Instituto de Educação, Agricultura e Meio Ambiente, na cidade Humaitá e a Faculdade de Letras em Manaus) que possuem uma organização institucional cujo grupo responsável pela área pode ter autonomia em relação aos outros; portanto, considerou-se a existência de três cursos.

Além dessa definição de curso, que torna as diferentes habilitações em realizações de uma mesma unidade, optou-se por limitar a busca aos cursos oferecidos pelas universidades federais, porque, como mostrado no item anterior, apresentaram os percentuais mais equilibrados em relação à oferta das diferentes modalidades.

As exceções encontram-se relacionadas com o curso de graduação em Linguística. Em virtude da baixa produtividade de oferta desta modalidade, optou-se por considerar como curso as habilitações ofertadas dentro dos cursos de Letras e, ainda, os dois cursos oferecidos por universidades estaduais (UNICAMP e USP).

Dessa forma, a base de cursos considerados como suporte informacional para essa historiografia do ensino de Linguística no Brasil ficou definida da seguinte forma: os cursos de graduação em Letras e os programas de pós-graduação em Linguística<sup>16</sup> das universidades federais e os quatro cursos existentes de graduação em Linguística<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Optou-se por excluir os programas de Pós-Graduação em Letras por considerar que seu mapeamento exigira o mesmo esforço e grau de complexidade que o mapeamento da graduação em Letras, podendo ser objeto de um novo trabalho.

<sup>17</sup> O *quadro 2* considerou a existência de cinco cursos, porque foi elaborado a partir da noção de ‘curso’ utilizada pelo sistema *e-mec* em que as modalidades de Bacharelado e Licenciatura são consideradas independentes.

A partir dos refinamentos estabelecidos acima, iniciou-se um novo processo de busca para estabelecer a quantidade e a localização das bases informacionais supracitadas. Esse processo tomou como ponto de partida a listagem das universidades obtidas no levantamento apresentado anteriormente, e teve como objetivo principal buscar as formas de organização institucional às quais os cursos estavam submetidos nas universidades, e, ainda, mapear a localização e data de criação desses cursos.

#### 1.4.1 Cursos de Graduação em Letras Selecionados como Suporte Informacional

A partir do relatório dos levantamentos apresentados anteriormente, foram listadas 57 (cinquenta e sete) universidades federais. Nessa etapa, foram levantadas, junto aos sites destas instituições, as formas de organização institucional para chegar ao número de cursos de acordo com a definição estabelecida como unidade de análise.

Este levantamento verificou que o principal fator para o estabelecimento de outra estrutura organizacional para a oferta dos cursos foi a localização, ou seja, na medida em que as universidades federais expandiram seus *campi*, também foram criadas estruturas organizacionais independentes.

Levando em consideração a relação apontada acima, optou-se por apresentar os resultados deste novo levantamento em função da localização e do ano de criação do curso. O quadro, a seguir, resultado desta segunda busca, apresenta a relação de cursos e suas respectivas datas de criação por região geográfica e universidade.

Quadro 5: Distribuição dos cursos de graduação em Letras das universidades federais por região, universidade, localização e ano de criação

SIGLA	UNIVERSIDADE	LOCALIZAÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	Nº DE CURSOS
Região Norte				
UFAC	Universidade Federal do Acre	Cruzeiro do Sul	1989	02
		Rio Branco	1971	
UFAM	Universidade Federal do Amazonas	Benjamin Constant	2006	03
		Humaitá	2006	
		Manaus	1972	
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará	Santarém	2011	01

UFPA	Universidade Federal do Pará	Abaetetuba	2004	07
		Altamira	1993	
		Belém	1954	
		Bragança	2004	
		Cametá	1993	
		Castanhal	2004	
		Marajó-Breves	2004	
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia	Tomé-Açu	2015	01
UFRR	Universidade Federal de Roraima	Boa Vista	1990	01
UFT	Universidade Federal do Tocantins	Araguaína	1985	02
		Porto Nacional	2009	
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá	Macapá	1990	03
		Santana	2015	
		Oiapoque	2013	



UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia	Guajará-Mirim	1989	03
		Porto Velho	1982	
		Vilhena	1989	
UNIVESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	Marabá	2008	02
		São Felix do Xingu	2014	
Região Nordeste				
UFAL	Universidade Federal de Alagoas	Arapiraca	2011	03
		Maceió	1954	
		Delmiro Gouveia	2011	
UFBA	Universidade Federal da Bahia	Salvador	1956	01
UFC	Universidade Federal do Ceará	Fortaleza	1961	01

UFCG	Universidade Federal de Campina Grande	Campina Grande	1980	02
		Cajazeiras	1979	
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Caraúbas	2013	01
UFMA	Universidade Federal do Maranhão	Bacabal	2015	02
		São Luís	1963	
UFPB	Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa	1974	02
		Mamanguape	2011	
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco	Recife	1950	01
UFPI	Universidade Federal do Piauí	Picos	1992	02
		Teresina	1958	
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Amargosa	2010	01
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	Recife	2009	02
		Garanhus	2009	

UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Currais Novos	1978	02
		Natal	1956	
UFS	Universidade Federal de Sergipe	Itabaiana	2006	02
		São Cristóvão	1951	
UNILAB	Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Redenção	2011	02
		São Francisco do Conde	2014	
Região Centro Oeste				
UFG	Universidade Federal de Goiás	Catalão	1986	03
		Goiânia	1962	
		Jataí	1990	
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados	Dourados	1973	01

UFMS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Aquidauna	1971	05
		Corumbá	1970	
		Coxim	2014	
		Campo Grande	1988	
		Três Lagoas	2006	
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	Barra do Garça	1981	03
		Cuiabá	1968	
		Rondonópolis	2006	
UnB	Universidade de Brasília	Brasília	1962	01
Região Sudeste				
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo	Vitória	1953	01
UFF	Universidade Federal Fluminense	Niterói	1947	01

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora	Juiz de Fora	1948	01
UFLA	Universidade Federal de Lavras	Lavras	2010	01
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	1943	01
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto	Mariana	1981	01
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos	São Carlos	1996	01
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1931	01
UFRRJ	Universidade Rural do Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	2009	02
		Seropédica	2009	
UFSJ	Universidade Federal de São João del Rei	São João del Rei	1954	01
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Uberaba	2006	01
UFU	Universidade Federal de Uberlândia	Uberlândia	1960	01

UFV	Universidade Federal de Viçosa	Viçosa	1976	01
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Diamantina	2009	01
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas	Alfenas	2009	01
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo	Guarulhos	2009	01
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	2009	01
Região Sul				
FURG	Universidade Federal do Rio Grande	Rio Grande	1975	01

UFFS	Universidade Federal da Fronteira do Sul	Chapecó	2010	03
		Cerro Largo	2010	
		Realeza	2010	
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas	Pelotas	1984	01
UFPR	Universidade Federal do Paraná	Curitiba	1939	01
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1943	01
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis	1992	01
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria	Santa Maria	2004	01
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino Americana	Foz do Iguaçu	2011	01

UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa	Bagé	2009	02
		Jaguarão	2006	
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	Pato Branco	2008	01

Fonte: elaborado pelo autor a partir do cruzamento de informações dos relatórios obtidos pelo sistema e-mec, e das informações disponíveis nos sites das instituições



O *quadro 5* permitiu uma visualização da rede dos cursos de graduação em Letras nas universidades federais brasileiras. Foram listados 93 (noventa e três) cursos oferecidos por 57 (cinquenta e sete) universidades em 90 (noventa) cidades, além do distrito federal<sup>18</sup>, criados entre 1931( Universidade do Brasil, atual curso da UFRJ) e 2015 (UFRA, *campus* Tomé-Açu; UNIFAP, *campus* Santana; e UFMA, *campus* Bacabal).

O quadro permitiu, ainda, reforçar a representatividade do recorte das universidades federais para realização desta pesquisa, uma vez que mostrou, além da abrangência geográfica destacada acima, que é possível reconstruir os processos de expansão do curso de Letras ao longo do tempo em relação às diferentes regiões em que esses cursos foram implantados.

Uma síntese desse processo de expansão foi traçada no quadro a seguir, que apresenta a distribuição dos cursos de graduação em Letras em relação às regiões e décadas de implantação.

*Quadro 6: Distribuição dos cursos de Letras de acordo com a década de criação e região de oferta do curso*

	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	Total
Década de 1930	--	--	--	01	01	02
Década de 1940	--	--	--	03	01	04
Década de 1950	01	06	--	02	--	09
Década de 1960	--	02	03	01	--	06
Década de 1970	02	03	03	01	01	10
Década de 1980	05	01	03	01	01	11
Década de 1990	04	01	01	01	01	08
Década de 2000	09	03	02	07	04	25
Década de 2010	04	08	01	01	04	18

<sup>18</sup> A diferença entre o número de cidades e o número de cursos ofertados ocorreu, porque, no Rio de Janeiro, o curso de Letras foi ofertado pela UFRJ e UNIRIO, e, em Recife, o curso foi ofertado pela UFPE e UFRPE.

Total	25	24	13	18	13	93
-------	----	----	----	----	----	----

Fonte: elaboração do autor a partir das informações fornecidas nos sites das instituições responsáveis pelos cursos.

Os dois últimos quadros apresentados permitiram, ainda, um novo refinamento para a constituição da base informacional, uma vez que possibilitaram localizar os cursos criados posteriormente ao recorte estabelecido na *cobertura* deste trabalho (1960-2010).

Os cursos são os seguintes:

*Quadro 7: Cursos de Letras criados após 2010*

Universidade	Localização	Data de Criação
UFOPA	Santarém	2011
UFRA	Tomé-Açu	2015
UNIFAP	Santana	2015
	Oiapoque	2013
UNIVESSPA	São Felix do Xingu	2014
UFAL	Arapiraca	2011
	Delmiro Golveia	2011
UFERSA	Caraúbas	2013
UFMA	Bacabal	2015
UFPB	Mamanguape	2011
UNILAB	Redenção	2011
	São Francisco do Conde	2014
UFMS	Coxim	2014
UNILA	Foz do Iguaçu	2011

Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações do *quadro 6*.

A exclusão desses 14 (quatorze) cursos criados entre 2011 e 2015 significou, ainda, a redução de cinco universidades (UFOPA; UFRA; UFRSA; UNILAB e; UNILA) da base informacional, uma vez que essas instituições não possuíam nenhum outro curso de Letras em funcionamento em período anterior.

Chegou-se, assim, ao recorte final dos cursos de graduação em Letras ofertados pelas universidades federais que constituíram a base informacional para a construção do mapeamento do ensino de Linguística no ensino superior brasileiro: correspondem a 89

(oitenta e nove) cursos, distribuídos em 86 (oitenta e seis) cidades e distrito federal sob a responsabilidade de 52 (cinquenta e duas) universidades federais.

#### 1.4.2 Cursos de Graduação em Linguística Selecionados como Suporte Informacional

Como já afirmado anteriormente, foram abertas duas exceções em relação aos critérios estabelecidos para a constituição da base informacional para esta historiografia. A primeira foi a consideração de dois cursos oriundos de universidades estaduais, os cursos da USP e da UNICAMP; a segunda foi a consideração de dois cursos que oferecem Linguística como habilitação do curso de Letras, os cursos da USP e o da UFG.

As exceções elencadas acima justificaram-se, principalmente, pela baixa produtividade dos cursos que fornecem a titulação em Linguística em nível de graduação. A inclusão dos cursos das universidades estaduais paulistas ainda se justifica pelo pioneirismo desses cursos, criados no início da década de 1970.

A consideração da habilitação de Linguística, apesar de não obedecer à noção de ‘curso’ estabelecida anteriormente, justifica-se, por sua vez, pela especificidade dessa habilitação coincidir com área-objeto desta investigação, a própria existência de uma habilitação em Linguística no interior dos cursos de Letras foi considerada como uma manifestação dos processos de institucionalização da área.

*Quadro 8: distribuição dos cursos de Graduação em Linguística*

IES	LOCALIZAÇÃO	DESIGNAÇÃO DO CURSO	ANO DE CRIAÇÃO
UNICAMP	Campinas	Bacharelado em Linguística	1970
USP	São Paulo	Bacharelado em Letras, habilitação em Linguística	1972
UFG	Goiânia	Bacharelado em Letras, habilitação em Linguística	1992
UFSCAR	São Carlos	Bacharelado em Linguística	2009

Fonte: elaboração do autor a partir de Relatório gerado *pele* sistema *e-mec* em 28 de setembro de 2016.

Como já apontado anteriormente, os cursos de graduação em Linguística foram primeiramente criados no início da década 1970. Além dos dois cursos pioneiros, foi criada a habilitação em Linguística em 1992 no curso de Letras da UFG, e, em 2009, um novo bacharelado em Linguística na UFSCar. Todos os cursos são ofertados por instituições públicas, duas federais e duas estaduais, três dos quatro cursos estão no estado de São Paulo, na região sudeste, e um em Goiás, na região centro-oeste.

Essa foi a caracterização dos cursos de graduação em Linguística que serviram de base informacional para o mapeamento do ensino de Linguística no Brasil.

#### 1.4.3 Programas de Pós-Graduação em Linguística Seleccionados como Suporte Informacional

A partir das informações obtidas por meio do relatório gerado pela *plataforma sucupira*, utilizado para traçar a distribuição dos programas de pós-graduação, foram selecionados os programas de pós-graduação cadastrados junto à CAPES como pertencentes à categoria de ‘Linguística’, em oposição à categoria ‘Letras’.

Como já afirmado anteriormente, optou-se por incluir somente os programas de pós-graduação em Linguística das Universidades Federais para a caracterização da identidade da área no nível de ensino responsável pelas primeiras emissões de diplomas da área.

Diferentemente dos cursos de graduação em Letras, os programas de pós-graduação foram considerados individualmente mesmo quando ofertados dentro de uma mesma instância organizacional. Seguiu-se, portanto, a mesma perspectiva utilizada para a seleção dos cursos de graduação em Letras que oferecem a habilitação em Linguística.

Do universo de 35 (trinta e cinco) programas registrados na categoria ‘Linguística’ junto à CAPES, 12 (doze) eram ofertados por universidades federais. O relatório da *plataforma sucupira* permitiu organizar a apresentação destes programas levando em consideração as IES responsáveis, a nomenclatura utilizada por cada programa e o início de suas atividades.

Buscando manter a consistência na forma de apresentação dos dados, o quadro a seguir reuniu as informações listadas no relatório da *plataforma sucupira*, e foi organizado em função da região em que as IES estão localizadas.

*Quadro 9: Programas de pós-graduação ofertados pelas universidades federais e registrados na CAPES na área 'Linguística'*

IES	Nome do Programa	Início das atividades
Nordeste		
UFC	Linguística	1993
UFPB	Linguística	2006
Centro-Oeste		
UnB	Linguística	1976
	Linguística Aplicada	2008
Sudeste		
UFES	Linguística	2006
UFF	Estudos de Linguagem	2010
UFJF	Linguística	2007
UFRJ	Linguística	1968
UFSCAR	Linguística	2005
UFU	Estudos Linguísticos	1995
Sul		
UFFS	Estudos Linguísticos	2012
UFSC	Linguística	1971

Fonte: elaborado pelo autor a partir de relatório gerado pela *plataforma sucupira*, em 20 de abril de 2018.

O *quadro 8* listou os 12 (doze) programas de pós-graduação cadastrados na CAPES com a designação de Linguística. Estes programas foram ofertados por 11 (onze) instituições distribuídas em quatro regiões do Brasil: 02 (dois) na região nordeste; 02 (dois) na região centro-oeste; 06 (seis) programas na região sudeste; 02 (dois programas) na região sul. Com exceção da UnB, responsável pela oferta de dois programas da área, cada universidade federal ofertou um único programa.

Os números absolutos dos programas de pós-graduação em Linguística em relação às regiões do país podem parecer desproporcionais, já que metade do número de programas foi ofertado pela região sudeste. Mesmo assim, é preciso reconhecer que a pós-graduação, e aqui foram considerados apenas os das universidades federais, foi muito mais produtiva do que os cursos de graduação.

No que diz respeito à distribuição dos programas em relação ao período em que foram criados, observou-se que este foi iniciado no fim da década de 1960, chegando até o início da década de 2010. Segundo os dados registrados na *plataforma sucupira*, o primeiro programa de Linguística a iniciar as atividades foi o da UFRJ, em 1968<sup>19</sup>, seguido pelos da UFSC e UnB durante a década de 1970; os da UFC e UFU, durante a década de 1990; os da UFPB, UnB (Linguística Aplicada), UFES, UFJF e UFSCAR, durante os anos 2000; e os da UFF e UFFS, durante a década de 2010).

Nesta etapa de busca, foi excluído o programa *Estudos Linguísticos* sob responsabilidade da UFFS, porque iniciou suas atividades após o período utilizado como escopo desta pesquisa.

Ao final dessa busca, foram selecionados 11 (onze) programas oferecidos por 10 (dez) universidades federais para constituir o quadro de fontes informacionais a partir do qual foram recolhidos os documentos analisados nesta tese.

#### 1.4.4 Resumo da Seleção das Fontes para Constituição da Base Informacional

A partir do que foi exposto nos itens 1.4.1; 1.4.2 e 1.4.3, a seleção das fontes para constituição da base informacional desta historiografia, foi fixada na seguinte configuração:

- a) a principal fonte informacional, quantitativa e qualitativa, foi formada pelos 89 (oitenta e nove) cursos de graduação em Letras ofertados por 52 (cinquenta e duas) universidades federais distribuídas em 86 (oitenta e seis) cidades.

---

<sup>19</sup> No entanto, outras fontes apontam para a UnB como a primeira universidade federal a oferecer curso de pós-graduação em Linguística. No site do programa de Linguística da UnB, estão listadas cinco dissertações de mestrado defendidas em 1965. Tratam-se dos seguintes trabalhos: O falar de Mato Grosso (Bahia): Fonêmica, aspectos da morfossintaxe do léxico de Dinah Isensee; Sistema verbal português coloquial do Rio de Janeiro de Eunice Pontes; Descrição fonológica e gramatical da língua kiriri, dialeto kipea de Gilda Azevedo; Fonemas do ronga, Moçambique de Marta Coelho; Diálogos de São Gregório-Livro II (Vida de São Bento)- Edição crítica segundo os três manuscritos portugueses de Rosa Virgínia Mattos e Silva. Além das informações encontradas no site do programa, foram encontradas referências ao programa de pós-graduação da UnB, antes da intervenção em 1964, em Pontes (1987:159-163); Rodrigues (1987:52-53); Altman (1998:113-117); Borges-Neto (2018:313-314).

- b) fonte informacional complementar, auxiliando na análise da configuração da identidade da área, os 04 (quatro) cursos de graduação em Linguística listados pelo relatório emitido pelo *e-mec*. Três desses cursos estão localizados em universidades paulistas (USP; UNICAMP e UFSCAR) e uma universidade localizada no centro-oeste brasileiro (UFG);
- c) na mesma perspectiva apontada no item anterior, os 11 (onze) programas de pós-graduação registrados na CAPES na área de ‘Linguística’ ofertados por 10 (dez) universidades federais localizadas no nordeste; centro-oeste; sudeste e sul do país.

### 1.5 Seleção e Organização da Documentação

Após os levantamentos que subsidiaram os recortes apresentados durante o desenvolvimento do item 1.4, foi iniciado o processo de busca e organização dos documentos referentes aos cursos relacionados como fontes informacionais.

Levando em consideração a *cobertura* exposta e os objetivos desta historiografia, optou-se por realizar as buscas por meio dos sites institucionais dos cursos, uma vez que a abrangência não permitiu realizar pesquisa nos arquivos das instituições envolvidas<sup>20</sup>.

As buscas foram iniciadas com a localização de informações relativas às formas de organização institucional das unidades responsáveis pela oferta dos cursos de graduação e programas de pós-graduação em Letras e Linguística. Na sequência, foram coletados documentos que permitissem mapear o ensino de Linguística em seus diferentes níveis.

As informações disponíveis nos sites das instituições obrigaram a conduzir a coleta de documentos de forma diferente em relação aos níveis considerados, ou seja, a natureza dos documentos encontrados implicou construir mapeamentos diferenciados em relação aos cursos de graduação e aos programas de pós-graduação.

---

<sup>20</sup> A busca de documentação em arquivos ficou restrita à USP e à UNICAMP. Na USP, as buscas ocorreram no Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”- CAPH, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas- FFLCH, e no Arquivo Geral da USP- AG-USP. Na UNICAMP, as visitas aconteceram junto ao Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulalio- CEDAE e ao Arquivo Central/ Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas- SIARQ.

Em relação aos cursos de graduação, a busca ficou centrada na organização curricular desses cursos. Mesmo considerando a multiplicidade das formas de disponibilização e abrangência das informações sobre os cursos fornecidos por cada instituição, foi possível localizar, ao menos, uma estrutura curricular em relação aos cursos de graduação selecionados como fontes documentais em nível de graduação.

A observação das grades curriculares dos cursos de graduação permitiu construir um mapeamento do espaço ocupado pela Linguística na configuração destes cursos em relação a outras tradições que compõem a formação necessária para a conclusão do curso, inclusive dos cursos que fornecem título de graduação em Linguística.

Já em relação aos programas de pós-graduação, foi necessário empregar outra estratégia, uma vez que as informações disponibilizadas pelos programas não possibilitaram reconstruir a estrutura curricular desses cursos. Dentro da multiplicidade de informações fornecidas pelos sites dos programas, a melhor possibilidade de reconstrução da identidade do ensino de Linguística neste nível foi por meio da consideração dos produtos (dissertações e teses) defendidas em cada programa.

O mapeamento das dissertações e teses defendidas nos programas ao longo do tempo não teve como objetivo traçar o desenvolvimento de alguma área ou conceito. Esses materiais foram considerados como produto resultante do ensino de Linguística neste nível, ou seja, podem ser considerados representativos dos interesses e da expressão da identidade da área no decorrer do tempo.

#### 1.5.1 SELEÇÃO E FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

##### DOCUMENTAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO: QUANTIFICAÇÃO E ABRANGÊNCIA DAS FONTES INFORMACIONAIS

Todos os cursos de graduação considerados como fontes informacionais desta tese disponibilizaram informações sobre o modo de organização dos cursos por meio de sites. No entanto, mesmo considerando somente o universo dos cursos ofertados por



universidades federais, foi possível observar que não existe uma padronização seja no modo, seja na abrangência das informações disponibilizadas.

As informações estavam em espaços institucionais diferentes: algumas universidades concentraram as informações sobre seus cursos somente no site geral; em especial, na aba destinada as pró-reitorias responsáveis pelos cursos de graduação; em outras instituições, as informações foram fornecidas pelos sites das unidades responsáveis pela oferta do curso.

Em relação à documentação, também foram encontrados materiais de formas e naturezas diferentes: algumas instituições disponibilizaram os projetos de curso; outras disponibilizaram acesso à parte do sistema da universidade, permitindo gerar relatórios das grades curriculares do curso; outras, ainda, disponibilizaram somente a grade curricular geral do curso.

Ao definir o *curso* como unidade de análise e entender este como uma estrutura pedagógica e organizacional, ou seja, considerando como sendo um único curso as várias habilitações ofertadas por uma mesma unidade institucional<sup>21</sup>, foi necessário fazer a escolha de qual estrutura curricular seria considerada durante o processo de seleção.

A seleção dos currículos que compuseram no banco de dados relativo aos cursos de graduação foi realizada a partir de dois critérios principais:

- a) *anterioridade temporal*: foram selecionados os currículos mais antigos encontrados nos sites independente da habilitação à qual este currículo estava associado;
- b) *Licenciatura em Língua Portuguesa*: foram selecionados, preferencialmente, as estruturas curriculares da habilitação em *Licenciatura em Língua Portuguesa*, porque foi a habilitação mais recorrente e presente em todas as universidades federais consultadas.

A partir desses critérios, foram localizados 115 (cento e quinze) currículos do universo dos 89 (oitenta e nove) cursos de graduação em Letras considerados no escopo

---

<sup>21</sup> Como já foi informado anteriormente, a única habilitação considerada separadamente foi a habilitação em Linguística dos cursos de Letras da USP e da UFG.

desta pesquisa. Foi encontrado pelo menos um currículo de cada uma das instituições, e os 26 (vinte e seis) currículos excedentes são versões dos currículos produzidos entre 1964 até o final do período considerado.

O quadro a seguir apresenta a distribuição dos currículos encontrados, levando em consideração o ano e a localização do curso.

*Quadro 10: Distribuição por ano e localização dos currículos dos cursos de graduação em Letras encontrados nos sites das universidades*

<b>ANO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE CURRÍCULOS</b>
1964	PICOS	1
1970	SÃO LUÍZ	1
1972	MANAUS	1
1974	JOÃO PESSOA	2
	MANAUS	
1980	PORTO ALEGRE	1
1983	SÃO JOÃO DEL REY	1
1987	RIO BRANCO	1
1989	CRUZEIRO DO SUL	1
1990	BOA VISTA	2
	UBERLÂNDIA	
1991	PORTO VELHO	1
1992	GOIÂNIA	1
1993	ALTAMIRA	4
	BELÉM	
	CAMETÁ	
	FORTALEZA	
1995	PORTO ALEGRE	1
1996	SÃO LUÍZ	1
1999	PORTO VELHO	1
2000	GUAJARÁ-MIRIM	2
	MANAUS	
2002	BELÉM	3
	FLORIANÓPOLIS	
	VIÇOSA	
2003	MACAPA	3
	SÃO JOÃO DEL REY	
	TERESINA	
2004	ABAETETUBA	8
	BELÉM	
	BRAGANÇA	

	BREVES	
	CAMETÁ	
	CASTANHAL	
	PORTO ALEGRE	
	SANTA MARIA	
2005	MANAUS	2
	SALVADOR	
2006	BENJAMIM CONSTANT	15
	CRUZEIRO DO SUL	
	PICOS	
	FORTALEZA	
	GOIÂNIA	
	GUARULHOS	
	HUMAITÁ	
	ITABAIANA	
	JAGUARÃO	
	JOÃO PESSOA	
	RIO BRANCO	
	RONDONÓPOLIS	
	SÃO LUÍZ	
	VILHENA	
	VITÓRIA	
2007	CURITIBA	3
	FLORIANÓPOLIS	
	JATAÍ	
2008	ALTAMIRA	15
	BARRA DO GARÇA	
	BELÉM	
	CAMETÁ	
	CASTANHAL	
	CURRAIS NOVOS	
	MACEIÓ	
	MARABÁ	
	MARIANA	
	NATAL	
	PATO BRANCO	
	PELOTAS	
	RIO BRANCO	
	SÃO CARLOS	
	VILHENA	
2009	ALFENAS	28
	ALTAMIRA	
	ARAGUAÍNA	
	BAGÉ	

	BOA VISTA	
	CAMPO GRANDE	
	CRUZEIRO DO SUL	
	CUIABÁ	
	DIAMANTINA	
	DOURADOS	
	GARANHUNS	
	JAGUARÃO	
	JUÍZ DE FORA	
	MACAPA	
	NITERÓI	
	NOVA IGUAÇU	
	PORTO NACIONAL	
	PORTO VELHO	
	RECIFE (UFRPE)	
	RIO DE JANEIRO (UFRJ)	
	RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	
	RIO GRANDE	
	SALVADOR	
	SÃO CRISTÓVÃO	
	SÃO LUÍZ	
	SEROPÉDICA	
	TRÊS LAGOAS	
	VIÇOSA	
2010	AMARGOSA	
	AQUIDAUANA	
	BELO HORIZONTE	
	BRASÍLIA	
	CAJAZEIRAS	
	CAMPINA GRANE	
	CATALÃO	
	CERRO LARGO	
	CHAPECÓ	
	CORUMBÁ	
	LAVRAS	
	MANAUS	
	REALEZA	
	RECIFE (UFPE)	
	UBERABA	
	UBERLÂNDIA	
<b>Total Geral</b>		<b>115</b>

Fonte: elaborado pelo autor a partir da busca de currículos nos sites dos cursos de graduação em Letras considerados nesta pesquisa.

Em relação aos cursos de graduação em Linguística, foram encontrados 19 (dezenove) versões de estruturas curriculares produzidas pelas quatro instituições responsáveis entre 1972 e 2009 (UNICAMP- 12 (doze) versões; USP- 4 (quatro) versões; UFG- 2 (duas) versões; E UFSCAR- 1 (uma) versão). A distribuição das versões dos currículos ao longo do tempo está representada no quadro a seguir<sup>22</sup>:

*Quadro 11: Distribuição por ano e instituição dos currículos de cursos de graduação em Linguística*

ANO	INSTITUIÇÃO	Nº DE CURRÍCULOS
1972	UNICAMP	2
	USP	
1973	UNICAMP	1
1974	UNICAMP	1
1976	UNICAMP	1
1978	USP	1
1981	UNICAMP	1
1982	UNICAMP	1
1983	UNICAMP	1
1984	UNICAMP	1
1989	UNICAMP	2
	USP	
1992	UFG	1
1997	UNICAMP	1
1999	UNICAMP	1
2001	USP	1
2005	UNICAMP	1
2006	UFG	1
2009	UFSCAR	1
TOTAL GERAL		19

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da busca dos currículos dos cursos de graduação em Linguística.

No total, este trabalho realizou um mapeamento do ensino de Linguística nos cursos de graduação a partir de 134 (cento e trinta e quatro) versões de currículos dos cursos de graduação em Letras e Linguística. Esses currículos foram produzidos pelas instituições entre 1964 e 2010, em relação aos cursos de Letras, e, entre 1972 e 2009, em relação aos cursos de Linguística.

<sup>22</sup> Como nenhuma instituição oferece mais de um curso de Linguística, optou-se por apresentar o quadro em relação às próprias instituições, não relacionando à localização do curso.

Como já informado anteriormente, a origem, forma de apresentação e abrangência das informações obtidas foram diversas e, por isso, implicaram a construção de estratégias de mapeamento que pudessem uniformizar as informações para garantir as análises dessas fontes documentais.

## Documentação dos Cursos de Graduação: materiais e formas de organização

Dos 134 (cento e trinta e quatro) currículos encontrados, somente 1 (um) apresentou apenas uma parte da estrutura curricular do curso. Trata-se de documento gerado a partir do sistema da UFAM ao acessar o currículo de 1972 do curso de Letras do *campus* de Manaus, reproduzido a seguir:

*Figura 1: Currículo de 1972 do curso de graduação em Letras da UFAM, campus de Manaus*

PERÍOD		CÓD.	NOME DA DISCIPLINA	CRÉD.	CARGA HORÁRIA			PRÉ-REQUISITO
					TEOR.	PRAT.	TOTAL	
<b>OBRIGATÓRIAS</b>								
1		IHP012	LINGUA PORTUGUESA I	5	75		75	
1		IHP013	TEORIA DA LITERATURA I	4	60		60	
1		IHP015	LITERATURA PORTUGUESA I	4	60		60	
1		IHP016	LITERATURA BRASILEIRA I	4	60		60	
1		IHP017	LINGUISTICA I	4	60		60	
1		IHP019	LATIM I	5	75		75	
1		IHP022	LINGUA PORTUGUESA II	5	75		75	
1		IHS013	ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS	2	30		30	
1		IHS014	CULTURA BRASILEIRA	5	75		75	
<b>TOTAL</b>				<b>38</b>	<b>570</b>		<b>570</b>	
CARGA HORÁRIA TOTAL				=	TOTAL DE CRÉDITOS			= 38
CARGA HORÁRIA DE OBRIGATÓRIAS				= 570	CRÉDITOS DE OBRIGATÓRIAS			= 38
MÍNIMO DE PERÍODOS				= 7				
MÁXIMO DE PERÍODOS				= 11				

Fonte: Relatório gerado pelo sistema da UFAM em 25 de Março de 2019. Disponível pelo site: <<https://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares>>.

Apesar de não ser possível realizar um mapeamento completo desta estrutura curricular, o documento acima mostrou a presença de componentes curriculares relacionados à Linguística no início da década de 70 em uma universidade da região norte onde, como exposto no *quadro 6*, havia somente três cursos de Letras na época.

Para contemplar esse tipo de material, optou-se por realizar o mapeamento em dois níveis diferentes:

a) *Mapeamento global por componente curricular*

Este primeiro nível de mapeamento visou uma descrição global da estrutura curricular dos cursos de graduação em Letras e Linguística. Para tanto, optou-se por segmentar a *unidade de análise*, o curso, em seus componentes curriculares, buscando identificar o espaço ocupado pelos componentes associados à Linguística<sup>23</sup> na construção da estrutura curricular.

Além de mapear as informações institucionais disponíveis (*ano, universidade, campus, região e estado*) e informações gerais sobre o componente (*natureza-obrigatório ou optativo, e carga horária*), buscou-se classificar os componentes de acordo com a área em que poderiam estar associados.

A partir do que foi apontado pelos estudos apresentados na introdução deste trabalho e no início deste capítulo, as classificações dos componentes curriculares foram realizadas consoante as seguintes designações de área:

*Literatura*: para todos os componentes relacionados com Literatura (independente se nacional, vernácula, de língua estrangeira ou, ainda, se relacionado com a teoria da Literatura). Presentes desde o início do processo de institucionalização dos cursos de Letras, a categoria de *Literatura* foi tomada inclusive nas *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Letras* de 2001 como uma das áreas que compõem o curso de Letras ao lado dos *estudos Linguísticos*.

---

<sup>23</sup> Neste ponto, vale a pena relembrar o que já foi afirmado anteriormente neste trabalho: a Historiografia Linguística não se limita a investigar a história da Linguística, disciplina autônoma e institucionalizada, como nos lembra Altman (2012). No entanto, como também apontado por Altman (1998), a Linguística, como disciplina autônoma, representa a emergência de um novo grupo de especialidade.

Exemplos de componentes classificados como Literatura: *Introdução aos Estudos Literários, Literatura Brasileira I, Literatura Clássica.*

*Pedagógicos:* para todos os componentes que compõem a formação em Licenciatura em Letras que tinham como objetivo a formação pedagógica, independentemente, de tratar do ensino de forma geral ou, ainda, do ensino de língua materna ou estrangeira. Também foram incluídos, nesta classificação, os componentes destinados aos estágios obrigatórios dos cursos de licenciatura.

Exemplos de componentes classificados como Pedagógicos: *Psicologia da Educação, Metodologia do Ensino de Língua Materna, Estágio Supervisionado.*

*Normativos:* para todos os componentes explicitamente associados com a transmissão das regras da chamada *gramática normativa* ou *tradicional*. Apesar de não ter representatividade junto aos documentos oficiais que regulam o curso de Letras<sup>24</sup>, como mostra Altman (1998), Coelho (2018) e Borges-Neto (2018), um dos traços de continuidade entre os grupos associados à Filologia e à Linguística é a contraposição a uma gramática normativa que visa a regular o uso da linguagem. Além de aparecer como contraponto em vários componentes curriculares associados à Linguística, alguns currículos de letras dedicaram espaço para componentes curriculares associados a essa categoria.

Exemplos de componentes classificados como Normativos: *Gramática Normativa I, Português Instrumental, Norma Padrão Escrita.*

*Práticas de Leitura e Escrita:* para todos os componentes relacionados com as atividades de leitura e produção de textos. Diferentemente da categoria anterior, os componentes relacionados por meio desta designação apresentaram-se associados a consequências de disciplinas diretamente ligadas à Linguística, tais como a Linguística Textual, Semântica, Análise do Discurso.

Exemplos de componentes classificados como Práticas de Leitura e escrita: *Leitura e Produção de Textos, Redação Acadêmica, Teoria e Prática da Leitura do texto.*

---

<sup>24</sup> Uma análise mais detalhada destes documentos regulatórios dos cursos de graduação em Letras foi apresentada no capítulo seguinte.



*Língua Portuguesa*: para todos os componentes explicitamente associados à tradição do ensino de Língua Portuguesa<sup>25</sup>. Trata-se de mais uma área presente nos cursos de Letras desde o início do processo de institucionalização. Na resolução do *Conselho Federal de Educação*-CFE de 1962, a área foi apresentada ao lado da Linguística como uma das disciplinas obrigatórias nos currículos dos cursos de Letras, e, apesar das *Diretrizes Curriculares* não manterem a distinção entre os estudos de línguas específicas e a Linguística, a análise dos currículos dos cursos de graduação mostrou que ainda é possível perceber traços desta distinção.

Exemplos de componentes classificados como Língua Portuguesa: *Português I, Língua Portuguesa I, Fonética e Fonologia do Português*.

*Línguas Clássicas* (LC): para todos os componentes referentes ao ensino de Latim e Grego. Também marcam a tradição dos cursos de Letras desde o início do processo de institucionalização dos cursos de Letras. A disciplina Latim, assim com a disciplina *Língua Portuguesa*, foi considerado disciplina obrigatório do *Currículo Mínimo Federal* para os cursos de Letras, e passou a integrar a área de *estudos linguísticos* nas *Diretrizes Curriculares*.

Exemplos de componentes classificados como Línguas Clássicas: *Latim, Latim I, Língua Latina II*.

*Línguas Estrangeiras* (LE): seguindo o padrão de classificar os componentes associados a uma língua específica, foi utilizada a categoria *língua estrangeira* para designar todos os componentes associados a uma língua moderna. As línguas estrangeiras também fazem parte dos cursos de Letras desde o início de seu processo de institucionalização; as primeiras habilitações dos cursos de Letras eram dedicadas a famílias de línguas (*Letras Neolatinas, Letras Germânicas*) que foram extintas por meio da implantação do *Currículo Mínimo* que exigia a especificação da língua alvo da habilitação. Além das duplas habilitações (língua estrangeira + língua portuguesa), observou-se a presença de línguas estrangeiras mesmo nas licenciaturas em língua portuguesa, currículo que se demonstrou mais produtivo no período analisado.

---

<sup>25</sup> Foram classificados como *Língua Portuguesa* somente os componentes que traziam em suas designações a expressão *língua portuguesa* como em *Morfologia do Português, Sintaxe do Português* etc. Essa escolha foi feita porque os termos não marcados como *Fonética, Morfologia* são comumente empregados para componentes relacionados com uma abordagem mais teórica.

Exemplos de componentes classificados como Línguas Estrangeiras: *Língua Inglesa, Inglês Instrumental, Comunicação em Língua Francesa*.

*Línguas Indígenas* (LI): mais uma categoria utilizada para designar componentes curriculares associados com línguas específicas. O tratamento de línguas indígenas no país precede a institucionalização dos cursos de Letras no Brasil<sup>26</sup>, e foi, ainda, considerada uma das *tarefas da linguística* (RODRIGUES, 1966:7) durante o período de implantação da disciplina no cenário acadêmico brasileiro.

Exemplos de componentes classificados como Línguas Indígenas: *Línguas Indígenas do Brasil I, Introdução aos estudos das Línguas Indígenas, Tópicos Especiais em Línguas Indígenas*.

*Língua de Sinais* (LS): a última das categorias utilizadas para designar componentes curriculares associados com línguas específicas. Trata-se de uma disciplina implantada mais tardiamente, por meio do decreto nº 5.626/2005, nos currículos de Licenciatura em geral, por conseguinte, na Licenciatura em Letras.

Exemplos de componentes classificados como Línguas de Sinais: *Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, Vivência em Libras*.

*Históricos-Filológicos* (HF): para os componentes curriculares associados com o paradigma que se encontrava em evidência no momento em que foi iniciada a implantação da disciplina Linguística nos cursos de Letras. Os trabalhos de Altman (1998, 2018) e Coelho (1998, 2018) abordam os estudos relacionados com a Filologia. Além das disciplinas explicitamente relacionadas à Filologia, foram inseridas, nessa categoria, os componentes de tradições que se apresentaram como continuidade da Filologia, e os componentes que retomaram os estudos diacrônicos. Os componentes que, apesar de apresentarem um viés histórico filológico, estavam associados a uma língua específica não foram incluídos nessa categoria.

---

<sup>26</sup> O CEDOCH, sob coordenação da Profa. Dra. Cristina Altman, executou o projeto de pesquisa “*Documenta Grammaticae et Historae*” que levantou descrições de várias línguas indígenas brasileiras realizadas por missionários. Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas no site <<http://cedoch.fflch.usp.br/projetos>>. Vale destacar, ainda, o trabalho de Altman (1998) que, no interior de sua historiografia, traça um percurso dos estudos sobre as línguas indígenas nas universidades brasileiras. O índice remissivo trabalho aponta as páginas 141, 143, 144, 145, 147, 157, 176, 206, 207, 212, 216, 227, 229, 239, 308, 309, 314, 316, 330, 333 e 335 como espaços em que o tópico foi desenvolvido.

Exemplos de componentes classificados como Históricos-Filológicos: *Filologia Românica, Dialectologia Brasileira, Linguística Histórica*.

*Linguística*: além de todos os componentes explicitamente marcados sob a designação Linguística, foram listados nessa categoria os componentes relacionados com as diferentes áreas de investigação da Linguística, desde que não estiverem associadas ao estudo de uma língua específica, ou seja, essa categoria visou selecionar os componentes que poderiam caracterizar uma identidade da Linguística como disciplina autônoma em relação a outras tradições. Em relação aos documentos reguladores, a disciplina acompanhou o mesmo percurso de Língua Portuguesa, apareceu como obrigatória nos *Currículos Mínimos* de 1962, e passou a compor o elenco de disciplinas de *estudos linguísticos* nas *Diretrizes Curriculares* de 2001.

Exemplos de componentes classificados como Linguística: *Linguística, Introdução aos Estudos da Linguagem, Sociolinguística*.

*Trabalho de Conclusão de Curso* (TCC): para os componentes destinados à elaboração de monografias em nível de graduação. Apesar da abrangência deste trabalho não permitir um mapeamento mais detalhado dessas disciplinas para verificar em que medida a Linguística se insere na elaboração de monografias em nível de graduação, o mapeamento da disciplina permitiu verificar em que medida os cursos de graduação têm institucionalizado a pesquisa neste nível de ensino.

Exemplos de componentes classificados como Trabalho de Conclusão de Curso: *Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, Monografia*.

*Gerais*: para todos os componentes que não foram relacionados diretamente com o curso de Letras, ou seja, os componentes que não são normatizados pelos documentos oficiais citados anteriormente, nem presentes no processo de institucionalização do curso de Letras.

Exemplos de componentes classificados como Gerais: *Educação física, Psicologia Geral, Metodologia Científica*<sup>27</sup>.

---

<sup>27</sup> Além dos exemplos acima, optou-se por inserir, nessa categoria, os componentes de *Filosofia da Linguagem* por se tratar de componente interdisciplinar às vezes ministrado pelo grupo de Linguística, às vezes pelo grupo da Filosofia.

A partir dessas classificações e das informações listadas anteriormente, foi realizado o mapeamento dos componentes listados nos 115 currículos de graduação em Letras, e nos 20 currículos de graduação em Linguística. O mapeamento foi feito por meio da ferramenta *tabela* do software *Excel* tal como ilustrado na figura abaixo:

*Figura 2: Tabela com mapeamento dos componentes dos currículos dos cursos de graduação em Letras*

1	ANO	UNIVERSIDADE	CAMPUS	REGIÃO	ESTADO	COMPONENTE CURRICULAR	NATUREZA	CARGA HORÁRIA	ÁREA
7404	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	O GÊNERO FEMININO NA LITERATURA	OPTATIVA	30	LITERATURA
7405	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	A MITOLOGIA NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL	OPTATIVA	30	LITERATURA
7406	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	JOGOS EDUCACIONAIS	OPTATIVA	30	PEDAGÓGICA
7407	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA	OPTATIVA	30	LE
7408	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	LITERATURA PARANAENSE	OPTATIVA	30	LITERATURA
7409	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA PARA O TRABALHO COM GÊNEROS TEXTUAIS: FOCO NA ESCRITA	OPTATIVA	30	PEDAGÓGICA
7410	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	FORMAÇÃO DE PROFESSOR DE INGLÊS E REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA	OPTATIVA	30	PEDAGÓGICA
7411	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	LINGUAGEM, TRABALHO E EDUCAÇÃO	OPTATIVA	30	PEDAGÓGICA
7412	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	CURRÍCULO E ENSINO DE LÍNGUA MATERNA	OPTATIVA	30	PEDAGÓGICA
7413	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	LINGUAGEM E ESTUDOS CULTURAIS	OPTATIVA	30	LINGUÍSTICA
7414	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E LINGUAGEM	OPTATIVA	30	GERAL
7415	2008	UTFPR	PATO BRANCO	S	PR	LITERATURA LATINO-AMERICANA	OPTATIVA	30	GERAL
7416	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA I	OPTATIVA	45	NORMATIVAS
7417	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA II	OPTATIVA	45	NORMATIVAS
7418	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM	OPTATIVA	45	LINGUÍSTICA
7419	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	SOCIOLINGUÍSTICA: MUDANÇA E VARIAÇÃO	OPTATIVA	45	LINGUÍSTICA
7420	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	LÍNGUA INGLESA: ESTUDOS DESCRITIVOS E LINGUAGEM DE CORPUS I	OPTATIVA	45	LE
7421	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	LÍNGUA INGLESA: ESTUDOS DESCRITIVOS E LINGUAGEM DE CORPUS II	OPTATIVA	45	LE
7422	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	INTRODUÇÃO À LITERATURA COMPARADA	OPTATIVA	45	LITERATURA
7423	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	LITERATURA E OUTRAS ARTES: LUZ E SOMBRAS	OPTATIVA	45	LITERATURA
7424	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	LEITURA DO TEXTO LITERÁRIO	OPTATIVA	45	LITERATURA
7425	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	O ROMANCE NO INTERIOR DO ROMANCE	OPTATIVA	45	LITERATURA
7426	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	O ESTUDO ANALÍTICO DO POEMA	OPTATIVA	45	LITERATURA
7427	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	TOPICS IN POSTMODERN LITERATURE	OPTATIVA	45	LITERATURA
7428	2009	UFVJM	DIAMANTINA	SU	MG	VOICES OF CULTURAL DIVERSITY IN CONTEMPORARY LITERATURE IN ENGLISH	OPTATIVA	45	LITERATURA
7429									

Fonte: captura de tela do banco de dados produzido pelo autor, utilizando tabela no Microsoft Excel.

Como é possível observar na *figura 2*, o mapeamento dos componentes presentes nos 114 (cento e catorze) currículos completos e 1 (um) parcial de cursos de graduação em Letras apresentados anteriormente gerou uma tabela com 7.428 (sete mil, quatrocentos e vinte e oito) linhas, ou seja, foram catalogados 7.427 (sete mil, quatrocentos e vinte e sete) componentes<sup>28</sup>. A mesma metodologia foi empregada para realizar o mapeamento dos componentes dos 19 (dezenove) currículos dos cursos de graduação em Linguística, resultando em uma tabela com 741 (setecentos e quarenta e uma) linhas, ou seja, 740 (setecentos e quarenta) componentes curriculares classificados.

Os resultados desses mapeamentos foram expostos e analisados nos capítulos 3 e 4 desta tese, dedicados, respectivamente, à análise das configurações dos cursos que

<sup>28</sup> A linha 01 da tabela foi utilizada para inserir as categorias utilizadas nesse mapeamento.

oferecem a titulação em linguística e à análise do espaço ocupado pela Linguística nos cursos de graduação em Letras/Linguística.

Além deste mapeamento global, foi realizado o mapeamento relacionado com os fatores internos dos componentes obrigatórios classificados como *Linguística* nos currículos dos cursos de graduação em Letras. Esse mapeamento tomou como fonte informacional as ementas e as indicações bibliográficas encontradas na documentação.

b) *Mapeamento dos conteúdos das disciplinas por meio das ementas e indicações bibliográficas*

A partir da identificação dos componentes obrigatórios classificados como *Linguística* nos currículos dos cursos de graduação em Letras, foi iniciado o segundo nível de mapeamento dedicado ao levantamento dos conteúdos listados nas ementas destas disciplinas.

A escolha desses componentes foi feita, porque eles refletem a cobertura desejada por este trabalho: um mapeamento do ensino de Linguística nas universidades brasileiras. Como já mostrado na parte inicial deste capítulo, ainda que o mapeamento tenha ficado restrito aos cursos de Letras presenciais das universidades federais, a cobertura é contemplada em termos de abrangência temporal (1964-2010) e geográfica (todos os estados e distrito federal).

Do universo dos 115 (cento e quinze) currículos conforme os critérios descritos no item 'a' acima, 74 (setenta e quatro) currículos eram compostos por documentos que permitiram o mapeamento das ementas de seus componentes; 5 (cinco) currículos apresentaram ementas de apenas parte de seus componentes; e 36 (trinta e seis) não apresentaram a possibilidade de realizar esse mapeamento.

A distribuição dos 79 (setenta e nove) currículos que permitiram realizar esse segundo nível do mapeamento em relação à abrangência temporal e geográfica está apresentada no *quadro 11*, abaixo:

*Quadro 12: Distribuição das ementas mapeadas em relação a abrangência temporal e espacial*

<b>ANO</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>Nº DE CURRÍCULOS</b>
1987	RIO BRANCO	1
1989	CRUZEIRO DO SUL	1
1990	UBERLÂNDIA	1
1991	PORTO VELHO	1
1992	GOIÂNIA	1
1993	ALTAMIRA	2
	FORTALEZA	
1995	PORTO ALEGRE	1
1999	PORTO VELHO	1
2000	GUAJARÁ-MIRIM	1
2002	BELEM	3
	FLORIANÓPOLIS	
	VIÇOSA	
2003	MACAPA	2
	TERESINA	
2004	BELEM	6
	BREVES	
	CAMETÁ	
	CASTANHAL	
	PORTO ALEGRE	
	SANTA MARIA	
2005	SALVADOR	1
2006	CRUZEIRO DO SUL	9
	PICOS	

	FORTALEZA	
	GOIÂNIA	
	ITABAIANA	
	JOÃO PESSOA	
	RIO BRANCO	
	RONDONÓPOLIS	
	VITÓRIA	
2007	CURITIBA	3
	FLORIANÓPOLIS	
	JATAÍ	
2008	ALTAMIRA	12
	BELÉM	
	CAMETÁ	
	CASTANHAL	
	CURRAIS NOVOS	
	MACEIÓ	
	MARABÁ	
	NATAL	
	PATO BRANCO	
	PELOTAS	

	RIO BRANCO	
	SÃO CARLOS	
2009	ALFENAS	22
	ARAGUAÍNA	
	BAGÉ	
	CRUZEIRO DO SUL	
	CUIABÁ	
	DIAMANTINA	
	DOURADOS	
	JAGUARÃO	
	JUÍZ DE FORA	
	MACAPA	
	NITERÓI	
	NOVA IGUAÇU	
	PORTO NACIONAL	
	PORTO VELHO	
	RIO DE JANEIRO (UFRJ)	
	RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	
	RIO GRANDE	
SALVADOR		



	SÃO CRISTÓVÃO	
	SÃO LUÍZ	
	SEROPÉDICA	
	VIÇOSA	
2010	AMARGOSA	11
	BRASÍLIA	
	CATALÃO	
	CERRO LARGO	
	CHAPECÓ	
	LAVRAS	
	MANAUS	
	REALEZA	
	RECIFE (UFPE)	
	UBERABA	
	UBERLÂNDIA	
<b>Total Geral</b>		<b>79</b>

Fonte: elaborado pelo autor a partir da documentação recolhida dos currículos de graduação em Letras.

O *quadro 11* mostrou que os 79 currículos considerados nesta etapa do mapeamento encontram-se distribuídos entre 1987 e 2010, em 58 (cinquenta e oito) cursos de Letras ofertados por 42 (quarenta e duas) universidades federais. Dos 79 (setenta e nove) currículos que apresentaram as ementas de seus componentes, 30 (trinta) também apresentaram as indicações bibliográficas.

O mapeamento dos conteúdos foi realizado por meio de palavras-chave que permitissem gerar uma padronização na forma de apresentação desses conteúdos. A padronização buscou salientar os conceitos e autores que apareceram nas ementas. As figuras 3 e 4, abaixo, podem ilustrar a forma utilizada no mapeamento dos conteúdos:

*Figura 3: Ementa do componente curricular Linguística I do curso de graduação em Letras da UNIR, Porto Velho de 1971*

**DISCIPLINA: LINGÜÍSTICA I**  
**CARGA HORÁRIA: 60**  
**CRÉDITOS: 04**  
**CÓDIGO: LG11**  
**PRE-REQUISITO: LG10**

**PROGRAMA**

**1. EMENTA**

A Linguística como ciência: objeto e método.  
 Esquemas da comunicação linguística.  
 Fundamentos da teoria dos signos e dos sistemas semióticos.  
 A dupla articulação da linguagem.  
 Relações paradigmáticas e sintagmáticas.  
 Língua e fala.  
 O discurso.

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Letras da UNIR, campus de Porto Velho, 1971:87.

*Figura 4: Ementa do componente curricular Estudos Linguísticos III da UFRB, Amargosa de 2010*

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
CFP	Estudos Linguísticos II	68
<b>Ementa:</b>		
Estuda a constituição da linguística como disciplina científica no século XX, delimitando seu objeto de estudo, seus métodos e sua relação com outras ciências a partir da visão saussuriana, da perspectiva estruturalista e das linhas gerais da proposta chomskyana.		

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de graduação em Letras da UFRB, campus de Amargosa, 2010:62.

As palavras-chave utilizadas para a descrição da ementa exposta na *figura 3* foram: *Linguística-Ciência; Linguística-Comunicação; teoria dos signos; sistemas semióticos, Dupla Articulação; Paradigma-Sintagma; Língua-Fala; Discurso*. Em relação aos conteúdos expostos na *figura 4*, foram utilizadas as palavras-chave: *Linguística-Ciência; Saussure; Estruturalismo; Chomsky*.

Além do mapeamento dos conteúdos, esse segundo mapeamento também levantou as indicações bibliográficas presentes em 30 (trinta) dos 79 (setenta e nove) currículos que dispunham das ementas dos componentes curriculares listados na categoria *Linguística*.

Assim como mapeamento anterior, os dados foram organizados por meio da ferramenta *tabela* do programa *Microsoft Excel*. A tabela foi construída a partir de ‘informações gerais’, como ano, universidade, *campus*, região, estado; ‘informações relativas ao componente curricular’, como carga horária, localização na grade curricular em relação aos semestres ideias do curso; conteúdos conforme foi descrito acima; e informações sobre as indicações bibliográficas como autor, título, local, editora, ano, natureza (geral, básica e complementar) e tipo de material (artigo, livro, revista).

A figura abaixo é uma captura de tela da tabela produzida nessa etapa do mapeamento.

Figura 5: Tabela com mapeamento dos conteúdos e indicações bibliográficas

	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P
	ESTADO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA	LOCALIZAÇÃO NA GRADE	CONTEÚDO	AUTOR	TÍTULO	LOCAL	EDITORA	ANO	NATUREZA	
2880	RS	SOCIOLINGÜÍSTICA	60	5		O OLIVEIRA, G.M.	BRASILEIRO FALA PORTUGUÊS IN SILVA, F.L.; MOURA, H.M. O DIREITO À FALA FLORIANÓPOLIS	INSULAR		2002	COMPLEMENTAR	LIVRO
2881	RS	SOCIOLINGÜÍSTICA	60	5		O SCHERRE, M.M.	A NORMA DO IMPERATIVO E O IMPERATIVO DA NORMA IN BAGNO, M. LINGUISTICA	SÃO PAULO	PARÁBOLA	2002	COMPLEMENTAR	CAPÍTULO
2882	RS	SOCIOLINGÜÍSTICA	60	5		O SOARES, M.	LINGUAGEM E ESCOLA: UMA PERSPECTIVA SOCIAL	SÃO PAULO	ÁTICA	1994	COMPLEMENTAR	LIVRO
2883	RS	SOCIOLINGÜÍSTICA	60	5		O VANDRSEN, P.	VARIACÃO E MUDANÇA NO PORTUGUÊS FALADO DA REGIÃO SUL	PELÓTAS	EDUCAT	2002	COMPLEMENTAR	LIVRO
2884	RS	SOCIOLINGÜÍSTICA	60	5		O VANDRSEN, P.	VARIACÃO, MUDANÇA E CONTATO LINGÜÍSTICO NO PORTUGUÊS DA REGIÃO SUL	PELÓTAS	EDUCAT	2006	COMPLEMENTAR	LIVRO
2885	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	ADQUISIÇÃO	PIAGET, J.	A LINGUAGEM E O PENSAMENTO DA CRIANÇA	SÃO PAULO	CULTRIX	1976	BÁSICA	LIVRO
2886	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	ADQUISIÇÃO-LÍNGUA-ORAL	PIAGET, J.	PENSAMENTO E LINGUAGEM	LISBOA	ANTIDOTO	1979	BÁSICA	LIVRO
2887	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	ADQUISIÇÃO-ESCRITA	BALEIRO, A.P.	PSICOLINGÜÍSTICA IN MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	CORTEZ	2001	BÁSICA	CAPÍTULO
2888	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PENSAMENTO-LINGUAGEM	DIAS, M.C.	COGNIÇÃO E MODELOS COMPUTACIONAIS	JUIZ DE FORA	VEREDAS	2000	BÁSICA	ARTIGO
2889	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	LEITURA	LURIA, A.	PENSAMENTO E LINGUAGEM: AS ÚLTIMAS CONFERÊNCIAS	PORTO ALEGRE	ARTES MÉDICAS	1987	BÁSICA	LIVRO
2870	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	ESCRITA	MELO, L.E.	A PSICOLINGÜÍSTICA: OBJETO, CAMPO E MÉTODO IN MELO, L.E. TÓPICOS DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	HUMANITAS	2005	COMPLEMENTAR	CAPÍTULO
2871	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	NEUROCIÊNCIAS	MELO, L.E.	PRINCIPAIS TEORIAS/ABORDAGENS DA AQUISIÇÃO DE LINGUAGEM IN MELO, L.E. TÓPICOS DE SÃO PAULO	SÃO PAULO	HUMANITAS	2005	COMPLEMENTAR	CAPÍTULO
2872	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	NEUROLINGÜÍSTICA	SCARPA, E.M.	AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM IN MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. INTRODUÇÃO À LINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	CORTEZ	2001	COMPLEMENTAR	CAPÍTULO
2873	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PIAGET	SCLAR, L.C.	INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	ÁTICA	1991	COMPLEMENTAR	LIVRO
2874	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PIAGET	SCLAR, L.C.	INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	ÁTICA	1991	COMPLEMENTAR	LIVRO
2875	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PIAGET	SCLAR, L.C.	INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	ÁTICA	1991	COMPLEMENTAR	LIVRO
2876	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PIAGET	SCLAR, L.C.	INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	ÁTICA	1991	COMPLEMENTAR	LIVRO
2877	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PIAGET	SCLAR, L.C.	INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	ÁTICA	1991	COMPLEMENTAR	LIVRO
2878	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PIAGET	SCLAR, L.C.	INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	ÁTICA	1991	COMPLEMENTAR	LIVRO
2879	RS	PSICOLINGÜÍSTICA	60	7	PIAGET	SCLAR, L.C.	INTRODUÇÃO À PSICOLINGÜÍSTICA	SÃO PAULO	ÁTICA	1991	COMPLEMENTAR	LIVRO
2878	RS	LINGÜÍSTICA GERAL	30	1	LINGÜÍSTICA-CIÊNCIA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA	NÃO CONSTA

Fonte: captura de tela do banco de dados produzido pelo autor, utilizando tabela no Microsoft Excel.

O resultado deste trabalho foi uma tabela com 2.980 (duas mil, novecentas e oitenta) linhas das quais 2.979 (duas mil, novecentas e setenta e nove) referem-se a dados do mapeamento dos conteúdos e indicações bibliográficas encontrados na documentação, e 1 (uma) linha é dedicada aos itens informacionais especificados no parágrafo anterior.

A exposição dos resultados deste trabalho encontra-se no capítulo 4 desta tese, dedicado à análise da presença da Linguística nos cursos de graduação em Letras.

#### Documentação dos Programas de Pós-Graduação em Linguística

Como informado anteriormente, a caracterização dos programas de pós-graduação registrados na CAPES na categoria Linguística foi realizada com informações de natureza diferente da dos cursos de graduação em virtude do material encontrado nos sites dos programas. A informação mais constante encontrada foi referente aos produtos dos programas (dissertações e teses) ao longo do tempo, às vezes disponibilizados como uma lista dos trabalhos defendidos e, outras vezes, como lista de egressos dos programas.

Dos 11 (onze) programas que constituíram o universo de interesse deste trabalho, 9 (nove) apresentaram a lista completa de seus produtos que se enquadram nos recortes temporais apresentados anteriormente; 1 (um) apresentou parcialmente e; 1 (um) não havia produzido trabalhos dentro do recorte temporal da cobertura desta tese. Dessa forma, o mapeamento dos programas de pós-graduação em Linguística ofertados pelas universidades federais ficou restrita ao material de 10 (dez) programas de pós-graduação.

A partir do cenário dos programas de pós-graduação descrito acima, optou-se por realizar um levantamento detalhado da produção do programa de pós-graduação em Linguística da UnB, por apresentar o maior número de trabalho e cobrir a maior distância temporal. O site do programa oferece uma lista das dissertações e teses defendidas junto ao programa, como ilustrado na figura a seguir:

*Figura 6: Lista das dissertações defendidas junto ao programa de pós-graduação em Linguística da UnB*

1967

- **Odílio Pedro Lunkes**  
- Estudo fonológico da língua rikbaktsa

1965

- **Dinah M. M. Isensee**  
- O falar de Mato Grosso (Bahia): Fonêmica, aspectos da morfossintaxe e do léxico.
- **Eunice S. L. Pontes**  
- Sistema verbal português coloquial do Rio de Janeiro
- **Gilda M. C. de Azevedo**  
- Descrição fonológica e gramatical da língua kiriri, dialeto kipea.
- **Marta M. Oliveira Coelho**  
- Fonemas do ronga, Moçambique.
- **Rosa Virgínia Mattos e Silva**  
- Diálogos de São Gregório-Livro II (Vida de São Bento) - Edição crítica segundo os três manuscritos portugueses

Fonte: captura de tela do site do programa de pós-graduação em Linguística da UnB. Disponível em: <<http://www.ppgl.unb.br/ppgl/catalogos/dissertacoes>>.

O mapeamento dos trabalhos produzidos por esse programa utilizou também o banco de dados de currículos disponibilizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, a plataforma lattes<sup>29</sup>. A escolha por utilizar essa plataforma e as informações buscadas foram inspiradas pelo trabalho de Oliveira (2017) sobre o ensino de fonética e fonologia no Brasil, que vem sendo desenvolvido no CEDOCH.

Além dos 367 (trezentos e sessenta e sete) trabalhos listados pelo site do programa, foram encontrados, durante a busca junto à plataforma lattes, mais 10 (dez) trabalhos defendidos junto ao programa dentro do recorte temporal considerado. Tratam-se de trabalhos realizados pelos autores listados em um nível diferente (mestrado ou doutorado) do informado na lista.

Esse mapeamento também foi realizado por meio do uso da ferramenta *tabela* no *Microsoft Excel* utilizando os seguintes parâmetros:

- a) Temporal: permitiu a organização de acordo com o período de defesa. A informação registrada foi: *Ano*

---

<sup>29</sup> Segundo informações do próprio site, encontravam-se disponíveis 215.449 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e quarenta e nove) currículos entre mestres e doutores até a data de 30 de novembro de 2016.

- b) Sobre os trabalhos: permitiram mapear informações relacionadas diretamente com os trabalhos. As informações registradas sobre os trabalhos foram: *Nível* (mestrado e doutorado), *título*, *autovinculação à subárea da Linguística*, *palavras-chave*
- c) Sobre a constituição da rede profissional: permitiram mapear os espaços em que os egressos desses programas estavam atuando e, ainda, a origem dos profissionais que atuam nos programas. As informações sobre a constituição da rede profissional foram: *atividade profissional do egresso*, *orientador*, *programa de doutorado do orientador*, *instituição do doutorado do orientador*

A figura abaixo ilustra a construção da tabela com os itens descritos anteriormente:

Figura 7: Tabela utilizada para mapeamento dos trabalhos defendidos junto ao programa de pós-graduação em Linguística da UnB

DEFESA	AUTORA	TÍTULO	NÍVEL	ÁREA	PALAVRAS-CHAVE	ATIVIDADE PROFISSIONAL	ORIENTADOR	DOCTORADO DO ORIENTADOR	INSTITUIÇÃO
2010	Aisamain Pittu Kamaiurá	UMA ANÁLISE LINGUÍSTICO-ANTROPOLOGICA DE EXEMPLARES DE DOIS GÊNEROS DISCURSIVOS KAMAIURÁ: Natureza e direções das mudanças linguísticas observadas entre os últimos falantes do Kokama nativos do Brasil nas tramas do discurso jurídico: uma abordagem crítica	MESTRADO	LINGUA INDIGENA	língua Kamaiurá; análise gramatical; correferência; Tipos de discurso.	NÃO INFORMADA	Ana Suely Arruda Câmara Cabral	LINGUÍSTICA	University of Pittsburgh, PITT, Estados Unidos.
2010	Chandra Wood Viegas		MESTRADO	LINGUA INDIGENA	Linguística; Línguas indígenas; Língua Kokama.	NÃO INFORMADA	Ana Suely Arruda Câmara Cabral	LINGUÍSTICA	University of Pittsburgh, PITT, Estados Unidos.
2010	Beatriz Emilia Bartoly		DOCTORADO	ANÁLISE DO DISCURSO	NÃO INFORMADA	INSTITUIÇÃO PRIVADA	denize elena garcia da silva	LINGUÍSTICA HISPÂNICA	UNAM, MÉXICO
2006	Cláudia Gomes Paiva	Discurso parlamentar: gênero discursivo por desvendar	MESTRADO	ANÁLISE DO DISCURSO	Análise de Discurso Crítica (ADC); argumentação; discurso parlamentar; Gêneros discursivos; Ideologia; Linguística do discurso parlamentar; Análise de Discurso Crítica (ADC); escritor-fantasma; autoria; Linguística do sujeito nulo; controle, infinitivo flexionado; reestruturação; criação de pessoa	NÃO INFORMADA	Josénia Antunes Vieira	LINGUÍSTICA APLICADA	PUCRS
2010	Cláudia Gomes Paiva	Da (in)visibilidade na autoria: desvelando o ghost-writer do discurso parlamentar	DOCTORADO	ANÁLISE DO DISCURSO	discurso parlamentar; Análise de Discurso Crítica (ADC); escritor-fantasma; autoria; Linguística do sujeito nulo; controle, infinitivo flexionado; reestruturação; criação de pessoa	NÃO INFORMADA	Josénia Antunes Vieira	LINGUÍSTICA APLICADA	PUCRS
2010	Pollana Camargo Rabelo	Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitivos	DOCTORADO	SINTAXE		REVISORA	Helioisa Maria Moreira Lima de Almeida Sales	LINGUÍSTICA	University of Wales - Bangor, UWb, Grã-Bretanha
2004	Pollana Camargo Rabelo	Sobre a Questão do Controle com o Infinitivo Flexionado do Português	MESTRADO	SINTAXE	NÃO INFORMADA	REVISORA	Lucia Maria Pinheiro lobato	LINGUÍSTICA	PARIS III, FRANÇA
2010	Tabita Fernandes da Silva	História da Língua Tenetehára: contribuição aos estudos histórico-comparativos sobre a diversificação da família linguística Tupi-Guarani do Brasil	DOCTORADO	LINGUA INDIGENA	Língua Tenetehára; Desenvolvimento histórico; Diversificação linguística; Tembé e Guajajára; Família Linguística	INSTITUIÇÃO FEDERAL PA	Ana Suely Arruda Câmara Cabral	LINGUÍSTICA	University of Pittsburgh, PITT, Estados Unidos.
2010	Theresa Christina Jardim Fraústo	O morador de rua e a invisibilidade do sujeito no discurso jornalístico	DOCTORADO	ANÁLISE DO DISCURSO	NÃO INFORMADA	INSTITUIÇÃO ESTADUAL PE	denize elena garcia da silva	LINGUÍSTICA HISPÂNICA	UNAM, MÉXICO

Fonte: captura de tela do banco de dados produzido pelo autor.

Como informado anteriormente, a tabela referente ao mapeamento dos produtos do programa de pós-graduação em Linguística da UnB foi constituída de 377 (trezentos

e setenta e sete) itens mapeados, e uma linha com os dados, totalizando 378 (trezentas e setenta e oito) linhas.

Os resultados desse mapeamento foram expostos e analisados no capítulo 3 desta tese, dedicado à configuração dos cursos que oferecem o título de ‘linguista’ aos seus alunos.

## 1.6 Fontes Secundárias

Além da documentação produzida diretamente pelos agentes responsáveis pela regulação dos cursos já mencionados anteriormente, este trabalho buscou organizar também outras fontes, em especial itens bibliográficos (artigos, livros, capítulos, prefácios) que auxiliaram na reconstrução do ensino de Linguística nas universidades brasileiras.

A localização destes itens bibliográficos foi feita de duas formas: a primeira, pelo trabalho de leitura e contato com os textos durante todo o processo de construção desta tese; a segunda, por meio do levantamento exaustivo nos periódicos mencionados anteriormente<sup>30</sup>.

O levantamento desse material teve como ponto de partida dois trabalhos de Altman (1997, 2001) em que a autora produz uma lista de itens bibliográficos relacionados com a institucionalização e os modos de contar a história da Linguística no Brasil. Em especial, o trabalho de Altman (2001), tomado como modelo, apresenta 240 referências por ordem cronológica (1910-2000) e um resumo de cada trabalho.

Desse total, considerando o recorte do projeto – o ensino de Linguística como disciplina autônoma nos cursos de Linguística e Letras entre 1960 e 2010 –, por meio da leitura dos resumos produzidos pela autora, foram considerados 67 (sessenta e sete) itens (ANEXO B).

---

<sup>30</sup>a) “Revista Alfa” (1962- 2019); b) “Cadernos de Estudos Linguísticos” (1978-2019); c) “Boletim da Associação Brasileira de Linguística” (1981-2000); d) “Trabalhos de Linguística Aplicada” (1983-2019); e) “Documentação em Linguística Teórica e Aplicada” (1985-2019); f) “Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa” (1991-2019); g) “Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística ANPOLL” (1994-2019); h) “Revista Brasileira de Linguística Aplicada” (2001-2019); i) “Revista da Associação Brasileira de Linguística Aplicada” (2002-2019) e; j) “Revista Argentina de Historiografia Linguística” (2009-2017).

Além das referências já listadas em Altman (2001), foram levantados, nos periódicos mencionados e em outros materiais bibliográficos, mais 65 (sessenta e cinco) itens que foram apresentados seguindo o modelo de Altman (2001), separados por ano e com um resumo (APÊNDICE 1).

O próximo capítulo, dedicado a traçar e analisar os *fatores externos* implicados nesta historiografia, parte da construção de uma periodização feita em função dos fatores externos; os materiais das fontes secundárias tiveram um papel importante na construção dessa periodização. As fontes secundárias auxiliaram, ainda, na construção de interpretações dos dados dos mapeamentos que foram explorados na sequência.



## 2. HISTORIOGRAFIA DO ENSINO DE LINGUÍSTICA NO BRASIL (1960-2010): FATORES EXTERNOS

Este capítulo foi elaborado com o objetivo de cumprir duas funções principais: a primeira, apresentar uma reconstrução do contexto organizacional e pedagógico do período; e, a segunda, apresentar o espaço destinado à Linguística nos documentos produzidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela regulamentação do ensino superior brasileiro.

Para cumprir esses objetivos, iniciou-se pela apresentação de uma breve periodização por meio dos fatores externos que impactaram as formas de organização institucional e/ou pedagógica dos cursos de graduação e pós-graduação. Na sequência, tratou-se da identidade da Linguística no ensino superior brasileiro. Para tanto, foram reconstruídas as trajetórias normativas por meio dos *currículos mínimos para os cursos de graduação* de 1962, que tornam a linguística componente obrigatório dos cursos de Letras, até a publicação, em 2001, das *diretrizes curriculares*.

A caracterização da Linguística a partir dos programas de pós-graduação foi realizada por meio das trajetórias expostas nos relatórios de avaliação produzidos pela CAPES. Foram considerados três documentos: a publicação *Avaliação e Perspectivas*, publicado em 1982, e os *documentos de área* ( 2001- triênio 1998-2000; e 2010- triênio 2007-2009).

### 2.1 Periodização em Função de Fatores Externos Relacionados ao Ensino de Linguística no Brasil

Como já frisado durante a introdução e a exposição dos pressupostos teóricos, esta tese não se dedica a traçar uma origem do ensino de Linguística no Brasil. Nesse sentido, o recorte temporal (1960-2010), ainda que marcado por acontecimentos históricos pontuais, não deixa de ser arbitrário, uma vez que foi tomado como resultado de um processo histórico nem sempre linear e progressivo.

Foi a partir desse pressuposto que esta periodização, a partir da divisão em décadas, buscou reconstruir alguns dos marcos institucionais que impactaram nas estruturas organizacionais e pedagógicas envolvidas no ensino de Linguística no Brasil. Tratou-se, antes, de buscar, nesses marcos, os indícios de processos que, aparentemente antagônicos, coexistem nos documentos ao longo do período analisado.

### 2.1.1 Do Período Anterior aos Anos de 1960: institucionalização do ensino superior no Brasil

É comum entre aqueles que se dedicaram a traçar um histórico das universidades brasileiras lembrar que, diferentemente dos países de colonização espanhola, as instituições de ensino superior não foram incentivadas, e só começaram a existir depois da vinda da família real portuguesa para o Brasil (SCHWARTZMAN, 1982; TEXEIRA, 1989; OLIVE, 2002; GIOLO, 2006; SGUISSARD, 2006, 2009). As primeiras instituições tinham finalidades de ensino profissionalizante, como o curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia em Salvador e, depois, a escola de Cirurgia no Rio de Janeiro.

Foi por meio do decreto 14.343 de 7 de setembro de 1920, que reuniu escolas superiores já existentes no Rio de Janeiro, que foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, e, alguns anos mais tarde, foi criada a USP (1934) em São Paulo. Também foi durante a década de 1930 que começaram a surgir os cursos de Letras que fazem parte do escopo desta pesquisa: em 1931, na Universidade do Rio de Janeiro, foi criado o atual curso da UFRJ; em 1934, o curso da USP; e, fechando a década, o curso da UFPR, em 1939.

Pode-se afirmar que a Linguística já estava presente desde o momento de criação dos primeiros cursos de Letras no Brasil. Um exemplo pode ser encontrado no decreto 6.283 de 25 de Janeiro de 1934, responsável pela criação da USP, que previa a Linguística como uma das nove cadeiras da seção de Letras, como é possível observar na figura abaixo que reproduz o artigo 9º do decreto, publicado na página 1 do *Diário oficial do estado de São Paulo* em 10 de Maio de 1934.

Figura 8: Cadeiras da seção de Letras, previstas no decreto que cria a USP

b) — "Artigo 9.º — A seção de letras abrangerá as seguintes cadeiras fundamentais:  
1) — Linguística;  
2) — Filologia comparada;  
3) — Filologia portuguesa;  
4) — Literatura luso-brasileira;  
5) — Língua e Literatura grega;  
6) — Língua e Literatura latina;  
7) — Língua e Literatura francesa;  
8) — Língua e Literatura italiana;  
9) — Língua e Literatura inglesa;

Imprensa Oficial

Fonte: Versão digitalizada do *Diário Oficial do estado de São Paulo* de 10 de maio de 1934, disponibilizada pela *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*<sup>31</sup>.

Se, por um lado, esse documento aponta que, desde os primeiros cursos de Letras, já havia quem considerasse a Linguística como uma disciplina autônoma em relação às cadeiras dedicadas às línguas e à filologia, por outro lado, a não concretização dessa cadeira à época indicia que o grupo responsável pela implementação da lei não tinha o mesmo entendimento.

Outro indício que a Linguística, como disciplina autônoma, não era desconhecida nesse período pode ser encontrado no percurso da disciplina traçado por Mattoso Câmara em 1976:

O primeiro curso completo de linguística foi iniciado na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), criada em 1935. A linguística era considerada como conhecimento básico para os professores de língua e para os estudantes interessados em crítica literária. Era assim incluída entre as humanidades e como tal, ensinada durante dois anos até 1939, quando a universidade foi fechada pela administração municipal. Joaquim Mattoso Câmara Jr. era o responsável pelos cursos de linguística, sendo mais tarde, em 1950, convidado de novo para lecionar linguística na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro) (CÂMARA, 1976:49).

Câmara (1976:49) marcou a década de 1940 como início do “que se pode chamar de tendências atuais da linguística no Brasil”. Além dele mesmo, considerado representante do “estruturalismo da escola francesa” (1976:50), o autor apontou mais dois professores como agentes que se dedicaram à linguística: Aryon Dall’Igna Rodrigues,

<sup>31</sup> Disponível em:

<<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19340510&Caderno=Diario%20Oficial&NumeroPagina=1>>.

como representante do estruturalismo americano (Bloomfield); e Silvo Edmundo Elia (1913-1998), como representante de uma terceira vertente associada ao pensamento filosófico (Vossler) (CÂMARA, 1976).

Em relação à expansão dos cursos de Letras durante a década de 1940, outros quatro cursos foram criados na região sudeste e sul do país (UFMG e UFRGS (1943); UFF (1947); e UFJF (1948)). A década de 1950 contemplou os primeiros cursos de Letras nas regiões Norte e Nordeste, além de mais três cursos da região sudeste (UFPE (1950); UFS (1951); UFES (1953); UFAL, UFPA e UFSJ (1954); UFBA e UFRN (1956) e; UFPI (1958)).

Mesmo considerando somente as versões das estruturas curriculares produzidas no período considerado pela cobertura deste trabalho, 15 (quinze) dos cursos listados foram criados nesse período que antecede o recorte proposto.

### 2.1.2 A Década 1960: implantação da disciplina

Como já mencionado anteriormente, até o início da década de 1960, 15 (quinze) cursos de graduação em Letras funcionavam distribuídos por quatro das cinco regiões do país. Também, como pode ser compreendido pelo percurso traçado por Câmara (1976), já havia iniciativas relacionadas com o ensino de Linguística nas universidades brasileiras.

O diferencial da década de 1960 foi a criação de instituições e instrumentos que sistematizaram as normas para o funcionamento do ensino superior no Brasil e, por consequência, dos cursos de Letras. Entre as ações ocorridas neste período, destacam-se a lei 4.024/61 de 20 de Dezembro de 1961, a primeira *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* e a implantação do *currículo mínimo do curso de Letras* em 1962.

Além de reconhecer as diferentes formas de organização do ensino superior existentes no país, a lei de 1961 criava a Comissão Federal de Ensino, órgão responsável por regular, fiscalizar e autorizar o funcionamento dos cursos superiores, e, ainda, responsável por criar os currículos mínimos para os cursos de graduação. No caso do curso de Letras, os currículos mínimos foram criados a partir da aprovação do parecer 283/62 em 19 de outubro de 1962, tornando obrigatória a presença da disciplina Linguística nos cursos de Letras.

Castilho (1963:6) utilizou o termo “reformismo” para descrever o contexto em que as reformas nos currículos dos cursos superiores foram propostas. Em suas palavras:

O reformismo será por certo a característica mais saliente dos dias que correm. Os mais diversos fatores concorreram para que no Brasil de hoje muitos sejam os que suspiram por reformas capazes de eliminar a sequência de desajustamentos a que fomos atirados pela mais séria crise de crescimento jamais constatada na vida nacional: aumento explosivo da população nos últimos trinta anos, desenvolvimento desigual das diversas áreas do país, o que determinou a coexistência da economia colonial ao lado da industrial, enfim, transfiguração da estrutura socioeconômica do Brasil, hoje, mais do que nunca, pátria dos contrastes (CASTILHO, 1963:6).

O contexto descrito acima por Castilho (1963) parece ter favorecido a implantação das legislações citadas anteriormente, feitas durante o exercício de Darcy Ribeiro (1926-1997) no cargo de Ministro da Educação. Altman (1998:114) transcreve um trecho de um depoimento<sup>32</sup> que parece indiciar a adesão ao espírito “reformista”, descrito por Castilho, por parte do então Ministro da Educação:

Darcy Ribeiro, o grande mentor da UnB, era um antropólogo indigenista e conhecia bem Aryon. Queria uma Universidade diferente de toda a tradição que existia aqui. Pensava em criar Institutos e Departamentos autônomos. Um deles seria o de Linguística. E convidou, para implantá-lo, o Aryon. (Depoimento pessoal de agente, colhido por Cristina Altman- In: ALTMAN, 1998:114).

Se, por um lado, era verdade que já havia algumas experiências com o ensino de Linguística nas universidades brasileiras, por outro, como mostra a leitura do momento feita por Castilho (1963), também não havia profissionais suficientes para implementar a disciplina nos cursos de Letras já existentes naquele período. Segundo levantamento feito por Altman (1998:114), atuavam na área durante o período apenas Joaquim Mattoso Câmara Jr.; Aryon Rodrigues e Francisco Gomes de Matos (n.1933-).

Diferentemente do contexto de criação da seção de Letras da USP em 1934, contexto no qual a lei de criação não exerceu um papel importante, foi possível perceber,

---

<sup>32</sup> Uma das fontes documentais utilizadas pela autora em sua historiografia foi a coleta de depoimento de agentes que estiveram envolvidos com a história da Linguística no Brasil. A transcrição desses depoimentos, no entanto, não informou o nome do agente.

por parte dos interessados na Linguística enquanto disciplina autônoma, uma preocupação com a constituição de um grupo de especialidade dentro do ensino superior brasileiro, os linguistas.

Essa preocupação pode ser percebida pela efetiva criação do Departamento de Linguística na UnB, em 1963, responsável pela oferta de um programa de pós-graduação em Linguística cujo primeiro objetivo foi capacitar profissionais para a atuação junto aos cursos de Letras.

Além desses esforços institucionais, periódicos como a “Revista Alfa” (1962- atual) abriram espaço para debates não só sobre o currículo de Letras (CASTILHO, 1963, 1965), mas também para o debate sobre os conteúdos e referências bibliográficas utilizadas no ensino de Linguística (GOMES, 1965; CASTILHO, 1965). A consolidação desse grupo de especialidade pode ser marcada pela fundação de associações, como o GEL e a Abralín, no fim da década, em 1969.

Apesar de não ter impedido a consolidação da Linguística no cenário acadêmico brasileiro, a tomada do poder, em 1964, pelos militares exerceu impacto no contexto institucional e pedagógico do período. As universidades sofreram intervenções, em especial no que diz respeito ao controle ideológico e aos projetos de universidades considerados representantes de uma ideologia contrária à proposta pelo governo da época. Um exemplo foi o desmanche do projeto de instalação da UnB em Brasília cujo reitor foi destituído do cargo e vários professores foram demitidos da universidade.

Outra ação realizada pelo governo que influenciou nas formas de organização das universidades do sistema federal foi a lei 5.540/68 de 28 de novembro de 1968, a Lei da Reforma Universitária, que extinguiu as cátedras vitalícias, substituindo pelo funcionamento departamental, uma forma de organização que permitiu implementar mudanças não só administrativas, mas também acadêmicas.

A década de 1960 foi, sem dúvidas, um momento crucial para o processo de institucionalização da Linguística como disciplina autônoma no ensino superior brasileiro. Um conjunto coordenado de ações realizadas por agentes de diferentes instâncias do sistema educacional brasileiro garantiu a implantação e consolidação deste grupo de especialidade.

O governo federal criou órgãos responsáveis pelo acompanhamento e normatização das IES, criando um *currículo mínimo* no qual a Linguística aparecia como componente obrigatório, e, ainda, criou espaços como a Universidade de Brasília onde a Linguística foi instalada já com a preocupação de formar recursos humanos que pudessem

sustentar o projeto de implantação da área. Nas universidades, por sua vez, os professores não se limitaram a cumprir a norma de implantação da disciplina, mas passaram a atuar na construção da área por meio da produção de pesquisas e da criação de associações dedicadas ao grupo.

### 2.1.3 A década 1970: a criação dos primeiros cursos de graduação e pós-graduação em Linguística

Durante a década de 1970, houve continuidade na produção de instrumentos de normatização e avaliação dos cursos e das instituições de ensino superior que tinham como objetivo principal formar um corpo docente qualificado e permitir a inclusão da pós-graduação como parte das atividades das universidades.

O movimento de construção da pós-graduação fora iniciado já na metade da década anterior com a aprovação, por parte do Conselho Federal de Educação, do Parecer 977/65, relatado por Newton Sucupira. O documento salienta a importância da pós-graduação para a formação das universidades brasileiras, reconhece os cursos em funcionamento no Brasil como um segmento diferenciado do ensino universitário que poderia ser realizado em dois níveis (mestrado e doutorado).

No entanto, foi somente na década de 1970 que a pós-graduação passou a ser objeto de normatização e ganhou um plano estratégico para sua consolidação e expansão. O MEC, por meio do decreto 73.411 de 04 de janeiro de 1974, instaurou o Conselho Nacional de Pós-Graduação que foi responsável por apresentar o I Plano Nacional de Pós-Graduação- PNPG no ano seguinte. Esse documento traçou as metas para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação entre 1975 e 1979 e, ainda, designou a CAPES como órgão responsável pela coleta de informações e a avaliação dos programas de pós-graduação.

Em relação à área de Letras e Linguística, foi um período produtivo em relação à abertura dos programas de pós-graduação. Além do programa de Linguística da UFRJ, que iniciou suas atividades no fim da década de 1960 (1968), foram criados, durante a década de 1970, 02 (dois) programas de Linguística (UNICAMP e USP) e outros 12 (doze) programas de Letras. Além desses programas de pós-graduação, a criação dos

primeiros cursos de graduação em Linguística no início da década (UNICAMP (1970) e USP (1972)) permitiram a consolidação da área.

Com a criação de 03 (três) cursos na região centro-oeste, os cursos de graduação em Letras do sistema federal de ensino superior alcançaram, durante aquela década, todas as regiões do Brasil. Além dos três cursos iniciados na região centro-oeste, foram criados, durante a década de 1970, 02 (dois) cursos na região norte, 03 (três) na região nordeste, 01 (um) na região sudeste e 01 (um) na região sul.

Nesse contexto de expansão dos cursos de graduação e qualificação dos docentes do ensino superior por meio dos programas de pós-graduação, a década de 1970 possibilitou que as associações como a ABRALIN e o GEL, criados no fim da década de 1960 (1969), se consolidassem como espaços institucionais de debate e formação da nova geração de linguistas no Brasil<sup>33</sup>.

#### 2.1.4 A Década 1980: consolidação da pós-graduação como atividade de pesquisa e a relação da linguística com o ensino de língua portuguesa

Durante a década de 1980, não houve um aumento expressivo dos programas de pós-graduação como aconteceu na década anterior. Nesse período, foram criados 04 (quatro) programas de pós-graduação em Letras e nenhum em Linguística. Em relação aos cursos de graduação, houve um aumento expressivo somente nas regiões em que os cursos de Letras ainda eram pequenos em relação às outras regiões (foram criados 05 (cinco) cursos na região norte, 03 (três) na região centro-oeste e 01 (um) curso em cada uma das outras regiões).

Houve continuidade na elaboração dos PNPG que foram contemplados com os números II (1982-1985) e III (1986-1989). Diferentemente da primeira versão cuja preocupação estava centrada na formação de um corpo docente qualificado, as versões II e III buscaram debater a qualidade dos programas de pós-graduação e procuraram

---

<sup>33</sup> O CEDOCH dedicou-se ao mapeamento da produção acadêmica da área posta em circulação pelo Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo- GEL em dois momentos diferentes: a primeira vez por ocasião do aniversário de 25 anos em projeto coordenado pela Profa. Dra. Crsitina Altman (ALTMAN et al, 1995); a segunda vez por ocasião do aniversário de 50 anos em projeto coordenado pela Profa. Dra. Olga Coelho (COELHO, 2019).



institucionalizar e aperfeiçoar as ferramentas de avaliação dos programas, dando relevância aos produtos das pesquisas, em especial, as publicações científicas.

No cenário político nacional, a constituição brasileira de 1988 foi aprovada e outorgou às universidades autonomia acadêmica e administrativa; as universidades passaram a ser entendidas como espaço em que as atividades de ensino, pesquisa e extensão universitária são indissociáveis. Essa indissociabilidade, que oficializa o modelo de universidade já existente à época, pode ser apontada como um dos fatores que vinculam os programas de pós-graduação às universidades<sup>34</sup>.

A abertura política também permitiu uma aproximação maior da Linguística com o ensino de língua portuguesa, especialmente em relação aos debates das variedades linguísticas e a centralidade do texto como objeto de ensino (GERALDI, 1984). Foi o momento em que a Linguística buscou se afirmar como ferramenta necessária para a construção dos novos modelos do ensino de língua materna.

Esse movimento pode ser observado no levantamento das fontes secundárias apresentado no capítulo anterior. Enquanto, durante a década de 1970, foram encontradas 11 (onze) referências versando sobre a Linguística no Brasil, na década de 1980, foram encontradas 38 (trinta e oito) referências bibliográficas<sup>35</sup>.

A diferença no número de referências bibliográficas encontradas não aponta diretamente para um aumento do debate sobre a Linguística no Brasil, porque 25 (vinte e cinco) das referências listadas foram encontradas nos *Boletins da Associação Brasileira de Linguística*, publicados entre 1981 e 2000. De qualquer forma, a construção de meios de divulgação desse debate mostra sua produtividade durante a década.

---

<sup>34</sup> No mapeamento geral dos programas de pós-graduação em Letras e Linguística apresentado no capítulo anterior, não foi encontrado nenhum programa associado a uma instituição de pesquisa que não fosse universitária.

<sup>35</sup> A relação dos itens bibliográficos pode ser encontrada no anexo 02 e apêndice 01. O anexo 02 apresenta os itens já listados pelos trabalhos de Altaman (1997, 2001) e o apêndice 01 apresenta os demais itens.

### 2.1.5 A Década 1990: a construção de propostas para o ensino de língua e a aprovação de uma nova LDB

Além da continuidade da publicação dos debates sobre a Linguística no Brasil<sup>36</sup>, um dos destaques da década de 1990 foi o envolvimento de diferentes grupos de Linguistas na construção de propostas para o ensino de língua nos níveis municipais, estaduais<sup>37</sup> e nacionais (PIETRI, 2003).

Esse envolvimento contribuiu para a consolidação da disciplina Linguística como ponto fundamental do currículo dos cursos de Letras, não só dos bacharelados, tradicionalmente associados com a pesquisa, mas também junto das licenciaturas que, como mostrado no mapeamento do capítulo anterior, constituíram a maior modalidade de oferta dos cursos de Letras.

O envolvimento da Linguística com o ensino, sobretudo de língua materna, promoveu, ainda, a construção de novos objetos e linhas de pesquisa durante a década de 1990. Um exemplo desse movimento pode ser indiciado pelo programa de pós-graduação em Linguística Aplicada da UNICAMP, criado nesse período.

Em relação à expansão dos cursos, observou-se o mesmo padrão da década anterior. Foram criados 07 (sete) cursos de Letras, (03 (três) na região norte, e 01 (um) em cada uma das outras regiões do país); 01 um curso de Linguística<sup>38</sup> (UFG, 1992), 02 (dois) programas de pós-graduação em Linguística e 03 (três) programas de pós-graduação em Letras.

Ainda durante a década de 1990, mais precisamente em 1996, foi aprovada a nova *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*- LDB, que reafirmou a autonomia das universidades estabelecida pela constituição de 1988. No entanto, a LDB-96, apesar de não fixar um currículo para os cursos de graduação, designou o MEC como órgão responsável pela construção de um documento para normatizar os cursos de graduação,

---

<sup>36</sup> Foram encontrados 34 (trinta e quatro) itens bibliográficos produzidos durante a década de 1990.

<sup>37</sup> Um exemplo deste envolvimento é a produção das Propostas Curriculares para o ensino de Língua Portuguesa do Estado de São Paulo, aprovada em 1991 pela Secretária de Educação do Estado de São Paulo, que contou com a participação de linguistas das três universidades do estado.

<sup>38</sup> Vale lembrar que, no caso do curso de Linguística da UFG, não foi criada uma nova estrutura organizacional e pedagógica como as criadas para os cursos de Letras listados. A criação refere-se à habilitação em Linguística.

trata-se das *Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação* que, no caso do curso de Letras, tornou-se público somente na década seguinte.

Em relação à regulamentação dos programas de pós-graduação, não foi encontrado o IV PNPG. Segundo informações apresentadas no VI PNPG (CAPES, 2010), a CAPES, também no ano de 1996, deu início ao IV PNPG por meio de sua diretoria executiva. Durante o período, aconteceram eventos envolvendo pró-reitores, representantes das associações científicas, docentes e discentes de pós-graduação para a construção do documento, mas, apesar do documento produzido durante os anos 2000 ser nomeado de V PNPG, o IV não chegou a ser publicado.

Ainda, segundo informações do VI PNPG, as discussões iniciadas tinham como centralidade a necessidade de expansão do sistema de pós-graduação, além da diversificação das modalidades.

#### 2.1.6 Os anos 2000: *Diretrizes curriculares e REUNI*

Os anos 2000 foram marcados por uma nova fase de expansão dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação do sistema federal. Foram criados, na primeira década do novo século, 25 (vinte e cinco) cursos de graduação, (09 (nove) no norte, 03 (três) no nordeste, 02 (dois) no centro-oeste, 07 (sete) no sudeste e 04 (quatro) no Sul; um curso de graduação em Linguística (UFSCar, 2009), 06 (seis) programas de pós-graduação em Linguística e 18 (dezoito) programas de pós-graduação em Letras.

Parte da criação desses cursos pode ser explicada pelo lançamento do programa de *Reestruturação e Expansão do Ensino Superior Federal- REUNI*, lançado pelo governo em 2007. O repasse de novas verbas às universidades ficou vinculado com a adesão ao programa, que estabelecia, entre suas metas, a interiorização das universidades federais e o aumento da oferta de vagas.

Em relação às regulações dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, a primeira década dos anos 2000 apresentou, no ano de 2001, as *Diretrizes Curriculares* para os cursos de graduação em Letras por parte do MEC, e, em 2005, o V PNPG elaborado pela CAPES.

As *Diretrizes Curriculares* dos cursos de graduação em Letras, diferentemente do currículo mínimo, não apresentam um conjunto de disciplinas que deveriam fazer parte

da estrutura curricular dos cursos. Esse documento propôs a composição do curso de Letras por meio de duas grandes áreas: *os estudos linguísticos*, que contemplariam a Linguística como disciplina autônoma; e *os estudos literários*<sup>39</sup>.

Em relação aos programas de pós-graduação, o V PNPG deu continuidade aos debates sobre a qualidade do sistema de pós-graduação, em especial em relação à avaliação desta qualidade por meio dos indicadores de produção acadêmica, além de traçar metas de cooperação internacional e propostas de novas formas de pós-graduação, como o mestrado profissional.

### 2.1.7 A Institucionalização da Linguística entre 1960-2010

O período escolhido para compor o recorte temporal da cobertura deste trabalho foi decisivo no processo de institucionalização da Linguística no ensino superior brasileiro. A área, implantada como componente obrigatório do currículo em 1962, construiu institucionalmente espaços que garantissem sua presença nos cursos de Letras e, ainda, passou a existir enquanto curso em nível de graduação e pós-graduação.

Os cursos que outorgam o título de Linguista tiveram um crescimento mais expressivo no nível de pós-graduação. Na graduação, além dos dois cursos criados na década de 1970 (UNICAMP, USP), somente mais dois foram criados, um na década de 1990 (UFG), e outro nos anos 2000 (UFSCar).

Apesar da existência desses cursos indiciar o grau de institucionalização que a área conseguiu atingir durante esse período, foi, sem dúvida, como parte integrante dos cursos de graduação em Letras que a Linguística construiu seu espaço no ensino superior brasileiro. Os cursos de Letras, mesmo nas décadas de 1980 e 1990, em que a expansão foi mais contida, mantiveram-se produtivos possibilitando o espaço de atuação para os linguistas.

Para compreender melhor o espaço destinado à Linguística nos cursos de graduação em Letras, foi reconstruído o percurso que a área percorreu nos documentos produzidos pelos órgãos governamentais que regulam o ensino superior brasileiro.

---

<sup>39</sup> O detalhamento da trajetória da Linguística nos documentos responsáveis pela regulação dos cursos de graduação em Letras encontra-se desenvolvido no próximo item deste capítulo.

## 2.2 Documentos que Marcam a Regulamentação dos Cursos de Graduação em Letras no Brasil

A criação de órgãos específicos responsáveis pela regulamentação do ensino superior em âmbito nacional foi iniciada na década 1960, mais especificamente em 1961, por meio da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro, responsável pela criação do então *Conselho Federal de Educação*, órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura ao qual foi atribuída a competência para a fixação dos conteúdos e decisão sobre a duração dos cursos superiores.

No caso específico do curso de Letras, a regulamentação começou a tomar forma por meio do parecer nº 283/62, aprovado em 19 de outubro de 1962, feito pelo conselheiro Valnir Chagas. O documento acompanha a resolução s/n de 19 de outubro de 1962, responsável por “fixar os mínimos de conteúdo e duração do curso de Letras (licenciatura plena)”.

A resolução vigorou até meados da década de 1990 quando a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação* de 1996 torna sem efeito sua versão anterior, de 1961, que instituía a criação dos currículos mínimos. Como já afirmado no item anterior deste capítulo, apesar da LDB-96 garantir a autonomia das universidades, a lei previa a criação de *Diretrizes Curriculares*, publicadas em 2001, para o curso de Letras.

### 2.2.1 Os Currículos Mínimos para os Cursos de Graduação em Letras

A resolução que instituiu o *currículo mínimo do curso de Letras*, em 1962, buscava corrigir o que o parecer do relator nomeou de *dispersão* nos currículos dos cursos de Letras dedicados a cobrir um agrupamento de línguas, tais como os cursos de Letras Neolatinas ou Anglo-Germânicas. Para o relator:

A presente estrutura dos nossos cursos superiores de Letras dá a impressão de algo que se planejou para não ser executado. O caso extremo é, sem dúvida, o curso de Letras Neolatinas, que habilita ao mesmo tempo, em quatro e até em três anos, para nada menos de cinco línguas com as respectivas literaturas. Na prática, o artificialismo dessa orientação conduziu a duas formas diversas de

“ajustamento”. A mais comum, na fase de implantação, consistiu em que os alunos considerassem ao mesmo nível todas as línguas e literaturas terminando por quase nada aprender de cada uma delas. De último, entretanto, a pressão crescente do mercado de trabalho em expansão veio forçar uma busca de maior autenticidade, que os estudantes encontraram, ou tentam encontrar, dedicando-se preferencialmente a uma ou duas línguas, verdadeiros *majors*, e relegando as demais ao plano secundário de um estudo de véspera que lhes permite apenas evitar a reprovação. (Parecer nº 283/62, In: BRASIL, 1981:414)

A resolução foi composta por três artigos: o primeiro diz respeito às matérias que habilitam à licenciatura em Letras; o segundo estabelece as habitações possíveis para os diplomados em Letras; e o terceiro regula a duração do curso.

Em relação às matérias que devem constar no currículo do curso, é apresentada uma lista composta, no total, por 13 matérias das quais cinco constituem a parte fixa do currículo (1. Língua Portuguesa; 2. Literatura Portuguesa; 3. Literatura Brasileira; 4. Língua Latina; e 5. Linguística) e as oito restantes constituem a parte variável (1. Cultura Brasileira; 2. Teoria da Literatura; 3. Uma língua estrangeira moderna; 4. Literatura correspondente à língua escolhida; 5. Literatura Latina; 6. Filologia Românica; 7. Língua Grega; e 8. Literatura Grega). A partir dessa lista, o currículo deveria ser composto por oito matérias: as cinco da parte fixa somadas às três da parte variável.

A estrutura do currículo em oito matérias, considerando que, além da língua portuguesa, só seria permitido acrescentar uma outra língua e literatura estrangeira, procurava corrigir as distorções apontadas pelo relator.

Na resolução, Linguística foi elencada como matéria da parte fixa do currículo e seu lugar foi estabelecido em contraste com as outras matérias, visto que a resolução não apresentou o detalhamento dos conteúdos que deveriam compor cada matéria. No parecer, o único desenvolvimento em relação aos conteúdos das matérias é o que se segue:

A parte comum compreende Português, com a respectiva literatura, Latim e os conhecimentos básicos de Linguística necessários às línguas vernácula e estrangeiras. Esse “básico” é o que nos parece exequível em âmbito nacional, nada impedindo que a escola dê maior amplitude aos estudos linguísticos. Exatamente por isto, aliás, foi que substituímos por “Linguística”, sem restrições ou ampliações, o título de “Introdução aos Estudos Linguísticos” que inicialmente havíamos apresentado. No que se refere ao Latim, a sua inclusão na parte comum define-o como simples matéria instrumental, sendo assim indispensável intensificá-lo, e tornar obrigatória a sua Literatura, na hipótese de que venha ele a figurar como objeto de habilitação específica. (Parecer nº 283/62 In: BRASIL, 1981:415)

Pode-se inferir, pela leitura do trecho acima, que a Linguística não gozava do mesmo reconhecimento e prestígio das outras matérias com as quais compunha o currículo. Além da qualificação por *conhecimentos básicos de Linguística*, sua existência é justificada pelo auxílio que pode prestar ao estudo das línguas vernácula e estrangeiras. O parecer, ao mesmo tempo em que insere a Linguística como componente obrigatório nos cursos de Letras, também autorizou o desenvolvimento da área no âmbito do ensino superior.

Um outro indício do espaço menor ocupado pela Linguística dentro do cenário institucional do curso de Letras pode ser depreendido do depoimento pessoal de um agente dessa história, colhido por Altman (1998):

Celso Cunha, então membro do Conselho Federal de Educação, disse a Aryon que não se preocupasse. Não era para ensinar a ciência Linguística aos alunos, mas apenas umas tinturas[...]  
(Depoimento Pessoal de agente colhido por Cristina Altman em 1992 In: ALTMAN, 1998:114)

Como já mencionado anteriormente, o ensino de Linguística já se realizava em algumas instituições, como os cursos dados por Câmara no Rio de Janeiro (CÂMARA, 1976), nas disciplinas de Mansur Guérios e Aryon Rodrigues na UFPR (BORGES-NETO, 2018) e na cadeira de Filologia Românica sob responsabilidade de Theodoro Henrique Maurer Jr (ALTMAN, 1998). No entanto, sabe-se que a oferta destes conteúdos não era vista como necessária.

Marcas desta disputa podem ser encontradas no depoimento colhido por Altman (1998) e nas declarações de Lemle (1975) transcritos abaixo:

Silveira Bueno atacava Maurer durante as aulas, em nome da Linguística. Não eram ataques pessoais. Os alunos só podiam ler os seus [de Bueno] livros. Era proibido ler Silva Neto. Imagine, então, Mattoso Câmara  
(Depoimento de agente colhido por Cristina Altman em 1992, In: ALTMAN, 1992:108)

Considero alvissareiro para os linguistas o simples fato de um tema<sup>40</sup> como este constar neste simpósio, pois é sinal de uma etapa vencida: a do questionamento da necessidade do ensino de linguística na graduação. (LEMLE, 1975:69)

Nesse contexto, a resolução que torna a presença da Linguística obrigatória, ao mesmo tempo que contemplou os anseios daqueles que já dedicavam a esta tarefa, trouxe preocupações para garantir a consolidação deste processo de implantação. Essas preocupações relacionaram-se principalmente com a formação de corpo docente qualificado para exercer a tarefa, como podem ser indiciados pelos trechos transcritos abaixo:

À primeira vista, parecia ótimo. Mas naquele tempo já havia umas noventa Faculdades de Filosofia com cursos de Letras. E onde estavam os noventa professores? (Depoimento de Agente colhido por Cristina Altman em 1992 In: ALTMAN, 1998:114).

Digno de aplauso é também o alinhamento da Linguística entre as disciplinas básicas; não resta dúvida que as judiciosas ponderações do Prof. Aryon Dal Ígna Rodrigues externadas em Brasília a 13-2-1963 são merecedoras de nossa consideração. Com efeito, argumentando que nosso país não há 73 linguistas para igual número de Faculdades de Filosofia, estas, “considerando-se obrigadas a ministrar o ensino de Linguística, irão fatalmente em grande número, aproveitar, para esse ensino, pessoas que, não tendo preparo adequado, declarem-se já mesmo por razões econômicas dispostas a ensinar o que supõem ser Linguística, e que tem muita probabilidade de ser a mais atrasada gramatiquice” (CASTILHO, 1963:28-29).

Como afirmado anteriormente, a implantação da Linguística no currículo de Letras permitiu a articulação de agentes em diferentes instâncias (o Ministro da Educação, Darcy Ribeiro, os professores que já dedicavam ao ensino de Linguística, os alunos que optaram por seguir carreira na área), garantindo não só a oferta da disciplina como projeto pedagógico para a formação na área de Letras, mas também a construção de outros

---

<sup>40</sup> A autora participou da mesa “Objetivos do ensino de linguística na graduação” como parte das atividades da ABRALIN na 27ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- SBPC.



espaços institucionais, como os cursos de pós-graduação, as associações científicas e a criação de novos periódicos<sup>41</sup>.

A resolução de 1962 não afetou, somente, a estrutura curricular; implicou, ainda, mudanças da titulação ofertada aos diplomados (Art 2º da resolução s/n de 19 de outubro de 1962). Ao invés da titulação por grupo, como neolatinas, por exemplo, a titulação passou a ser ofertada em Língua Portuguesa e respectiva literatura somente, ou com a possibilidade de acrescentar outra língua estrangeira e sua respectiva literatura. Naquele momento, vetou-se a titulação somente em língua estrangeira, sendo apresentado como argumento a necessidade de oferecer ao mercado de trabalho professores de língua materna.

A partir da publicação dessa primeira resolução, as decisões foram revistas em mais dois momentos pelos seguintes documentos: a) Parecer nº236/65, aprovado em 10 de junho de 1965, que serve de base para a Portaria Ministerial nº 168/65, de 23 de junho de 1965, e b) Parecer nº 187/66, aprovado em 15 de abril de 1966, que serve de base para a Portaria Ministerial nº155, de 17 de maio de 1966.

O Parecer nº236/65 e a portaria ministerial decorrente do mesmo versam a respeito do *currículo mínimo* para a *Licenciatura de primeiro grau* que, na época, referia-se aos cursos que habilitavam para o magistério no primeiro ciclo da educação básica, enquanto a *Licenciatura Plena* habilitava para o magistério no primeiro e segundo ciclo da educação básica.

Tratava-se, portanto, de uma versão reduzida do currículo proposto pela resolução de 1962. No trecho abaixo, é possível observar quais foram os critérios utilizados para realizar essa operação:

Refletindo melhor os propósitos deliberadamente modestos da nova modalidade de curso, será possível:

- a) Transferir a Linguística da parte fixa para a parte variável;
- b) Limitar a duas as matérias obrigatórias da parte variável;
- c) Excluir da parte variável a Língua Grega, com a respectiva literatura, e a Filologia Românica, o que não impede a sua reinclusão nos planos dos estabelecimentos que assim o decidam;
- d) Eliminar a exigência de um estudo literário mais amplo, quando seja Espanhol ou Inglês o idioma escolhido (Parecer 236/65 In: BRASIL, 1981:418).

---

<sup>41</sup> Sobre o surgimento de periódicos especializados, consultar Altman (1998, 2018) e Hayashida (2012).

Mesmo considerando que, para os cursos de Licenciatura Plena em Letras, a matéria Linguística continuava sendo obrigatória, o fato de ter sido transferida para a parte variável, ainda mais reduzida nessa modalidade, tornou-se mais um argumento a favor do prestígio menor em relação às outras matérias da parte fixa.

O Parecer 187/66 e a portaria ministerial decorrente do mesmo trataram da discussão levantada pela Universidade de São Paulo acerca da obrigatoriedade da habilitação em língua portuguesa para aqueles que optassem por realizar uma habilitação em Língua estrangeira. Tanto o parecer quanto a portaria ministerial acataram os argumentos elencados pela USP, tornando possível a emissão de diploma somente em língua estrangeira e respectiva literatura.

Conforme apontado no item anterior, a implantação da Linguística como componente obrigatório aos cursos de Letras que ofertam diplomas de Licenciatura Plena em Letras foi uma de um conjunto de ações que permitiram a consolidação da área no ensino superior nacional.

## 2.2.2 As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Letras

A validade dos marcos regulatórios estabelecidos durante o início da década de 1960 permaneceu pelo menos até a publicação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB*. Apesar dos eventos associados ao golpe militar na década de 1960 ter produzido efeitos negativos para o processo de institucionalização da área<sup>42</sup>, a estrutura curricular conquistada pelo estabelecimento dos currículos mínimos não foi afetada e, como mostrado anteriormente, foi durante esse período que a Linguística se consolidou no Brasil<sup>43</sup>.

A *LDB-96*, ainda vigente, visou a fazer a regulação do sistema educacional brasileiro como um todo e, ao tratar do ensino superior, conferiu maior autonomia às instituições universitárias. Em especial, os currículos e os cursos superiores passaram a

---

<sup>42</sup> Além da já apontada intervenção realizada na UnB, espaço onde foi instalado o primeiro departamento de Linguística no país, Altman (1998) destacou impactos do período na realização de pesquisas como as que dependiam da realização de entrevistas.

<sup>43</sup> O trabalho de Villarta-Neder (1995) sobre a criação dos cursos de Linguística na UNICAMP destacou traços que permitiram à Linguística se consolidar durante o regime militar.

fazer parte das responsabilidades das instituições, como pode ser observado nos itens I e II do Artº 53 da LBD:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:  
I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;  
II -fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes; (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

Como já destacado, apesar de prever autonomia acadêmica e administrativa às universidades, a LDB previa a elaboração de *diretrizes curriculares gerais* em substituição aos *currículos mínimos* obrigatórios para os cursos de graduação. Essas regulações, para o curso de Letras, só começaram a ser oficializadas em 2001 quando foi publicado o Parecer CNE/CES 449/2001 de 03 de abril. Esse parecer fundamentou a regulação apresentada em outro documento, o Parecer CNE/CES 1.363 de 12 de dezembro de 2001. Esse, por sua vez, utilizado como base para a Resolução CNE/CES 18 de 13 de março de 2002, legislação atual.

O Parecer CNE/CES 449/2001 de 03 de abril de 2001, primeiro documento listado anteriormente, apresentou as *Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia*.

A parte referente às *diretrizes curriculares para os cursos de Letras* foi apresentada entre as páginas 29 e 31 do documento, e foi composta de quatro seções (*Perfil dos Formandos, Competências e Habilidades, Conteúdos Curriculares, Estruturação do Curso e Avaliação*), além da *Introdução*, que apresenta os princípios que nortearam a proposta.

Entre os princípios elencados pelo documento, foram destacadas a *ampliação* do conceito de *currículo* e a *flexibilização curricular*, apresentadas da seguinte forma:

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim,

define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias à sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade/heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- . eliminar a rigidez estrutural do curso;
- . imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites estabelecidos;
- . utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior (Parecer CNE/CES 492/2001:29).

Ao comparar o parecer de 2001 com o parecer de Valnir Chagas de 1962, percebe-se que os dois pareceres reivindicaram maior flexibilidade no currículo, no entanto, o entendimento do que venha a ser e o direcionamento dado parecem ser diferentes.

No parecer de 1962, a maior flexibilidade foi invocada como modo de evitar a dispersão em uma formação considerada *dispersa* por envolver uma quantidade muito grande de conteúdo e, por isso, propunha uma estrutura mais enxuta, que possibilitaria uma maior flexibilidade, ao mesmo tempo que garantiria uma maior identidade à área. Já o parecer de 2001 desvinculou a identidade da área com a escolha das matérias e passou a considerar a flexibilização do próprio currículo.

A identidade da área, no parecer de 2001, pode ser considerada a partir da inserção das seções *Perfil dos Formandos* e *Competências e Habilidades*, categorias não utilizadas pelo parecer de 1962. Abaixo, encontra-se transcrita a seção *Perfil dos Formandos*:

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários (Parecer CNE/CES 492/2001:30).

Na apresentação desse perfil de formandos, a utilização de conceitos que marcaram a recepção da Linguística no Brasil, tais como a distinção *oral e escrito* e *a consciência das variedades linguísticas*, pode ser feita sem a necessidade de se opor a outras formas de investigação da linguagem. Trata-se de um posicionamento diferente em comparação com o parecer de 1962, o qual introduziu a matéria Linguística como auxiliar aos estudos das línguas vernácula e estrangeiras.

Se, no parecer de 1962, a Linguística era matéria em relação à qual as instituições deveriam oferecer o básico e avançar na medida do possível, no parecer de 2001, a disciplina assume alguns dos temas desenvolvidos pela área nesse intervalo de tempo sem considerar necessário explicitar a autonomia da área em relação a outras tradições do campo da linguagem.

Em relação aos *conteúdos curriculares*, as diretrizes apontaram a necessidade de os conteúdos básicos estarem associados à área *dos estudos linguísticos e literários*, sem realizar indicação de quais disciplinas deveriam ser consideradas na construção do currículo tal como faz o parecer de 1962.

A divisão do curso de Letras em duas áreas (estudos linguísticos e literatura) já tinha sido apresentada desde o parecer de 1962. O documento, ao entender flexibilização do currículo como a concentração do curso na língua materna e mais uma única língua estrangeira, abria espaço para a concentração na área de literatura de língua materna e estrangeira, além das matérias de Teoria da Literatura e Cultura Brasileira. Essas disciplinas foram associadas pelo parecer como extensão da área de Literatura, em oposição à possibilidade de desmembrar a matéria de Linguística em mais disciplinas do que o básico e optar por Filologia Românica como matéria da parte variável.

A diferença, mais uma vez, ficou marcada pela não explicitação da Linguística dentro das abordagens possíveis com a linguagem, como é possível perceber no trecho abaixo:

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade (Parecer CNE/CES 491/2001, p. 31).

Apesar da opção de não marcar as diferentes tradições que compunham o currículo de Letras por meio da utilização do termo mais amplo *Estudos Linguísticos*, o parecer realizou a indicação de uma concepção de linguagem associada ao *programa de investigação sociocultural* (SWIGGERS, 1992).

Outro ponto interessante, ao cotejar os documentos responsáveis pela regulação dos cursos de Letras, foi observar a relação entre Licenciatura e Bacharelado.

Os documentos produzidos durante a década de 1960 foram endereçados para a regulação dos cursos de Licenciatura (*Licenciatura Plena* e *Licenciatura de primeiro grau*, extinta com a publicação da LDB/1996). No entanto, nos pareceres da área, só existe menção de que a parte pedagógica será assunto de resolução separada, e que o curso de Licenciatura deveria ser tratado como algo orgânico e não como acréscimo ao Bacharelado. Fora essas menções, os documentos não fazem nenhuma consideração de como o Bacharelado deveria se diferenciar da Licenciatura, visto que os *currículos mínimos* estavam preocupados com quais matérias o futuro professor deveria cursar para estar apto a realizar sua tarefa.

Já as *Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras*, ao traçar o *Perfil dos Formandos* e as *Competências e Habilidades*, o faz tanto para as modalidades de Bacharelado quanto de Licenciatura, fazendo o adendo na seção *conteúdos curriculares* segundo o qual os *cursos de Licenciatura* deveriam atender também as legislações específicas dos cursos de Licenciatura.

Torna-se interessante essa diferença porque a Linguística, enquanto disciplina autônoma, acaba sendo mais bem desenhada dentro das regulamentações pensadas para os *Currículos mínimos* dos cursos de Licenciatura do que dentro das *Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras*.

Essa diferença pode ser explicada pelos contextos de produção dos documentos. Em 1962, a disciplina foi implantada em um contexto acadêmico em que os cursos de Letras no Brasil estavam fortemente ligados à *filologia* (CASTILHO, 1962, 1963; ALTMAN, 1998, 2018; COELHO, 1998, 2018). Assim, abrir espaço para sua implantação significou, entre outras coisas, tratá-la como matéria diferente dos estudos linguísticos, entendidos como o estudo da língua portuguesa ou estrangeira.

O intervalo entre 1962 e 2001 permitiu uma institucionalização da área em um tal grau que permitiu que os documentos atuais para regulação das *diretrizes curriculares para os cursos de Letras* não explicitassem um lugar específico para a área. Esse grau de institucionalização pode ser percebido pela criação de cursos de graduação que oferecem

a titulação específica de Linguística como os cursos anunciados anteriormente, mas também pela criação de meios institucionais, como as associações científicas, os periódicos (ALTMAN, 1998) e também pelo espaço que a área ocupa nos cursos de Letras, que é um dos mapeamentos que este trabalho se propõe a realizar.

Como afirmado anteriormente, a categorização dos componentes curriculares dos cursos de graduação em Letras e Linguística foi realizada levando em consideração a distinção da Linguística com outras tradições das ciências da linguagem, ou seja, trata-se de uma categorização mais próxima da divisão apresentada no parecer de 1962.

A escolha por manter a distinção entre disciplinas explicitamente associadas à Língua Portuguesa ou a uma outra língua específica e as disciplinas associadas à Linguística revelou-se produtiva, uma vez que mesmo os currículos mais atuais continuam utilizando essas distinções.

No ano de 2010, por exemplo, foram encontrados 17 (dezessete) currículos de cursos de graduação em Letras. Esses currículos eram compostos por um total de 789 (setecentos e oitenta e nove) componentes curriculares obrigatórios. A distribuição entre as categorias relacionadas às ciências da linguagem foi realizada da seguinte forma: 10 (dez) foram classificados como Histórico-filológico; outros 10 (dez) estavam associados às línguas clássicas; 59 (cinquenta e nove) referiam-se às línguas estrangeiras; 01 (um) às línguas indígenas; 17 (dezessete) às línguas de sinais; 02 associados a componentes normativos; 80 (oitenta) foram classificados como Linguística, e outros 79 (setenta e nove) associados à Língua Portuguesa, ou seja, um total de 258 (duzentos e cinquenta e oito) componentes<sup>44</sup>.

Ao manter as distinções tais como estabelecidas na resolução de 1962, tornou-se possível verificar em que medida os cursos de graduação em Letras acompanharam ou não o apagamento das divisões entre as tradições em favor de uma categoria que englobe os chamados *estudos linguísticos*.

As análises referentes ao espaço que a Linguística ocupa nos currículos de graduação em Letras foram apresentadas no capítulo 4, após a identificação dos perfis dos cursos de graduação e pós-graduação em Linguística apresentados no capítulo 3.

---

<sup>44</sup> Além dos 258 (duzentos e cinquenta e oito) componentes associados às ciências da Linguagem, foram classificados 47 (quarenta e sete) componentes na categoria Geral; 203 (duzentos e três) associados às literaturas, 232 (duzentos e trinta e dois) componentes pedagógicos, 25 referentes às Práticas de Leitura e Escrita e, outros 24 relacionados com o trabalho de conclusão de curso, totalizando os 789 componentes obrigatórios dos 17 currículos de cursos de graduação em Letras do ano de 2010.

Antes, porém, é necessário dar prosseguimento à apresentação dos documentos produzidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela regulação do ensino superior brasileiro, mais especificamente os documentos da área de Letras e Linguística produzidos pela CAPES.

### 2.3 A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação Realizada por Órgãos Federais: CNPq e CAPES

Como mencionado no item referente à periodização dos fatores externos, a regulamentação dos processos institucionais referentes aos programas de pós-graduação no Brasil foram iniciados em meados da década de 60 pelo Parecer nº 977 CES/CFE, de 03 de dezembro de 1965, emitido por Newton Sucupira que reconhecia o funcionamento dos programas já existentes e dava encaminhamento para o processo de expansão.

Esse processo ganha força a partir da década seguinte, quando o governo militar decide pôr em prática um processo desenvolvimentista no qual a pós-graduação foi vista como uma das necessidades para a modernização do sistema educacional superior e, por conseguinte, do Brasil (ALVES; OLIVEIRA, 2014:351).

É neste contexto que a CAPES assume a responsabilidade por regulamentar, gerir e avaliar os programas de pós-graduação. A gestão da política de pós-graduação nacional foi feita, grosso modo, por meio dos *Planos Nacionais para Pós-Graduação* apresentados anteriormente.

Não é objetivo deste item reconstruir o percurso de implantação dos programas de pós-graduação da área<sup>45</sup>; trata-se, antes, de explorar os documentos produzidos para realizar a avaliação dos programas de pós-graduação, e compreender os modos pelos quais esses programas são classificados por esse agente regulamentador.

Os percursos trilhados pela área foram explorados por meio de três documentos: um produzido pelo CNPq, *Avaliação e Perspectiva- 1982* e dois produzidos pela CAPES como resultado do processo de avaliação dos programas, os documentos de área 2001- referente ao triênio 1998, 1999 e 2000- e o documento de área 2010 – referente ao triênio- 2007, 2008 e 2009.

---

<sup>45</sup> Para acompanhar uma historiografia sobre o início dos programas de pós-graduação e seus impactos na consolidação da área, consultar Altman (1998:137-166).



*Avaliação e Perspectivas 1982- A&P-82* foi o último de uma série de quatro publicações (A&P- 74; A&P- 76 e; A&P- 78) em que o CNPq realizou um balanço das áreas de pesquisa, em especial por meio da avaliação dos programas de pós-graduação. Já os documentos de área, no caso os dois últimos relativos ao recorte desta tese, expõem o resultado da avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela CAPES, atualmente órgão responsável pela tarefa.

### 2.3.1 *Avaliação e Perspectivas: 1982*

A série A&P, produzida pelo CNPq entre meados da década de 1970 até o início da década de 1980, marca o início da produção de instrumentos de avaliação da produção científica, especialmente dos programas de pós-graduação no Brasil. A produção do documento foi realizada com a colaboração dos principais agentes ligados aos órgãos governamentais da esfera federal. As transcrições apresentadas abaixo procuram mostrar a rede de agentes envolvidas e os objetivos do documento:

É com grande satisfação que, após dezoito meses de trabalho, apresentamos os documentos que compõem a *Avaliação & Perspectivas 1982* (A&P 82). Esses documentos são o resultado de um esforço considerável por parte da comunidade científica, tanto em caráter individual como através das sociedades científicas, de técnicos de universidades, institutos de pesquisa, de agências do governo (CNPq, Sesu, CAPES, Finep, IBGE, Embrapa, Fapesp), dos membros dos Comitês Assessores do CNPq e, particularmente, dos coordenadores e redatores da A&P 82 (CNPq, 1982:07).

Os documentos da A&P 82 tem por objetivo fazer uma análise crítica do estado em que se encontra a ciência brasileira. A partir desta análise devem apresentar as perspectivas para o desenvolvimento da ciência nos próximos anos, indicando caminhos, ações e possibilidades para uma evolução constante e segura, condizente com o desenvolvimento e com a posição que o país pretende ocupar na comunidade das nações (CNPq, 1982:10).

A elaboração dos documentos foi realizada por meio de encomenda por parte da CAPES a pareceristas que receberam os dados quantitativos registrados produzidos pelo CNPq e pela CAPES. Além dos dados quantitativos, os relatores foram orientados a

realizar entrevistas com coordenadores e professores dos programas de pós-graduação envolvidos.

Para a área de Letras e Linguística, foram designados como redatores do documento o Prof. Dr. Affonso Romano de Sant'Anna (n.1937-), do departamento de Letras da PUC-RJ, e o Prof. Dr. Mario Alberto Perini (n. 1943 -) do departamento de Linguística da UFMG, o primeiro responsável pelos programas da área de Letras e o segundo responsável pelos programas da área de Linguística.

O relatório apresentado por Sant'Anna (1982:233) refere-se à área de Letras como sinônimo de literatura como é possível observar em dois trechos do relatório: o primeiro, na introdução; e, o segundo, na seção *visão geral da subárea*:

A primeira questão enfrentada neste trabalho surge em relação ao próprio nome da subárea, pois muitos dos relatórios apresentam dados conjuntos de Letras e Linguística. Foi necessário um árduo trabalho para destrinchar uma coisa da outra. Seria indispensável que nos futuros formulários da CAPES, CNPq e Sesu ficasse estabelecida a diferença entre uma subárea e outra (SANT'ANNA, 1982:229).

O estudo de Letras (Literatura) em nível universitário é uma tradição com menos de cinquenta anos de vida em nosso país. Só em 1934 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e, em 1939, a Faculdade Nacional de Filosofia dentro da Universidade do Distrito Federal (UDF) (SANT'ANNA, In: CAPES, 1982:233).

O autor parece seguir a mesma lógica apresentada nas *Diretrizes Curriculares* para os cursos de graduação em Letras em que a área é reduzida a oposição *estudos literários x estudos linguísticos*. No entanto, Perini parece não utilizar o termo Linguística de forma ampla, como sinônimo de estudos linguísticos. Ao traçar as perspectivas que poderiam subsidiar o desenvolvimento da área, o autor afirma:

Parece haver indícios claros de que a Linguística brasileira, iniciada a rigor em fins da década de 60, começa a se aproximar de um estágio de amadurecimento que lhe permitirá contribuir para o desenvolvimento do país em escala apreciável (PERINI, in CAPES, 1982:263).

As categorias de Letras e Linguística utilizadas tanto pelo CNPq quanto pela CAPES parecem encobrir um conjunto cujas intersecções não estão claras, com destaque para a utilização da categoria 'Letras'. No mapeamento dos programas de pós-graduação apresentado no capítulo anterior, foi possível perceber a presença de programas cujas linhas poderiam estar associadas à categoria Linguística; no entanto, estavam registrados na categoria Letras.

Levando em consideração que o objetivo desta tese é traçar uma historiografia da Linguística enquanto disciplina autônoma em relação a outras tradições, como já justificado anteriormente, optou-se por realizar a análise somente dos programas cadastrados junto a CAPES na categoria Linguística, uma vez que Letras parece ser o termo não marcado.

### *O Relatório de Linguística*

O relatório produzido por Perini tem 16 (dezesesseis) páginas de publicação e está dividido em 12 (doze) seções: *Definição da subárea; situação atual da Linguística no Brasil; Opinião dos pesquisadores; Perspectivas; Descrição da realidade Linguística Brasileira; Linguística Aplicada; Outros; Recomendações e Sugestões; Aspecto institucional e material; Orientações da pesquisa; tabela.*

O documento apresenta um histórico do desenvolvimento da área por meio dos dados quantitativos, e um resumo dos principais pontos abordados pelos entrevistados. Como é possível observar pelos itens apresentados no índice do relatório, a avaliação da área, mesmo considerando os dados registrados juntos aos órgãos governamentais, foi feita de forma propositiva, considerando as respostas de agentes envolvidos no processo de produção.

Nesta perspectiva, pode-se considerar que o documento, além de funcionar como um instrumento de avaliação do que a área produziu durante o período considerado, também propõe caminhos para a consolidação tanto das formas de produção de conhecimento da área, quanto dos conteúdos que a pesquisa linguística deveria privilegiar.

### 2.3.2 Os Documentos de Área: 2001 e 2010

A preocupação com o desenvolvimento de instrumentos de avaliação capazes de medir a qualidade da produção dos programas de pós-graduação apareceu desde a elaboração do II e III PNPG, durante a década de 1980, na sequência do período coberto pela publicação dos A&P do CNPq.

A CAPES é, atualmente, responsável pela coleta de dados e avaliação dos programas de pós-graduação. Entre as ferramentas desenvolvidas pelo órgão, destaca-se a *Plataforma Sucupira*, utilizada para realizar o mapeamento apresentado no capítulo anterior. Essa ferramenta permite que os programas alimentem as informações utilizadas pelo órgão para avaliar a produção e a qualidade dos programas.

Além da coleta, a *plataforma sucupira* também disponibiliza as informações coletadas, permitindo uma maior transparência das informações relacionadas ao desenvolvimento dos programas de pós-graduação

Os dois documentos de área analisados apresentaram estruturas semelhantes. Pode-se dividir esses documentos em três partes: a primeira, utilizada para traçar o desenvolvimento da área por meio de um mapeamento quantitativo da expansão dos programas e da produção realizadas por esses; a segunda, marcada pela explicitação dos critérios de avaliação utilizados; e a terceira, dedicada a propor modificações na forma de avaliação, tendo em mente uma avaliação que contemple as peculiaridades da área.

Se, por um lado, é inegável o avanço na construção de instrumentos que permitam a coleta, comparação e divulgação das informações relativas às produções realizadas pelos programas de pós-graduação, por outro, a avaliação perdeu o caráter propositivo para a área.

Além das diferenças apontadas nas estruturas dos documentos, outra característica que diferencia o relatório de avaliação da CAPES da publicação CNPq diz respeito à autoria. Enquanto os relatórios do CNPq foram produzidos por meio de convites realizados a pesquisadores, considerados notórios na área, o relatório de avaliação, apresentado pela CAPES, é resultado de uma comissão formada por professores de diferentes programas da área.

Não se trata de apontar qual das formas de avaliação é mais eficaz ou mesmo justa. O interesse na comparação entre as duas formas de produção de avaliação dos programas

de pós-graduação foi observar como o processo de consolidação institucional da área e das formas de avaliação produzem efeitos na configuração da área e das formas de ensino.

#### 2.4 Trajetórias do Ensino de Linguística Marcadas na Documentação Produzida por Agentes Reguladores do Ensino Superior Brasileiro

Este capítulo buscou traçar a trajetória percorrida pela Linguística em seu processo de institucionalização por meio, sobretudo, da exploração de documentos produzidos pelos agentes responsáveis pela regulação do ensino superior brasileiro. Três movimentos no grau de institucionalização da Linguística no ensino superior merecem destaque.

O primeiro, uma digressão em relação ao recorte temporal deste trabalho, mostrou que, no início do processo de institucionalização dos cursos de Letras, a Linguística não foi contemplada como disciplina autônoma na documentação dos cursos. Sua existência encontrou-se relacionada com a iniciativa pessoal de alguns professores já inseridos no ensino superior

O segundo movimento, marcado pela implantação da disciplina durante a década de 1960, mostrou como a resolução, que criou os currículos mínimos federais em 1962, abriu espaço para a institucionalização de um grupo de especialidade. Diferentemente da lei de criação da USP, em 1934, observou-se a ação coordenada entre diferentes agentes do sistema de ensino, uma vez que a implantação partiu do patamar mais alto (MEC), mas foi garantida por professores que, além de terem ocupado as posições em relação ao ensino de Linguística, construíram outros espaços institucionais (associações, periódicos etc.) e conseguiram conquistar alunos interessados a dar continuidade nesse processo.

O terceiro mostrou a consolidação desse processo de institucionalização manifestado em direções opostas em relação aos níveis de ensino. Nos documentos dos cursos de graduação, a Linguística passou de disciplina auxiliar de outras tradições das ciências da linguagem para o eixo central do termo não marcado *estudos linguísticos*. Já nos documentos relacionados à pós-graduação, a Linguística passou a constituir uma subárea específica, mas presente também nas linhas categorizadas como Letras junto à CAPES.

O próximo capítulo foi dedicado a traçar a identidade da área por meio da análise da configuração dos cursos que outorgam o título de ‘linguista’ em nível de graduação e pós-graduação.

### **3. A FORMAÇÃO NOS CURSOS DE LINGUÍSTICA: GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo principal traçar o perfil da área por meio da análise da configuração dos cursos que representariam o nível mais alto de institucionalização da área, uma vez que esses cursos oferecem o título de ‘linguista’ aos seus estudantes. A análise documental foi realizada a partir da coleta dos currículos dos cursos de graduação em Linguística e de informações sobre os egressos dos programas de pós-graduação disponibilizadas em seus sites.

Como descrito anteriormente, o recorte informacional referente aos cursos de Linguística foi constituído, inicialmente, por 04 (quatro) cursos de graduação e 11 (onze) programas de pós-graduação.

Em relação aos cursos de graduação em Linguística, foram explorados 19 currículos produzidos entre 1972 e 2009. Como foi exposto no quadro 10 desta tese, a distribuição destes currículos<sup>46</sup> foi a seguinte: 12 (doze) currículos produzidos pela UNICAMP (1972, 1973, 1974, 1976, 1981, 1982, 1983, 1984, 1989, 1997, 1999 e 2005); 4 (quatro) da USP (1972, 1978, 1989 e 2001); 2 (dois) da UFG (1992 e 2006) e 1 (um) da UFSCar (2009).

O mapeamento dos 19 (dezenove) currículos foi realizado de por meio da ferramenta tabela do programa Microsoft Excel de acordo com a metodologia exposta no capítulo 1 desta tese. Esses currículos somados possibilitaram o mapeamento de 740 (setecentos e quarenta) componentes curriculares que permitiram traçar as configurações dos cursos de graduação em Linguística.

Em relação aos programas de pós-graduação, a informação que perpassou os sites da totalidade dos programas foi relativa aos produtos gerados por esses programas (teses e dissertações). Dos 11 (onze) programas considerados inicialmente, 1 (um) forneceu parcialmente as informações e 1 (um) não tinha nenhum produto dentro do período considerado pelo mapeamento.

---

<sup>46</sup> Como informado anteriormente, no caso dos cursos de graduação em Linguística, obteve-se acesso a quase todas as grades curriculares, dentre as quais foram localizados selecionadas aquelas que introduziram mudanças em relação à estrutura curricular anterior. Só não foram localizadas as grades curriculares dos anos 1970 e 1971 do curso de Linguística da UNICAMP.

O mapeamento, então, levou em consideração as informações apresentadas por 10 programas e, em virtude desse mapeamento inicial, optou-se por detalhar as informações relativas aos 377 (trezentos e setenta e sete) trabalhos encontrados no programa de pós-graduação em Linguística da UnB, programa mais antigo e com maior número de trabalhos produzidos.

### 3.1 Os Cursos de Graduação em Linguística

Uma década depois da implantação da disciplina Linguística no *currículo mínimo federal* dos cursos de graduação em Letras, foram criados os primeiros cursos de graduação em Linguística: o primeiro foi o curso de Linguística na UNICAMP, em 1970, e, dois anos mais tarde, a habilitação em Linguística do curso de Letras da USP<sup>47</sup>.

Altman (1998) aponta uma série de fatores contextuais que atuaram na construção do clima de opinião a partir do qual o curso de Linguística da UNICAMP foi criado; entre eles, destaca-se: o projeto de criação de uma universidade tecnológica, gestado pelo reitor Zeferino Vaz, voltada essencialmente para atividades de pesquisa.

Ressalta-se, ainda, que o período de criação e da constituição do grupo responsável por levar à frente a consolidação do curso de Linguística na Unicamp aconteceu no momento em que, segundo Altman (1998)<sup>48</sup>, a pesquisa linguística já encontrava um amparo institucional muito diferente do existente nas décadas anteriores.

Apesar de terem adotados *retóricas* opostas em relação ao pertencimento à área de Letras, os projetos que permitiram a criação dos cursos de Linguística na UNICAMP e na USP partilharam do ideal da construção de uma formação cujas especificidades

---

<sup>47</sup> No *Ante-projeto da Licença em Linguística* proposto por Cidmar Teodo Pais, o autor menciona que elaborou, em conjunto com o Professor A. Soares Amora, um projeto de curso de graduação em Linguística a pedido do Professor Heitor de Souza, reitor da Fundação Universidade Federal de São Carlos. No entanto, não foi possível localizar o projeto citado, tampouco informações a respeito da implantação desse projeto. Tanto o *site* da instituição quanto o projeto pedagógico do atual curso de Linguística não mencionam a existência de uma versão anterior, e associam a criação do curso de Linguística em 2009 com a expansão do ensino superior promovida pelo programa de *Reestruturação e Expansão do Ensino Superior- Reuni*.

<sup>48</sup> Altman (1998), ao realizar a historiografia da produção da Linguística brasileira, toma o ano de 1968 como ponto de partida, porque, para a autora, apesar do processo de implantação da disciplina ter sido iniciado no começo da década de 1960, foi somente no fim da década que a organização institucional permitiu identificar, de forma mais clara, a produção deste grupo de especialidade.



seriam suficientes para reconhecer uma nova organização curricular em relação aos cursos de Letras já existentes.

Pode-se afirmar que os cursos da UNICAMP e da USP, ao mesmo tempo em que colhem os efeitos desencadeados pelo processo de implantação da disciplina em 1962, foram agentes importantes para a consolidação do processo de institucionalização da linguística no ensino superior brasileiro. No espaço de uma década, a linguística passou de disciplina auxiliar do desenvolvimento de outras áreas da linguagem a um curso com uma organização curricular diferenciada.

Os outros dois cursos foram criados nas décadas de 1990 e no fim dos anos 2000, respectivamente, o da UFG, em 1992, e o da UFSCar, em 2009. Pode-se dizer que a criação desses dois cursos foi feita em uma época em que a consolidação da área já havia atingindo o patamar institucional próximo do atual. O curso de graduação em Linguística da UNICAMP, por exemplo, já estava em funcionamento há 22 anos quando o curso da UFG foi criado.

Além da baixa produtividade dos cursos de graduação em Linguística, a distribuição geográfica também é bem marcada, 3 (três) dos 4 (quatro) cursos estão localizados no estado de São Paulo, restando 1 (um) curso em Goiânia- Go, na região centro-oeste.

Todos os cursos estão inseridos em universidades públicas, 2 (dois) deles em unidades dedicadas somente às áreas de Letras e Linguística (Instituto de Estudos da Linguagem- IEL na UNICAMP e a Faculdade de Letras-FL da UFG) e 2 (dois) em unidades junto aos cursos de Humanidades (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas<sup>49</sup>-FFLCH na USP e o Centro de Educação e Ciências Humanas<sup>50</sup>- CECH da UFSCar), ou seja, todas as instituições que oferecem o curso de graduação em Linguística também oferecem o curso de Letras.

---

<sup>49</sup> A FFLCH-USP oferece, além das 17 habilitações do curso de Letras, os cursos de Filosofia, Ciências Sociais, História e Geografia.

<sup>50</sup> O CECH- UFSCar oferece 12 cursos: Biblioteconomia- Ciências da Informação; Ciências Sociais; Educação Especial; Filosofia; Imagem e Som; Letras, Linguística, Música, Pedagogia; Pedagogia da Terra; Psicologia; Tradução e Intérprete LIBRAS/Língua Portuguesa

### 3.1.2 O curso de Graduação em Linguística da Unicamp (1970-2010)

A UNICAMP foi a primeira universidade a oferecer um curso de graduação em Linguística, no ano de 1970. Assim como na USP, o curso de graduação foi instalado depois dos cursos de pós-graduação *lato-sensu*; o diferencial da UNICAMP foi a precedência da área de Linguística em relação ao curso de Letras.

A *Proposta de Criação do Grupo de Linguística*, documento assinado pelo filósofo Fausto Castilho (1929-2015) e pelo matemático Rubens Murilo Marques (1937-), solicitou a criação de um grupo de Linguística junto ao *Instituto Central de Ciências Humanas*. A criação do grupo foi colocada como uma das ações necessárias para repensar o ensino das ciências humanas no contexto universitário brasileiro

#### *Figura 9: Contexto de inserção do grupo de Linguística no Instituto Central de Ciências Humanas*

Ao instituir o DEPEs, em 1967, a UNICAMP deu demonstração cabal do propósito em que se encontra de reformular por completo o ensino e a pesquisa das Ciências Humanas, em Campinas. É fato notório que a crise por que passam as disciplinas humanas nas Faculdades tradicionais resulta em grande parte de sua inadequação às exigências do desenvolvimento econômico e social. Em função desse diagnóstico, a UNICAMP decidiu reorientar os estudos sociais, reformulando - os a partir da teoria e das técnicas do Planejamento, disciplina que até o momento não figura no currículo de Ciências Sociais de nossas U niversidades.

Entretanto, para levar a bom termo essa reformulação, precisa a UNICAMP dar ainda um outro passo, tão importante quanto o primeiro, criando imediatamente, no Instituto Central de Ciências Humanas, um GRUPO DE LINGUÍSTICA.

Fonte: arquivo digital do documento Proposta para criação do grupo de Linguística- 1968, disponibilizado pelo SIARQ-UNICAMP.

A retórica de oposição ao que o documento nomeia por *faculdades tradicionais* também fez parte do trecho em que é apresentada a Linguística como disciplina que poderia auxiliar na *crise das disciplinas humanas*. Ao assumir essa retórica, o documento deixou de marcar o contexto mais favorável à emergência da área no Brasil.

## *Figura 10: Apresentação da Linguística*

### A LINGUÍSTICA

Entrando pelo caminho da matematização, há uns poucos decênios, esta disciplina desenvolveu-se rapidamente, passando a irradiar sua influência sobre as disciplinas afins. Para estas, sua metodologia constitui, hoje, padrão de referência obrigatório, fenômeno de resto frequente na história das ciências, sempre que uma delas toma a dianteira de suas congêneres, em determinada região do saber. Em regra, opera-se então um reajuste dos objetivos e métodos habituais em relação aos propostos pela ciência pioneira. É o que ocorre hoje, no exterior, entre as disciplinas humanas e a Linguística. Boa parte da melhor produção intelectual do último decênio nessas matérias traz o selo da Linguística. No Brasil, este fenômeno de inesperada mutação intelectual encontra os especialistas desarmados, pois do mesmo modo como sucede no caso do Planejamento, a inexistência da Linguística no currículo universitário frustra-lhes toda possibilidade de atuação.

Fonte: Cópia digital do documento 'Proposta de Criação do Grupo de Linguística- 1968' disponibilizada pelo Arquivo Central da Unicamp, SIARQ.

Além de solicitação para criar o grupo de Linguística, o documento realizou um planejamento para a formação dos professores que integrariam esse grupo. Esse planejamento consistiu na construção de um cronograma em que o grupo realizaria a formação necessária em universidades francesas.

Se, por um lado, a constituição desse grupo foi iniciada com uma forte retórica de ruptura que propunha a inserção da área de Linguística como uma das formas de estender o ideal de pesquisa científica para toda a área de humanidades; por outro, só se tornou um projeto viável na medida em que conseguiu atrair pessoas que optaram por aderir à área e assumir as tarefas organizacionais necessárias. A esse respeito torna-se relevante o depoimento do Prof. Carlos Vogt (n.1943-)

Em 68 foi a primeira turma e não havia nenhum linguista neste grupo. Havia um sociólogo, que era o André Villalobos, um filósofo que o Professor Orlandi, um matemático que era o Professor Baroni e um antropólogo que era o Professor Antonio Augusto Arantes. Embora nenhum deles fosse linguista, os quatro foram também para Besançon para fazer, pelo menos, um ano de formação em Linguística Matemática, com as preocupações que, então, tinha o desenho original do projeto.

No ano seguinte, foi o segundo grupo, e o segundo grupo éramos, além de mim, o Professor Franchi, já falecido, o Professor Haquira Osakabe, e o Professor Rodolfo Ilari.

Desse segundo grupo, ninguém era linguista também, porque na verdade eram poucos os linguistas que existiam no país. Todos nós tínhamos formação em Letras, e, de um modo ou de outro, nos dedicávamos ao ensino de língua-Português – e ao ensino de Literatura. Eu, particularmente, fazia nesta época o segundo ano de pós-graduação em Teoria Literária, quer dizer, no ano de 68-69. Em 69 é que o grupo foi constituído e nós assinamos um contrato com a UNICAMP em outubro de 69. Tivemos uma bolsa concedida, de US\$400, pela FAPESP, cada um de nós, e acredito que talvez o Franchi que era quem tinha quatro filhos na ocasião, casado e com quatro filhos, teve uma bolsa um pouquinho maior – talvez US\$425, não me lembro. Então fomos para Besançon. Neste meio tempo, enquanto estávamos lá, no ano de 1970, os integrantes do primeiro grupo voltaram. Antes eles se distribuíram, porque o Antonio Augusto foi para a Inglaterra, o Baroni continuou em Besançon, mas fazendo Matemática, o Orlandi foi para Paris e o André Villalobos foi para Paris também. Nós fomos enfim para Besançon e, neste tempo, que estávamos lá, veio para cá o Professor Yves Gentillomme, que era o professor encarregado da disciplina Linguística Matemática, Linguística Quantitativa etc. com quem nós tínhamos ido estudar. Quando nós voltamos, em 71, o Departamento já começou a funcionar com a primeira turma, dando os cursos normalmente, e nós começamos já a imaginar o funcionamento do curso de pós-graduação. Neste meio tempo, por razões de política interna etc., veio para cá o grupo de linguistas que estavam, então, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, notadamente os Professores Aryon Rodrigues, Bryan Head e Carlos Alberto Quícoli (Entrevista de Carlos Vogt colhida por Leonardo Oliveira, disponível em ALBANO; COUDRY; POSSENTI; ALKMIM, 2003:35-36).

A trajetória da constituição do grupo responsável pela implementação do curso de Linguística na UNICAMP narrada por Vogt também reforça a vinculação da Linguística brasileira com a área de Letras. O primeiro grupo constituído por pessoas de áreas sem vinculação com os estudos linguísticos não assumiu a responsabilidade pela implantação da área, constituída mais tarde pelo segundo grupo.

Esse movimento parece ter produzido efeitos na construção dos currículos do curso de Linguística da UNICAMP, que, entre 1972 e 2010, apresentaram 12 (doze) versões de currículo: 04 (versões) elaboradas entre os anos de 1972 e 1976; outras 04 (quatro) versões elaboradas entre 1981 e 1984, 01 (uma) em 1989; 02 (duas) entre 1997 e 1999 e; 01 (uma) em 2005.

Sobre o percurso de reelaboração do currículo do curso de Linguística, o Prof. Dr. Rodolfo Ilari (n.1943-) fez as seguintes observações:

Então, o contexto das duas perguntas<sup>51</sup> me fez pensar que esse curso de Graduação em Linguística tenha começado há 25 anos. Não é verdade, porque esse curso de Graduação em Linguística começou antes. Começou, tanto

---

<sup>51</sup> Trata-se da seguinte pergunta: Como você recorda o Curso de Graduação em Linguística?

quanto posso ser exato, em 1970. Em 71, tem o primeiro grupo de linguistas que veio pelo IFCH, que compreendia o Vogt, o Franchi, o Haquira e eu; este grupo voltou e já encontrou um pessoal que estava estudando Linguística, no segundo ano [...] Na verdade, um currículo mais orgânico, mais próximo do que a gente tem hoje no ensino de letras, começa só em 77. Esse primeiro currículo não era um currículo, era um plano de curso. Tinha sido feito por um filósofo, o Orlandi, e que nós, à nossa maneira, modificamos. Mas esse nosso primeiro curso não tinha Literatura de jeito nenhum. Tinha um pouco de Língua Estrangeira – na área instrumental, portanto não era um curso de Língua Estrangeira – tinha muita Linguística e não tinha Literatura, era um curso de Linguística. A partir de 77, sim, nós nos separamos do IFCH e os alunos deixaram de ter aquelas disciplinas de Ciências Humanas: Antropologia, Sociologia, História. Sobraram alguns componentes das Humanas, por exemplo, a famosa Lógica, que depois acabou dando mais tantos problemas... O pessoal achava muito razoável ter Estatística, como o pessoal da Economia. O famoso ME- 396- que é Estatística – os nossos alunos faziam e achavam perfeitamente razoável. Era chato, era difícil, mas eles enfrentavam. Hoje os nossos alunos não têm essa parte matemática (Depoimento de Rodolfo Ilari colhido por Leonardo Oliveira, disponível em ALBANO; COUDRY; POSSENTI; ALKMIM, 2003:19-20).

O projeto da criação de um curso de Linguística desvinculado da área de Letras pode ser notado pelo mapeamento dos componentes curriculares obrigatórios, especialmente nos currículos dos anos 1970. Apesar das quatro alterações realizadas no currículo durante a década de 1970, verificou-se que a maior parte das disciplinas permaneceram as mesmas; as principais alterações relacionaram-se com a flexibilização do currículo, diminuindo o número de componentes obrigatórios.

O próximo quadro apresenta uma síntese do número de componentes obrigatórios de acordo com a classificação apresentada no capítulo 1<sup>52</sup>:

---

<sup>52</sup> *Geral*: para os componentes não associados aos estudos da linguagem; *Línguas Clássicas*; *Línguas Estrangeiras*, *Línguas Indígenas*; *Língua Portuguesa*: para os componentes associados diretamente com uma língua específica; *Linguística*: para os componentes explicitamente associados à Linguística, ou às subáreas da Linguística sem a especificação da língua ou abordagem; *Normativos*: para os componentes explicitamente associados à gramática normativa; *Pedagógicos*: aos componentes dedicados à formação pedagógica ou explicitamente associados ao ensino; *Práticas de Leitura e Escrita*: aos componentes associados com as práticas de Leitura e/ou Escrita.

Quadro 13: Distribuição do número e carga horária dos componentes obrigatórios por categoria, década de 1970

Categorias dos Componentes	1972		1973		1974		1976	
	N <sup>o53</sup>	C.H <sup>54</sup>	N <sup>o</sup>	C.H	N <sup>o</sup>	C.H	N <sup>o</sup>	C.H
Geral	18	885	18	810	17	705	16	735
Língua Estrangeira	6	450	0	0	2	90	2	150
Língua Portuguesa	4	120	4	210	2	90	1	45
Linguística	15	630	14	705	11	525	10	495
Total de Componentes	43	2085	36	1725	32	1410	29	1425

Fonte: Produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

Mesmo pela observação dos números absolutos apresentados pelo quadro acima, já é possível perceber a ausência de áreas tradicionais em relação ao currículo dos cursos de Letras. Além da ausência das disciplinas associadas à Literatura, pontuada por Rodolfo Ilari, é possível perceber que o currículo não contemplou as tradições históricas-filológicas ou mesmo a presença das disciplinas de Latim.

Outro movimento representado do quadro diz respeito à Língua Portuguesa. O número, que já era reduzido nos currículos de 1972 e 1973, voltou a sofrer redução em 1974 e, no currículo de 1976, somente um componente curricular obrigatório foi associado à língua portuguesa. Além do movimento apontado, a nomeação dos componentes associados à Língua Portuguesa também marcou distância em relação aos cursos de Letras. Os componentes dos currículos de 1972 e 1973 eram *Linguística do Português I*; *Linguística do Português II*; *Linguística do Português III* e *Linguística do Português IV*; nos currículos de 1974 d 1976, a palavra *Linguística* foi substituída por *Estrutura*.

Outra característica, pontuada no depoimento do Prof. Rodolfo Ilari, foi a presença de uma quantidade de componentes curriculares de outras áreas presentes no currículo. Mesmo considerando que a diminuição da carga horária destes componentes foi mais expressiva do que a diminuição do número absoluto de componentes classificados como *Gerais*, o espaço ocupado nos currículos durante toda a década de 1970 supera a carga horária dos componentes associados à Linguística. Obviamente, é preciso considerar que

<sup>53</sup> Refere-se ao número de componentes listados nas grades curriculares.

<sup>54</sup> Refere-se à carga horária dos componentes listados.

a diminuição da carga horária de componentes obrigatórios abre espaço para que os alunos possam contemplar um maior número de componentes associados a uma determinada área.

A flexibilização da carga horária dos componentes obrigatórios ocorreu em todas as categorias contempladas pelos currículos. A categoria Linguística, que interessa a este trabalho, passou 630 (seiscentas e trinta) horas no currículo de 1972 para 495 (quatrocentas e noventa e cinco) horas no currículo de 1976.

O próximo quadro expõe os componentes curriculares associados à Linguística de acordo com o ano do currículo.

*Quadro 14: Distribuição dos componentes curriculares da categoria linguística, currículos 1972-1976*

1972	1973	1974	1976
Fonética e Fonologia I	Fonética e Fonologia I	Fonética e Fonologia I	Fonética e Fonologia I
Fonética e Fonologia II	Gramática I	Fonética e Fonologia II	Fonética e Fonologia II
Gramática I	Gramática II	Gramática I	Gramática I
Gramática II	Gramática III	Gramática II	Gramática II
Gramática III	Gramática IV	Gramática III	Gramática III
Gramática IV	Gramática V	Introdução à Linguística	Introdução à Linguística
Gramática V	Gramática VI	Linguística para Ciências Humanas	Linguística para Ciências Humanas
Gramática VI	Linguística Geral I	Semântica I	Semântica I
Linguística Geral I	Linguística Geral II	Semântica II	Tópicos de Teoria Linguística
Linguística Geral II	Linguística Geral III	Tópicos de Teoria Linguística	Variação Linguística
Linguística Geral IV	Linguística Geral IV	Variação Linguística	
Linguística Geral V	Linguística Geral V		
Linguística Geral VI	Semântica I		
Semântica I	Semântica II		
Semântica II			

Fonte: produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

Em relação aos componentes associados à Linguística, foi possível observar alguns eixos que se mantiveram durante as alterações; *Fonética e Fonologia*, *Gramática*

e *Semântica* foram componentes que, mesmo sofrendo alguma diminuição de quantidade, se mantiveram ao longo da década de 1970.

Os componentes nomeados por meio da expressão *Linguística Geral* deram lugar aos componentes relacionados à teoria linguística (*Introdução à Linguística, Linguística para Ciências Humana*), a problemas do campo de investigação da área (*Variação Linguística*); e ao componente *Tópicos de teoria linguística*, que permitia que o professor que a assumisse definisse o conteúdo.

A nomeação do componente *Variação Linguística*, apesar de manter o afastamento em relação ao que é considerado *tradicional* nos cursos de Letras, marcou a associação do componente com um dos temas que esteve relacionado com o processo de institucionalização da Linguística no cenário acadêmico ligado aos cursos de Letras. Já pode ser tomado como um indício de aproximação com a área.

A UNICAMP, além de ter construído seu projeto desde o início como um Bacharelado em Linguística, ofertou, entre os anos de 1974 e 1975, quatro modalidades diferentes: a) *Linguística*; b) *Linguística Aplicada: Português*; c) *Linguística Aplicada: Francês*; d) *Linguística Aplicada: Inglês*, realizando um duplo movimento: um retorno mais próximo à área dos estudos da Linguagem em comparação com o momento em que havia iniciado e, ainda, a tentativa de se diferenciar dos cursos de Letras já existentes.

Se, por um lado, o projeto de um novo curso não se consolidou<sup>55</sup>, a vinculação com as Letras foi fortalecendo-se pela realização de várias ações: a) a incorporação de disciplinas aos currículos; b) a separação do *Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-IFCH* e a criação do *Instituto de Estudos da Linguagem – IEL*, em 1975; c) a criação do Departamento de Teoria Literária, em 1977; d) a oferta de curso de pós-graduação; e, por fim, e) a criação, em 1978, do curso de Licenciatura em Letras.

Uma motivação para essas alterações pode estar relacionada com o Parecer 44/72 emitido pelo Conselho Federal de Educação, que não aprovou o projeto de Licenciatura em Linguística proposto pela UNICAMP, principalmente porque os currículos destes cursos não cumpriam o currículo mínimo federal do curso de Letras.

O processo de aproximação da área de Letras encontrava-se, ainda, relacionado com a implantação de um instituto de Letras. Mesmo assim, a retórica de ruptura com

---

<sup>55</sup> As diferentes modalidades não aparecem mais no *Catálogo de Cursos de Graduação da UNICAMP*, de 1976.



essas áreas foi mantida como é possível depreender da leitura do trecho abaixo do *Anti-projeto para estruturação do Instituto de Letras*<sup>56</sup>:

*Figura 11: Anti projeto para instalação do Instituto de Letras, UNICAMP*

1.1. Considera que o novo Instituto de Letras, constituindo uma etapa avançada no processo de configuração da UNICAMP, deve levar em conta o espírito que tem presidido a criação dos outros Institutos e Cursos da Universidade, a saber, a preocupação central com a qualidade e originalidade de suas pesquisas. Assim, um Instituto de Letras nos moldes tradicionais é o primeiro perigo a ser evitado: a nova unidade universitária deve desligar-se da tradição beletrista (como domínio de especulações vazias) e do profissionalismo imediato (como domínio de formação em massa de indivíduos destinados a suprir a demanda dos cursos secundários). Isso implica uma criteriosa seleção de objetivos e prioridades, que deverão possibilitar ao Instituto de Letras a prática de alto nível de pesquisa e, simultaneamente, permitir que essa prática influencie de modo efetivo na melhoria qualitativa do ensino de primeiro e segundo graus.

Fonte: processo nº 2.448- Reitoria UNICAMP- Projeto de Estruturação de 24/04/1975, cópia digitalizada pelo SIARQ- UNICAMP.

Os resultados desses processos de mudança nos currículos do curso de Linguística puderam ser percebidos já no próximo conjunto de alterações realizadas no início da década de 1980, quando, entre os anos de 1981 e 1984, foram apresentados 04 (quatro) currículos diferentes.

---

<sup>56</sup> Apesar da retórica de ruptura com o modelo de cursos de Letras instalado no Brasil, tanto no documento sobre a implantação da área de Linguística, quanto no Anti-projeto de estruturação do novo instituto, os documentos previam a instalação de um Instituto de Letras que, posteriormente, foi alterado para Instituto de Estudos da Linguagem -IEL.

Quadro 15: Distribuição do número e carga horária dos componentes curriculares obrigatórios por categoria, década de 1980

Categorias dos Componentes	1981		1982		1983		1984	
	Nº	CH	Nº	CH	Nº	CH	Nº	CH
Geral	8	285	4	165	4	180	4	180
Históricos-Filológicos	0	0	0	0	1	60	1	60
Línguas Clássicas	0	0	2	90	2	120	2	120
Língua Estrangeira	2	120	2	120	2	120	0	0
Línguas Indígenas	0	0	0	0	2	120	2	120
Língua Portuguesa	3	135	3	135	4	240	4	240
Linguística	12	540	12	540	13	780	13	780
Literatura	2	90	2	90	6	360	7	420
Pedagógicas					1	60	1	60
Práticas de Leitura e Escrita	4	180	4	180	2	120	2	120
Total Geral	31	1350	29	1320	37	2160	36	2100

Fonte: Produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

O quadro 15 parece ilustrar o movimento pontuado pelo Prof. Rodolfo Ilari no depoimento transcrito anteriormente. O professor afirma que, a partir de 77, o currículo do curso de Linguística passou por transformações que o aproximaram dos cursos de Letras.

Ao comparar o quadro 15 com o anterior, é possível notar, que do currículo de 1976 para o currículo de 1981, duas novas categorias foram inseridas: *Literatura*, com carga horária de 90 (noventa) horas, e *Práticas de Leitura e Escrita*, com carga horária de 180 (cento e oitenta) horas.

O currículo 1982, além de ter mantido as alterações, acrescentou mais 02 (dois) componentes da categoria *Línguas Clássicas* (com carga horária de 90 horas); o currículo de 1983 reduziu em 60 (sessenta) horas a carga horária dos componentes de *Prática de Leitura e Escrita*, mas, além de acrescentar 270 (duzentos e setenta) horas de componentes de *Literatura*, inseriu componentes relacionados às *Língua indígenas* (120 (cento e vinte) horas e 01 (um) componente de 60 (sessenta) horas associado à categoria *Histórico-filológico*.

Ao final desse ciclo de alterações do currículo, em 1984, a configuração do curso de Linguística da UNICAMP incluía as categorias *Histórico-Filológico*; *Línguas*

*Clássicas; Línguas Estrangeiras; Línguas Indígenas, Literatura, Pedagógicos, Práticas de Leitura e Escrita.*

A carga horária total dos componentes obrigatórios não sofreu um impacto muito alto devido à retirada de boa parte dos componentes não relacionados diretamente com os estudos sobre a linguagem; o currículo de 1981 já apresentava uma queda de 450 (quatrocentos e cinquenta) horas na carga horária desta categoria que foi ainda mais reduzida nos outros currículos.

Em relação aos componentes da área de Linguística, houve um aumento de 45 (quarenta e cinco) horas no currículo de 1981 e 1982; e mais 240 (duzentas e quarenta) horas em relação aos dois currículos seguintes. O quadro abaixo relaciona os componentes listados na categoria Linguística, que compuseram o elenco obrigatório dos currículos do começo da década de 1980.

*Quadro 16: Distribuição dos componentes da categoria Linguística, currículos 1981-1984*

1981	1982	1983	1984
Fonética e Fonologia I	Fonética e Fonologia I	Análise Do Discurso	Análise Do Discurso
Fonética e Fonologia II	Fonética e Fonologia II	Fonética e Fonologia I	Fonética e Fonologia I
Gramática I	Gramática I	Fonética e Fonologia II	Fonética e Fonologia II
Gramática II	Gramática II	Gramática I	Gramática I
Gramática III	Gramática III	Gramática II	Gramática II
Iniciação aos Estudos da Linguagem	Iniciação aos Estudos da Linguagem	Gramática III	Gramática III
Introdução à Linguística	Introdução à Linguística	Introdução aos Estudos da Linguagem	Introdução aos Estudos da Linguagem
Lexicologia e Lexicografia	Lexicologia e Lexicografia	Lexicologia e Lexicografia	Lexicologia e Lexicografia
Semântica I	Semântica I	Psicolinguística I	Psicolinguística I
Semântica II	Semântica II	Semântica I	Semântica I
Tópicos de Teoria Linguística	Tópicos de Teoria Linguística	Semântica II	Semântica II
Variação Linguística	Variação Linguística	Tópicos de Teoria Linguística	Tópicos de Teoria Linguística
		Variação Linguística	Variação Linguística

Fonte: produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

O *quadro 16* permite visualizar o processo de estabilização dos componentes associados à Linguística que compuseram o elenco obrigatório dos currículos do curso de graduação em Linguística. Enquanto a composição foi alterada substancialmente em sua configuração de áreas, os componentes referentes à Linguística apresentaram poucas mudanças.

Do currículo de 1976 para o de 1981, foi observada a exclusão do componente *Linguística para Ciências Humanas* e a inserção dos componentes *Iniciação aos Estudos da Linguagem; Lexicologia e Lexicografia* e *Semântica II*. Nos anos seguintes, acrescentou-se os componentes *Análise do Discurso* e *Psicolinguística I*.

O movimento iniciado no ciclo de alterações curriculares parece ter continuado, ampliando a oferta de disciplinas pertencentes ao quadro das pesquisas linguísticas nacionais em detrimento do conjunto de componentes gerais que buscava a construção de um currículo fora da área de Letras.

No fim da década de 1980, em 1989, um novo currículo foi elaborado, sem apresentar mudanças substanciais em relação ao currículo de 1984. A principal alteração foi a diminuição da carga horária do elenco de componentes obrigatórios; as alterações afetaram componentes relacionados às seguintes categorias: *Geral; Histórico-Filológico; Língua Portuguesa, Linguística, Literatura e Práticas de Leitura e Escrita*.

Todas as categorias mencionadas acima tiveram uma redução em suas cargas horárias; no entanto, nenhuma categoria deixou de fazer parte do conjunto de componentes obrigatórios. O elenco de disciplinas associadas à Linguística, por exemplo, apesar de ter sido reduzido em 120 (cento e vinte) horas, manteve o mesmo conjunto dos 13 (treze) componentes do currículo de 1984.

Outras três alterações foram realizadas na estrutura curricular do curso de graduação em Linguística da UNICAMP durante o período coberto pelo recorte deste trabalho: uma em 1997; outra em 1999, e, a última dentro do recorte, foi realizada em 2005. Apesar da alteração realizada em 1997 estar temporalmente próxima da alteração de 1999, o currículo de 1997 não altera substancialmente nem a proporção entre as categorias presentes no currículo do curso, nem os componentes curriculares obrigatórios associados à linguística.

Quadro 17: Distribuição do número e carga horária dos componentes curriculares obrigatórios por categoria, 1984-1997

Rótulos de Linha	1984		1989		1997	
	Nº	CH	Nº	CH	Nº	CH
Geral	4	180	4	150	1	60
Históricos-Filológicos	1	60	1	30	1	30
Línguas Clássicas	2	120	2	120	2	120
Línguas Estrangeiras	0	0	0	0	0	0
Línguas Indígenas	2	120	2	120	2	120
Língua Portuguesa	4	240	4	210	4	210
Linguística	13	780	13	660	14	720
Literatura	7	420	8	390	8	390
Pedagógicas	1	60	1	60	0	0
Práticas de Leitura e Escrita	2	120	2	90	2	90
Total Geral	36	2100	37	1830	34	1740

Fonte: Produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

O quadro 17 repete os dados do currículo de 1984 já apresentado no quadro 15. Optou-se por repetir, porque foi considerado que o currículo de 1984 foi o resultado final de um ciclo de mudanças na estrutura curricular, responsável por aproximar o curso de Linguística da UNICAMP da área de Letras.

Nessa direção, a repetição da configuração desse currículo e a comparação com os de 1989 e 1997 auxiliam na visualização de um ciclo de mudanças curriculares em que foram promovidos ajustes e inserções que deram continuidade ao processo instaurado no ciclo anterior.

O mesmo movimento pode ser observado ao comparar os componentes curriculares associados à Linguística desses currículos. Optou-se, inclusive, por não produzir um quadro comparativo entre os componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística das versões de 1984, 1989 e 1997, porque a única diferença, em relação ao currículo de 1984 apresentado no *quadro 16*, seria a presença do componente *História das ideias linguísticas*, inserido no elenco de obrigatórias no currículo de 1997.

É interessante observar que o movimento de aproximação com a área de Letras tenha acontecido, no curso de Linguística da UNICAMP, durante as décadas de 1980 e continuado durante as alterações promovidas até a segunda metade da década de 1990. Trata-se, também, do período em que a Linguística também foi convocada a atuar na

construção de propostas para o ensino de Língua Portuguesa<sup>57</sup>. Os agentes responsáveis pelas mudanças da estrutura curricular também estavam envolvidos nos debates sobre a relação da Linguística na formação de professores.

Nesse contexto [da implantação da Linguística no Brasil], a Linguística não poderia deixar de surgir como uma disciplina marginal e “novidadeira”: sua preocupação com a descrição sincrônica; sua despreocupação com “a forma correta”, que foi entendida como defesa das variedades ditas não cultas; seu ocupar-se com a oralidade; sua metalinguagem ainda em construção, por isso mesmo hermética e abundante, tudo isso lhe dava ao mesmo tempo e contraditoriamente uma marginalidade intelectual e uma centralidade e respeito face a uma certa noção de ciência: não poderia haver aura melhor-marginal e científica.

A estes tempos, digamos “heroicos”, segue-se a calma aparente da superfície: afinando seus instrumentos de análise, ora divorciando-se por completo da tradição, ora aproximando-se dela, a Linguística no Brasil vai apresentando seus resultados e ocupando um espaço próprio. Descrever o dialeto de uma comunidade isolada ou debruçar-se sobre a obra de um autor do século passado já não são atividades em conflito no mundo das letras: são preocupações diferentes, com objetivos diferentes (GERALDI, SILVA & FIAD, 1996:307-308)

Na Universidade brasileira, a Linguística é uma ciência de importação recente. Sua introdução nos currículos de Letras, como disciplina obrigatória, data do início da década de 60; seu ensino em pós-graduação não é muito mais antigo. Recente e sem tradição de pesquisa. Aquilo que poderia parecer à primeira vista uma rápida sucessão de escolas, uma espetacular superação de paradigmas, fica mais adequadamente caracterizado como um processo de absorção superficial de métodos e questões teóricas originários de centros de pesquisa estrangeiros (ILARI, 1992:95).

Eu acho que aqui, digamos, algumas coisas que nós imaginávamos no começo não aconteceram. Não formamos propriamente um profissional diferenciado que entre numa sociedade e que faça coisas enquanto linguista nesta sociedade. Nós formamos pessoas que atuam muito bem como professores. Aquele sonho de dizer: os nossos alunos vão resolver o problema da língua da região do Brasil... Nós podemos estudar um pouco, e é o máximo que podemos fazer. Então a ideia de que, em pouco tempo, a gente mudaria o ensino radicalmente,

---

<sup>57</sup> Como já informado anteriormente, a esse respeito é possível consultar Pietri (2003), que se dedica ao estudo de documentos produzidos pelo Estado, com auxílio de linguistas para colaborar com o processo de ensino. O trabalho de Geraldi et al (1996), apresentado na seção ‘Retrospectiva’ da Revista DELTA, apresentou a trajetória da relação entre Linguística e o ensino de língua materna por meio da análise de documentos que visaram regular o ensino de Língua Portuguesa no sistema da educação básica; esses documentos foram produzidos entre 1985 e 1992. Além dessas referências bibliográficas, pode-se consultar, por exemplo, os documentos, como os analisados por Geraldi et al (1996) e os produzidos pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas- CENP do Estado de São Paulo. Essa coordenadoria foi responsável pela produção da proposta curricular para o ensino de língua portuguesa em 1991 e uma série de documentos produzidos por linguistas como Ataliba Texeira de Castilho, Carlos Franchi, Rodolfo Ilari.

não aconteceu de imediato, mas aconteceu de maneira mais lenta (Depoimento do Prof. Rodolfo Ilari colhido por Leonardo Oliveira, disponível em ALBANO; COUDRY, POSSENTI; ALKMIM, 2003:23).

As duas primeiras citações foram produzidas durante o processo de aproximação do curso de Linguística da UNICAMP com a área de Letras, descrito pelas alterações curriculares realizadas durante a década de 1980 e reforçadas pelas alterações realizadas até meados da década de 1990.

Nesse contexto, chama a atenção, inclusive, a escolha por tornar disciplinas alguns componentes, como *Variação Linguística*, *Psicolinguística*, *Análise do Discurso*, e inserir componentes curriculares relacionados com as Práticas de Leitura e Escrita. Esses componentes, ou tópicos relacionados a eles, foram citados tanto em Ilari (1992) quanto em Geraldi et al (1996) como possibilidades de contribuição da Linguística para o ensino de língua materna.

As duas últimas alterações realizadas no currículo do curso de Linguística da UNICAMP no período analisado por esta tese aconteceram no fim da década de 1990, em 1999, e no meio dos anos 2000, em 2005. As duas alterações permitiram visualizar uma reavaliação das alterações realizadas nas décadas anteriores. No quadro abaixo é possível verificar as principais mudanças em relação à distribuição das cargas horárias das áreas que compõem o currículo.

Mais uma vez, para facilitar a comparação, optou-se por repetir as informações do currículo que representou o último ciclo analisado, o currículo de 1997, já apresentado no quadro 17.

*Quadro 18: Distribuição do número e carga horária dos componentes curriculares obrigatórios por categoria, 1997-2005*

Categorias dos Componentes	1997		1999		2005	
	Nº	CH	Nº	CH	Nº	CH
Geral	1	60	0	0	0	0
Históricos-filológicos	1	30	2	60	2	60
Línguas Clássicas	2	120	1	60	1	60
Línguas Indígenas	2	120	1	60	1	60
Língua Portuguesa	4	210	0	0	1	60
Linguística	14	720	21	1170	22	1200
Literatura	8	390	1	60	1	60
Práticas de Leitura e Escrita	2	90	0	0	0	0
TCC	0	0	3	150	3	150
Total Geral	34	1740	29	1560	31	1650

Fonte: produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

O quadro 18 mostra que um novo movimento de construção da identidade da área foi realizado pela alteração de 1999, processo continuado na alteração de 2005. Não foi um retorno ao modelo inicial; verifica-se, inclusive, a exclusão total de componentes não associados aos estudos da linguagem do elenco de componentes obrigatórios do curso já na alteração de 1999.

Reavaliou-se, no entanto, o espaço ocupado por componentes associados à Literatura, que passou a ter 01 (um) componente na grade curricular; a disciplina Línguas Clássicas também teve sua carga horária reduzida. No entanto, a dos componentes de caráter Histórico-Filológico foi aumentada; os componentes associados às Práticas de Leitura e Escrita foram excluídos e foram incluídos componentes relativos ao desenvolvimento de monografia.

Outra mudança perceptível refere-se à carga horária dos componentes associados diretamente à Linguística, que passou de 720 (setecentos e vinte) horas, no currículo de 1997, para 1.170 (mil cento e setenta) horas no currículo de 1999, e 1200 (mil e duzentas) horas no currículo de 2005. Enquanto, no currículo de 1997, a carga horária dos componentes associados à Linguística representava pouco mais de 40% da carga horária total dos componentes obrigatórios do currículo, passou a representar mais de 70% nos currículos de 1999 e 2005.



No próximo quadro, visualizam-se as inclusões dos componentes curriculares associados à Linguística, obrigatórios para a integralização curricular.

*Quadro 19: distribuição dos componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística, currículos 1997-2005*

1997	1999	2005
Análise do Discurso	Análise do Discurso	Análise do Discurso
Fonética e Fonologia I	Análise Lógico-Semântica da Linguagem	Análise Lógico-Semântica da; Linguagem
Fonética e Fonologia II	Fonética e Fonologia	Fonética e Fonologia
Gramática I	Fonética Experimental	Fonética Experimental
Gramática II	Gramática I	Gramática I
Gramática III	História das Ideias Linguísticas	História das Ideias Linguísticas
História das Ideias Linguísticas	Introdução à Formalização Para Análise Linguística	Introdução à Formalização Para Análise Linguística
Introdução Aos Estudos Da Linguagem	Introdução aos Estudos Da Linguagem I	Lexicologia e Lexicografia
Lexicologia e Lexicografia	Introdução aos Estudos Da Linguagem II	Linguagem e Investigação Em Ciências Humanas
Psicolinguística I	Lexicologia e Lexicografia	Linguagem e Processos Cognitivos
Semântica I	Linguagem e Investigação Em Ciências Humanas	Linguagem: Descrição e Interpretação
Semântica II	Linguagem e Processos Cognitivos	Linguística Textual
Tópicos de Teoria Linguística	Linguística Textual	Modelos de Análise Fonológica
Variação Linguística	Modelos De Análise Fonológica	Neurolinguística
	Neurolinguística	Prática de Análise da Linguagem I
	Psicolinguística	Prática de Análise Da Linguagem II
	Semântica e Pragmática	Psicolinguística
	Sintaxe e Semântica	Semântica e Pragmática
	Teoria Gramatical I	Sintaxe e Semântica
	Teoria Gramatical II	Teoria Gramatical I
	Variação Linguística	Teoria Gramatical II
		Variação Linguística

Fonte: produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

O processo de especificação na nomeação dos componentes, iniciado nas alterações anteriores, foi mantido e, inclusive, aplicado aos componentes que já estavam presentes. Por exemplo, os componentes Fonética e Fonologia I e II, presentes no currículo de 1997, passaram a ser Fonética e Fonologia e Fonética Experimental. Componentes como *Tópico de Teoria Linguística*, mais generalista, deixou de compor o elenco e disciplinas dedicadas a tópicos específicos como *Teoria Gramatical*, *Introdução à formalização para análise linguística*, *Análise lógico-semântica da Linguagem*, *Modelos de Análise Fonológica* foram inseridos na estrutura curricular.

As mudanças realizadas pelas novas estruturas curriculares incluíram, ainda, outras disciplinas que passaram a fazer parte da pesquisa da área, como a *Linguística Textual*, a *Neurolinguística*, a Linguística cognitiva (*Linguagem e Processos Cognitivos*).

Enquanto os primeiros currículos encontravam-se mais restritos às disciplinas associadas ao chamado núcleo duro da Linguística, especialmente por meio de disciplinas dedicadas à descrição gramatical das línguas naturais, os currículos de 1999 e 2005 inserem, no elenco de componentes obrigatórios, as linhas implantadas posteriormente tanto dos estudos gramaticais quanto das disciplinas que foram para análise do texto, do discurso e das áreas interdisciplinares, com a biologia e a sociologia.

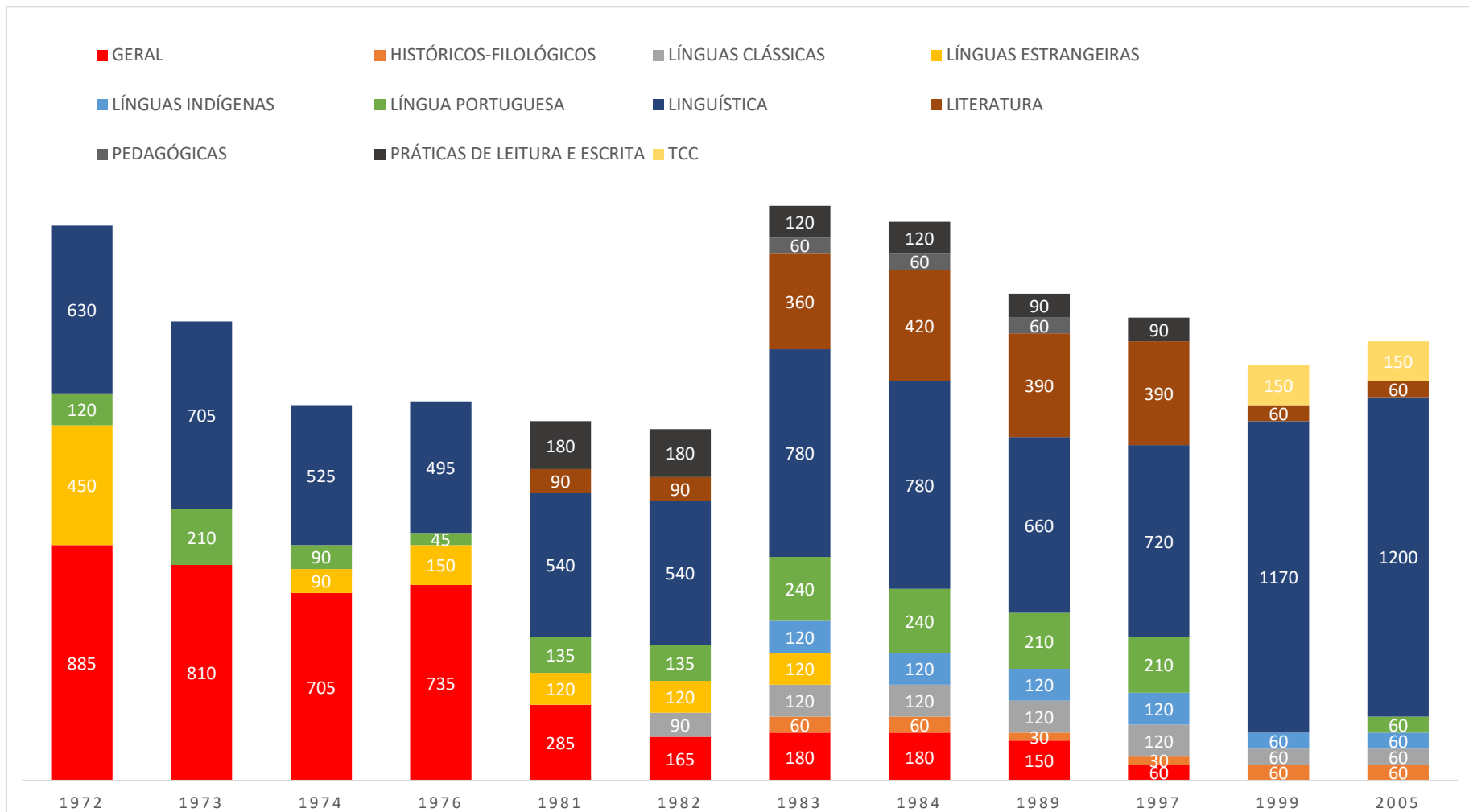
A observação das alterações feitas nas estruturas curriculares dos cursos de Linguística da UNICAMP permitiu localizar 12 (doze) currículos que representaram as diferentes configurações do curso no período que vai de 1972, o primeiro currículo localizado, até o ano de 2010, quando ainda se encontravam em vigor as alterações produzidas no currículo de 2005.

Nesses 12 (doze) currículos, foi possível observar movimentos de aproximação e afastamento em relação à área de Letras, que permitiram uma reformulação não só da composição geral do currículo, mas também do elenco de componentes obrigatórios da própria Linguística, que compuseram a carga horária desses currículos.

Para sintetizar os movimentos apresentados até aqui, optou-se por apresentar um gráfico construído a partir da distribuição das cargas horárias dos componentes obrigatórios. Esses foram apresentados de acordo com a classificação de áreas utilizadas para o mapeamento, apresentado anteriormente, de acordo com o currículo em que estão inseridos.

Sendo assim, cada coluna do *gráfico 1* representa um currículo; as áreas estão representadas de acordo com a legenda, e a carga horária está apresentada no interior das colunas do gráfico.

Gráfico 1: Distribuição da carga horária por área e ano nos currículos do curso de graduação em Linguística da Unicamp- 1972-2010



Fonte: produzido pelo autor a partir do mapeamento dos currículos disponibilizados pelos *Catálogos de cursos de graduação*, consultados no SIARQ-UNICAMP.

### 3.1.3 A Habilitação em Linguística do curso de Letras da USP (1972-2010)

O processo de criação da habilitação de Linguística no interior do curso de Letras foi contemporâneo ao projeto de implantação do curso da UNICAMP, e, inclusive, teve a participação de um agente que desempenhou papel importante na criação dos dois cursos. Segundo Ferreira (2009), o professor Antônio Candido de Melo e Souza (1918-2017) foi o responsável pelas indicações de Carlos Franchi (1932-2001), Carlos Vogt, Haquira Osakabe (1939-2008) e Rodolfo Ilari para compor o segundo grupo enviado à França para estruturar o grupo de Linguística da UNICAMP.

Alguns anos depois, em 20 de junho de 1971, foi o próprio professor Antônio Candido de Melo e Souza, em despacho manuscrito na página 09 do *processo 32397/71* da FFLCH-USP, que indicou a aprovação do *Anteprojeto de Licença em Linguística*, apresentado pelo Prof. Dr. Cidmar Teodoro Pais (1940-2009).

*Figura 12: Parecer emitido pelo Prof. Antônio Candido de Melo e Souza ao Anteprojeto de Licença em Linguística*

Em atenção ao despacho supra, tendo a oportunidade de observar que:

1. as razões que fundamentam o anteprojeto são claras e pertinentes, atendendo aos interesses do curso, da Faculdade e do Departamento;
2. a explanação a respeito da viabilidade do curso são decisivas;
3. a estrutura proposta para o mesmo me parece coerente e razoável.

Nestas condições, em plena aprovação, sugerindo que as providências sejam adotadas com urgência.

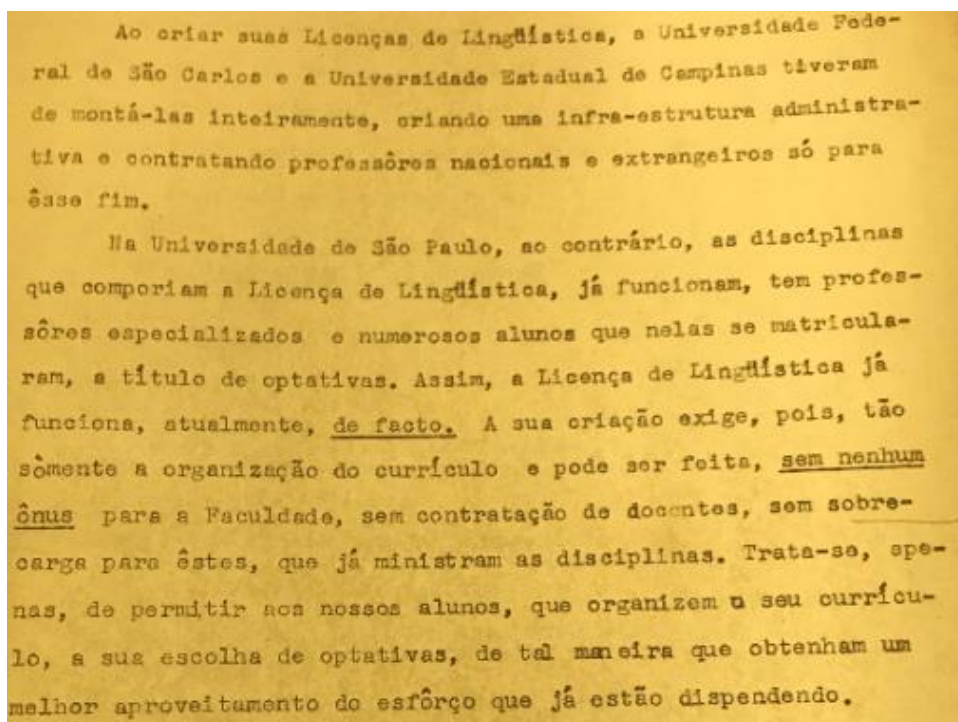
A.C. de Melo e Souza.  
20.6.71

Fonte: página 09 do *processo 32397/71* da FFLCH-USP, localizado e disponibilizado para acesso pelo Arquivo Geral - AG-USP.

A retórica utilizada para a construção do referido *anteprojeto* divergiu da utilizada para implantação do grupo de Linguística na UNICAMP. O texto elaborado pelo professor Cidmar Teodoro Pais, mesmo apresentando a criação do título em Linguística

como novidade no cenário internacional e nacional, inseriu o projeto do curso como continuidade do desenvolvimento da área de Letras da USP.

Figura 13: Anteprojeto para criação de licença em linguística, p. 6

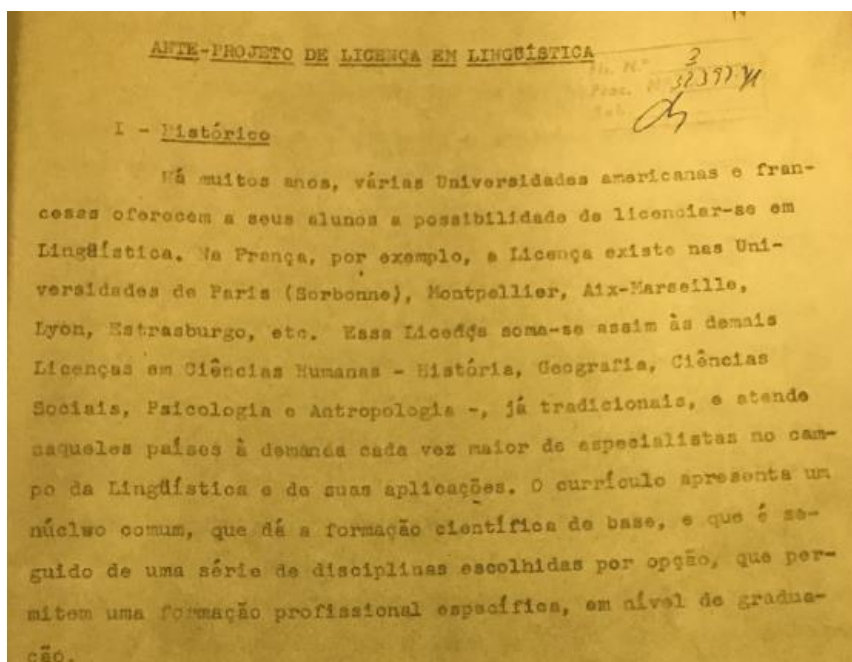


Fonte: página 06 do *processo 32397/71* da FFLCH-USP, localizado e disponibilizado para acesso pelo AG-USP.

No anteprojeto, apresenta-se a criação do curso de Linguística como reconhecimento ao trabalho já realizado pela área de Letras que ofertava, na modalidade *optativa*, um conjunto de componentes curriculares suficientes para a obtenção do título em Linguística. Nessa direção, ao contrário da posição encontrada nos documentos da criação da área da UNICAMP, o curso de Linguística da USP surge do próprio desenvolvimento do curso de Letras e não como uma área totalmente distinta.

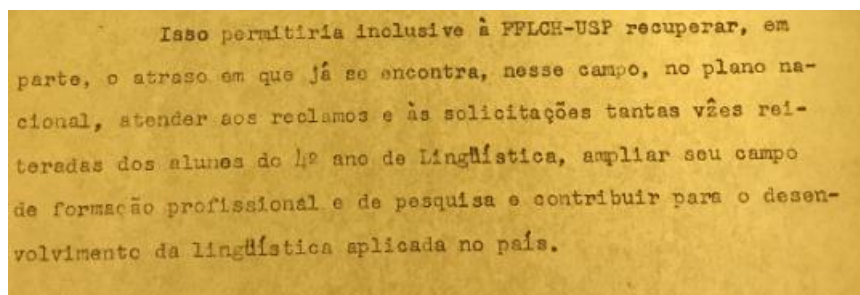
Apesar dos traços de continuidade apontados anteriormente, não é possível afirmar que a retórica adotada seja totalmente de continuidade. Em alguns trechos do documento, Pais salienta a Linguística como disciplina autônoma e relacionada com os avanços da pesquisa realizada no exterior e nas instituições nacionais que se apresentam como polos de pesquisa.

Figura 14: Anteprojeto de Licença em Linguística, p.3



Fonte: página 03 do processo 32397/71 da FFLCH-USP, localizado e disponibilizado para acesso pelo AG-USP.

Figura 15: Anteprojeto para criação da Licença em Linguística, p.6



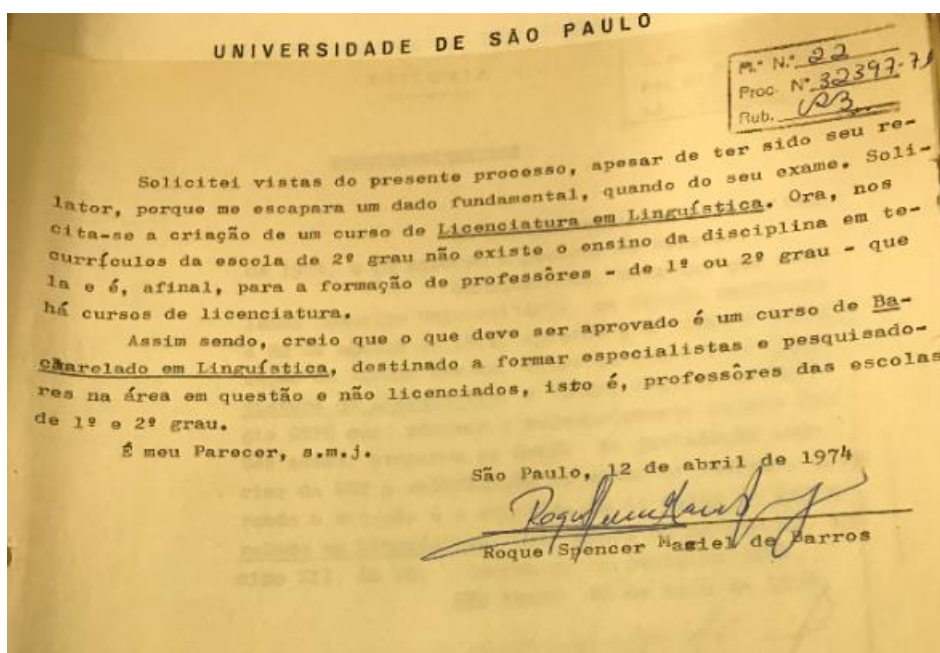
Fonte: página 06 do processo 32397/71 da FFLCH-USP, localizado e disponibilizado para acesso pelo AG-USP.

A leitura dos trechos acima permite encontrar indícios de que o projeto elaborado por Pais, mesmo propondo uma autonomia para a disciplina no interior do curso de Letras, atribuiu à área o reconhecimento de espaço moderno da pesquisa na área de Letras nos grandes centros produtores de conhecimento (Estados Unidos e França) e, ainda, associou-a a uma demanda contemporânea por parte do corpo discente.

O projeto tramitou pela FFLCH como um projeto de criação da *Licença* em Linguística até o pedido de vistas pelo próprio relator do processo, Prof. Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), na Comissão de Graduação.



Figura 16: Anteprojeto de criação de licença em Linguística, p.22



Fonte: página 22 do processo 32397/71 da FFLCH-USP, localizado e disponibilizado para acesso pelo AG-USP.

Como é possível perceber pela data de assinatura no documento, trata-se de tramitação posterior a instalação do curso, em 1972, realizada no âmbito da Comissão de Graduação da USP. O curso, que já estava em andamento com as disciplinas básicas, não tinha garantido seu *status* de Licenciatura. O parecerista, como mostra o documento, sugeriu a troca de modalidade do curso para Bacharelado, considerando a inexistência da disciplina no ensino básico.

Em resposta ao parecer do relator, o professor Cidmar Teodoro Pais anexa ao processo, a página 26 do *Diário Oficial do Estado*, trata-se da resolução da Secretaria de Educação SE nº 58/70, que apresenta a Linguística como matéria da área de Letras para os cursos de segundo grau da época. Anexa, ainda, declaração de vigor da resolução emitida pelo professor Nilo Magalhães Ribeiro<sup>58</sup>, diretor do departamento de ensino secundário e normal da Secretária de Educação do Estado de São Paulo.

Na USP, portanto, o curso de Licenciatura em Linguística é anterior à modalidade de Bacharelado. Apesar de a Linguística não ter entrado, de fato, nesse nível da educação,

<sup>58</sup> Não foram localizadas as datas relacionadas ao nascimento e às atividades atuais do Prof. Nilo Magalhães Ribeiro. Em busca feita junto ao site google, localizou-se menções relativas ao exercício do cargo de diretor da Escola Estadual Nossa Senhora da Penha, nos anos 60 e, também, tesoureiro da chapa "Junta Governativa" do Sindicato de Especialistas em Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, na década de 1970.

houve, naquela época, esforços para que essa realidade viesse a acontecer. E, até os dias de hoje, ainda é ofertada a possibilidade de cursar a modalidade de *Licenciatura* da habilitação em Linguística. Até onde o mapeamento deste trabalho pode verificar, trata-se da única licenciatura em Linguística ofertada no Brasil.

Para além do fato pitoresco, esse acontecimento possibilita, também, distinguir pelo menos duas posições em relação aos projetos de autonomia da área durante o período em que os cursos de graduação em Linguística da UNICAMP e da USP foram criados.

O projeto da UNICAMP visava à substituição do modelo existente do curso de Letras, designado como *tradicional, belle letrista* e, acima de tudo, ineficiente para a resolução dos problemas educacionais relacionados à expansão do sistema básico de educação. A Linguística, considerada *ciência piloto das humanidades*, ofereceria, portanto, uma formação mais adequada às exigências do contexto da época, ao mesmo tempo que permitiria alçar as pesquisas sobre a linguagem dentro do debate internacional, em especial vinculando-se a discussões produzidas na França e nos Estados Unidos, considerados polos da produção de conhecimento sobre linguagem naquele momento<sup>59</sup>.

A proposta desenhada pelo projeto assinado por Pais, por sua vez, não previa a substituição do curso de Letras, mas buscava construir uma autonomia da Linguística dentro da própria estrutura, o que incluiu a tentativa de fazer da Linguística uma disciplina do ensino básico. Na medida em que buscou construir novos espaços para a atuação de seus formandos, o projeto não foi obrigado a disputar o espaço já ocupado por aqueles que haviam se submetido a uma formação em Letras.

De qualquer modo, assim como no caso da criação do curso da UNICAMP, a retórica assumida durante o processo de criação afetou tanto a configuração curricular inicial do curso quanto sua trajetória de institucionalização. A pesquisa documental apontou a existência de 04 (quatro) currículos produzidos entre 1972 e 2001; o currículo de 2001 vigorou até o fim do período considerado por esta tese, 2010.

Diferentemente, do curso de Linguística da UNICAMP, em que foi possível localizar a existência de ciclos de alteração e movimentos em sentidos opostos, as mudanças curriculares do curso de Linguística da USP foram realizadas com um maior distanciamento temporal entre elas, e, como pretende-se demonstrar, em uma mesma direção. Por essas razões, optou-se por apresentar o quadro de distribuição de componentes por área e carga horária dos quatro currículos encontrados.

---

<sup>59</sup> Sobre a polarização EUA x França, consultar Altman (1998).



Quadro 20: Distribuição do número e carga horária dos componentes curriculares obrigatórios por categoria, 1972-2010

Categorias dos Componentes	1972		1978		1989		2001	
	Nº	CH	Nº	CH	Nº	CH	Nº	CH
Históricos-Filológicos	1	45	2	120	4	180	1	30
Línguas Clássicas	1	45	2	120	2	120	2	120
Língua Portuguesa	4	180	8	480	2	90	3	180
Linguística	5	225	8	600	16	720	14	510
Literatura	4	180	10	420	8	360	8	420
Total Geral	15	675	30	1740	32	1470	28	1260

Fonte: Produzido pelo autor a partir das Apostilas Curriculares do Curso de Letras (1989-2010); documentos fornecidos pela Seção de Alunos- Letras da FFLCH-USP; da publicação Programas de Linguística e Línguas Orientais produzido pelo então Departamento de Linguística e Línguas Orientais, em 1978, consultado junto ao CAPH- Centro de Apoio à Pesquisa em História da FFLCH-USP; e a partir do anteprojeto para criação de Licença em Linguística, consultado junto ao AG- Arquivo Geral da USP.

Ao visualizar a distribuição dos componentes do elenco obrigatório para a obtenção da habilitação em Linguística do curso de Letras da USP, observou-se que o curso, além de manter uma ligação mais direta com a área de Letras desde o início de suas atividades, também apresentou uma atitude mais conservadora em relação à manutenção de seu currículo.

Apesar da mudança das cargas horárias destinadas a cada categoria, todas elas permaneceram presentes na estrutura curricular do curso. Percebe-se que, do currículo de 1972, reconstruído a partir do anteprojeto, para o de 1978, reconstruído a partir de publicação feita pelo então Departamento de Linguística e Línguas Orientais, a carga horária, como um todo, aumentou. Esse aumento pode indicar que a oferta da habilitação havia alcançado sua consolidação, deixando de ser apenas uma *organização curricular*, como coloca o anteprojeto, e passando a demandar um percurso maior para a obtenção do título.

Do currículo de 1978 para o de 1989, observa-se uma diminuição da carga horária das disciplinas associadas à Língua Portuguesa e à Literatura e um aumento do elenco das disciplinas associadas à Linguística.

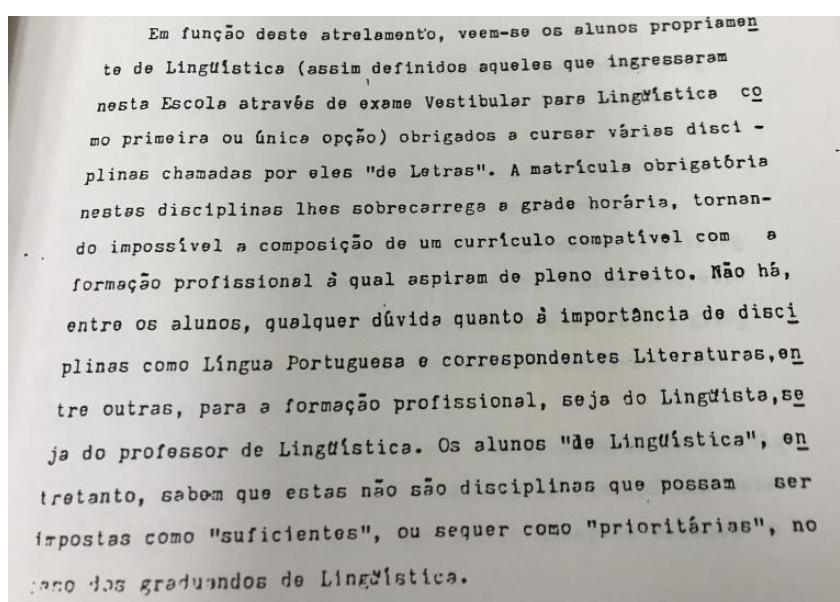
Embora o currículo de 2001 mostre um pequeno aumento da carga horária de Língua Portuguesa e o retorno da carga horária de Literatura, não foi possível observar que haveria uma mudança na direção referente à configuração do curso, em especial porque,

durante toda a década dos anos 2000, não foram apresentadas novas alterações; mas ainda porque as mudanças encontravam-se relacionadas, também, com uma reforma curricular mais ampla, que implantou uma entrada única para o curso de Letras da USP, criando o chamado ‘ciclo básico’.

A adesão da habilitação de Linguística ao ciclo básico do curso de Letras, no início dos anos 2000, pode ser lida como um movimento de continuidade na construção da identidade da Linguística da USP, feita desde sua criação como uma das habilitações do curso de Letras.

Ao analisar a estrutura curricular, inclusive, não é perceptível nenhum movimento de afastamento dessa posição. No entanto, ao manusear a documentação do curso disponibilizada pelo AG-USP, foi encontrado um processo do início da década de 1990 no qual os estudantes de graduação em Linguística solicitam a separação em relação ao curso de Letras, argumentando que a entrada no vestibular para a habilitação deveria sustentar uma formação mais direcionada à área do que a ofertada no interior do curso de Letras.

Figura 17: Solicitação dos alunos para reforma curricular da habilitação em Linguística, 1990



Em função deste atrelamento, veem-se os alunos propriamente de Linguística (assim definidos aqueles que ingressaram nesta Escola através de exame Vestibular para Linguística como primeira ou única opção) obrigados a cursar várias disciplinas chamadas por eles "de Letras". A matrícula obrigatória nestas disciplinas lhes sobrecarrega a grade horária, tornando impossível a composição de um currículo compatível com a formação profissional à qual aspiram de pleno direito. Não há, entre os alunos, qualquer dúvida quanto à importância de disciplinas como Língua Portuguesa e correspondentes Literaturas, entre outras, para a formação profissional, seja do Linguísta, seja do professor de Linguística. Os alunos "de Linguística", entretanto, sabem que estas não são disciplinas que possam ser impostas como "suficientes", ou sequer como "prioritárias", no plano dos graduandos de Linguística.

Fonte: Página 46, Processo 90.1.1043.8.2/FFLCH-USP, localizado e disponibilizado pelo AG-USP.

Para realizar o apelo por mudanças na estrutura curricular do curso, o documento apresenta a categorização feita pelos estudantes em disciplinas que seriam “*de linguística*” e as que seriam “*de Letras*”, solicitando que a habilitação de Linguística contemple a oferta de mais componentes relacionados à primeira categoria.

Mais interessante ainda é notar que um dos argumentos utilizados pelos alunos é a comparação com o curso de Linguística ofertado pela UNICAMP, curso esse, como mostrado anteriormente, que se encontrava no movimento contrário ao solicitado pelos estudantes da USP.

O processo, tramitado durante os anos de 1990 e 1991, chegou a solicitar a separação do curso de Linguística, tal como na organização institucional da UNICAMP; no entanto, os professores do departamento alegaram que a separação da Linguística para a criação de um curso independente demandaria investimentos para os quais não havia previsão, e, sobretudo, não havia, no Departamento, nenhum projeto de separação.

A adesão ao ciclo básico consolidou a escolha do grupo em permanecer como uma habilitação dentro do curso de Letras, uma vez que os alunos passaram a iniciar formalmente a habilitação do curso só no segundo ano do curso de Letras. A construção da identidade do curso de Linguística da USP passou por buscar sua especificidade sem abrir mão do pertencimento à área de Letras.

O mais interessante foi observar que o Departamento de Linguística da USP, ao mesmo tempo que optou por permanecer como uma habilitação do curso de Letras, também optou por construir sua especificidade nas abordagens dadas às áreas básicas.

A tarefa de construir sua identidade tornou-se ainda mais árdua, ao considerar que, diferentemente da UNICAMP, onde os professores estão distribuídos em dois departamentos da área de estudos linguísticos (*Departamento de Linguística e Departamento de Linguística Aplicada*), a estrutura organizacional da USP prevê professores em pelo menos quatro departamentos (*Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas; Departamento de Letras Modernas; Departamento de Letras Orientais e o Departamento de Linguística*).

Essa atitude parece estar refletida também no elenco dos componentes obrigatórios para a integralização curricular da habilitação em Linguística da USP.

*Quadro 21: Distribuição dos componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística, currículos, 1972-2010*

1972	1978	1989	2002
Fonética Geral e Experimental	Linguística I (Objeto da Linguística <sup>60</sup> )	Fonética	Elementos de Linguística I
Introdução à Linguística	Linguística II (Fonética e Fonologia)	Fonologia	Elementos De Linguística II
Linguística II	Linguística III (morfologia)	Introdução à Linguística	Fonética: Descrição E Análise
Linguística III	Linguística IV (teoria gerativa)	Lexicologia I	Fonologia: Descrição e Análise
Linguística IV	Linguística V (Lexicologia)	Lexicologia II	Lexicologia e Lexicografia
	Linguística VI (Sintaxe-Semântica)	Língua não Indo Europeia	Língua não Indo Europeia I
	Linguística VII (semântica estrutural)	Língua não Indo Europeia II	Língua não Indo Europeia II
	Linguística VIII (Semiótica)	Morfossintaxe	Morfologia
		Pragmática	Pragmática
		Psicolinguística	Psicolinguística
		Semântica	Semântica
		Seminários de Análise Linguística I	Sintaxe: Fundamentos de análise e descrição
		Seminários de Análise Linguística II	Sociolinguística
		Sintaxe	Teoria e análise de textos: semiótica narrativa e discursiva
		Sociolinguística	
		Teoria e análise de textos	

Fonte: Produzido pelo autor a partir das Apostilas Curriculares do Curso de Letras (1989-2010); de documentos fornecidos pela Seção de Alunos- Letras da FFLCH-USP; da publicação *Programas de Linguística e Línguas Orientais* produzida pelo então Departamento de Linguística e Línguas Orientais, em 1978, consultado junto ao CAPH- Centro de Apoio à Pesquisa em História da FFLCH-USP; e, a partir, do anteprojeto para criação de Licença em Linguística, consultado junto ao AG- Arquivo Geral da USP.

De forma semelhante ao observado nas análises do currículo do curso de graduação em Linguística da UNICAMP, verificou-se que, ao longo do tempo, a nomeação dos componentes tornou-se cada vez mais específica, mostrando o nível de análise linguístico

<sup>60</sup> Os conteúdos listados entre parênteses foram atribuídos a partir do documento produzido pelo Departamento de Linguística e Línguas Orientais.

(*Fonética, Morfologia, Sintaxe*); o campo (*Sociolinguística, Psicolinguística*), a filiação teórica (*Semiótica*).

Ainda que outros componentes tenham sido ofertados como optativos, e mesmo que os professores responsáveis pelos componentes não tenham seguido as ementas das disciplinas, observa-se que o elenco de componentes obrigatórios para a integralização da habilitação em Linguística foi, em sua maior parte, associado às áreas do chamado *núcleo duro*.

Nessa direção, pode-se afirmar que a opção por se manter mais próxima à área de Letras foi além da manutenção dos vínculos institucionais como habilitação do curso de Letras, disputando teorias, objetos e metodologias de análise com disciplinas que se institucionalizaram por meio de outras tradições.

É preciso considerar, ainda, que, além dos componentes descritos no *quadro 21*, os currículos foram compostos com componentes associados à área de Língua Portuguesa, que contempla, em seu elenco, componentes dedicados aos mesmos níveis tratados pelos componentes da área de Linguística.

O currículo de 2001, por apresentar uma nomeação mais explícita dos componentes, permite exemplificar o movimento de construção da identidade da disputa descrita acima. Nesse currículo, os componentes *Fonética: Análise e Descrição*; *Fonologia: Análise e Descrição*; e *Fonética e Fonologia do Português* foram apresentados como parte obrigatória para a integralização da habilitação em Linguística; os três componentes, ainda, foram sugeridos em um mesmo semestre na grade curricular, ou seja, não foi indicada nenhuma hierarquização entre eles.

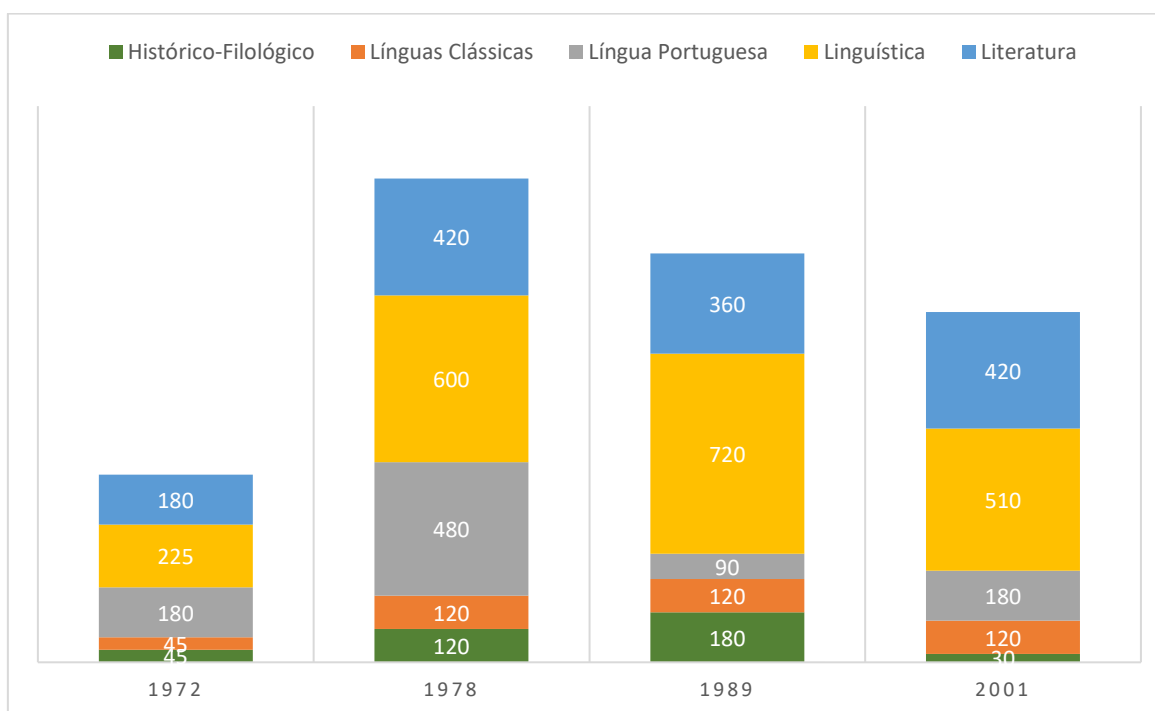
No caso da USP, essa disputa torna-se ainda mais explícita, porque os componentes *Fonética: Análise e Descrição* e *Fonologia: Análise e Descrição* constituem a lista de oferta do Departamento de Linguística e, o componente *Fonética e Fonologia do Português* constitui a lista do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Essa dupla oferta contemplou os outros níveis de análise no caso dos alunos que optaram pela habilitação em Língua Portuguesa e Linguística.

Em relação aos componentes de área interdisciplinares e ou dedicadas à análise que extrapola o nível da frase, foram listados os seguintes componentes: *Sociolinguística, Psicolinguística, Semiótica* e *Pragmática*. Trata-se de conjunto semelhante aos componentes que se estabilizaram no elenco obrigatório do curso de graduação em Linguística da UNICAMP. A diferença foi que, na lista da UNICAMP, apareceu a *Análise do Discurso* e, na da USP, a *Semiótica*.

Pode-se afirmar que, do ponto de vista das alterações curriculares no elenco de componentes obrigatórios, o curso de Linguística da USP tem feito alterações em uma mesma direção, buscando construir a identidade da área no confronto direto com componentes que disputam as teorias, objetos e metodologias.

As diferentes configurações do currículo ao longo do tempo podem ser observadas no *gráfico 2*. Construído a partir da mesma lógica do gráfico anterior, cada coluna representa uma estrutura curricular e a carga horária destinada a cada área é apresentada por uma cor diferente dentro da coluna.

*Gráfico 2: Distribuição da carga horária por área e ano nos currículos da habitação em Linguística do curso de graduação em Letras da USP- 1972-2010*



Fonte: Produzido pelo autor a partir das Apostilas Curriculares do Curso de Letras (1989-2010); de documentos fornecidos pela Seção de Alunos- Letras da FFLCH-USP; da publicação *Programas de Linguística e Línguas Orientais* produzida pelo, então, Departamento de Linguística e Línguas Orientais, em 1978, consultado junto ao CAPH- Centro de Apoio à Pesquisa em História da FFLCH-USP; e, a partir, do anteprojeto para criação de Licença em Linguística, consultado junto ao AG- Arquivo Geral da USP.

### 3.1.4 A Habilitação em Linguística do Curso de Letras da UFG (1992-2010)

A criação da habilitação em Linguística do curso de Letras da UFG ocorreu no começo da década de 1990, 27<sup>61</sup> anos após o início efetivo das atividades pedagógicas do curso. Segundo depoimento do Prof. Egídio Turchi (1930-2011), primeiro diretor Faculdade de Filosofia, em 1962, os modelos debatidos para a construção da faculdade foram o da Faculdade de Filosofia da USP, *o modelo da USP* e o modelos de Institutos Centrais implementados pela então recém-criada UnB.

O curso de Letras também foi criado como parte da faculdade Filosofia da UFG e a contratação de professores, segundo consta no depoimento do Prof. Tuchi, incluiu um professor responsável pela área de Linguística, já em acordo com a resolução que instituiu o *currículo mínimo* do curso de Letras. Nesse contexto, a Linguística já figurava, institucionalmente, desde o momento de instauração do curso de Letras da UFG.

A habilitação em linguística, como mencionado anteriormente, foi implantada em 1992, momento em que o curso de Letras estava sendo reformulado. A principal mudança curricular realizada em 1992, segundo o documento de apresentação do currículo<sup>62</sup>, foi a construção de ciclo básico de dois anos precedendo a opção de língua e modalidade de curso. Antes da mudança, os alunos deveriam escolher uma das três opções ofertadas: Português, Português e Inglês, ou Português e Francês, todas ofertadas na modalidade de bacharelado e licenciatura, simultaneamente. A nova estrutura previa uma entrada comum e o aluno deveria optar entre as seguintes opções: *Licenciatura em Português; Licenciatura em Português e Inglês; Licenciatura em Português e Francês; Bacharelado em Língua Portuguesa e Linguística; Bacharelado em Língua Portuguesa e Literatura; Bacharelado em Inglês; Bacharelado em Francês, Bacharelado em Espanhol, Bacharelado em Italiano.*

Diferentemente de seus precursores, a apresentação do currículo do curso não necessitou apontar a Linguística como área especializada dentro do curso de Letras; a área aparece como habilitação vinculada ao Bacharelado em Língua Portuguesa, e sua criação foi justificada pela ampliação dos bacharelados. Segundo o documento:

---

<sup>61</sup> Como consta no quadro 05 desta tese, a data de criação do curso de Letras foi 1962. No entanto, o início das atividades pedagógicas do curso aconteceu no ano seguinte, em 1963, segundo depoimento de Turchi (1990).

<sup>62</sup> Trata-se da publicação *Curso de Letras (Currículo, 1992)*, brochura produzida pelo Departamento de Letras do então Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG, uma espécie de manual do calouro.

Houve, de parte do departamento, uma preocupação em assegurar um espaço de estudos também para aqueles que, não se sentido vocacionados para a docência, gostariam de voltar-se para a pesquisa. São as habilitações de bacharelado, em suas várias opções, lembrando que a pesquisa pode prosseguir nesse Departamento, após a graduação, no curso de Mestrado em Letras e Linguística. (Departamento de Letras, 1992:1)

Entre 1992, ano de criação da habilitação, e 2010, fim do período coberto por esta tese, o curso sofrerá uma única mudança curricular, no ano de 2006. Essa mudança mostrou estar relacionada com as *diretrizes curriculares*, documento de 2001, analisado no capítulo anterior, promovendo uma maior flexibilização do currículo, ou seja, diminuindo a carga de componentes obrigatórios para aumentar o núcleo optativo.

Trata-se de um movimento importante para este trabalho na medida em que torna possível observar quais foram as áreas e componentes considerados essenciais na montagem do elenco de disciplinas obrigatórias para integralização do curso. O quadro abaixo mostra a configuração dos currículos em relação às cargas horárias dos componentes obrigatórios:

*Quadro 22: Distribuição do número e carga horária dos componentes curriculares obrigatórios por categoria, 1992-2010*

Categorias dos Componente	1992		2006	
	Nº	CH	Nº	CH
Histórico-Filológicos	2	224	0	0
Línguas Clássicas	2	256	1	64
Língua Portuguesas	4	480	0	0
Linguística	4	512	4	256
Literatura	6	640	2	128
Práticas de Leitura e Escrita	1	128	1	64
TCC	0	0	4	384
Total Geral	19	2240	12	896

Fonte: Produzido pelo autor a partir da Publicação Curso de Letras (Currículo, 1992) e do Projeto Pedagógico de Curso- PPC 2006.

A primeira característica que chama a atenção foi a redução de aproximadamente 60% da carga horária total de componentes obrigatórios. Enquanto o primeiro currículo



não deixa praticamente nenhum espaço para que o estudante escolha optativas, no segundo, fica a cargo do aluno a escolha do perfil do currículo que deseja integralizar.

Apesar da redução ter atingido o currículo com um todo, algumas áreas foram mais afetadas do que outras; por exemplo, optou-se por excluir do elenco de obrigatórias as disciplinas associadas à categoria *histórico-filológica* e a *Língua Portuguesa*. Essas tornaram-se disciplinas optativas para aqueles que optarem exclusivamente pelo bacharelado em Linguística. No entanto, optou-se por manter, ainda que reduzidos em mais de 50% em relação à carga horária anterior, os componentes associados à *Literatura e a Práticas de Leitura e Escrita*.

Considerando que a opção por um elenco mais enxuto de componentes obrigatórios torna as escolhas destes componentes mais impactantes na construção do que é considerado mínimo para a identidade da área, a opção por manter uma carga horária de Literatura, ainda que correspondendo à metade da carga horária de Linguística, marcou, ao mesmo tempo, que se trata de área cuja importância é menor, mas não dispensável para emissão de um diploma de bacharel em Letras com habilitação em Linguística.

O movimento descrito acima também pode ser percebido na redução da carga horária de componentes obrigatórios na categoria Linguística. Mesmo tendo diminuído pela metade a carga horária total, foi mantida a mesma quantidade de componentes curriculares. Essa estratégia permitiu, apesar da redução do conteúdo a ser desenvolvido, a manutenção de componentes associados a outros tópicos da área.

O quadro abaixo apresenta o quadro comparativo com os componentes obrigatórios associados à Linguística nos currículos de 1992 e 2006:

*Quadro 23: Distribuição dos componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística, currículos*

1992	2006
Linguística I (papel da linguística, aspectos fonéticos-fonológicos-morfológicos-sintáticos-semânticos-pragmáticos- Sociolinguística- Psicolinguística)	Fonética e Fonologia
Linguística II (fonética-fonologia-morfologia-sintaxe)	Introdução aos Estudos da Linguagem
Linguística III (Teorias do signo linguístico- Semântica- Pragmática e Análise do discurso)	Morfologia
Linguística IV Abordagens teóricas sobre fatos linguísticos. Linguística Aplicada	Sintaxe

Fonte: Produzido pelo autor a partir da publicação do Departamento de Letras *Curso de Letras (currículo de 1992)* e do PPC- Letras UFG, 2006.

Mais uma vez, observa-se uma especificação maior no processo de nomeação dos componentes curriculares que delimitam, no caso dos componentes acima, o nível de análise linguística. Manteve-se uma disciplina introdutória cujo objetivo principal é apresentar a Linguística a partir da concepção estruturalista saussuriana.

Ao fazer o recorte de quais áreas essenciais deveriam caracterizar os componentes obrigatórios, observou-se que a opção foi relacionada com o chamado núcleo duro, ou seja, os níveis de análise gramatical (fonético-fonológico-morfológico-sintático). Característica que perpassou os currículos dos três cursos analisados até o momento.

Além do conjunto de disciplinas apontado acima, a habilitação em Linguística da UFG parece similar à da USP, uma vez que ambas criam a habilitação a partir do curso de Letras já existente e buscam construir sua identidade no interior desse curso. No entanto, o contexto de criação e a trajetória da habilitação na UFG analisados não permitem afirmar que as visões de institucionalização da área e configurações curriculares compartilhem de um mesmo direcionamento.

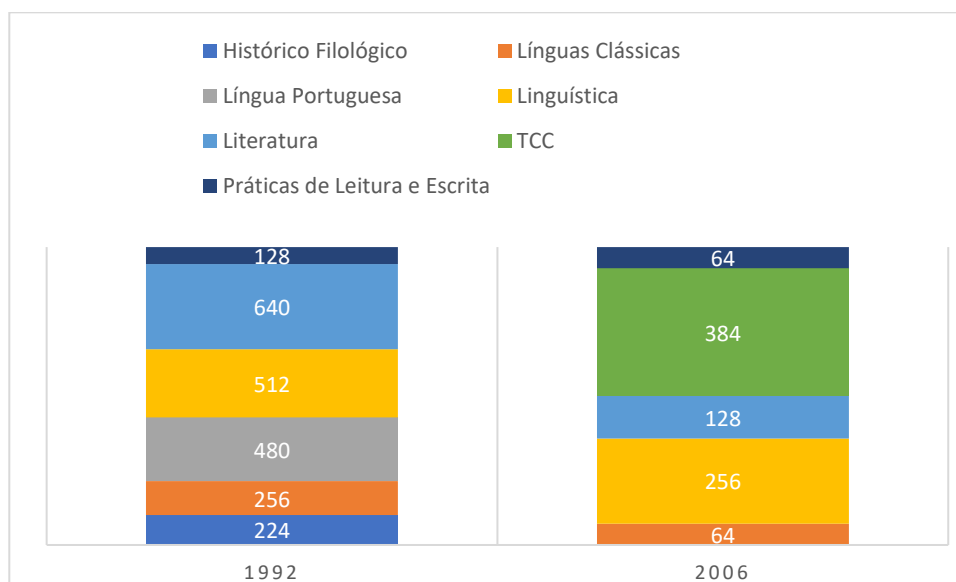
Enquanto, na USP, busca-se a construção da identidade da Linguística na disputa com componentes semelhantes cuja origem estava relacionada a outras tradições, o currículo inicial da habilitação na UFG, mesmo colocando componentes de Linguística e de Língua Portuguesa com cargas horárias próximas, distingue quais são os campos de atuação de cada uma das disciplinas.

No currículo de 1996, à categoria de Língua Portuguesa foram reservados os componentes que contemplaram a descrição da língua a partir de uma visão histórica-filológica, relacionando a história da língua aos *diferentes estilos de época*, ou seja, uma abordagem diacrônica. O segundo currículo, em 2006, por sua vez, uma vez que desfaz essa dicotomia, retirando os componentes de língua portuguesa do elenco de disciplinas obrigatórias, parece seguir o apontado pelas *diretrizes curriculares de 2001*, considerando os componentes dentro da macro categoria *estudos linguísticos*.

Outra característica que se destaca, no segundo currículo, foi a introdução de componentes curriculares associados à produção do *Trabalho de Conclusão de Curso*; tratou-se de efetivar a visão apresentada desde o currículo de 1992, segunda a qual a habilitação em Linguística tinha como um dos objetivos principais inserir os títulos na produção de pesquisa na área.

Seguindo o padrão de apresentação da configuração dos currículos dos cursos de graduação em Linguística, apresenta-se, a seguir, o gráfico construído a partir da distribuição das cargas horárias por área e currículo.

*Gráfico 3: Distribuição da carga horária por área e ano nos currículos da habitação em Linguística do curso de graduação em Letras da USP- 1972-2010*



Fonte: produzido pelo autor a partir da publicação do Departamento de Letras *Curso de Letras (currículo de 1992)* e do PPC- Letras UFG, 2006.

### 3.1.5 O Curso de Linguística da UFSCar (2009-2010)

Considerando o período da cobertura deste trabalho, o curso de Linguística da UFSCar foi o último a ser criado, no fim dos anos 2000. O curso foi criado em 2009, dentro do CECH-UFSCar, onde já funcionava um curso de Letras, este criado em 1996 nas modalidades de licenciatura Português- Inglês e Português- Espanhol. No entanto, ao contrário dos cursos da USP (1972) e da UFG (1992), o projeto da UFSCar construiu um projeto de curso separado das habilitações em Letras; trata-se do Bacharelado em Linguística.

Trata-se, ainda, de um dos cursos propostos e criados a partir da adesão da universidade ao programa REUNI. Como mostrado no *quadro 06* desta tese, os anos 2000 e a primeira década de 2010 foram os anos mais produtivos na criação de novos cursos de Letras no Brasil. O PPC de Linguística da UFSCar registra esta vinculação ao programa:

Em setembro de 2007, em consonância com as propostas do REUNI visando oferecer um número maior de vagas na educação superior e, de forma a contemplar a formação de um profissional que transite pela expressiva diversidade das atribuições do profissional da linguagem hoje, cujo perfil não se restrinja à formação de licenciados em Letras, os professores da área de Linguística e Língua Portuguesa do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística reuniram-se dedicaram elaborar uma proposta de Bacharelado em Linguística junto ao projeto do REUNI/UFSCar. Essa proposta visa dar conta da formação de um profissional-cidadão que alicerçado em valores humanistas dê conta das demandas profissionais contemporâneas no campo da linguagem  
(PPC-Linguística, UFSCar, 2008:5).

O projeto foi gestado dentro do Departamento de Letras do CECH-UFSCar, mais exatamente pelo grupo de professores que já atuavam junto aos cursos de licenciaturas em Letras ofertados pela instituição. O grupo propôs o curso de Linguística como o primeiro e único bacharelado da área dos estudos da Linguagem no centro.

Do ponto de vista institucional, o curso de Linguística foi proposto como uma nova oferta do Departamento de Letras, ou seja, não como uma extensão do curso de Letras. Do ponto de vista retórico, o projeto não se posicionou como uma ruptura do curso de Letras.

O PPC de Linguística, ao invés de buscar apresentar a Linguística por sua especificidade dentro do campo das ciências da Linguagem, sustentou sua proposta na relação entre a formação proporcionada pelo curso e o mercado de trabalho.

Trata-se do único projeto de curso de graduação em Linguística que aborda possíveis atuações profissionais fora do desenvolvimento de pesquisas e das áreas pedagógicas. No perfil dos formandos do Bacharelado em Linguística da UFSCar, são apontados os seguintes aspectos técnico-científicos desejados:

Os egressos do curso de Bacharelado em Linguística devem ser profissionais com as habilidades para:

- . trabalhar sobre os mais diversos fenômenos da linguagem;
  - . atuar na descrição e análise de línguas
  - . atuar no domínio das novas tecnologias da comunicação ou na indústria da língua ou na criação de novos recursos linguísticos orais ou escritos;
  - . refletir sobre o funcionamento linguístico e discursivo de diferentes práticas de linguagens;
  - . prestar assessoria a campos profissionais que tenham a linguagem como instrumento de trabalho;
  - . avaliar materiais e meios instrucionais escrito ou orais;
  - . produzir materiais escritos de caráter instrucional, informativo
  - . produzir materiais de divulgação científica
- (PPC-Linguística, UFSCar, 2008:10).

Se, do ponto de vista retórico, foi evitado assumir uma posição de ruptura ou de continuidade em relação ao curso de Letras, do ponto de vista da configuração curricular, o elenco de componentes obrigatórios do curso não contempla nenhum componente associado a uma língua específica (*estrangeira, indígena, clássica ou materna*); nem componentes das categorias *geral, histórico-filológicos, normativos ou pedagógicos*.

*Quadro 24: Distribuição do número e carga horária dos componentes curriculares obrigatórios por categoria, 2009-2010*

Categorias dos Componentes	2009	
	Nº	CH
Estágio	2	120
Linguística	24	1440
Práticas de Leitura e Escrita	2	120
TCC	2	120
Total Geral	30	1800

Fonte: produzido pelo autor a partir do PPC- Linguística, UFSCar-2009.

Nesse currículo, a categoria Linguística ocupou 80% da carga horária total dos componentes obrigatórios do curso. Trata-se de uma ocupação feita por meio de 24 (vinte e quatro) componentes, apresentados pelo quadro abaixo:

*Quadro 25: Elenco de componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística, 2009-2010*

Análise do Discurso
Enunciação
Epistemologia Linguística
Estudos de Fonética e fonologia
Estudos do Léxico
Fundamentos da Teoria Semiótica
Introdução aos Estudos Linguísticos
Laboratório I: Materialidade Linguística: Aspectos Fonológicos
Laboratório II: Materialidade Linguística: Aspectos Morfológicos
Laboratório IV: Materialidade Linguística: Aspectos Semânticos
Laboratório V: Materialidade Linguística: Aspectos Enunciativos
Laboratório III: Materialidade Linguística: Aspectos Sintáticos
Linguagem e Cognição
Linguagem e Oralidade
Linguagem, Sociedade e História
Linguística no Brasil
Morfologia
Oralidade e Letramento
Políticas Linguísticas
Pragmática
Semântica
Sintaxe
Texto: Produção e Circulação
Variação e Mudança Linguística

Fonte: produzido pelo autor a partir do PPC-Linguística, UFSCar, 2009.

Trata-se do maior elenco de componentes curriculares obrigatórios dos quatro cursos de Linguística. O currículo inclui o conjunto de componentes do chamado *núcleo duro*, presente em todas as versões dos três cursos de Linguística apresentados anteriormente. Esse núcleo apareceu contemplado tanto por componentes regulares quanto por componentes nomeados de *Laboratório*, dedicados ao trabalho de análise linguística em determinado nível.

Com exceção do currículo de 2006 do curso da UFG, as últimas estruturas curriculares dos cursos de graduação em Linguística somaram, ao núcleo básico, componentes curriculares referentes ao léxico, à Sociolinguística e aos níveis de análise linguística superiores à frase.

Em relação aos currículos da UNICAMP e USP, contemporâneos, só o componente associado à *Psicolinguística* não foi contemplado. Observa-se, no entanto, componentes relacionados com o debate mais contemporâneo da área (*Linguagem e Cognição; Políticas Linguísticas; Oralidade e Letramento, Linguística no Brasil*).

Essa configuração dos componentes obrigatórios associados à linguística ganha mais centralidade ao perceber que se trata da única categoria associada diretamente às tradições de investigação da Linguagem; as outras categorias, contempladas no quadro 24, referem-se à atividades práticas do curso.

Além da inclusão do *Trabalho de Conclusão de Curso* como componente obrigatório, também nas últimas versões curriculares dos cursos da UNICAMP<sup>63</sup> e UFG<sup>64</sup>, trata-se do único currículo de Bacharelado em Linguística a incluir a realização de estágio, reforçando a vinculação com o mercado de trabalho para além da carreira pedagógica e acadêmica.

No PPC, além de exposições legais sobre o estágio, foram apresentadas as possibilidades dos espaços em que esse componente curricular poderia ser cumprido:

Podem ser considerados como campos de estágio do bacharelado em Linguística os seguintes locais:

- . jornais impressos e eletrônicos;
- . editoras;
- . revistas impressas e eletrônicas;
- . emissoras de radiodifusão;
- . emissoras de televisão;
- . empresas de publicidade;
- . empresas produtoras de software;
- . empresas de prestação de serviços multimídia e de informática;
- . comitês de elaboração de material para partidos políticos;
- . indústrias e geral que necessitem de profissionais que trabalhem com a palavra escrita (PPC-Linguística- UFSCar, 2009:24).

---

<sup>63</sup> Na UNICAMP, a categoria apareceu nos currículos de 1999 e 2005.

<sup>64</sup> Na UFG, a categoria apareceu no currículo de 2006.

No levantamento realizado para a composição das fontes secundárias, como mencionado no capítulo anterior, foi encontrado um único registro do debate sobre o mercado de trabalho para linguistas. Trata-se dos textos de Borges-Neto (1982) e Guimarães (1982), apresentados no terceiro boletim da ABRALIN como resultados da mesa redonda *O Linguista e o Mercado de trabalho*, realizada como parte das atividades da ABRALIN na 34ª Reunião da SBPC entre 07 e 14 de julho de 1982.

Os dois textos apontam para a relação do linguista com a realização da pesquisa e, conseqüentemente, com a carreira acadêmica. Guimarães (1982), ao tomar a pesquisa como objeto de reflexão, apontou para a necessidade de criar possibilidades para que a investigação sobre a linguagem não fique restrita ao ensino superior. Borges-Neto (1982) traçou o percurso de implantação da disciplina no Brasil como argumento a favor da vinculação direta da formação em linguística com as necessidades relacionadas ao ensino da disciplina.

Borges-Neto (1982), no entanto, busca relacionar a atividade do linguista com as áreas de atuação humana em que a linguagem seja objeto. Para ele,

O ponto crucial, no entanto, é que não basta sabermos que o linguista é importante nesta ou naquela área, nesta ou naquela atividade; é preciso que o MEC, as Secretarias de Educação, a FUNAI, os centros de terapia da fala, as instituições particulares de ensino de idiomas, as editoras, os meios de comunicação, etc. também o saibam. É preciso que se pense num modo de valorizar a linguística, para que se dê um primeiro passo na direção da conquista desse mercado de trabalho “in potentia” que podemos hoje vislumbrar. De outro modo, podemos ficar eternamente discutindo o assunto sem que se obtenha modificação sensível da situação.

Outro ponto que está a exigir a atenção é o problema da definição do linguista como um profissional e não como professor, isto é, a Linguística como profissão e não como “matéria” do currículo de Letras (assim como ser professor de “Resistência dos Materiais” numa faculdade de Engenharia, ser professor de “Linguística” num curso de Letras não implica em nenhum estatuto profissional especial) (BORGES-NETO, 1982:14-15).

Apesar desse debate ter ocorrido já em 1982, somente vinte anos após a implantação da disciplina no *currículo mínimo*, foi incorporado nos projetos de cursos de graduação em Linguística nesse único currículo do fim do período de cobertura desta tese. Do ponto de vista da estruturação curricular, portanto, pode-se considerar que o projeto do curso da UFSCar apresentou uma inovação por recolocar em consideração a relação entre a



formação e o mercado de trabalho e, ainda, centralizar a carga horária obrigatória do curso nos componentes associados à Linguística.

### 3.1.6 Configurações dos Cursos de Graduação em Linguística no Brasil

Apesar de não terem apresentado produtividade durante o período estudado, a criação dos quatro cursos de graduação em Linguística analisados anteriormente pode ser considerada resultado de diferentes projetos de institucionalização da Linguística no ensino superior brasileiro. Esses processos de institucionalização levaram à construção de movimentos retóricos e curriculares que ora aproximaram, ora distanciaram a Linguística da área de Letras.

A análise apresentada partiu da reconstrução, na medida do possível, do contexto de criação de cada um dos cursos e dos graus de autonomia para área previstos nos projetos de cada curso. Foram salientadas, em especial, as diferentes configurações desses cursos por meio da descrição das alterações realizadas na estrutura curricular ao longo do período coberto pela tese.

Além da configuração das áreas em relação às diferentes tradições de investigação da linguagem, foram apresentados os componentes da categoria Linguística, mostrando que o chamado *núcleo duro* (fonética-fonologia, morfologia e sintaxe<sup>65</sup>) fez parte de todas as configurações curriculares dos quatro cursos analisados, independentemente se as alterações curriculares buscavam uma aproximação ou um distanciamento da área de Letras.

Ao núcleo duro, acrescentaram-se, ao longo tempo, componentes dedicadas à análise dos níveis textuais e discursivos e outros dedicados a áreas interdisciplinares, destacando a Sociolinguística e a Psicolinguística.

De modo geral, a estrutura curricular dos cursos de graduação em Linguística prepara o aluno para o desenvolvimento de pesquisas na área, por meio de uma formação que contempla descrição e análise dos fenômenos linguísticos em seus diferentes níveis. Com exceção do curso da UFSCar, nenhum dos outros projetos abordou a formação dos cursos fora da carreira acadêmica.

---

<sup>65</sup> Ainda, pode-se incluir, nesse elenco, uma disciplina dedicada à apresentação da Linguística como ciência da Linguagem.

Nesse sentido, pode-se afirmar que um dos principais objetivos dos cursos de graduação em Linguística encontra-se relacionado com o prosseguimento do curso em nível de pós-graduação.

### 3.2 Os Programas de Pós-Graduação em Linguística

Como afirmado anteriormente, a pós-graduação foi um dos espaços mais importantes para a concretização dos processos de institucionalização da Linguística no Brasil. Primeiro, porque assumiu a responsabilidade por formar docentes qualificados para assumirem a disciplina na graduação; e, segundo, porque foi o espaço que permitiu a institucionalização da pesquisa linguística no Brasil.

O trabalho de Altman (1998:137-166) dedicou-se a reconstruir o processo de implantação da pós-graduação em Linguística no Brasil, mostrando a relação entre esse processo e a *busca da especialização profissional*. A autora salientou como a criação dos cursos possibilitou a relação da Linguística com outras áreas, sobretudo Letras, Antropologia e Ciências Humanas. A criação dos programas de pós-graduação também possibilitou a consolidação e criação de associações científicas e publicações especializadas.

Mais do que pela elaboração de teorias e métodos, o grupo emergente de linguistas parecia unido por um projeto prático: a criação de espaços institucionais, como os programas de pós-graduação. Não havendo mais necessidade de se auto afirmarem diante da existência de um “inimigo comum”, externo, o incipiente corpo profissional dos linguistas não tardaria, entretanto, a implodir em inúmeros grupos de especialidade (ALTMAN, 1998:138).

Em relação ao recorte apresentado no capítulo 1 desta tese, são 11 (onze) os programas de pós-graduação das universidades federais registrados na categoria *Linguística* junto a CAPES e criados entre 1960-2010. A lista desses programas foi apresentada no *quadro 8*, construído a partir das informações dos programas registradas na *plataforma Sucupira*.

O quadro mostrou que a distribuição desses programas não é equilibrada: a região Sudeste contou com 6 (seis) programas; a região sul com 1 (um) <sup>66</sup>; a região Centro-Oeste com 2 (dois) programas em uma única instituição; a região nordeste com 2 (dois); a região norte não contou com nenhum programa registrado como Linguística durante o período.

Segundo os registros na plataforma Sucupira, verificou-se que a lista inclui programas criados desde o fim da década de 1960, o atual programa da UFRJ, herdeiro das atividades iniciadas pelo Museu Nacional, no entanto, a maior parte desses programas foi criada já nos anos 2000 (06 programas no total).

A partir desse quadro geral, foi iniciada uma nova fase de busca de informações sobre esses programas. Ao verificar os históricos dos programas junto aos seus sites, algumas informações não corresponderam com as informações registradas pela plataforma mantida pela CAPES.

Entre essas informações, encontra-se o início das atividades do programa de pós-graduação em Linguística da UnB, registrado pela CAPES como 1976, enquanto o site registra defesas em nível de mestrado desde 1965, e seu funcionamento encontra-se registrado desde 1962, como uma das ações implementadas por Darcy Ribeiro para a implantação da disciplina Linguística no Brasil. Ainda na UnB, a criação do programa de pós-graduação em Linguística Aplicada, marcada pela CAPES como 2008, foi implementada desde 1999 segundo o histórico apresentado no site do programa<sup>67</sup>.

A busca dos históricos desses programas permitiu separá-los em duas grandes categorias. A primeira refere-se aos programas criados durante o período de implantação da Linguística no Brasil (UnB- Linguística (1962); UFRJ (1968); e o da UFSC (1971)), programas que foram contemporâneos aos pioneiros analisados por Altman (1998). A segunda, por sua vez, seria formada pelos programas criados nas décadas de 1990 e anos 2000 (UFC (1993); UFU, (1995); UnB Linguística Aplicada (1999); UFSCar (2005); UFPB (2006); UFES (2006); UFJF (2007) e; UFF (2010).

Entre as diferenças que podem ser apontadas entre os dois grupos, destaca-se o papel desempenhado pelas criações dos programas em relação ao processo de institucionalização da Linguística no Brasil. Enquanto os cursos do primeiro grupo parecem ter carregado a responsabilidade de construir a autonomia da Linguística, os do

---

<sup>66</sup> O quadro 8 mostra dois programas de Linguística na região Sul, mas um deles não foi criado durante o período do recorte da tese; por isso, foi excluído do escopo.

<sup>67</sup>Disponível em: [http://pgla.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=422&lang=pt](http://pgla.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=422&lang=pt).

segundo grupo estão associados aos efeitos produzidos por essa institucionalização. Essa interpretação ganha força ao considerar que 4 (quatro) dos 8 (oito) programas apresentados nessa segunda categoria apresentaram-se como desmembramentos de cursos registrados na categoria Letras.

O Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PPGLA) do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras da Universidade de Brasília foi criado por recomendação de especialistas enviados pela CAPES à UnB em 1999, a partir de um Programa em Língua Inglesa que havia sido descontinuado no ano anterior (Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, UnB, 1999<sup>68</sup>).

Em 2005, um grupo de professores com formação em Linguística, vinculados à área de concentração Linguística e Língua Portuguesa do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da UFPB, propõe a criação de um Programa de Pós-Graduação voltado especificamente para a área de Linguística, como resultado de discussões e aspirações dos professores que visavam a uma Pós-Graduação com um perfil delineado em função da ascensão que a Linguística tem tido nas últimas décadas no Brasil (Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFPB, 2006<sup>69</sup>).

Oficialmente instituído em 2007, o Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPG Linguística/FALE/UFJF) nasceu do antigo Programa de Pós-Graduação em Letras (nível: mestrado), cujo funcionamento compreendeu os anos de 1989 a 2006. No período ininterrupto de transição entre um programa e outro, as áreas de concentração do Programa anterior – Linguística e Teoria da Literatura – foram ampliadas para dois novos PPGs autônomos e completos, com mestrado e doutorado: o PPG Linguística e o PPG Letras: Estudos Literários. Estruturado desde o início a partir das linhas de pesquisa Linguística e Cognição, Linguagem e Sociedade, Linguística e Ensino de Língua, vinculadas a projetos de pesquisa, de cunho social, cognitivo e educacional, e a disciplinas básicas e avançadas, o PPG Linguística inaugurou suas primeiras turmas de mestrado e doutorado em março e agosto de 2007, respectivamente (Programa de Pós-graduação em Linguística, UFJF, 2007<sup>70</sup>).

Após cerca de 40 anos de existência, formando mestres e doutores nas áreas de concentração de **Estudos de Linguagem** e **Estudos de Literatura** e contando com cerca de 300 alunos e 60 docentes, o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF, na última reunião anual de seu colegiado em 2006, indicou a necessidade de desmembramento, de maneira a criar dois programas de PG, um em Estudos de Linguagem e outro em Estudos de Literatura, considerando que as duas áreas de concentração: a) encontravam-se bem consolidadas, com nível de produção científica compatível com o estatuto de um novo programa; b) eram

---

<sup>68</sup>Disponível em: [http://ppla.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=7&Itemid=422&lang=pt](http://ppla.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7&Itemid=422&lang=pt).

<sup>69</sup> Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/proling/historico-do-programa/>.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.ufjf.br/ppglinguistica/conheca-o-programa-2/historia-do-programa/>.

equilibradas e bastante homogêneas, com número similar de professores (cerca de 25), de alunos (cerca de 160) e de produção científica; c) poderiam manter perfil acadêmico mais definido no *Coleta CAPES*, na expectativa inclusive de ter melhores condições de desenvolvimento e ampliação, tal como hoje ocorre com os demais programas que têm foco de pesquisa mais específico; d) teriam maior presença e representatividade político-acadêmica, tanto em nível regional quanto em nível nacional e internacional. O desmembramento, assim, atendeu a razões acadêmicas e administrativas, o que permitiu que os dois novos programas se configurassem de modo mais orgânico, específico e consistente (Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, UFF, 2010<sup>71</sup>).

O movimento apontado por esses programas parece estar alinhado com as propostas de institucionalização que puderam ser apreendidas dos documentos regulatórios da área apresentados no capítulo anterior. Desde as primeiras avaliações da área, registradas nos documentos *Avaliações e Perspectivas* do CNPq, a tensão entre Letras e Linguística tem se encaminhado pela separação Literatura e Estudos Linguísticos, tal como foi assumida nas *Diretrizes para os cursos de graduação em Letras*.

A CAPES, agência responsável pela regulação e avaliação da pós-graduação, apesar de não adotar explicitamente a distinção entre *Estudos Literários* e *Estudos Linguísticos* mantendo ainda a distinção Letras e Linguística, também vem, ao longo do tempo, reduzindo as categorias de registro dos programas de pós-graduação. Ao consultar as informações estatísticas gerais disponibilizadas pela agência em relação ao número de titulação de doutores no Brasil, percebeu-se que, entre 1998 e 2012, havia outras categorias além de *Letras e Linguística*, como as apresentadas no quadro abaixo:

---

<sup>71</sup>Disponível

<[http://www.posling.uff.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8&Itemid=7&lang=br](http://www.posling.uff.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=7&lang=br)>.

Quadro 26: Distribuição de titulados com o grau de Doutorado por área de conhecimento 1998-2010

Ano	Linguística	Ling. Aplicada	Letras	Língua Portuguesa	Literatura Brasileira	Literatura Comparada	Outras Literaturas Vernáculas	Teoria Literária	Literatura Estrangeira Moderna	total
1998	59	7	70	1	8	0	1	13	0	159
1999	62	13	110	7	11	4	2	13	0	222
2000	57	11	130	10	10	3	3	14	0	238
2001	75	19	163	7	8	7	3	23	0	305
2002	83	20	194	6	21	4	13	27	0	368
2003	95	25	208	10	19	5	7	18	0	387
2004	80	21	238	10	27	9	1	18	1	405
2005	92	31	254	8	15	10	4	20	0	434
2006	107	30	331	18	41	6	2	33	1	569
2007	135	24	350	40	42	15	10	28	1	645
2008	131	35	359	19	30	11	5	19	1	610
2009	132	30	338	22	36	6	9	25	0	598
2010	123	36	289	19	39	11	3	27	0	547
<b>Total</b>	<b>1231</b>	<b>302</b>	<b>3034</b>	<b>177</b>	<b>307</b>	<b>91</b>	<b>63</b>	<b>278</b>	<b>4</b>	<b>5487</b>

Fonte: elaborado, pelo autor, a partir dos dados estatísticos disponibilizados por meio da plataforma Geocapes.

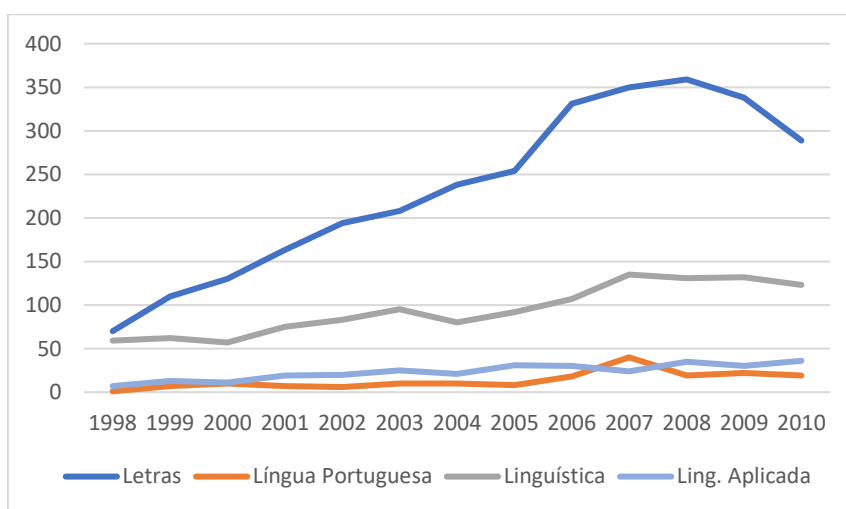
O quadro foi construído a partir de informações disponibilizadas pela plataforma *geocapes*, que reúne informações estatísticas dos programas de pós-graduação no Brasil desde 1998. Como é possível perceber, entre 1998 e 2010, a categorização dos programas de pós-graduação da grande área de Letras e Linguística incluíam 9 (nove) categorias diferentes: 3 (três) relacionadas aos *estudos linguísticos* (*Linguística*, *Linguística Aplicada* e *Língua Portuguesa*), 5 relacionadas aos *estudos literários* (*Literatura Brasileira*, *Literatura Comparada*, *Outras Literaturas Vernáculas*, *Teoria Literária*, *Literatura Estrangeira Moderna*) e 1 (uma) categoria geral (*Letras*). Essa categorização mais ampla, mantida até 2012, pode fornecer um diagnóstico do grau de institucionalização das diferentes especialidades.

Se, por um lado, os números absolutos já apontam a consolidação da Linguística em terceiro lugar no número de titulados em nível de doutorado (1231 (mil duzentos e trinta e um) considerando os programas designados como Linguística, e 1533 (mil quinhentos e trinta e três) ao somar os títulos da Linguística Aplicada), esse número poderia aumentar em uma análise mais refinada que levasse em conta as linhas de pesquisa e orientadores que atuam junto aos programas de Letras e Língua Portuguesa, tendo em vista que esses programas podem abrigar linhas de pesquisas e orientadores que

continuam desenvolvendo as pesquisas que iniciaram junto a programas vinculados à Linguística.

Apesar da pequena oscilação no número de títulos de doutores de um ano para outro, é possível perceber que a categoria Linguística se caracterizou por uma linha ascendente. Para facilitar essa visualização, o gráfico abaixo apresenta uma comparação no número de doutores titulados das categorias associadas aos *estudos linguísticos* e da categoria geral *Letras*.

Gráfico 4: Distribuição de doutores titulados por categoria de programa, 1998-2010



Fonte: elaborado, pelo autor, a partir dos dados estatísticos disponibilizados por meio da plataforma Geo-CAPES.

Esse gráfico permite perceber que a única categoria que mantém uma linha ascendente é a *Linguística Aplicada*; no entanto, também permite visualizar que, em relação às categorias *Letras* e *Língua Portuguesa*, a *Linguística* teve um impacto descendente mais leve, apresentando baixo declínio.

De qualquer maneira, foi possível verificar um aumento considerável entre o total de titulados com o grau de doutorado da grande área (Letras & Linguística). Em 1980, no levantamento apresentado pelo documento *Avaliação e Perspectivas* do CNPq, foram titulados 48 (quarenta e oito) estudantes com o título de doutor, e, no quadro 26, o número total de 1998 foi de 159 (cento e cinquenta e nove) doutores. O aumento foi superior a 300%. E, ao considerar o período coberto pelos dados disponibilizados pela CAPES-1998-2010, o aumento foi ainda maior; em 2010, foi titulado um número 344% maior de doutores em relação a 1998.

### 3.2.1 A Produção nos Programas de Pós-Graduação em Linguística das Universidades Federais.

Como já abordado no capítulo 1 desta tese, a investigação do grau de institucionalização da Linguística nos programas de pós-graduação seguiu um caminho diferente em relação aos cursos de graduação, analisados a partir das grades curriculares dos cursos.

Em relação à pós-graduação, a informação mais uniforme obtida pelo mapeamento feito junto aos sites dos programas foi em relação aos produtos destes programas, ou seja, das dissertações e teses que concedem o título de linguista aos candidatos aprovados.

Essa lista ora apareceu pelos produtos propriamente ditos, uma lista das dissertações e teses defendidas, ora pela apresentação dos alunos egressos do curso em um determinado ano sem a indicação do grau obtido. A distribuição dos produtos gerados pelos programas de pós-graduação selecionados em relação ao tempo encontra-se demonstrada no próximo quadro.



Quadro 27: Distribuição dos produtos dos programas de pós-graduação em Linguística

	UFC	UFPB	UNB-LX <sup>72</sup>	UNB-LA <sup>73</sup>	UFES	UFJF	UFRJ	UFSCAR	UFU	UFSC	TOTAL
1965	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
1967	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
1975	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
1976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
1977	-	-	8	-	-	-	-	-	-	12	20
1978	-	-	5	-	-	-	-	-	-	7	12
1979	-	-	5	-	-	-	-	-	-	1	6
1980	-	-	1	-	-	-	-	-	-	5	6
1981	-	-	3	-	-	-	-	-	-	4	7
1982	-	-	3	-	-	-	-	-	-	4	7
1983	-	-	5	-	-	-	-	-	-	3	8
1984	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
1985	-	-	1	-	-	-	-	-	-	4	5
1986	-	-	3	-	-	-	-	-	-	5	8
1987	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	2
1988	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
1989	-	-	3	-	-	-	-	-	-	2	5
1990	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
1991	-	-	10	-	-	-	-	-	-	1	11
1992	-	-	8	-	-	-	-	-	-	2	10
1993	-	-	6	-	-	-	-	-	-	2	8
1994	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	5
1995	-	-	7	-	-	-	-	-	-	-	7
1996	4	-	6	-	-	-	-	-	-	2	12
1997	9	-	10	-	-	-	-	-	-	3	22
1998	14	-	9	-	-	-	-	-	-	1	24
1999	3	-	9	-	-	-	-	-	4	6	22
2000	6	-	14	1	-	-	-	-	8	2	31
2001	6	-	-	-	-	-	-	-	10	4	20
2002	11	-	11	-	-	1	4	-	7	18	52
2003	16	-	12	-	-	3	7	-	10	25	73
2004	25	-	20	-	-	4	4	-	25	20	98
2005	12	1	41	3	-	5	0	-	22	36	120
2006	14	1	26	17	-	7	21	2	23	20	131
2007	28	1	39	26	-	15	22	12	24	27	194
2008	28	8	34	21	15	11	32	9	15	23	196
2009	54	41	19	23	10	10	23	22	16	19	237
2010	25	27	23	10	12	14	30	20	17	23	201
TOTAL	255	79	367	101	37	70	143	65	181	287	1585

Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas nos sites dos programas de pós-graduação.

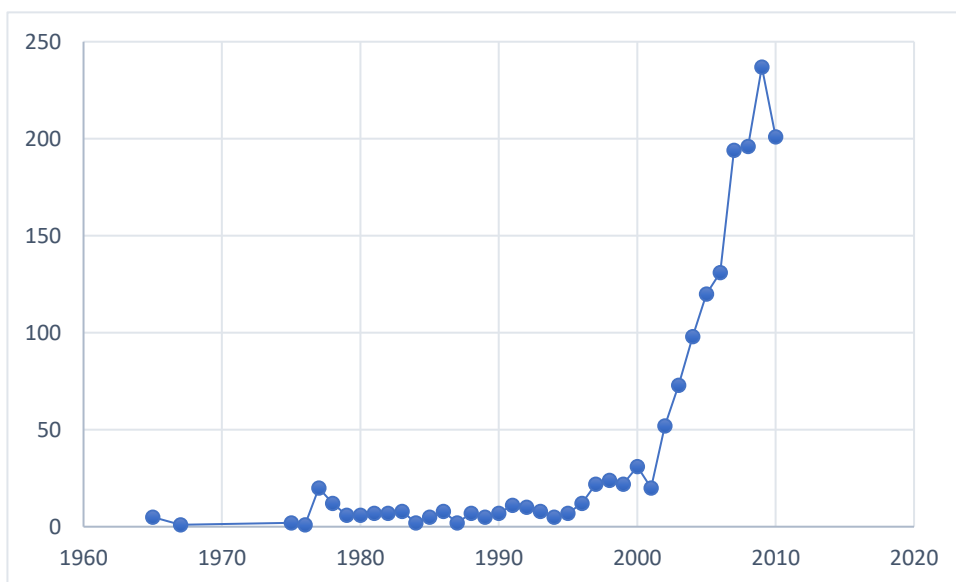
<sup>72</sup> Programa de Linguística.

<sup>73</sup> Programa de Linguística Aplicada.

O quadro 26 permite visualizar que a produção dos trabalhos nos programas de pós-graduação não atingiu uma constância até o início dos anos 2000. Até esse período, é possível encontrar lacunas tanto em relação aos anos (o programa da UnB, por exemplo, apresentou uma lacuna na entrega de produtos entre 1967-1976) quanto em relação ao número de trabalhos defendidos (o programa UFSC, por exemplo, entregou 1(um) produto no ano de 1976, 12 (doze) em 1977, 7 (sete) em 1978 e 1(um), novamente, em 1979).

O desenvolvido da produção geral dos programas de pós-graduação pode ser visualizado pelo gráfico abaixo:

*Gráfico 5 Evolução da produção dos programas pós-graduação em Linguística das universidades federais- 1965-2010*



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações disponibilizadas nos sites dos programas de pós-graduação.

A consistência na produção dos programas de pós-graduação em Linguística das universidades federais fica marcada pelo trecho 2001-2009, quando a linha se torna ascendente de maneira mais agressiva, e, apesar da leve queda entre 2009-2010, pode-se afirmar que a linha da produção desses programas acompanhou a tendência nacional, mostrada no item anterior.

Para se aproximar mais de perto das formas de consolidação da produção da área, optou-se por realizar um mapeamento detalhado dos trabalhos produzidos pelo programa de pós-graduação em Linguística da UnB (1965).

Escolheu-se esse programa por ser o mais antigo e ter desempenhado um papel importante no processo de implantação da Linguística no Brasil. Como descrita no capítulo 1 desta tese, a metodologia dessa parte da investigação foi inspirada pelo trabalho de Oliveira (2017), em desenvolvimento no CEDOCH-USP.

Partiu-se da lista de egressos disponibilizada pelo site do programa; por meio da consulta à plataforma lattes, recolheram-se informações sobre o trabalho e sobre a rede profissional formada. Do ponto de vista do trabalho, buscou-se mapear, além de características institucionais como nível e ano de defesa, os títulos, as palavras-chave e as auto vinculações às subáreas da Linguística. Do ponto de vista da rede profissional, mapeou-se, em relação ao discente, a atuação profissional e, em relação ao orientador, o programa e a instituição em que obteve o título de doutor.

O levantamento dos currículos lattes listados no site possibilitou encontrar 10 (dez) trabalhos, além dos 367 (trezentos e sessenta e sete) listados pelo site do programa. Dos 377 (trezentos e setenta e sete) trabalhos encontrados, 328 (trezentos e vinte e oito) foram dissertações de mestrado defendidas entre 1965 e 2010, e os outros 49 (quarenta e nove) foram teses de doutorado defendidas entre 2004 e 2010. Esses trabalhos foram produzidos por 342 (trezentos e quarenta e dois) discentes, orientados por 33 (trinta e três) professores.

### 3.2.2 A Linguística na UnB: perfil dos trabalhos defendidos (1965-2010)

As primeiras defesas, em nível de mestrado, foram realizadas em 1965, mas foram descontinuadas, após 1967, por um período de 10 (dez) anos, período em que a UnB esteve sob intervenção da ditadura militar. As defesas em nível de doutorado só começaram quase 40 anos depois, em 2004.

Uma das categorias mapeadas foi a auto vinculação do trabalho a uma das subáreas da Linguística. Esse mapeamento foi feito utilizando o cadastro do currículo

lattes, do título e das palavras chaves listadas. Foram encontradas 17 (dezessete) categorias que abarcam:

- a) Subdisciplinas interdisciplinares: Análise do Discurso; Lexicologia e Terminologia; Linguística Aplicada; Linguística Computacional; Linguística Textual; Pragmática; Psicolinguística; Semiótica; Sociolinguística;
  
- b) Subdisciplinas ligadas ao núcleo duro: Fonética e Fonologia; Morfologia; Morfossintaxe; Sintaxe; Semântica; Sintaxe-Semântica;
  
- c) Subdisciplinas ligadas à descrição linguística: Línguas Crioulas; Línguas Indígenas.

A série de quadros abaixo, apresenta o desenvolvimento das áreas, mostrando o número de trabalhos defendidos por ano. Para facilitar a visualização, optou-se por seriar o quadro por décadas:

*Quadro 28: Distribuição dos trabalhos do programa de pós-graduação em linguística da UnB, por ano, auto vinculação e nível- década 1960*

ANO/ ÁREA	MESTRADO
<b>1965</b>	
SOCIOLINGUÍSTICA	2
<b>1967</b>	
LÍNGUAS INDÍGENAS	1
<b>Total Geral</b>	<b>3</b>

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados.

Quadro 29: Distribuição dos trabalhos do programa de pós-graduação em linguística da UnB, por ano, auto vinculação e nível- década 1970

ANO/ ÁREA	MESTRADO
<b>1977</b>	
FONÉTICA E FONOLOGIA	1
LÍNGUAS INDÍGENAS	1
MORFOSSINTAXE	3
SEMÂNTICA	1
SINTAXE	1
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1978</b>	
LINGUÍSTICA APLICADA	1
MORFOSSINTAXE	1
SINTAXE	2
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1979</b>	
FONÉTICA E FONOLOGIA	2
LINGUÍSTICA APLICADA	1
SEMÂNTICA	1
SINTAXE	1
<b>Total Geral</b>	<b>18</b>

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados.

Quadro 30: Distribuição dos trabalhos do programa de pós-graduação em linguística da UnB, por ano, auto vinculação e nível- década 1970

ANO/ ÁREA	MESTRADO
<b>1980</b>	
SINTAXE	1
<b>1981</b>	
FONÉTICA E FONOLOGIA	2
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	1
<b>1983</b>	
FONÉTICA E FONOLOGIA	3
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	1
MORFOSSINTAXE	1
SOCIOLINGUÍSTICA	3
<b>1985</b>	
LINGUÍSTICA COMPUTACIONAL	1
<b>1987</b>	

FONÉTICA E FONOLOGIA	1
SEMÂNTICA	1
SINTAXE	1
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1988</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	1
SOCIOLINGUÍSTICA	6
<b>1989</b>	
SINTAXE	1
SOCIOLINGUÍSTICA	2
<b>Total Geral</b>	<b>27</b>

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados.

<b>ANO/ÁREA</b>	<b>MESTRADO</b>
<b>1991</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	3
LÍNGUAS INDÍGENAS	7
LINGUÍSTICA APLICADA	2
PRAGMÁTICA	1
SINTAXE	3
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1992</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	2
FONÉTICA E FONOLOGIA	1
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	1
LÍNGUAS INDÍGENAS	1
PSICOLINGUÍSTICA	1
SINTAXE	2
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1993</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	1
LÍNGUAS INDÍGENAS	3
SOCIOLINGUÍSTICA	2
<b>1994</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	1
LÍNGUAS CRIOULAS	1
LÍNGUAS INDÍGENAS	1
LINGUÍSTICA APLICADA	1
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1995</b>	
LÍNGUAS INDÍGENAS	2
LINGUÍSTICA APLICADA	1
LINGUÍSTICA TEXTUAL	1
SINTAXE	2
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1996</b>	

ANÁLISE DO DISCURSO	2
LINGUÍSTICA APLICADA	1
SINTAXE	1
SOCIOLINGUÍSTICA	2
<b>1997</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	1
LÍNGUAS CRIOULAS	1
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>1998</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	4
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	1
LÍNGUAS CRIOULAS	1
LÍNGUAS INDÍGENAS	2
SEMÂNTICA-SINTAXE	1
SINTAXE	2
SOCIOLINGUÍSTICA	5
<b>1999</b>	
ANÁLISE DO DISCURSO	5
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	1
LÍNGUAS INDÍGENAS	1
LINGUÍSTICA APLICADA	1
SOCIOLINGUÍSTICA	1
<b>Total Geral</b>	<b>78</b>

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados.

*Quadro 31: Distribuição dos trabalhos do programa de pós-graduação em linguística da UnB, por ano, auto vinculação e nível- década 1970*

ANO/ÁREA	DOUTORADO	MESTRADO	TOTAL DE TRABALHOS
<b>2000</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO		5	5
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		3	3
LÍNGUAS CRIOULAS		1	1
LÍNGUAS INDÍGENAS		1	1
LINGUÍSTICA APLICADA		1	1
SINTAXE		1	1
SOCIOLINGUÍSTICA		2	2
<b>2001</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO		3	3
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		4	4
LÍNGUAS CRIOULAS		2	2
SOCIOLINGUÍSTICA		2	2
<b>2002</b>			
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		1	1

LÍNGUAS INDÍGENAS		1	1
LINGUÍSTICA APLICADA		1	1
SINTAXE		1	1
<b>2003</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO		10	10
FONÉTICA E FONOLOGIA		1	1
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		1	1
LINGUÍSTICA APLICADA		1	1
SEMÂNTICA		1	1
SEMÂNTICA-SINTAXE		1	1
SINTAXE		2	2
SOCIOLINGUÍSTICA		2	2
<b>2004</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO	1	8	9
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		1	1
LINGUÍSTICA TEXTUAL		1	1
MORFOSSINTAXE		1	1
PSICOLINGUÍSTICA		1	1
SEMÂNTICA-SINTAXE		1	1
SINTAXE		4	4
SOCIOLINGUÍSTICA		2	2
<b>2005</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO		15	15
FONÉTICA E FONOLOGIA		1	1
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		8	8
LÍNGUAS INDÍGENAS		3	3
MORFOSSINTAXE		1	1
SEMÂNTICA-SINTAXE		2	2
SINTAXE	1	2	3
SOCIOLINGUÍSTICA	1	7	8
<b>2006</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO	3	10	13
FONÉTICA E FONOLOGIA		1	1
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	2	4	6
LÍNGUAS CRIOULAS		1	1
LÍNGUAS INDÍGENAS	1		1
LINGUÍSTICA APLICADA		1	1
MORFOLOGIA	1		1
SEMÂNTICA	1		1
SINTAXE	1		1
SOCIOLINGUÍSTICA	1		1
<b>2007</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO	4	10	14
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	2	2	4



LÍNGUAS CRIOULAS	2		2
LÍNGUAS INDÍGENAS	2	4	6
LINGUÍSTICA TEXTUAL	2		2
PSICOLINGUÍSTICA		1	1
SEMÂNTICA		1	1
SEMIÓTICA	1		1
SOCIOLINGUÍSTICA		8	8
<b>2008</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO	6	6	12
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		2	2
LÍNGUAS INDÍGENAS		7	7
LINGUÍSTICA APLICADA		4	4
PSICOLINGUÍSTICA	1	1	2
SOCIOLINGUÍSTICA	2	5	7
<b>2009</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO	5	1	6
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA	1	3	4
LÍNGUAS INDÍGENAS	2	3	5
LINGUÍSTICA APLICADA		3	3
SOCIOLINGUÍSTICA	1		1
<b>2010</b>			
ANÁLISE DO DISCURSO	3	3	6
LEXICOLOGIA E TERMINOLOGIA		3	3
LÍNGUAS INDÍGENAS	1	6	7
LINGUÍSTICA APLICADA		1	1
LINGUÍSTICA TEXTUAL		1	1
PSICOLINGUÍSTICA		1	1
SINTAXE	1	1	2
SOCIOLINGUÍSTICA		2	2
<b>Total Geral</b>	<b>49</b>	<b>202</b>	<b>251</b>

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados.

Essa série de quadros permite visualizar quando cada área começou a ser desenvolvida, e também o estágio de sua evolução. Os trabalhos listados na categoria *Análise do Discurso*, por exemplo, tiveram o seu primeiro representante em 1988, o único da década de 1980. A produção de trabalhos que se autovincularam à área apresentou-se em linha crescente, terminando o período como a subárea mais produtiva, com 113 (cento e treze) trabalhos autovinculados à subdisciplina.

*Quadro 32: Distribuição de trabalhos por área e ordem de frequência*

Área	Total de trabalhos	Primeiro trabalho
Análise do Discurso	113	Mestrado- 1988
Sociolinguística	66	Mestrado- 1965
Línguas Indígenas	50	Mestrado- 1967
Lexicologia e Terminologia	42	Mestrado- 1981
Sintaxe	31	Mestrado- 1977
Linguística Aplicada	20	Mestrado- 1978
Fonética e Fonologia	13	Mestrado- 1977
Línguas Crioulas	9	Mestrado- 1994
Morfossintaxe	7	Mestrado- 1977
Semântica	6	Mestrado- 1977
Psicolinguística	6	Mestrado- 1992
Sintaxe	5	Mestrado- 1977
Linguística Textual	5	Mestrado- 1995
Linguística Computacional	1	Mestrado, 1985
Pragmática	1	Mestrado, 1991
Morfologia	1	Mestrado, 2006
Semiótica	1	Mestrado, 2007

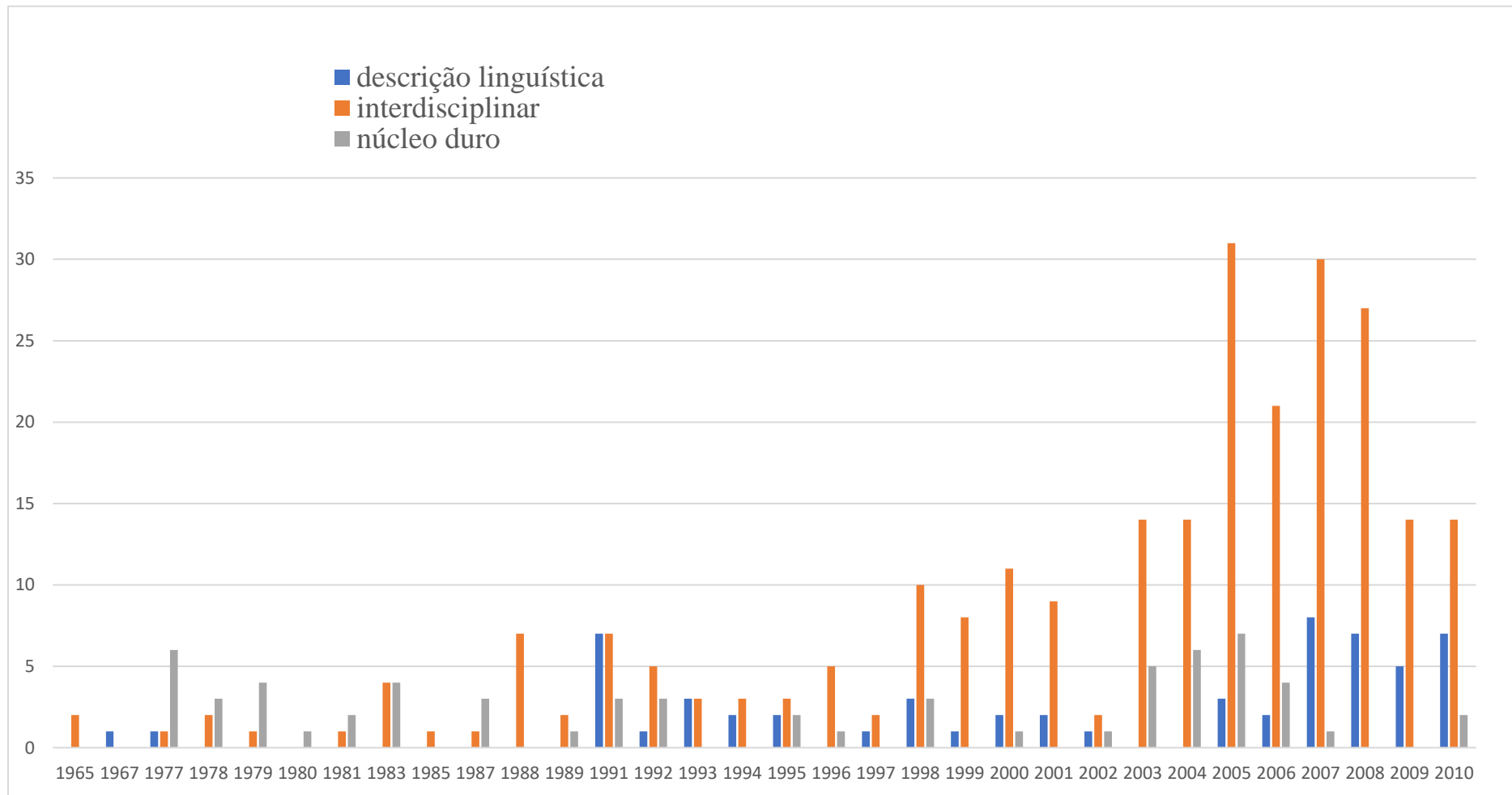
Fonte: elaborado pelo autor a partir do banco de dados construído para tese.

A análise do quadro acima permitiu verificar que não há uma correlação obrigatória entre o momento em que a área é implantada no programa e sua produtividade; o caso da análise do discurso apresentado anteriormente é um exemplo desse movimento. No entanto, duas das quatro áreas com mais trabalhos iniciaram o seu desenvolvimento no programa já na década de 1960.

Os números absolutos parecem indicar uma prevalência dos trabalhos vinculados às subdisciplinas listadas na categoria *interdisciplinares*, segundo a divisão apresentada anteriormente. As subdisciplinas relacionadas com o *núcleo duro*, que chegaram a ser destaque durante os anos das décadas de 1970 e 1980, foram perdendo espaço para outras áreas.

Esses movimentos podem ser visualizados no próximo gráfico feito a partir do agrupamento das categorias de auto vinculação nas macro categorias *Interdisciplinares* para as subdisciplinas que articulam áreas que extrapolam a linguística ou as dedica aos níveis de análise que extrapolam o *núcleo duro* da Linguística; *Núcleo duro* dedicado às subdisciplinas que representam os níveis que compõem a estrutura da língua (fonético-fonológico, morfológico, sintático e semântico); e, por fim, as subdisciplinas relacionada à descrição de línguas específicas .

Gráfico 6: Distribuição dos trabalhos de pós-graduação em Linguística em relação às macro categorias de área, 1965-2010



Fonte: produzido pelo autor utilizando o banco de dados criado para mapeamento dos trabalhos de pós-graduação em Linguística da UnB, 1965-2010.







A visualização da trajetória percorrida pelos trabalhos nos três recortes estabelecidos, mais uma vez, corrobora os mapeamentos realizados por Altman (1996) sobre a produção da linguística brasileira a partir do material do GEL, mostrando um deslocamento do destaque dado aos dados de língua entre 1974-1984 para as áreas de texto e discurso no momento posterior (1985-1992).

A comparação das quatro imagens, a geral e as referentes aos três recortes produzidos, mostrou, mais uma vez, que o desenvolvimento das áreas no programa não seguiu um padrão regular de progressão. Esse movimento ficou evidenciado pela densidade que as nuvens foram adquirindo com o aumento de trabalhos produzidos pelo programa, ocasionando mudanças na percepção dos destaques e das áreas envolvidas na produção dos trabalhos.

Nesse sentido, a exposição da figura geral ganha relevância, porque tornou possível observar como a produtividade contemporânea do programa de pós-graduação, marcada em especial no terceiro período, impactou a percepção da configuração como um todo.

O mapeamento das diferentes configurações das áreas no interior do programa marcou, portanto, além da evolução quantitativa dos trabalhos dessas áreas, o desenvolvimento institucional constituído por ciclo de interesses por parte de diferentes agentes envolvidos no ensino de pós-graduação.

A Linguística da UnB: a rede profissional constituída pelo programa de pós-graduação em Linguística da UnB (1965-2010)

Além do mapeamento das áreas exposto anteriormente, realizou-se o mapeamento da rede profissional constituída pelo programa de pós-graduação a partir dos dados levantados junto à plataforma *lattes* do CNPq, tal como exposto no capítulo 1 deste trabalho. Esse mapeamento consistiu na busca de informações relativas à atuação profissional dos egressos dos programas e, em relação aos orientadores, mapeou-se a área e instituição onde obtiveram o título de doutor.

Como informado anteriormente, os 377 (trezentos e setenta e sete) trabalhos encontrados foram orientados por 33 (trinta e três) docentes do quadro efetivo e de

convidados, e produzidos por 342 (trezentos e quarenta e dois) egressos, ou seja, 35 (trinta e cinco) egressos realizaram o mestrado e doutorado no programa.

## Os Orientadores

Dos 33 (trinta e três) orientadores que participaram do programa entre 1965 e 2010, não foram localizadas as informações de 5 orientadores (*Antonio Almeida*, *Antonio Salles Filho*, *Eunice de Sousa Lima Pontes*<sup>76</sup>, *Giles Istre* e *Nelson Rossi*<sup>77</sup>), professores convidados durante a década de 1970. A tabela abaixo apresenta as áreas de doutoramento dos 28 orientadores que tiveram essa informação mapeada.

*Figura 22: Distribuição de orientadores por área de titulação de doutor (1965-2010)*

Área de titulação dos orientadores	Nº de orientadores
Filologia e Língua Portuguesa	3
Fonética e Fonologia	1
Letras e Linguística	1
Linguística	17
Linguística Aplicada	1
Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	1
Linguística Geral	1
Linguística Germânica e Filosofia	1
Linguística Hispânica	1
Semiótica	1

Fonte: produzido pelo autor por meio dos dados mapeados no banco de dados.

Apesar da grande maioria ter titulação obtida em programas associados exclusivamente à Linguística, compõem a lista de titulação dos orientadores, três

<sup>76</sup> Profa. Eunice de Souza Lima Pontes realizou o mestrado no programa pós-graduação em Linguística da UnB e foi professora da UFMG. No entanto, não aparece na lista de pós-graduação da um,B e o site da UFMG também não apresenta um currículo da professora.

<sup>77</sup> O Prof. Nelson Rossi (1927-2014) orientou um trabalho junto ao programa de pós-graduação em Linguística da UnB em 1965. Segundo biografia realizada pela equipe do projeto *Atlas Linguístico da Bahia*, da UFBA, o professor foi convidado pelo Reitor da UFBA para ocupar a cadeira de Filologia e Língua Portuguesa, em 1955. Nessa biografia, também não há menção à realização de doutorado. Disponível em: <[https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/biografia\\_n.\\_rossi.pdf](https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/biografia_n._rossi.pdf)>.



titulações em Filologia e Língua Portuguesa e um programa misto de Letras e Linguística. De qualquer forma, pode-se afirmar que a formação do quadro docente do programa é bem uniforme, uma vez que mesmo os programas não associados exclusivamente à Linguística são programas que mantêm forte relação com a área.

Dos 28 (vinte e oito) orientadores, 15 (quinze) realizaram o doutoramento fora do Brasil: 04 (quatro) na Alemanha; 03 (três) nos Estados Unidos; 03 (três) na Inglaterra; 04 (quatro) na França; 1 (um) no México. Dos 13 restantes que realizaram o doutoramento no Brasil, 03 (três) realizam na própria UnB; 03 (três) na USP; 02 (dois) na UFRJ, e os outros 04 (quatro), na PUC-RS, PUC-SP, UFAL, UFSC.

Apesar de começar a aparecer os resultados do desenvolvimento dos programas de pós-graduação de universidades brasileiras, o mapeamento das titulações dos orientadores do programa da UnB, ainda, apontou para a constituição de um quadro docente formado, majoritariamente, nos polos de produção de conhecimento da Linguística (Europa e EUA).

#### A Atuação Profissional dos Egressos

Em relação aos egressos do programa de pós-graduação, foi feito o mapeamento da atuação profissional informada no currículo lattes. Do universo total de 342 (trezentos e quarenta e dois) discentes que passaram pelo programa, entre 1965-2010, 96 (noventa e seis) não registraram no currículo lattes informações sobre a atuação profissional.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos 246 egressos cujas atuações profissionais foram mapeadas:

*Quadro 33: Distribuição de Egressos do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB de acordo com a atuação profissional (1965-2010)*

Setor de atuação profissional	Nº
Instituições de Ensino Superior Públicas	113
Instituições de Ensino Superior Privadas	56
Educação Básica	33
Cargos Técnicos/Administrativos	32
Pesquisador	2
Revisor	5

Tutor de Educação à Distância	4
Autor de livro didático	1

Fonte: produzido pelo autor a partir do mapeamento realizado junto ao lattes dos egressos.

O quadro 32 mostrou que o magistério corresponde a mais de 82% dos que registraram em seus currículos a atuação profissional. Dos 202 (duzentos e dois) egressos que atuam como professores, 113 (cento e treze) estão no magistério superior em IES públicas, e outros 56 (cinquenta e seis), em IES privadas; somente 33 (trinta e três) atuam no ensino básico, quase o mesmo número dos que realizaram concursos para carreiras técnicas administrativas, 32 (trinta e dois) egressos.

Além do magistério, ainda no setor educacional, foi registrada uma atuação como autor de livros didáticos e outras 04 (quatro) como tutor de ensino à distância.

Fora do setor educacional, ocorreram dois registros de pesquisadores junto a órgãos do governo federal: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP e a Fundação Nacional do Índio- FUNAI. Além desses, houve o registro de 05 (cinco) egressos que atuam como revisores.

Levando em conta, que grande parte dos egressos foi atuar no ensino superior público, e, ainda, a baixa produtividade dos cursos de graduação em Linguística, pode-se afirmar que os programas de pós-graduação em Linguística atuaram para a construção do quadro docente dos cursos de Letras.

### 3.3 Trajetórias da Linguística no Ensino Superior: dos documentos produzidos para a regulação do ensino aos cursos de Linguística em nível de graduação e pós-graduação

Até o momento, foram apresentadas duas tarefas importantes para o desenvolvimento desta tese: a primeira, apresentada no capítulo 2, refere-se à análise das formas de incorporação da Linguística nos documentos produzidos por órgãos governamentais de regulação do sistema de ensino; a segunda, apresentada neste capítulo, refere-se ao perfil dos cursos que outorgam o título de ‘linguista’ em nível de graduação e pós-graduação.

Em relação à primeira tarefa, em nível de graduação, percorreu-se a trajetória da institucionalização da Linguística por meio da análise da resolução que instituiu o currículo mínimo de Letras, em 1962, e da portaria que instituiu as diretrizes curriculares para os cursos de Letras, em 2001. No contexto de implantação da disciplina no ensino superior, a resolução de 1962 funcionou como uma espécie de autorização de iniciativas pontuais da época e, ao mesmo tempo, obrigou a comunidade acadêmica existente a lidar com uma demanda para a qual não estava preparada.

Nesse contexto, a Linguística apareceu como ciência auxiliar, listada ao lado de outras disciplinas que já compunham o currículo de Letras (Filologia; Língua Portuguesa e Latim). Ao obrigar sua presença nos cursos de Letras, a resolução permitiu a articulação de um novo grupo de especialidade, que se consolidou com a criação de outros espaços institucionais, como as associações científicas, periódicos e, particularmente, a pós-graduação. Foi nesse nível de ensino que a avaliação da área se tornou objeto de órgãos de regulamentação.

Os processos de avaliação da área produzidos pelo CNPq e pela CAPES demonstraram as formas de institucionalização da área por meio da construção de ferramentas de avaliação que tornaram cada vez menos presente a marca dos agentes envolvidos no desenvolvimento da área. Da avaliação realizada por um indivíduo e com caráter propositiva, presente nos documentos produzidos pelo CNPq, passou para documentos produzidos por uma comissão composta de representantes de vários programas e com intuito de melhorar o próprio instrumento de avaliação.

Foi nesse outro contexto, de alto grau de institucionalização da Linguística, que surgiu o documento das diretrizes curriculares para os cursos de Letras no início dos anos 2000; momento em que a Linguística já se encontrava consolidada a ponto de já existirem cursos de ‘Linguística’ em nível de graduação e pós-graduação.

Traçar a configuração desses cursos foi a segunda tarefa deste capítulo. Em nível de graduação, explorou-se a configuração curricular dos 04 (quatro) cursos de graduação em Linguística existentes no país; em nível de pós-graduação, explorou-se a produtividade dos programas de Linguística das Universidades Federais e aprestou-se um estudo detalhado da produção do programa que outorgou os primeiros títulos em ‘Linguística’ em território nacional.

Os contextos de criação de cada um dos cursos de graduação mostraram projetos distintos em relação à autonomia pretendida para a disciplina, em especial em relação à área de Letras. Esses projetos foram mostrados tanto do ponto de vista retórico, por meio

da apresentação das justificativas para criação de uma graduação em Linguística em cada uma das instituições analisadas, quanto do ponto de vista curricular, por meio da análise dos componentes curriculares presentes nas configurações dos cursos.

Apesar dos diferentes movimentos realizados por cada curso, foi possível traçar algumas identidades: do ponto de vista curricular, foi possível verificar que os componentes associados ao núcleo do duro (fonética-fonologia, morfologia e sintaxe) foram os que estiveram presentes em todos os cursos; e, do ponto de vista do projeto, os cursos de graduação em Linguística visaram a formar pesquisadores capazes de lidar com as diferentes manifestações linguísticas; majoritariamente, esses cursos têm como alvo a constituição de um corpo discente de pós-graduação mais preparado.

A criação de cursos de Linguística em nível de pós-graduação, por sua vez, mostrou-se mais produtiva do que na graduação. Uma das razões, inclusive, foi a tentativa de atender melhor à avaliação realizada pela CAPES, como foi apontado pelos programas que nasceram da divisão de programas de Letras.

Os dados analisados do programa de pós-graduação da UnB mostraram a alta vinculação entre a titulação na área e o exercício do magistério no ensino superior. Nessa direção, pode-se dizer que o ensino de Linguística em nível de pós-graduação, ainda, relaciona-se com a formação do corpo docente dos cursos de Letras, visto que a produtividade do curso de Linguística no nível de graduação atende uma demanda bem menor do que o crescente número de pós-graduandos da área.

#### **4. A LINGUÍSTICA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM LETRAS: DA GRADE CURRICULAR AO CONTEÚDO**

Realizado o percurso de institucionalização da disciplina nos documentos que regulam o ensino de graduação em Letras e traçada a configuração dos cursos que fornecem o título em linguística, este capítulo dedica-se à tarefa de mapear o ensino de Linguística nos cursos de graduação em Letras.

Trata-se de mapear, além da configuração curricular como foi feito em relação aos cursos de graduação em Linguística, os conteúdos e indicações bibliográficas que sustentam o ensino da disciplina nos cursos de graduação em Letras, como mostrado anteriormente, principal alvo dos egressos dos cursos de pós-graduação em Linguística.

A definição de curso, tal como exposta no capítulo 1 desta tese, não está relacionada com uma determinada configuração curricular, ou seja, não é sinônimo de habilitação, mas também não é sinônimo de universidade. Tomou-se o curso como uma articulação pedagógica e institucional, isto é, foram considerados os cursos de Letras que, dentro de uma mesma universidade, pertenciam a unidades organizacionais distintas.

Por isso que o universo foi constituído de 89 (oitenta e nove) cursos de graduação em Letras ofertados por 52 (cinquenta e duas) universidades diferentes, tal como definido no recorte apresentado no capítulo 1 desta tese.

A partir desse recorte, construiu-se a fonte documental que sustenta a apresentação realizada neste capítulo. Incluindo todas as versões de currículos, produzidas entre 1960 e 2010, foram encontrados 115 (cento e quinze) currículos cuja distribuição foi demonstrada por meio do quadro 09, que especifica o ano e a localização relacionada ao currículo. O mapeamento desse material, assim como o apresentado no capítulo anterior em relação aos cursos de graduação em Linguística, seguiu os critérios apresentados no capítulo 1, classificando os componentes de acordo com as tradições a que estão associados.

Desse conjunto de currículos, 79 (setenta e nove) permitiram o mapeamento das ementas dos componentes curriculares associados diretamente à Linguística – 74 (setenta e quatro) de forma completa e 5 (cinco) parcialmente –, tal como exposto no quadro 11, no capítulo 1, que mostrou a distribuição desse material em relação ao tempo e ao espaço. E, desses 79 (setenta e nove) currículos, 30 (trinta) permitiram mapear, ainda, as indicações bibliográficas apresentadas na documentação do curso.

O conjunto final, resumido, do mapeamento dos cursos de letras foi o seguinte:

.883 (oitocentos e oitenta e três) indicações bibliográficas realizadas em 30 (trinta) currículos produzidos entre 1990 e 2010;

.2.212 (duas mil, duzentas e doze) entradas de conteúdo depreendidas de 79 (setenta e nove) currículos (05 (cinco) parciais) produzidos entre 1987 e 2010;

7.427 (sete mil, quatrocentos e vinte e sete) componentes curriculares de 115 (cento e quinze) currículos (sendo 114 (cento e quatorze) currículos completos, e 1 (um) parcial) produzidos entre 1964 e 2010;

Foi a partir dessa documentação que os mapeamentos do ensino de linguística nos cursos de graduação em Letras foram realizados. Como explicado no capítulo 1, o material encontrado impôs um mapeamento em três níveis para que fosse possível construir uma ordenação deste material de acordo com a natureza de suas informações, sem perder de vista os afunilamentos em cada um dos níveis mapeados.

O primeiro nível, dedicado ao mapeamento dos componentes curriculares, traçou a configuração das áreas no conjunto do material encontrado, buscando mostrar qual o espaço que os componentes diretamente relacionados à Linguística vêm ocupando no interior dos cursos de graduação em Letras. O segundo nível, dedicado à investigação das ementas dos componentes obrigatórios associados à Linguística, apresentou os recortes dos conteúdos feitos para o ensino de Linguística; e, por fim, o terceiro nível, dedicado às indicações bibliográficas, mostrou as matérias a partir das quais o ensino da Linguística se institucionalizou durante o período analisado.

Não obstante a não uniformidade da distribuição, os três níveis de mapeamento incluíram instituições das cinco regiões do Brasil<sup>78</sup> e distrito federal. Dessa forma, mesmo não sendo possível traçar o perfil e o desenvolvimento de cada curso, como foi realizado para os cursos de graduação em Linguística no capítulo anterior, buscou-se levantar, no conjunto de documentos analisados, os movimentos causados pelos processos de

---

<sup>78</sup> A distribuição do número de currículos por localização e ano pode ser verificada por meio dos quadros 09 e 11, apresentados no capítulo 01 desta tese

institucionalização da disciplina na construção dos documentos que visam a regular, dentro da instituição, o curso de Letras.

#### 4.1 O Curso de Letras nas Universidades Federais

Além dos três níveis descritos anteriormente, o mapeamento incluiu a localização dos cursos de Letras dentro das universidades federais, uma vez que a definição de curso, neste trabalho, optou por considerar a articulação da proposta pedagógica e a organização institucional com autonomia para propor mudanças.

As universidades federais, desde a LDB, possuem autonomia pedagógica e administrativa, o que possibilitou que cada universidade desenhasse a sua forma organizacional de acordo com seus interesses e projetos institucionais. Dessa prerrogativa, pode-se observar uma diversidade da inserção do curso de Letras, que vai desde órgãos especializados, como as faculdades e institutos de Letras, até a convivência em Centros e Departamentos Interdisciplinares.

Apesar de não ser o foco central desta tese, a localização dos cursos de Letras nos organogramas administrativos das universidades relaciona-se com o grau de institucionalização e com as políticas científicas de uma forma mais ampla, afinal essas instâncias, além de representar o primeiro espaço de aprovação de alguma mudança nos projetos pedagógicos dos cursos, também são responsáveis pela distribuição de vagas docentes, compras de materiais bibliográficos, para citar somente as ações com intervenção mais direta nos cursos.

Entre as formas de organização institucional dos órgãos responsáveis pela administração dos cursos, as seguintes denominações foram encontradas: *Campus, Centro, Departamento, Escola, Faculdade, Instituto*. A distribuição dos 79 nove cursos que fazem parte do escopo desta pesquisa, de acordo com as denominações das unidades responsáveis pelo curso e pela região está apresentada no quadro abaixo.

Quadro 34: Distribuição das unidades responsáveis pelos cursos de graduação em Letras em relação às denominações administrativas e região

Denominações	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total Geral
Campus	6	10	3	6	2	27
Centro		3	11	3	3	20
Departamento		1	1		2	4
Escola					2	2
Faculdade	3	1	1		4	9
Instituto	3	4	1	2	5	15
Núcleo		1				1
Setor				1		1
<b>Total geral</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>79</b>

Fonte: produzido pelo autor a partir de informações disponíveis nos sites das instituições pesquisadas.

Estas estruturas referem-se às instâncias responsáveis pela mediação entre a oferta do curso e a instância mais alta da universidade, ou seja, os ‘Departamentos’ que aparecem na lista são aqueles cuja universidade não instalou obrigatoriamente, um órgão intermediário entre a Reitoria e os departamentos.

Além das divisões associadas às tradições do ensino superior brasileiro como as *Faculdades, Institutos, Escolas, Centros e Departamentos*, observou-se a presença de nomeações mais técnicas como *Núcleo, Setor e Campus*.

Mais do que representar as aspirações da comunidade acadêmica expressas nos estatutos das universidades, as designações encontraram-se atreladas às políticas públicas que permitiram o surgimento dos cursos. O exemplo mais explícito pode ser observado quando o *campus* passou a designar uma unidade administrativa, em que a presença das universidades esteve mais relacionada com a ocupação do espaço geográfico do que com a configuração de cursos implantados.

Nesse exemplo, o caso da região norte explicita a relação entre a designação do curso e a unidade administrativa a que foram relacionadas. Dos 20 (vinte) cursos da região, metade encontravam-se instalados em *Campus* criados, majoritariamente, durante a primeira década dos anos 2000, como mostrou o quadro 06 no capítulo 1 deste trabalho.

Essas unidades administrativas, cuja criação foi incentivada pelo REUNI, buscaram expandir a presença da universidade por meio da instalação de unidades que funcionaram como uma espécie de micro universidades; muitas das universidades federais criadas pelo REUNI nasceram com a designação de *Campus avançado* de outra



universidade federal, outras, ainda, mesmo nascendo de um projeto inédito, foram criadas dentro da perspectiva *multicampi*.

No que diz respeito às implicações que os desenhos das unidades administrativas podem desempenhar nos cursos de letras, este trabalho realizou o mapeamento de como cada unidade se designou em relação às áreas de conhecimento. A distribuição das auto vinculações às áreas de conhecimento por região é apresentada no quadro abaixo:

*Quadro 35: Distribuição das unidades administrativas responsáveis pela oferta dos cursos de graduação em Letras por auto vinculação de área e região*

Áreas	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total Geral
Educação		1	2			3
Educação-Letras-Artes		1				1
Humanidades	1	3	7	1	7	19
Letras	3	1	3	1	7	15
Letras-Artes		1		2	1	4
Letras-Artes-Comunicação	2	1	1			4
Letras-Comunicação		1		2		3
Linguística-Letras-Artes		1				1
Multidisciplinar	6	10	4	6	3	29
<b>Total Geral</b>	<b>12</b>	<b>20</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>18</b>	<b>79</b>

Fonte: produzido pelo autor a partir de informações disponíveis nos sites das instituições pesquisadas.

Do grau de institucionalização da área dentro das universidades listado acima, pode-se considerar a existência de unidades exclusivas para Letras como o mais alto, e, em contraposição, as unidades multidisciplinares como o mais baixo. Nessa direção, chama a atenção que os 15 (quinze) cursos presentes em unidades administrativas exclusivas à área de Letras estejam na unidade sede das universidades, enquanto, dos 29 (vinte e nove) multidisciplinares, somente 1 (um) está localizado na sede da universidade<sup>79</sup>.

<sup>79</sup> Trata-se do curso de Letras da UFES, localizado no Centro de Ciências Humanas e Naturais em Vitória-ES. Todos os outros cursos presentes em unidades multidisciplinares estão implantados em *campi* fora da sede na Universidade.

A realização deste mapeamento permitiu visualizar as diferentes formas que as unidades administrativas responsáveis pelos cursos de graduação em Letras puderam assumir dentro das universidades federais e, ainda, relacionar o grau de institucionalização da área dentro dessas unidades.

#### 4.2 Configurações do Curso de Letras a partir da estrutura curricular (1964-2010)

O primeiro nível de mapeamento dos cursos de graduação em Letras foi realizado a partir da classificação de 7.427 (sete mil quatrocentos e vinte e sete) componentes curriculares encontrados em 115 (cento e quinze) currículos de cursos de graduação em Letras das universidades federais. Esse universo contempla os 79 (setenta e nove) cursos de Letras que constituem o recorte de fonte informacional deste trabalho; os 37 (trinta e sete) currículos a mais constituem as diferentes versões produzidas entre 1960 e 2010, encontradas durante o levantamento da documentação.

A classificação desses componentes curriculares foi realizada a partir dos critérios expostos no capítulo 1 da tese, os mesmos aplicados para a descrição da configuração dos cursos de graduação em Linguística. Trata-se de um mapeamento das áreas explicitamente associados aos componentes curriculares a uma das seguintes categorias: *Geral; Histórico- Filológico; Línguas Clássicas; Línguas Estrangeiras; Línguas Indígenas; Língua Portuguesa; Literatura; Línguas de Sinais; Normativas; Pedagógicas; Práticas de Leitura e Escrita e Trabalho de Conclusão de Curso.*

O quadro abaixo apresenta o conjunto geral dos componentes curriculares mapeados nesta pesquisa, distribuídos de acordo com as áreas a que estão associados e com o ano em que o currículo foi produzido. Nessa direção, o quadro permite, portanto, visualizar, ainda que em números absolutos, a extensão alcançada pelo mapeamento.

Quadro 36: Distribuição dos componentes mapeados por área e ano (1964-2010)

Áreas	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Total Geral
Geral	13	10	2	8	14	4	13	11	8	5		12	6	10	3	10	13	15	58	4	40	2	60	122	68	511		
Histórico-Filológico	1	1		7	1	1	3	1	2	1	1	6	2	2	1	2	3	3	13	7	20	3	15	39	18	153		
Línguas Clássicas	4	2	1	7	4	3	4	2	5	2	1	8	4	4	2	7	6	7	20	5	33	5	30	53	24	243		
Línguas Estrangeiras	1	6		24	10	8	9	6	8		10	22	12	14		2	21	7	33	3	119	31	67	164	120	697		
Línguas Indígenas																1		1		1	4		3	6	5	21		
Língua Portuguesa	9	5	2	13	8	7	17	11	17	8	4	36	1	6	3	12	7	16	31	20	100	12	81	131	103	660		
Linguística	7	1	1	9	7	3	8	7	16	3	2	40	15	4	4	9	48	26	69	21	145	51	129	309	205	1139		
Literatura	17	14	3	42	35	24	38	18	22	18	7	51	41	15	14	42	48	54	132	34	298	58	268	552	316	2161		
Línguas de Sinais																		1	1	1	11	1	12	30	21	78		
Normativas							3	1				4	1		1	1	4	1	3	1	9	3	9	14	20	75		
Pedagógicas	8	7		7	6	8	6	6	14	8	4	39	9	7	8	11	27	19	99	19	165	26	191	363	285	1342		
Práticas de Leitura e Escrita				3	4		4		1	1	1	1	5	3	1	3	11	4	41	2	23	4	45	48	37	242		
TCC										2		2	1	2		1	3	5	7		15		15	28	24	105		
Total Geral	60	46	9	120	89	58	105	63	93	48	30	221	97	67	37	101	191	159	507	118	982	196	925	1859	1246	7427		

Fonte: produzido pelo autor a partir do banco de dados de mapeamento dos componentes curriculares dos 115 (centro e quinze) currículos dos cursos de graduação em Letras, localizados nos sites das instituições responsáveis.

O quadro 35, por ter apresentado em números absolutos todos os componentes mapeados, não permite traçar um perfil das configurações do curso de Letras durante o período. Mesmo assim, o quadro permitiu perceber alguns movimentos em relações às áreas, como a constatação da presença da Linguística e da Língua Portuguesa em todos os currículos encontrados; a inserção de componentes associados às línguas de sinais apareceu a partir de 2003.

No entanto, a função principal do quadro foi expor a extensão do mapeamento. Para traçar a configuração dos cursos de Letras, seguindo os passos do que foi realizado no capítulo anterior em relação aos cursos de Linguística, optou-se por perseguir o quanto cada área ocupou da carga horária total das disciplinas obrigatórias. Trata-se de um conjunto de 4.731 (quatro mil, setecentos e trinta e um) componentes obrigatórios, ou seja, mais de 63% do total de componentes mapeados.

A escolha por traçar a configuração dos cursos por meio dos componentes obrigatórios justifica-se pelo fato de nem todos os documentos apresentarem a lista dos componentes optativos e esses poderem estar associados a qualquer disciplina ofertada pela unidade e/ou universidade. Dessa forma, ao tomar os componentes obrigatórios, além de garantir maior isometria nas comparações, aproxima-se do que, em um determinado espaço e tempo, foi considerado essencial para a integralização do curso.

A decisão de considerar a carga horária e não o número de componentes deve-se ao fato de que a carga horária não é padronizada nem mesmo dentro dos currículos, de modo que se pode ter um número elevado de componentes curriculares e uma representatividade menor em relação à carga horária que área ocupa.

Como foi possível perceber no quadro 35, a maior quantidade de dados e, também, a mais representativa foi localizada ao longo dos anos 2000. Nesse período, encontrou-se, ao menos, um currículo de cada um dos cursos; no conjunto de dados referente aos currículos produzidos durante a década de 1990, ainda foi possível localizar currículos de instituições das cinco regiões; no conjunto de dados da década de 1980, só representantes das regiões nordeste, sul e sudeste e; por fim, um conjunto reduzido de dados das décadas de 1960 e 1970 representando somente as regiões norte e nordeste.

Ao considerar a distribuição exposta acima, optou-se por realizar a exposição do mapeamento em três partes: a primeira foi dedicada à exposição dos dados relativos aos anos 2000; a segunda mapeou os dados relativos às décadas de 1990; e; por fim, apresentou-se os dados encontrados dos currículos produzidos durante as demais décadas em conjunto, visto que os dados já não contemplam mais todas as regiões do país.

Enquanto a primeira parte dedicou-se a apresentar a configuração do curso de Letras do fim do período de cobertura da tese, as outras duas partes buscaram, por meio dos dados encontrados, reconstruir possíveis movimentos e processos de mudanças que atuaram tanto para a configuração dos currículos em seus respectivos períodos quanto em alterações relativas aos períodos posteriores.

#### 4.2.1 A Configuração dos Cursos de Graduação em Letras nos anos 2000 (2000- 2010)

Entre 2000 e 2010, foram localizados 95 (noventa e cinco) currículos, incluindo pelo menos um de cada curso considerado no escopo desta pesquisa. Esse conjunto permitiu o mapeamento de 4.006 (quatro mil e seis) componentes obrigatórios, que, juntos, somaram 259.306 (duzentas e cinquenta e nove mil, trezentas e seis) horas. A distribuição do número de currículos, componentes e carga horária em relação aos anos de produção dos documentos está apresentada no quadro abaixo:

*Quadro 37: Distribuição de currículos, componentes obrigatórios e carga horária entre 2000-2010*

Anos	Nº de Currículos	Nº de Componentes	Carga horária
2000	2	65	4640
2002	3	125	8059
2003	3	100	6460
2004	8	335	22810
2005	2	67	4530
2006	15	628	41581
2007	3	97	6373
2008	15	630	42239
2009	28	1221	79717
2010	16	738	42897
Total	95	4006	259306

Fonte: Produzido pelo autor a partir do banco de dados do mapeamento dos componentes curriculares dos 115 (centro e quinze) currículos dos cursos de graduação em Letras.

O quadro anterior interessa a este trabalho na medida em que mostrou qual é a extensão coberta pelos dados referentes a esse período, uma vez que o interesse desse mapeamento está mais centrado nas diferentes configurações que as áreas podem ter tomado durante o período do que na configuração particular de cada um dos currículos. Nessa direção, tomou-se esse conjunto de dados como expressão da configuração do currículo do curso de Letras em um determinado recorte temporal.

Levando em consideração essas ponderações, o quadro abaixo apresenta o mapeamento das áreas às quais os componentes curriculares estão associados por região, dentro do período considerado (2000-2010). O quadro disponibiliza as informações sobre a carga horária do conjunto de disciplinas associado às áreas de duas formas: à esquerda, foi apresentada a quantidade de horas ocupada por cada área em número absoluto; à direita, em porcentagem, foi apresentada a representação dessa carga horária na quantidade de horas totais dos componentes obrigatórios da região.

*Quadro 38: Distribuição da carga horária obrigatória por área e região, Cursos de Graduação em Letras (2000-2010)*

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sul		Sudeste	
Geral	778	2,5%	2526	5,2%	5648	6,1%	2025	5,3%	1530	3,1%
Histórico-Filológico	183	0,6%	688	1,4%	1683	1,8%	465	1,2%	330	0,7%
Línguas Clássicas	711	2,3%	1545	3,2%	3643	3,9%	900	2,3%	1470	3,0%
Línguas Estrangeiras	1990	6,4%	2180	4,5%	2956	3,2%	4440	11,5%	3375	6,9%
Línguas Indígenas	34	0,1%		0,0%	105	0,1%		0,0%		0,0%
Língua Portuguesa	2922	9,4%	5862	12,1%	9780	10,6%	2640	6,9%	3735	7,7%
Linguística	4778	15,3%	4880	10,1%	10654	11,5%	4395	11,4%	6690	13,7%
Literatura	7967	25,5%	11897	24,6%	24426	26,4%	8691	22,6%	13000	26,6%
Línguas de Sinais	532	1,7%	800	1,7%	510	0,6%	690	1,8%	675	1,4%
Normativos	85	0,3%		0,0%	330	0,4%	120	0,3%	300	0,6%
Pedagógicos	9873	31,6%	14646	30,2%	25775	27,9%	11751	30,6%	14954	30,7%
Práticas de Leitura e Escrita	951	3,0%	2114	4,4%	4461	4,8%	1590	4,1%	1530	3,1%
TCC	396	1,3%	1286	2,7%	2465	2,7%	750	2,0%	1200	2,5%
Total	31200		48424		92436		38457		48789	

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados resultantes do mapeamento dos currículos do curso de Letras.

A partir do que foi descrito anteriormente, tomando como exemplo o encontro da linha ‘Geral’ com a coluna ‘Centro Oeste’, localiza-se, à esquerda, o número 778 (setecentos e setenta e oito), que expressa a quantidade de horas que o conjunto de todos os componentes classificados como ‘Geral’ somaram ao longo do período; à direita, verifica-se que as 778 (setecentas e setenta e oito) horas representaram 2,5% do total de 31.200 (trinta e um mil e duzentas) horas, resultantes da soma das cargas horárias de todos os componentes obrigatórios da região Centro-Oeste.

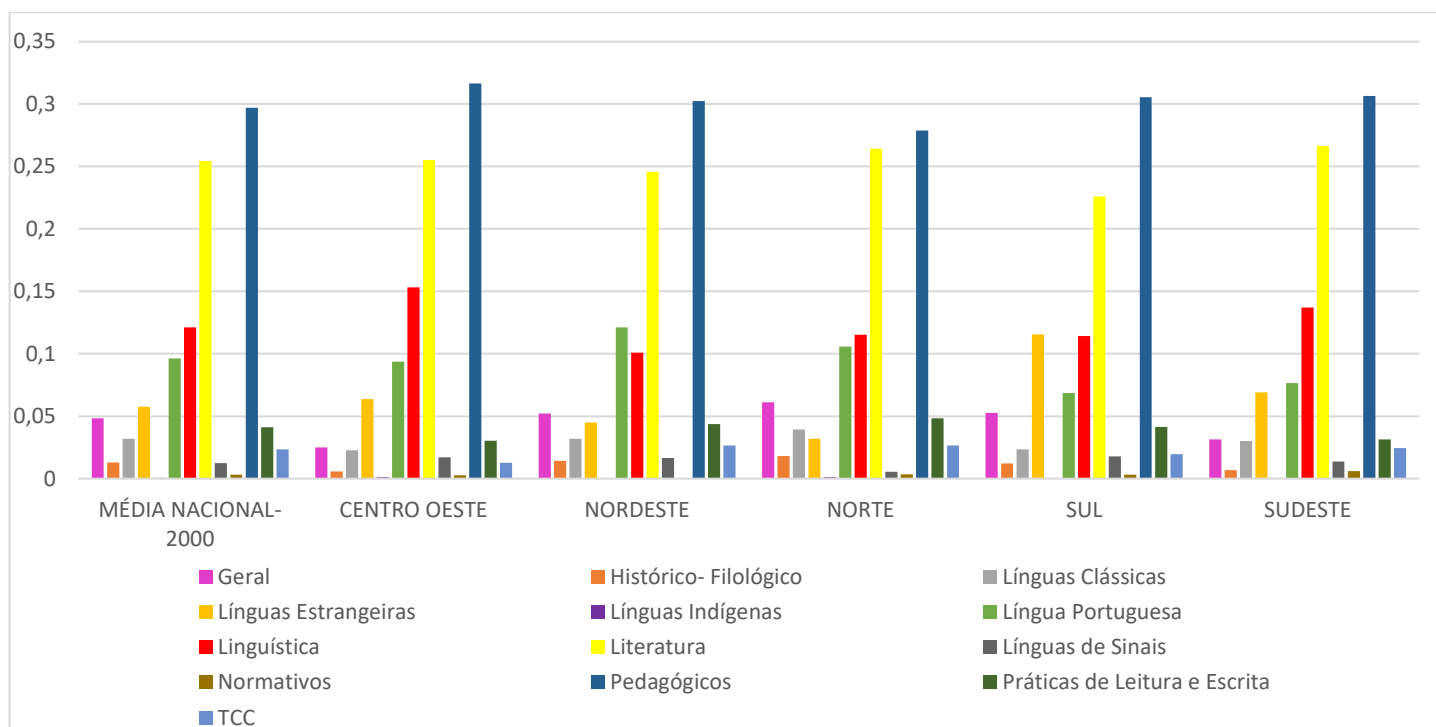
Essa apresentação permitiu traçar as diferenças e semelhanças na configuração do espaço ocupado pelas áreas em relação a cada região. Buscou-se, com isso, expor em que medida a localização geográfica está relacionada com a expressão de uma configuração curricular própria.

Observou-se que somente os componentes associados às categorias *Línguas Indígenas* e *Normativos* não foram contemplados pelos currículos de todas as regiões. Poderia ser alegado, inclusive, que a representatividade percentual na carga horária obrigatória total das regiões em que apareceram é praticamente nula. No entanto, do ponto de vista da historiografia desses cursos, a própria manifestação dentro da estrutura curricular já indicia uma forma de institucionalização.

O quadro aponta, ainda, para uma variação menor entre as regiões nas porcentagens de cargas horárias dedicadas aos componentes associados às categorias *Literatura* (oscila entre 26,6% na região sudeste e 22,6% na região sul); *Línguas de Sinais* (oscila entre 1,8% a 1,4%, respectivamente nas regiões sul e sudeste); *Pedagógicos* (oscila entre 27,9%, região norte, e 31,6%, região centro-oeste); *Práticas de Leitura e Escrita* (oscilou entre 4,1% a 3,0 % nas regiões sul e centro-oeste, respectivamente).

Para visualizar melhor as oscilações nas cargas horárias destinadas por cada região às diferentes áreas durante o período, construiu-se um gráfico a partir das porcentagens dedicadas às áreas. O gráfico abaixo, além de permitir a comparação entre as regiões, apresenta a comparação com uma ‘média nacional do período’, construída a partir da soma das cargas horárias regionais dedicadas a uma determinada área, dividida pelo conjunto total das cargas horárias do período.

Gráfico 7: Distribuição da carga horária dos componentes obrigatórios por área e região (2000-2010)



Fonte: produzido pelo autor a partir do banco de dados realizado para mapeamento dos currículos dos cursos de graduação em Letras

O gráfico, assim como o quadro com os números absolutos, mostrou uma distribuição equilibrada em relação às categorias *Literatura* e *Pedagógicos*. Além do equilíbrio dessas categorias em relação às regiões, elas apareceram destacadas das outras categorias em relação ao percentual que representaram. No entanto, é preciso lembrar que tanto a categoria *pedagógicos* quanto a categoria *literatura*, diferentemente das demais categorias relacionadas às ciências da linguagem, são macro categorias, uma vez que não foram mapeadas as diferentes tradições de cada uma delas como foi feito em relação aos componentes relacionados aos *estudos linguísticos*, para usar a nomenclatura utilizada pelas diretrizes curriculares de 2001.

Inclusive, trata-se do período marcado pela regulamentação apresentada pelas diretrizes curriculares de 2001, responsáveis por regular as mudanças nas estruturas curriculares dos cursos de graduação em Letras.

O gráfico torna mais saliente a variação da carga horária dos componentes associados às categorias *Língua Portuguesa* e *Linguística*. Embora, na média nacional, a categoria *linguística* tenha aparecido pouco acima da categoria *Língua Portuguesa*, a situação muda de acordo com a região: as regiões centro-oeste, sul e sudeste tornam a



distância da categoria *Linguística* mais saliente; enquanto, nas regiões norte e nordeste, parece haver um maior equilíbrio entre as duas categorias.

#### 4.2.2 A Configuração do Curso de graduação em Letras nos currículos da década de 1990 (1990-1999)

Como informado anteriormente, o mapeamento da década de 1990 foi consideravelmente menor devido ao acesso aos currículos produzidos nesse período. O mapeamento do período, realizado a partir de 11 (onze currículos), classificou 431 (quatrocentos e trinta e um) componentes obrigatórios, representando uma carga horária total de 28.515 (vinte e oito mil quinhentas e quinze) horas.

A extensão do mapeamento do período pode ser observada no quadro abaixo que apresenta a distribuição de currículos, componentes e carga horária de acordo com o ano em que a documentação foi produzida.

*Quadro 39: Distribuição de currículos, componentes obrigatórios e carga horária entre 1990-1999*

Anos	Nº de Currículos	Nº de Componentes	Carga horária
1990	2	82	4750
1991	1	48	2925
1992	1	20	2304
1993	4	167	10723
1995	1	33	1980
1996	1	44	3033
1999	1	37	2800

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados resultante do mapeamento dos currículos do curso de Letras.

Ainda que não se possa esboçar uma configuração dos cursos de Letras que inclua representantes de todas as instituições, como foi o caso do período analisado anteriormente, constituiu-se uma base informacional do período que ainda cobre as cinco

regiões do país (centro-oeste, sul e sudeste com um currículo cada; nordeste com dois, e a maior parte da região norte, seis currículos).

A classificação dos componentes seguiu a mesma metodologia, como é possível ver no quadro abaixo, que apresenta os resultados do mapeamento. A apresentação também segue o mesmo formato, apresentando, à esquerda, a quantidade de horas em números absolutos e, à direita, a porcentagem representada por essa carga horária no total da carga obrigatória da região.

*Quadro 40: Distribuição da carga horária obrigatória por área e região, Cursos de Graduação em Letras (1990-1999)*

	Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sul		Sudeste	
Geral		0,0%	533	9,9%	1180	7,2%		0,0%	150	6,4%
Histórico-Filológico	96	4,2%	124	2,3%	380	2,3%	60	3,0%	60	2,6%
Línguas Clássicas	128	5,6%	278	5,1%	820	5,0%	150	7,6%	120	5,1%
Línguas Estrangeiras		0,0%	653	12,1%	540	3,3%		0,0%	120	5,1%
Língua Portuguesa	480	20,8%	883	16,3%	2745	16,7%		0,0%	540	23,0%
Linguística	256	11,1%	331	6,1%	1740	10,6%	480	24,2%	120	5,1%
Literatura	768	33,3%	1341	24,8%	4815	29,2%	510	25,8%	780	33,2%
Normativos		0,0%		0,0%	260	1,6%	60	3,0%		0,0%
Pedagógicos	448	19,4%	1191	22,1%	3560	21,6%	510	25,8%	460	19,6%
Práticas de Leitura e Escrita	128	5,6%	64	1,2%	200	1,2%	180	9,1%		0,0%
TCC		0,0%	3	0,1%	240	1,5%	30	1,5%		0,0%
Total	2304		5401		16480		1980		2350	

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados resultantes do mapeamento dos currículos do curso de Letras.

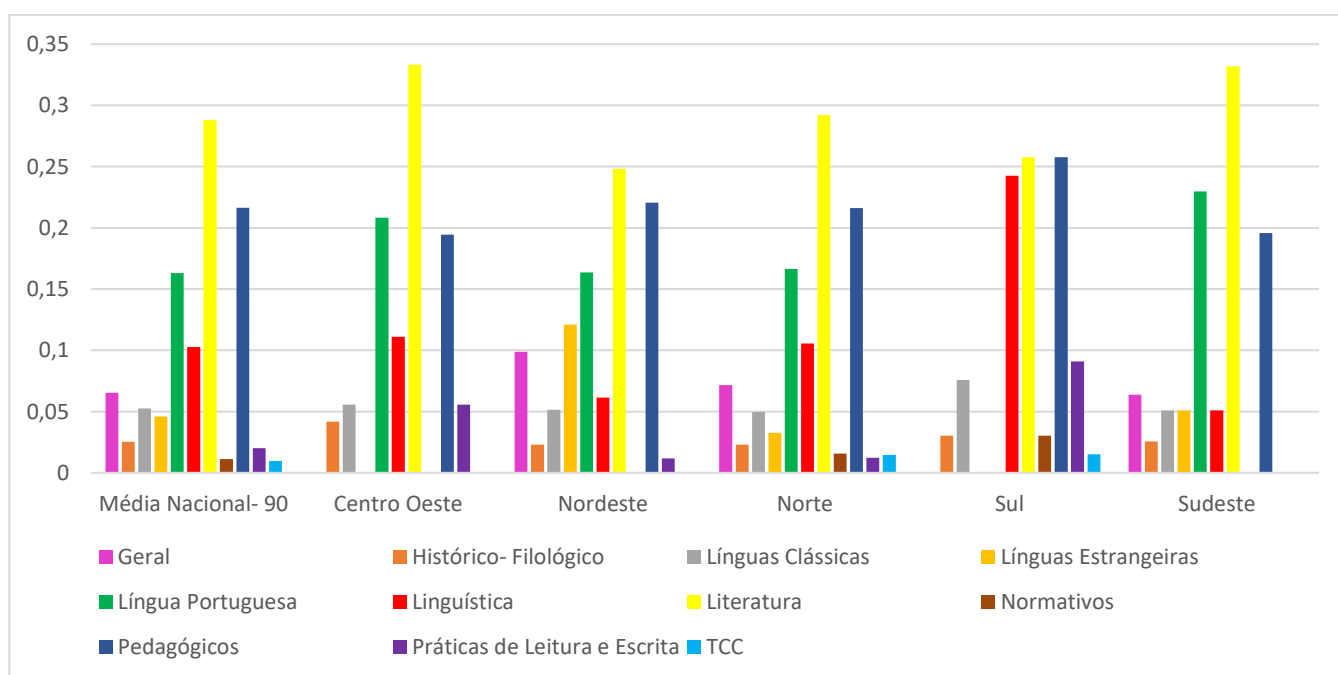
O quadro acima não apresenta as categorias *Línguas Indígenas* e *Línguas de Sinais*, que, apesar de uma quantidade não representativa, havia aparecido na listagem do mapeamento das regiões centro-oeste e norte na década anterior. As categorias de *Histórico-Filológicos*; *Línguas Clássicas*, *Linguística*, *Literatura* e *Pedagógicos* já estavam presentes em todos os currículos encontrados da década de 1990.

O não aparecimento dos componentes associados à Língua Portuguesa na região sul pode-se justificar pelo fato do mapeamento ter encontrado um único currículo no qual as disciplinas foram todas associadas à Linguística diretamente. Apesar de não ter

representatividade para afirmar que a categoria *língua portuguesa* não foi produtiva no período na região sul, esse currículo já marcou um indício do apagamento das fronteiras entre *língua portuguesa* e *linguística*, empreendido pelas *diretrizes curriculares* publicadas na década seguinte.

Apesar desse representante, os demais currículos, diferentemente da década analisada anteriormente, apresentaram uma carga horária dos componentes obrigatórios relacionados à *Língua Portuguesa* maior do que os associados à *Linguística*. Como pode ser observado no gráfico abaixo:

*Gráfico 8: Distribuição das cargas horárias dos componentes obrigatórios por área e região (1990-1999)*



Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados resultante do mapeamento dos currículos do curso de Letras.

Além dos dois fatos apontados anteriormente, a peculiaridade do não aparecimento da categoria *Língua Portuguesa* na região sul e a proporção maior da carga horária de *Língua Portuguesa* em relação à *Linguística* nas demais regiões, verificou-se, ainda, que a carga horária atribuída à categoria *Pedagógicos*, que, durante os anos 2000 teve média nacional de 29,64%, durante a década 1990, ocupava um percentual menor na configuração dos cursos, na ordem dos 21,63%.

Mais uma vez, foi possível perceber que as oscilações entre as regiões encontraram-se mais relacionadas à distribuição das diferentes categorias que compoariam a macro classe de *estudos linguísticos*; já a distribuição das cargas horárias associadas às Literaturas e aos componentes pedagógicos se deu de forma mais equilibrada.

#### 4.2.3 A Configuração do Curso de Letras nos Currículos Encontrados entre 1964-1989

O terceiro recorte realizado para apresentação da configuração dos cursos de Letras foi constituído por currículos produzidos pelas instituições entre 1964 e 1980. Nesse conjunto, composto por 09 (nove) currículos, não foi encontrado nenhum representante da região centro-oeste. No total, foram mapeados 294 (duzentos e noventa e quatro) componentes curriculares obrigatórios, correspondendo a uma carga horária total de 18.300 (dezoito mil e trezentas) horas.

A extensão do mapeamento, em relação a esse período, foi apresentada no quadro abaixo:

*Quadro 41: Distribuição de currículos, componentes obrigatórios e carga horária entre 1964-1989*

Anos	Nº de Currículos	Nº de Componentes	Carga horária
1964	1	32	2160
1970	1	44	2880
1972	1	9	570
1974	2	50	3120
1980	1	28	1590
1983	1	58	3480
1987	1	36	2220
1989	1	37	2280

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados resultante do mapeamento dos currículos do curso de Letras.

O agrupamento desses currículos em grupo ainda menos representativo do que o anterior justifica-se pela possibilidade de mapear movimentos envolvidos na constituição

da configuração curricular dos cursos de Letras que já estavam presentes nesse período. A metodologia utilizada para classificação dos componentes obrigatórios e para a apresentação das configurações das cargas horárias das áreas foi a mesma utilizada nos outros dois recortes, analisando a representatividade das cargas horárias das áreas por região.

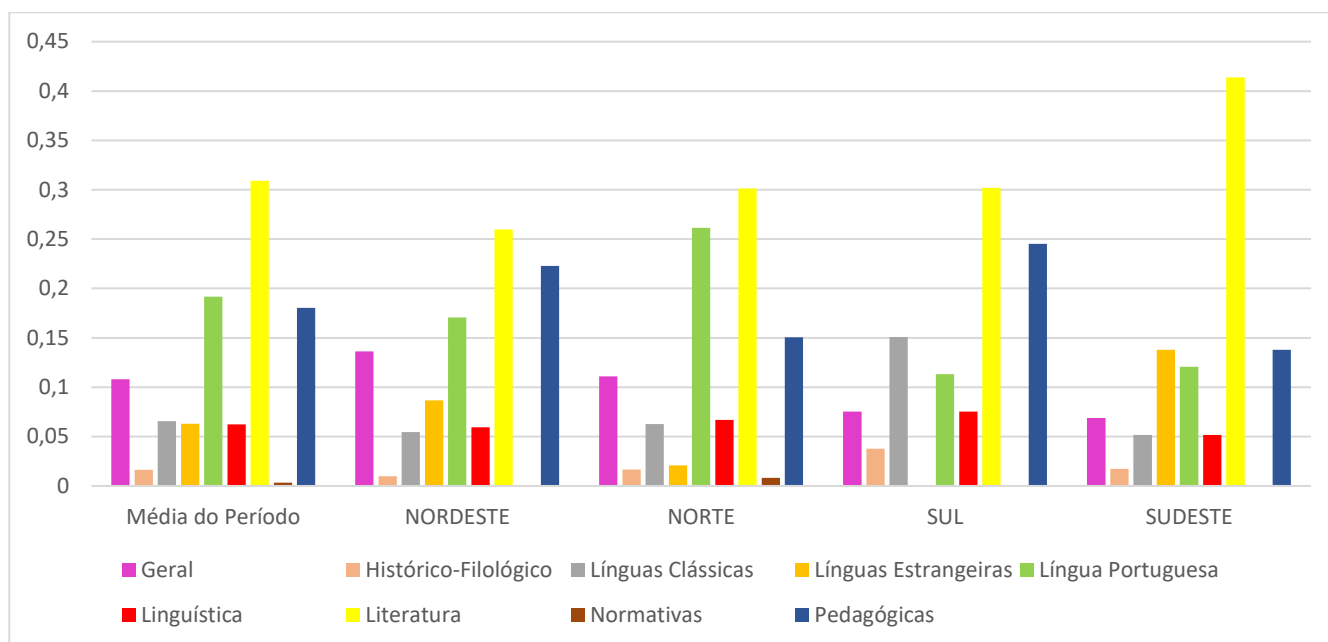
*Quadro 42: Distribuição da carga horária obrigatória por área e região, Cursos de Graduação em Letras (1964-1989)*

	Nordeste		Norte		Sul		Sudeste	
Geral	825	13,6%	795	11,1%	120	7,5%	240	6,9%
Histórico-Filológico	60	1,0%	120	1,7%	60	3,8%	60	1,7%
Línguas Clássicas	330	5,4%	450	6,3%	240	15,1%	180	5,2%
Línguas Estrangeiras	525	8,7%	150	2,1%		0,0%	480	13,8%
Língua Portuguesa	1035	17,1%	1875	26,2%	180	11,3%	420	12,1%
Linguística	360	5,9%	480	6,7%	120	7,5%	180	5,2%
Literatura	1575	26,0%	2160	30,1%	480	30,2%	1440	41,4%
Normativos	0	0,0%	60	0,8%		0,0%		0,0%
Pedagógicos	1350	22,3%	1080	15,1%	390	24,5%	480	13,8%
Total	6060		7170		1590		3480	

Fonte: produzido pelo autor a partir de banco de dados resultante do mapeamento dos currículos do curso de Letras

O quadro acima mostrou que as categorias *Práticas de Leitura e Produção de Textos* e *Trabalho de Conclusão de curso* não estavam presentes nos currículos dos cursos de Letras entre 1964-1989, aparecendo somente a partir dos anos de 1990. Nesse período, a categoria *Linguística* apresenta uma variação menor (5,2% na região sudeste, e 7,5 % na região sul) em relação aos recortes anteriores. No entanto, o espaço dedicado à *Literatura*, estável nos recortes anteriores, mostrou uma oscilação representativa (41,4 % na região sudeste, e 26% na região nordeste). O mesmo movimento de oscilação foi percebido em relação aos componentes associados à categoria *Pedagógicos*, que oscilou entre 13,8% na região sudeste, e 24,5% na região sul.

*Gráfico 9: Distribuição das cargas horárias dos componentes obrigatórios por área e região (1964-1989)*



A partir do gráfico, foi possível perceber que os componentes explicitamente associados à Linguística têm um desempenho diferente em relação aos períodos anteriores, aparecendo, em todas as regiões, abaixo dos componentes associados à Língua Portuguesa, que, na média geral, aparecem perto dos 20% da carga horária total do período, enquanto a Linguística aparece pouco acima dos 5%.

Os gráficos dos três períodos permitiram traçar uma progressão na ocupação da carga horária ocupada por componentes associados à Linguística ao longo dos períodos considerados (1964-2010); pode-se refazer o mesmo trajeto que a disciplina ocupou em relação aos documentos de regulação dos cursos de graduação em Letras.

Se o mapeamento da década de 1990 já fornece mostras da disputa pelo espaço na configuração curricular entre os componentes associados à Linguística e os componentes associados à Língua Portuguesa, nos currículos desse terceiro recorte, mais próximo da publicação dos *currículos mínimos federais*, a carga horária ocupada pela Linguística é menor do que a dos componentes associados à Língua Portuguesa. O mapeamento desses currículos, portanto, ilustrou a posição designada para a disciplina no documento citado, a de ferramenta auxiliar ao lado das línguas clássicas, útil para o estudo de Língua Portuguesa.



A *figura 23* ilustra a frequência dos conteúdos mais recorrentes encontrados nas ementas; com ela, percebeu-se que, durante o período coberto pelo mapeamento, os destaques encontram-se divididos entre as diversas áreas de interesse da Linguística. Pode-se afirmar que os conteúdos dos componentes associados à Linguística têm privilegiado uma visão global da disciplina.

Entre os itens que ocuparam maior espaço na nuvem, encontram-se *Ensino, Linguística-Ciência, Variação, Gramática, Tradicional, História da Linguística e Aquisição*. Pode-se depreender que a apresentação das disciplinas nos componentes curriculares tem privilegiado a Linguística como disciplina científica em oposição à *Gramática Tradicional*.

Os destaques também podem ser remetidos ao processo de consolidação dos componentes nos cursos de Linguística analisados no capítulo anterior, especialmente aos cursos da UNICAMP e da USP, que, desde a década de 1980, construíram uma grade curricular a partir do *núcleo duro* e das subdisciplinas *Sociolinguística e Psicolinguística*.

A nuvem ainda tornou sensível os diferentes modos utilizados para a apresentação dos conteúdos nas ementas do componente que destacavam diferentes elementos, como disciplinas, autores e conceitos. A partir da reunião dessa constatação, estabeleceu-se uma classificação de acordo com esses modos de apresentação, classificando as entradas por meio das seguintes categorias:

*Linguística Geral*: para as entradas que privilegiaram a Linguística como uma disciplina ampla, destacadamente visando uma ideia de unidade.

Exemplos: Tendências atuais da Linguística; Teorias Linguística; Linguística Moderna. Escolas Linguísticas, Áreas da Linguística.

*Teorias/Disciplinas/Escolas*: para as entradas que privilegiaram uma concepção ou disciplina; diferentemente da categoria anterior, não há uma ideia de totalidade.

Exemplos: Estruturalismo, Gerativismo, Escola de Praga, Morfologia, Sintaxe.

*Autores*: trata-se de categoria próxima da anterior na medida em que os autores podem representar uma perspectiva da Linguística. Contudo, a entrada foi feita não pelo nome da perspectiva, mas pela utilização de um autor.

Exemplos: Chomsky, Jakobson, Saussure.



*Níveis de análise:* para as entradas que privilegiaram o trabalho em um nível de análise linguístico específico como informado anteriormente.

Exemplo: análise fonológica, transcrições fonéticas, estruturas textuais, operações semânticas.

*Conceitos operatórios:* para as entradas que não se limitaram a nomear a disciplina ou o nível linguístico de análise, mas a expor um conceito por meio do qual uma determinada área da Linguística opera.

Exemplo: alofone, fones, conectores interfrásticos, polissemia.

*Fenômenos Linguísticos:* para as entradas que deram privilégio ao fenômeno analisado em detrimento da disciplina ou da escola que se dedicam à análise desse objeto.

Exemplos: Variação Linguística, Leitura, Aquisição, línguas crioulas.

*Ensino:* para as entradas explicitamente relacionadas com o ensino.

Exemplos: Ensino, Pragmática-Ensino, material didático, variação-ensino.

*Língua Portuguesa:* essa categoria está sobreposta a outras categorias descritas acima, uma vez que reúne todas as entradas que fazem referência explícita à Língua Portuguesa. A criação desta categoria justifica-se pelas análises apresentadas anteriormente, que mostram que há uma disputa entre os componentes associados à Linguística e os associados à Língua Portuguesa. Buscou-se, portanto, dentro dos componentes da Linguística a inclusão de conteúdos sobre a Língua Portuguesa.

Exemplos: fonética e fonologia do Português, descrição do Português Brasileiro, ensino de Língua materna.

A distribuição geral das entradas em relação a essas categorias está apresentada no próximo quadro.

Quadro 43: Distribuição das entradas por categorias de modos de apresentação do conteúdo (1987-2010)

Linguística Geral	199
Teorias/ Disciplinas/ Escola	652
Autor	47
Níveis de Análise	453
Conceitos Operatórios	612
Fenômenos Linguísticos	130
Ensino	88
Língua Portuguesa	31
Total Geral	2212

Fonte: produzido pelo autor por meio do banco de dados do mapeamento das ementas.

O quadro acima permitiu agrupar entradas que não foram destacadas na nuvem de palavra por não terem aparecido com frequência no mapeamento, mas que podem estar relacionadas com um modo de apresentação que, em seu conjunto, foi importante; por outro lado, relativizou o peso da entrada “Ensino”, por exemplo, que, apesar da frequência, enquanto entrada não demonstrou a mesma produtividade em comparação com as outras categorias.

É preciso lembrar que, na nuvem de palavra, a frequência foi medida por meio de todas as entradas em que a palavra “ensino” foi utilizada, enquanto que, no quadro, “ensino”, enquanto categoria de apresentação de conteúdo, incluiu, ainda, outras entradas em que a palavra não foi utilizada, mas se relaciona com a categoria, por exemplo, a entrada ‘material didático’. Ainda assim, a categoria não desempenhou a mesma produtividade de categorias como *níveis de análise*, porque categorias como *análises morfológicas*, *transcrições-fonéticas*, mesmo sem aparecer em destaque na nuvem, ao serem agrupadas, tornaram-se a categoria *níveis de análise* mais relevante.

Para manter o paralelo com a exploração da distribuição das áreas associadas aos componentes curriculares, optou-se, também, por explorar a distribuição dos conteúdos em dois momentos contemplados pelo mapeamento: o primeiro, referente ao conjunto de dados pertencentes aos anos 2000 (2000-2010); e o segundo, composto pelo restante do material, que cobriu o fim da década de 1980 e a década 1990 (1987-1999).

Ressalva-se, novamente, que a distribuição de dados entre os períodos acompanha a variação do *corpus* deste trabalho. Mais uma vez, o conjunto de dados mapeados privilegia o período mais recente; a exploração do período anterior foi realizada como



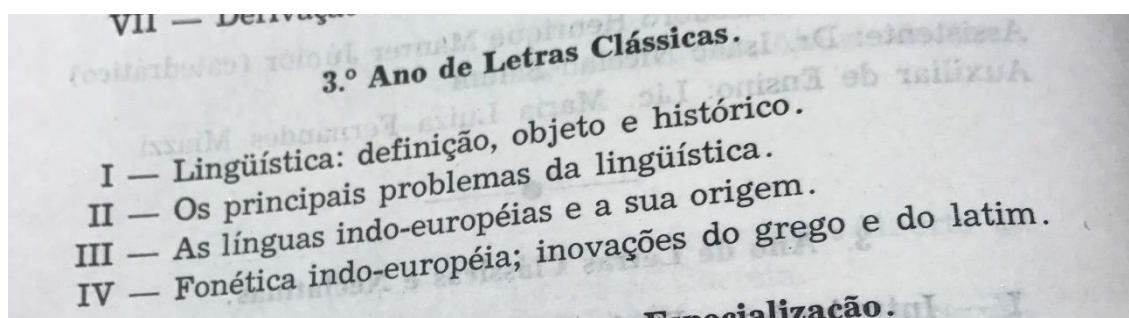
A *figura 24* representa a configuração dos conteúdos do último período considerado na cobertura desta tese. Até mesmo em virtude de a maior parte dos dados mapeados nesta etapa pertencerem a esse período, já era esperado que a configuração da nuvem de palavras fosse próxima à forma da *figura 23*, da totalidade dos dados analisados.

O interessante foi observar que, em todas as configurações das nuvens, ainda aparece como central a entrada *Linguística-Ciência*, mesmo sem agrupar com entradas que perpassam esse conteúdo, tais como *objeto da linguística*, *concepções de língua*, *Saussure*. Destacou-se, ainda, a presença das entradas *Gramática* e *Tradicional*, que apareceram ocupando a mesma proporção espacial dentro da nuvem. Trata-se do contraponto a partir do qual a cientificidade da Linguística pode ser atestada.

Como já destacado na apresentação do conjunto total dos dados mapeados neste nível, os destaques podem ser relacionados com o caminho da institucionalização do conjunto de componentes curriculares nos cursos de Linguística da UNICAMP e da USP analisados no capítulo anterior.

O conteúdo da Linguística como ciência da Linguagem com um objeto que lhe é próprio pode ser rastreado até aos programas de curso da cadeira de Filologia Românica sob comando do prof. Theodoro Henrique Maurer Junior:

*Figura 25: Trecho do programa da cadeira de Filologia Romântica do curso de Letras Neolatinas USP, 1960*



Fonte: reprodução de parte da página 266 da publicação “Programas aprovados pela congregação para ano letivo 1960”, consultado junto ao CAPH-FFLCH-USP.

Depoimentos como os de Orlandi (1984) e Castilho (1962), e trabalhos historiográficos como os de Altman (1998) e Borges-Neto (2018) apontaram para a

cadeira de Filologia Românica da USP como um dos primeiros espaços a institucionalizar a Linguística como parte da formação nos cursos de graduação.

Se, por um lado, é possível apontar os itens I e II do programa do terceiro ano do curso de Letras Clássicas como conteúdos que marcam *continuidade* no ensino de Linguística, por outro lado, a nuvem aponta para a consolidação do processo de institucionalização pela expansão do escopo da linguística pela inclusão de um conjunto de subdisciplinas e perspectivas atribuídas à disciplina.

Esse processo de ampliação dos conteúdos dos componentes associados à Linguística pode ser observado pelo mapeamento das entradas de conteúdo por meio das categorias apresentadas anteriormente. O quadro abaixo apresenta o resultado deste mapeamento entre 2000 e 2010, mostrando a quantidade de entradas em cada categoria na coluna da esquerda, e a representação em porcentagem em relação ao total de cada região.

*Quadro 44: Distribuição, segundo as categorias de apresentação, das entradas de conteúdo dos componentes associados a Linguística (2000-2010)*

	Centro Oeste		Nordeste		Norte		Sul		Sudeste	
Linguística Geral	16	9,2%	48	18,9%	48	6,7%	28	6,9%	40	7,5%
Teorias/Disciplinas/Escola	46	26,6%	92	36,2%	160	22,4%	128	31,7%	168	31,5%
Autor	0	0,0%	2	0,8%	3	0,4%	13	3,2%	25	4,7%
Níveis de Análise	30	17,3%	23	9,1%	244	34,2%	53	13,1%	86	16,1%
Conceitos Operatórios	60	34,7%	63	24,8%	180	25,2%	110	27,2%	171	32,1%
Fenômenos Linguísticos	14	8,1%	14	5,5%	44	6,2%	31	7,7%	21	3,9%
Ensino	3	1,7%	12	4,7%	24	3,4%	32	7,9%	16	3,0%
Língua Portuguesa	4	2,3%		0,0%	11	1,5%	9	2,2%	6	1,1%
Total Geral	173		254		714		404		533	

Fonte: produzido pelo autor a partir do banco de dados formado pelo mapeamento das entradas de conteúdo dos componentes associados à linguística.

A distribuição ilustrada pelo quadro mostrou que somente as categorias *Autor* e *Língua Portuguesa* não performaram, respectivamente, nas regiões centro-oeste e nordeste; as demais categorias contaram com representantes em todas as regiões mapeadas. Apesar de apresentar proporções diferentes nas categorias dos modos de apresentação dos conteúdos, as categorias mais produtivas em todas as regiões foram

*Teoria/Disciplinas/Escola; Níveis de Análise; e Conceitos Operatórios.* Em todas as regiões, essas três categorias ocuparam os primeiros lugares

O aparecimento dessas três categorias disputando os primeiros lugares em todas as regiões pode ser tomado como mais um indício de que o processo de institucionalização da linguística nos projetos de cursos de graduação em Letras foi realizado por meio do aumento de subdisciplinas e perspectivas teóricas.

Nesta direção, a análise em separado das entradas de conteúdo encontradas na documentação produzida pelas instituições entre 1987 e 1999 torna-se relevante na reconstrução dos modos de institucionalização do ensino de Linguística no Brasil. Ainda que seja a partir de um pequeno número de elementos, o mapeamento possibilita confrontar os conteúdos nesses dois períodos.

#### 4.3.2 Os Conteúdos dos Componentes Associados à Linguística nos cursos de graduação em Letras (1987-1999)

Do conjunto das 2.212 (duas mil, duzentas e doze) entradas de conteúdo mapeadas das ementas de componentes associados à Linguística, 134 (cento e trinta e quatro) entradas foram mapeadas a partir de documentos produzidos entre 1987 e 1999. Desse universo, 12 (doze) foram mapeados de currículos da região centro-oeste; 04 (quatro) da região nordeste; 62 (sessenta e dois) da região norte; 44 (quarenta e quatro) da região sul; e 12 (doze) da região sudeste.

Ainda que a quantidade de dados não tenha representatividade para realizar uma apresentação dos modos de apresentação de conteúdo por região como foi realizado anteriormente, a construção da nuvem de palavras a partir destas 134 entradas auxiliou a identificar quais eram as entradas mais recorrentes.

Como já foi ressaltado, a comparação dessa nuvem de palavras composta pelas entradas de conteúdos encontradas nos documentos produzidos entre 1987 e 1999 não permite realizar afirmações sobre a configuração dos conteúdos da época; todavia, possibilita reconstituir, por comparação com a nuvem do momento posterior, os movimentos de institucionalização que já se encontravam presentes naquele período.







associados à linguística têm como parte de suas ementas cobrir um conjunto de subdisciplinas que nem sempre assumem a formatação de um componente independente.

Em especial, as ementas de disciplinas de introdução, muitas vezes, são constituídas por uma lista de subdisciplinas, ou seja, essas disciplinas ficam encarregadas de apresentar o conjunto das áreas de estudo da Linguística. Essa característica pode ser observada, inclusive, nos manuais de Linguística produzidos durante os anos 2000, constituídos pela reunião de capítulos dedicados à subdisciplinas ou temas de interesse da investigação da área, cada capítulo escrito por um especialista no assunto.

Trata-se do último nível de mapeamento desta tese, dedicado às indicações bibliográficas encontradas nos documentos.

#### 4.4 O Ensino de Linguística por meio das Indicações Bibliográficas (1990-2010)

A partir da documentação coletada, foram encontradas 883 (oitocentas e oitenta e três) indicações bibliográficas em currículos produzidos entre 1990 e 2010. Desse conjunto de indicações, 84 (oitenta e quatro) foram mapeadas a partir de currículos produzidos na região centro-oeste; 70 (setenta) da região nordeste; 257 (duzentas e cinquenta e sete) da região norte; 230 (duzentas e trinta) da região sul e; 242 (duzentas e quarenta e duas) da região sudeste.

A maior parte dessas indicações bibliográficas foi encontrada em documentos produzidos durante os anos 2000. Da década de 1990, foram encontrados dois conjuntos de indicações: o primeiro, em 1990, com 11 (onze) indicações, do curso de Letras da UFU, e, em 1991, com 15 (quinze) indicações, o do curso de Letras do *campus* de Porto Velho da UNIR.

Parte da documentação apresentava a divisão das indicações bibliográficas entre *Básicas* e *Complementares*. O mapeamento considerou as categorias apresentadas pela documentação e incluiu a categoria *Geral* para os documentos que não realizaram essa distinção. Essa classificação permitiu distribuir o conjunto em 502 (quinhentas e duas) indicações básicas; 222 (duzentas e vinte duas) indicações complementares; e 156 (cento e cinquenta e seis) indicações gerais.

Além dessa categorização, o mapeamento levantou as informações que fazem parte da própria indicação bibliográfica (autor/ título/ editora/ localização da editora/ano de publicação) e, ainda, o tipo de material (livro/ capítulo de livro/ artigo/ verbete).

O mapeamento mostrou que as indicações bibliográficas dos componentes obrigatórios associados à Linguística foram, majoritariamente, constituídas por livros que constituíram mais de 92% do total de indicações (813 (oitocentas e treze) referências); dos 8% restantes, as indicações de capítulos de livros ocuparam mais de 7% (com 63 (sessenta e três) indicações); os artigos responderam por pouco mais de 0,5% (6 (seis) indicações); e o único verbete encontrado corresponde a menos de 0,1% das indicações bibliográficas encontradas.

Apesar de ocupar um espaço pouco representativo, as indicações de capítulos de livro aparecem em um linha crescente, passando de pouco mais de 4% das indicações de 2003 (2 (duas) em um universo de 48 (quarenta e oito)) para, aproximadamente, 8% em 2010 ( 22(vinte e duas) em um universo de 279 (duzentas e setenta e nove)).

O conjunto das 63 (sessenta e três) indicações de capítulos é composto de 49 (quarenta e nove) indicações de parte de manuais de Linguística dedicados à exposição de subdisciplinas ou campos de investigação; 14 (quatorze) capítulos fazem parte de livros temáticos.

Os manuais de Linguística não só ocupam o maior espaço das indicações referentes aos capítulos, mas também se destacam no conjunto total das referências bibliográficas indicadas, como pode ser observado no quadro abaixo, que apresenta os títulos e autores das referências que receberam mais de 10 (dez) indicações no conjunto do *corpus*.

*Gráfico 10: Lista das referências bibliográficas com mais de 10 indicações (1990-2010)*

Autor	Título	Nº de Indicações
Fiorin, J. L. (org)	Introdução à Linguística I	23
Benveniste, E.	Problemas de Linguística Geral I	18
Fiorin, J.L. (org)	Introdução à Linguística II	17
Mussalin, F; Bentes, A.C (Orgs)	Introdução à Linguística V.2	15
Lyons, J.	Língua(Gem) e Linguística: uma Introdução	15

Câmara, J.M	Estrutura da Língua Portuguesa	14
Martelotta, M.E. (Org)	Manual de Linguística.	14
Borba, F.S.	Introdução aos Estudos Linguísticos	13
Ilari, R.	Introdução à Semântica	12
Benveniste, E.	Problemas de Linguística Geral II	12
Saussure, F.	Curso de Linguística Geral	11
Mussalin, F; Bentes, A.C (Orgs)	Introdução à Linguística V. 1	11
Ilari, R.; Geraldi, J.W.	Semântica	11

Fonte: produzido pelo autor com base no banco de dados constituído a partir do mapeamento das ementas.

Foram localizadas 13 (treze) obras que receberam mais de dez indicações no conjunto total coberto pelo mapeamento. Entre as quatro primeiras referências, três são manuais organizados por professores universitários a partir da reunião de capítulos dedicados a subdisciplinas ou campos de investigação da Linguística, e são apresentados como material didático a ser utilizado nos cursos de Letras. Na lista, aparecem, ainda, o *Manual de Linguística* organizado por Martelotta (2008) e o volume 1 da coleção *Introdução à Linguística* organizado por Mussalin e Bentes (2003), que seguem a mesma lógica de composição.

Ainda com preocupações didáticas e pensados para os alunos dos cursos de graduação em Letras, podem ser listadas as referências produzidas por Borba (1975), Ilari e Geraldi (1985) e Ilari (2001). A soma das indicações desses manuais, considerando somente aqueles que receberam mais de dez indicações, corresponde a mais de 14% do conjunto total (116 (cento e dezesseis) indicações). Mesmo ao excluir as indicações da categoria *complementar*, a lista muda as obras de posição, mas não exclui a presença majoritária dessas obras<sup>80</sup>.

A presença de matérias dessa natureza pode, ainda, ser indiciada pela observação das editoras com mais indicações:

<sup>80</sup> A sequência, sem as indicações *complementares* foi: *Introdução à Linguística I*, 18 (dezoito) indicações; *Introdução à Linguística V.2*, 13 (treze) indicações; *Problemas de Linguística Geral*, 12 (doze) indicações; *Semântica*, 12 (doze) indicações; *Curso de Linguística Geral*, 11 (onze) indicações; *Estrutura da Língua Portuguesa*, 11 (onze) indicações; *Introdução à Linguística II*, 11 (onze) indicações; *Introdução à Semântica*, 11 (onze) indicações; *Manual de Linguística*, 11 (onze) indicações; *Problemas de Linguística Geral II*, 11 (onze) indicações; *Introdução à Linguística V.1*, 11 (onze) indicações.

*Quadro 45: Lista das 10 editoras com mais indicações (1990-2010)*

Contexto	150
Cortez	95
Ática	75
Pontes	68
Parábola	65
Cultrix	39
Vozes	35
Martins Fontes	34
Ed. Unicamp	25
Mercado De Letras	19

Fonte: produzido pelo autor com base no banco de dados constituído a partir do mapeamento das ementas.

Da lista apresentada pelo quadro 44, as três primeiras possuem um amplo catálogo de títulos produzidos com finalidade pedagógica para o ensino de Linguística nos cursos de Letras, produzidas de modo semelhante ao que foi descrito anteriormente.

Em trabalho anterior, Sugiyama (2006) apresenta o resultado de levantamento das obras da área de Linguística feitas por meio de visitas às bibliotecas de quatro cursos de letras de instituições públicas e privadas<sup>81</sup>. Foi destacado que obras com caráter pedagógico ocuparam mais espaço nas prateleiras das bibliotecas do que as obras de referência<sup>82</sup>.

A constatação acima pode ter relação com a documentação analisada nesta tese, visto que, para fins de avaliação do curso, o MEC exige que as bibliotecas disponibilizem as indicações feitas por meio das ementas.

Outro ponto que o mapeamento das indicações bibliográficas permitiu circunscrever refere-se à concentração dessas produções no sudeste, mais especificamente no estado de São Paulo, que, sozinho, foi responsável pela produção de mais de 74% das referências indicadas nos documentos, com 657 (seiscentas e cinquenta e sete) indicações. Na sequência, o estado do Rio de Janeiro foi responsável pela produção de, aproximadamente, 13,5% das referências, com 119 (cento e dezenove) indicações.

---

<sup>81</sup> Foram visitadas as bibliotecas das seguintes instituições: Faculdades Adamantinenses Integradas- FAI (IES Privada Adamantina-SP); Centro Luterano de Palmas- CELPE/ULBRA (IES Privada- Palmas-TO); Campus de dourados da Universidade do Estado do Mato Grosso do Sul UEMS (IES Pública- Dourados MS) Campus de dourados da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul UFMS, atual Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD (IES Pública- Dourados-MS).

<sup>82</sup> Em outro trabalho, Sugiyama e Ribeiro (2019) exploraram a utilização deste tipo de material na produção de uma dissertação de mestrado.

Entre os países estrangeiros, Portugal representou aproximadamente 2,5% das referências indicadas.

O mapeamento das referências bibliográficas mostrou que os materiais recomendados pelas ementas dos cursos, assim como as entradas dos conteúdos dos componentes curriculares, também tomam a Linguística como um conjunto de subdisciplinas e campos de investigação.

Ilari (1992), ao referir-se ao processo de implantação da Linguística no Brasil, apontou que o mercado editorial da época era constituído basicamente de traduções e manuais acessíveis somente aos alunos que dominavam as línguas a partir das quais era realizada a recepção dos conhecimentos da área. Para o autor, ainda na década de 1990, uma das tarefas para a consolidação da Linguística encontrava-se relacionada com a publicação de estudos da área, em especial dos que se dedicaram à descrição da língua portuguesa.

Mesmo considerando que o mercado editorial proporcionou a publicação de séries como as relacionadas com a *Gramática do Português Falado*, o mapeamento mostrou que o tipo de obra com maior aderência aos projetos pedagógicos dos cursos são textos produzidos com carácter de divulgação científica, construídos a partir das representações associadas à área e materializadas nos conteúdos dos componentes curriculares.

## **5.CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LINGUÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO**

Este capítulo tem como tarefa principal traçar os impactos que o processo de institucionalização da área provocou no ensino de Linguística entre os anos de 1960 e 2010. Parte-se das exposições e análises da documentação apresentada ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 desta tese.

De maneira geral, pode-se afirmar que esta tese faz o caminho contrário de trabalhos historiográficos, como os de Altman (1998) e Borges-Neto (2018), que se debruçaram sobre o ensino da disciplina para entender as configurações da produção da área. O trajeto percorrido nos capítulos anteriores buscou explicitar em que medida os processos de institucionalização da área impactaram as configurações dos cursos e, por consequência, o ensino da Linguística no ensino superior.

Escolheu-se reconstruir esse percurso, principalmente por meio dos documentos utilizados para regular o ensino de Linguística, tanto em nível nacional, por meio da análise dos documentos produzidos pelos órgãos responsáveis pelo ensino, quanto em nível local, por meio da análise dos instrumentos criados pelas instituições responsáveis pela oferta dos cursos analisados.

Ao optar por apresentar uma historiografia do ensino de Linguística pela análise de documentos produzidos por agentes institucionais, abriu-se mão de mapear o que foi feito, efetivamente, em termos de ensino durante o período, para investigar como as instituições entenderam o ensino de Linguística neste período.

Com base nesse percurso, este capítulo explicita os movimentos percebidos nos documentos responsáveis por construir o projeto pedagógico para o ensino da disciplina.

### **5.1 As Diferentes Formas de Institucionalização da Linguística no Ensino Superior: continuidades e descontinuidades do grau de autonomia da disciplina**

O marco histórico escolhido para marcar o período inicial do recorte deste trabalho foi a implantação da disciplina Linguística nos cursos de Letras por meio de decreto

emitido pelo governo federal em 1962. A escolha por esse marco relaciona-se mais com o grau de institucionalização do que com a origem da Linguística no ensino superior brasileiro.

Como mostrado anteriormente, o programa da cadeira de Filologia Românica em 1960, e mesmo a lei de criação da USP, em 1934, são documentos institucionais anteriores à publicação da resolução de 1962. O que a resolução representa, portanto, não foi o início do processo de institucionalização, mas um instrumento que tornou possível a passagem de ações pontuais para o estabelecimento da disciplina como característica dos cursos de Letras do Brasil.

O próprio exemplo da criação da USP já havia mostrado que uma lei não é suficiente para que a implantação se efetive. Todavia, a resolução de 1962, como explorado durante o capítulo 2, possibilitou um conjunto de ações, como a criação do departamento e do curso de pós-graduação em Linguística da UnB, a reunião de profissionais interessados, que encaminharam para a emergência deste novo grupo de especialidade.

Dessa perspectiva, pode-se dizer que o processo de institucionalização da Linguística no ensino superior brasileiro progrediu, uma vez que se passou da publicação de leis que visavam a fomentar a implantação da área no ensino superior, para a existência de cursos em nível de graduação e pós-graduação que outorgam o título de 'linguista' aos seus discentes.

No entanto, ao longo do trabalho, foi possível observar que o progresso em termos institucionais não está diretamente associado com o grau de autonomia que a área adquiriu, muito menos com a construção de um único projeto pedagógico para a disciplina.

Os contextos de criação dos cursos de graduação em Linguística, explorados no capítulo 3 desta tese, mostraram que os quatro cursos estão ligados não só a contextos históricos de criação diferentes, mas, sobretudo, a projetos que visaram diferentes graus de autonomia, em especial em relação à área de Letras.

O curso da UNICAMP, criado em 1970, foi planejado para ser uma opção ao curso de Letras da USP, considerado pelos agentes envolvidos na construção do curso da UNICAMP como sendo um curso beletista. O curso de Linguística na UNICAMP procurava romper a vinculação com a área de Letras. Os documentos que solicitam a criação da área na instituição destacavam a Linguística como *ciência piloto*, disciplina

relacionada com a matemática e com potencial para atender as demandas educacionais do período.

O projeto do curso de Linguística da USP, criado em 1972, também ressalta as características da Linguística como uma ciência moderna, implantada na Europa e autônoma em relação à Filologia. No entanto, a autonomia buscada pelo projeto da USP não é da ordem da substituição da área de Letras. Ao invés de propor uma substituição da formação do professor de Língua Portuguesa, o projeto de Licenciatura em Linguística da USP propõe a implantação da disciplina no ensino básico.

Nenhum desses dois projetos se efetivaram ao longo do período analisado. O curso de Linguística da UNICAMP realizou alterações aproximando-se da área de Letras e, apesar da Licenciatura em Linguística da USP ser mantida até hoje, nunca se efetivou a implantação da disciplina em outro nível de ensino fora da universidade.

Em relação ao projeto da UNICAMP, foram apontados dois fatores relacionados às mudanças no processo de institucionalização da área: um foi a desistência do primeiro grupo de professores enviados à França, no qual não havia ninguém da área de Letras para a implantação da Linguística na instituição. O projeto foi concretizado por um segundo grupo, em que os professores tinham formação em Letras; outro fator foi o não reconhecimento dos diplomas com o título de ‘Linguística aplicada: português’ para atuação no magistério, obrigando o curso a incluir componentes relacionados à Literatura, por exemplo.

A análise das alterações curriculares do curso de graduação em Linguística da USP mostrou um perfil mais conservador; manteve durante o período analisado a duplicidade das disciplinas relacionadas ao núcleo duro para aqueles que optassem por realizar a habilitação em Língua Portuguesa simultaneamente. Ainda assim, foi possível verificar alterações em sua composição curricular que marcam uma abertura para componentes relacionados a outras áreas de atuação da Linguística para além do chamado núcleo duro, em especial, a Sociolinguística, a Psicolinguística e a Semiótica.

Os outros dois cursos de graduação em Linguística criados posteriormente, o da UFG, em 1992, e o da UFSCar, em 2009, não explicitam, em seus projetos, o grau de autonomia que pretendem alcançar em relação à área de Letras. No entanto, as configurações curriculares permitiram traçar um paralelo entre a configuração curricular dos cursos da USP e da UFG e, ainda, entre os da UNICAMP e UFSCar.

Os dois primeiros estariam mais vinculados à área de Letras e inclusive estão mais relacionadas com o núcleo duro, enquanto que os cursos da UNICAMP e UFSCar



mantiveram, em suas últimas configurações, um contato menor com a área de Letras, abrindo espaço para inclusão de mais componentes associados a subdisciplinas e campos de investigação.

Mesmo considerando o paralelo acima, existem diferenças marcantes entre esses cursos. O curso da USP mantém departamentos distintos entre os professores que se dedicam ao ensino de Linguística e as demais línguas; na UFG, a linguística não constitui um departamento autônomo, sendo seu funcionamento garantido pelos professores responsáveis pela área de Língua.

O curso de graduação em Linguística ofertado pela UFSCar, apesar de não adotar uma retórica de ruptura, construiu uma grade curricular mais afastada da área de Letras, em especial da literatura, porém sem se afastar dos estudos linguísticos como fez a UNICAMP no início de seu curso. Foi, ainda, o único curso de bacharelado a incluir, em seu currículo, estágio profissionalizante, abrindo espaço para o debate sobre a atuação do linguista no mercado de trabalho fora do contexto acadêmico.

Mesmo que possam ser traçados movimentos de contiguidade entre os quatro cursos de graduação existentes, é possível verificar que os quatro cursos possuem identidades diferentes e atuaram de formas distintas para o estabelecimento do grau de autonomia da área.

De qualquer maneira, apesar de representarem um alto nível de institucionalização da área, os cursos de graduação em Linguística não se mostraram produtivos do ponto de vista quantitativo. Durante o período analisado, foram localizados somente quatro cursos, todos em instituições públicas ofertados na modalidade de bacharelado e, na USP, além do bacharelado, foi encontrada a modalidade Licenciatura.

Os cursos de pós-graduação em Linguística, por sua vez, mostraram-se mais produtivos. Mesmo considerando que o número de programas de pós-graduação em Letras foi maior que o dos de Linguística, o mapeamento mostrou que são proporcionalmente mais produtivos dos que os cursos de graduação, e, ainda, 04 (quatro) dos 08 (oito) programas criados durante os anos 2000 foram desmembramentos de programas de Letras.

A separação da área de Linguística em programas maduros de Letras apontou para o alinhamento entre os programas com a forma como a CAPES tem encaminhado a avaliação da área. Apesar da CAPES ainda manter a distinção, Letras e Linguística, os documentos produzidos por órgãos como a CAPES e CNPq têm encaminhado para uma

distinção que privilegia Literatura em oposição à Linguística. Oposição já adotada, por exemplo, nas publicações da ANPOLL.

A oposição entre *estudos linguísticos* e *estudos literários* também foi adotada nas *Diretrizes curriculares* para os cursos de graduação em Letras, último documento normativo publicado durante o período de cobertura desta tese. Publicada 39 anos após os *currículos mínimos*, esse documento, responsável pela regulamentação dos cursos de graduação em Letras, trocou a lista de disciplinas, entre as quais encontrava-se a Linguística, pela oposição mais genérica, na medida que não distingue as diferentes tradições presentes nos cursos.

A institucionalização da disciplina feita por esses dois documentos mostra a passagem de um momento, em que a lei funcionou como autorização de iniciativas pontuais e como fomento para implantação da área, para o momento em que a institucionalização da Linguística já se encontrava garantida por uma rede institucional, incluindo associações científicas, publicações, além dos cursos de graduação e pós-graduação.

A adoção de uma perspectiva mais ampla não significou o apagamento da Linguística das grades curriculares dos cursos de Letras. O mapeamento apresentado no capítulo 4 mostrou a presença de componentes associados à Linguística em todos os currículos analisados, considerando todas as regiões e períodos em as documentações foram produzidas.

Entretanto, o mapeamento mostrou, ainda, que as diferentes tradições, como as associadas às Línguas Clássicas, aos estudos históricos-filológicos e à Língua Portuguesa, continuaram compondo a configuração dos cursos de Letras. Ao verificar as configurações nas diferentes regiões, foi possível observar que em algumas a marcação dos componentes associados à Língua Portuguesa foi substituída pela não marcação de componentes associados à Linguística.

Ainda nessa direção, o levantamento das fontes secundárias mostrou que o debate em torno dos objetivos associados à área mostrou-se mais produtivo durante as décadas de 1970, 1980 e 1990 do que durante os anos 2000, momento em que a diversidade de subdisciplinas e perspectivas teóricas passa a compor tanto os elencos de componentes obrigatórios dos cursos de graduação em Linguística quanto as entradas de conteúdo nas ementas dos componentes de cursos de graduação em Letras.

Se, por um lado, a institucionalização da Linguística nos cursos de Letras passou a ser garantida por um conjunto de instituições que ultrapassam as diretamente

responsáveis pela oferta dos cursos, por outro lado, os projetos de construção de autonomia da disciplina tornaram-se muito mais difusos.

De qualquer modo, a reconstrução desse percurso permitiu concluir que a evolução dos processos de institucionalização da Linguística no ensino superior não implicou a consolidação de um dos projetos pedagógicos gestados, por exemplo, nos projetos de criação dos cursos de Linguística.

## 5.2 A Guerra Fria Estruturalista e o Ensino de Linguística no Brasil: o processo de recepção nos projetos pedagógicos

Como já informado na introdução, esta tese integrou o projeto de pesquisa *A Guerra fria estruturalista (fase 2)* coordenado pela Profa. Dra. Cristina Altman. Trata-se de uma dos projetos do CEDOCH na linha de pesquisa *Historiografia e documentação das teorias, descrições e análises linguísticas* do programa de pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral- DL/FFLCH-USP.

A origem desse ‘projeto guarda-chuva’ pode ser remetida a um dos resultados da historiografia apresentada por Altman (1998). A partir da perspectiva da pesquisa linguística realizada no Brasil entre 1968 e 1988, a autora apontou a polarização *Europa-Estados Unidos* como uma das características das pesquisas realizadas no período (op. cit. 291). O reconhecimento dessa polarização na documentação analisada apontou para o fato de as pesquisas linguísticas brasileiras serem marcadas como polo de recepção de teorias produzidas especialmente na França e nos EUA.

Em seu trabalho, Altman (1998) aponta como o processo de recepção das teorias produzidas nesses dois centros marcou a emergência de um novo *grupo de especialidade* no campo de investigação da linguagem no Brasil. A autora destaca a relação de agentes envolvidos na constituição do grupo com os países nos quais as primeiras gerações de linguistas foram obter qualificação.

A contribuição específica desta tese esteve relacionada com as implicações que o processo de institucionalização da área provocou no ensino, tanto dos já existentes cursos de Letras quanto dos cursos de Linguística em nível de graduação ou pós-graduação.

No capítulo 3 desta tese, ao analisar os projetos de criação dos primeiros cursos de graduação em Linguística, apontou-se o destaque dado por esses projetos à França e

aos EUA como representantes da área. Nessa direção, pode-se afirmar que a recepção da Linguística produzida na Europa e nos EUA não aconteceu apenas por meio da incorporação das teorias produzidas; foi, ainda, utilizada como elemento retórico de ruptura com as tradições de investigação da linguagem presentes à época, em especial a Filologia e a chamada Gramática Tradicional.

Além de compor a apresentação da área nos projetos citados, foi possível reconhecer traços desta retórica de ruptura nos elementos mais diretamente relacionados com o ensino da disciplina, como os componentes curriculares e entradas de conteúdo nas ementas.

Ao apresentar as nuvens de palavras criadas a partir das entradas de conteúdo dos componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística nos cursos de Letras, termos como *Linguística-Ciência, Gramática, Tradicional, Ensino* mostraram-se centrais nas diversas configurações apresentadas durante o capítulo 4. Trata-se de um indício de que os componentes retóricos associados à área entraram na documentação analisada como conteúdo do ensino de Linguística.

Nessa direção, o fato de a maior parte das entradas de conteúdo terem aparecido na categoria *Teoria/ Disciplinas e Escolas* pode ser apontado como um dos efeitos do processo de implantação na forma como o ensino da disciplina ocorreu. Do ponto de vista da documentação oficial, ao menos, a visão global do desenvolvimento teórico produzido nos centros de investigações estrangeiros foi mais privilegiada do que a conceituação dos fenômenos linguísticos. Um exemplo desse movimento pode ser observado no modo como a teoria gerativa foi apresentada na ementa do componente *Linguística Geral I*, do curso de graduação em Linguística da Unicamp em 1972.

Figura 28: Ementa da Disciplina Linguística Geral I do curso de Graduação em Linguística, Unicamp, 1972

184

Código	Nome da Disciplina	T	E	P	HS	C	S	SS
HL-121	Linguística Geral I	6	—	—	6	6	1	—

**EMENTA (11):**  
 Estruturalismo Linguístico: Conceitos fundamentais. Distinção entre Linguística e Semiologia, Linguística e Análise de Texto. A Crítica Linguística ao Estruturalismo: Gramática transformacional — Conceitos fundamentais.

**BIBLIOGRAFIA (12):**  
 Lepschy, G. — Linguística Estrutural, Ed. Perspectiva, S.P., 1971.  
 Saussure, F. — Curso de Linguística Geral, Ed. Cultrix, S.P., 1970.  
 Guirraud, P. La Sémiologie, Coll. Que Sais Je? PUF, Paris, 1971.  
 Lyons, J. — Linguistique Générale — Introduction à la Linguistique Théorique, Larousse, Paris, 1970.

Fonte: página 184 do Catálogo de Cursos de Graduação da UNICAMP, 1972. Consultado no SIARQ/UNICAMP.

A ementa apresentou os conteúdos por meio de teorias e disciplinas. Ao inserir a teoria gerativa, também insere a retórica de ruptura associada à teoria como *A crítica Linguística ao Estruturalismo*. Nas ementas dos cursos de graduação em Letras que faziam menção à chamada Gramática Tradicional ou normativa, foi possível operação semelhante, utilizando perífrases como *crítica à; revisão crítica*

Os conteúdos, em especial, os dos componentes introdutórios, parecem, ainda, refletir apreensões como as feitas por Ilari na década de 1990:

Na Universidade brasileira, a Linguística é uma ciência de importação recente. Sua introdução nos currículos de Letras, como disciplina obrigatória, data do início da década de 60; seu ensino em pós-graduação não é muito mais antigo. Recente e sem tradição de pesquisa. Aquilo que poderia parecer à primeira vista uma rápida sucessão de escolas, uma espetacular superação de paradigmas, fica mais adequadamente caracterizado como um processo de absorção superficial de métodos e questões teóricas originários de centros de pesquisa estrangeiros (ILARI, 1992:95).

Essas percepções apresentadas durante uma participação em mesa redonda sobre o tema e, posteriormente, transformada em capítulo do livro, podem ser relacionadas não somente à configuração dos conteúdos das disciplinas introdutórias, mas também ao próprio contexto de implantação da Linguística.

Pode-se apontar, ainda, outros livros que compartilham as mesmas características como o *O texto na sala de aula* organizado por João Wanderley Geraldi de 1984, e *Por que (não) ensinar gramática na escola?* de Sírio Possenti, de 1996. Nesses livros, as notas de rodapé e as apresentações apontam para circunstâncias em que a Linguística foi convocada a explicitar suas possíveis colaborações para o ensino, argumento utilizado desde a resolução de 1962 a favor da implantação da disciplina nos currículos dos cursos de Letras.

Tanto a ementa do componente curricular *Linguística Geral I* quanto a fala de Ilari apontam para o fato de que as teorias produzidas na Europa e nos Estados Unidos foram importadas juntamente com suas retóricas, criando a polarização de que fala Altman (1998) em seu trabalho. No entanto, o debate sobre a adequação das teorias dentro da Linguística não se limitou às instâncias de pesquisa ou mesmo às instâncias responsáveis pelo desenho dos cursos; o mapeamento dos conteúdos mostrou que esses debates sobre

a importância da Linguística foram incorporados como conteúdo dos próprios componentes curriculares.

Além de participar da incorporação dos meta-debates nas ementas dos componentes curriculares, outro efeito da *Guerra fria estruturalista*, que ficou marcado na documentação dos cursos, diz respeito à transformação de temas e subdisciplinas em conteúdo de ensino. Para ilustrar esse movimento, apresenta-se, abaixo, a ementa do componente *Conceitos Básicos de Linguística*, que integra a grade curricular do curso de Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa da UFRGS de 2004, currículo mantido até o final do período de cobertura desta tese

*Figura 29: Ementa do componente Conceitos Básicos de Linguística da grade curricular da Licenciatura em Letras- Língua Portuguesa da UFRGS, 2004*

#### Súmula

Linguagem e língua. Características da linguagem humana: dupla articulação, sistematicidade e criatividade. Abordagem lingüística e abordagem normativa. Conceitos básicos da lingüística contemporânea: sincronia e desempenho, gramaticalidade e aceitabilidade. Estruturalismo. Níveis de análise: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Língua e sociedade.

[-Fechar-](#)

Fonte: disponível pelo site:  
<<https://www1.ufrgs.br/Graduacao/xInformacoesAcademicas/curriculo.php?CodHabilitacao=109&CodCurriculo=318&sem=2004012>>.

A ementa insere *conceitos operatórios* relacionados ao estruturalismo europeu e norte americano, inclusive, unindo os dois como em *Conceitos básicos da linguística contemporânea: sincronia e desempenho* (grifo do autor), já que o primeiro termo em destaque refere-se à dicotomia saussuriana *sincronia-diacronia*, enquanto o segundo refere-se à dicotomia chomskyana *competência-desempenho*. Além de inserir a contraposição *Linguística x Gramática Tradicional*, destaca-se a apresentação de disciplinas como desdobramento do item *Níveis de análise*.

A transformação de subdisciplinas e temas de interesse da investigação Linguística em conteúdo mostrou, mais uma vez, que os componentes curriculares da área estão em sintonia com a configuração da produção da área.

Altman (1998), na conclusão de sua historiografia, aponta que as pesquisas linguísticas brasileiras, até o início da década de 1990, apresentavam-se em *um mapa*

*fragmentado em inúmeras escalas diferentes* (Op. cit. p. 298) para apontar a diversidade teórica e metodológica com pouca interação entre as diferentes perspectivas que convivem sob a designação de Linguística no Brasil.

A fragmentação apontada por Altman (1998) parece ter persistido durante todo o tempo de cobertura deste trabalho. Ilari, no início dos anos 2000, destacou como um ponto negativo do desenvolvimento do Departamento de Linguística da UNICAMP a especialização dos grupos:

Nós estamos um pouco “cada um no seu canto”, na sua ilha, e essas ilhas mal conversam, quer dizer, nós temos muita dificuldade de aprender uns com os outros. Seria um departamento no qual o recorte frequentemente é feito em profundidade dentro de um grupo, mas de um grupo para o outro a experiência não passa, hoje. Talvez isso seja uma das consequências do grande desenvolvimento dessa nossa disciplina, porque é muito difícil, realmente, uma pessoa ser ao mesmo tempo um profundo sintaxista e um profundo foneticista. Mas não sei, quer dizer, seria melhor se nós pudéssemos aprender mais uns com os outros (Entrevista concedida a Leonardo Oliveira, publicada em ALBANO; COUDRY, POSSENTI; ALKMIM, 2003:27).

A ementa apresentada anteriormente transforma a fragmentação, apontada por Altman em relação às pesquisas linguísticas, e por Ilari em relação ao funcionamento do departamento, em conteúdo. Pode-se apontar esse movimento como uma das motivações da produção dos manuais de Linguística durante os anos 2000.

O levantamento das indicações bibliográficas apresentado no capítulo 4 desta tese mostrou que as obras mais produtivas foram os manuais compostos por capítulos dedicados à subdisciplinas ou temas de investigação da Linguística contemporânea e sua produção; normalmente, cada capítulo foi escrito por autores reconhecidos como especialistas do tema.

Além de estabelecer a fragmentação como unidade da área, o movimento de inserção de um conjunto de subdisciplinas consolida, no nível do ensino de Linguística, o processo de recepção das teorias produzidas no que se reconhece como centro de produção do conhecimento linguístico.

Tanto as ementas dos componentes introdutórios de Linguística quanto os manuais parecem refletir o *clima de opinião* presente desde a implantação da área no Brasil; esse clima de opinião pode ser depreendido do trecho em que Ilari discorre sobre a implantação do curso de Linguística na UNICAMP.

De certo modo eles (os primeiros alunos do curso) estavam aprendendo Linguística, não estavam aprendendo a ser Linguistas. Então o trabalho era muito próximo, era um trabalho em cima do texto. Eu acho que nós éramos um pouco doidos. Nós achávamos que tínhamos que passar para eles o melhor possível, tínhamos pressa em passar tudo em poucas aulas e eles, de certo modo, entenderam esse espírito, entraram bem nesse espírito e uma dessas pessoas ficou na universidade, uma delas, a Manza<sup>83</sup>.

Eu acho que havia uma certa mística de que nós estávamos criando um curso novo e isso tinha uma publicidade muito grande. A nossa ideia de currículo era que tinha que pôr tudo que havia de bom, de melhor, fazer uma grande salada disso. Mas parece que funcionou, que isso foi suficiente para provocar um interesse muito grande, uma série de reações (Entrevista concedida a Leonardo Oliveira, publicada em publicada em ALBANO; COUDRY; POSSENTI; ALKMIM, 2003:20).

Ainda que a afirmação tenha sido feita em relação ao momento da implantação do curso de graduação em Linguística da UNICAMP, no início dos anos 70, a análise documental das ementas e das bibliografias permitiram expandir esse clima de opinião como uma das fontes de construção dos componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística e dos manuais de Linguística indicados como referências bibliográficas.

A ocupação de centro de recepção ocupado pela UNICAMP e pela USP pode ser defendida não somente por serem as primeiras instituições a criarem cursos de graduação em Linguística, mas, em especial, por seus professores ocuparem o maior espaço nas indicações bibliográficas dos cursos.

Mesmo considerando que as configurações curriculares dedicaram cargas horárias diferentes aos componentes associados à Linguística, como mostrado no capítulo 4, é possível afirmar que a Linguística que se consolidou nos cursos de graduação em Letras, ao menos no nível da documentação analisada, foi fruto do modo de recepção e desenvolvimento dado à disciplina no momento de sua implantação.

Os resultados do trabalho de Barbosa (2004) também apontaram para a efetivação do ensino de Linguística centrado nas apresentações teóricas, entendidas pelos alunos como divergentes das posições que deveriam constituir a prática de um professor de língua portuguesa.

A autora analisou entrevistas feitas com estudantes do último ano de quatro cursos de Letras diferentes; dois cursos da região norte (um privado e um público), dois cursos

---

<sup>83</sup>Segundo a publicação, Maria Ima Hadler Coudry.



da região sudeste (um privado e um público). As entrevistas foram realizadas em 2002 e buscavam compreender de que maneira os formandos dos cursos de Letras relacionavam a Linguística à futura prática docente. Para a autora, a recepção da Linguística feita pelos alunos refere-se a um conjunto de conceitos e teorias percebidos como desconexos entre si e sem relação com a prática docente, já que esta tarefa estaria relacionada com o ensino da Gramática Tradicional.

A documentação oficial dos cursos apontou um ensino de Linguística fortemente calcado na recepção de teorias e conceitos, cuja operacionalidade não foi atrelada à construção de um projeto pedagógico. A unidade dos conteúdos, portanto, ficou garantida somente por fatores externos como as ementas, os manuais de linguística, o projeto de curso, departamentos.

### 5.3 O Desenvolvimento Institucional e o Ensino de Linguística

Um dos pressupostos desta tese foi a relação entre o desenvolvimento institucional e as propostas de ensino de Linguística instauradas nos cursos de graduação e pós-graduação. Além de consistir em um pressuposto teórico da historiografia apresentada por esta tese, o período analisado englobou uma a criação de uma série de órgãos e instrumentos de regulação, como o Conselho Federal de Educação em 1961, a reforma universitária instaurada pelo regime militar em 1968, os Planos Nacionais para a pós-graduação a partir da década de 1980 pela CAPES.

A institucionalização foi tomada, portanto, como um processo construído ao longo do tempo por uma série de agentes que atuaram a partir das posições que desempenharam nesse processo. Nessa direção, foi preciso pontuar os diferentes graus de institucionalização pelos quais a Linguística passou ao longo do período analisado.

O menor grau de institucionalização apresentado por esta tese foi o programa da cadeira de Filologia Românica, proposto pelo Prof. Theodoro Henrique Maurer Junior, em 1960. Tratou-se de uma iniciativa pontual, mas realizada por alguém com autoridade para tornar a Linguística um conteúdo obrigatório para a integralização do curso de Letras Clássicas na USP. Os graus mais elevados foram os cursos de graduação e pós-graduação em Linguística. Trataram-se de projetos pedagógicos que envolveram uma organização

institucional complexa (constituição de grade curricular própria, corpo docente, corpo discente) para fornecer o título de ‘linguista’ nos diferentes níveis.

Ao longo de toda a tese, considerou-se duas instâncias como centrais: a primeira, representada pelos órgãos governamentais responsáveis por estabelecer a regulação dos sistemas de ensino no Brasil; a segunda, representada pelas instituições que ofertaram os cursos.

Dos documentos produzidos pela primeira instância, foram apresentadas e analisadas as resoluções que regulamentam os cursos de graduação produzidas pelo MEC e os documentos de área produzidos por agências como a CAPES e o CNPq. A segunda instância foi apresentada por meio do mapeamento dos projetos e currículos dos cursos analisados nos capítulos 3 e 4.

A análise das relações estabelecidas entre as duas instâncias mostrou que não há uma relação direta de causa e efeito, e que as perspectivas implementadas pelas leis não se concretizam sem que haja um conjunto de fatores que as favoreça. O exemplo utilizado foi a comparação entre a implantação de uma cadeira de Linguística pela lei de criação da USP, em 1934, e a resolução que instaura o currículo mínimo do curso de Letras, em 1962.

A primeira não se concretizou, e a Linguística se institucionalizou muito mais tarde na USP; já a segunda abriu espaço para a emergência de um novo grupo de especialidade no cenário universitário do Brasil. Foram analisados, ainda, alguns impactos na configuração das grades curriculares do curso de Letras provocados pelas *diretrizes curriculares* de 2001, como a substituição dos componentes associados à Língua Portuguesa por componentes associados à Linguística.

Se, por um lado, não é possível estabelecer uma relação de causa e efeito entre a publicação de uma lei e sua concretização nos cursos ofertados pelas instituições, por outro lado, é preciso pontuar que essas leis podem atuar no direcionamento de como as áreas se desenvolvem.

Além do exemplo apontado acima sobre as *diretrizes curriculares*, esta tese mostrou como programas de pós-graduação em Letras já estabelecidos têm optado por mudar para a categoria Linguística da CAPES em função dos critérios utilizados para avaliação por parte da agência.

Ao considerar os efeitos produzidos por esses documentos e o organograma de organização da historiografia linguística (SWIGGERS: 2010:4), é preciso considerar que os documentos não representam em si as reflexões sobre a linguagem que estão ali

presentes, ou seja, esses documentos já apresentam um recorte das teorias existentes. Essa pontuação torna-se ainda mais central ao considerar que a Linguística no Brasil foi marcada por ser uma Linguística de recepção.

Em um contexto em que o financiamento das instituições se encontra vinculado à submissão às regras estabelecidas pelos órgãos governamentais, esses documentos atuam fortemente no direcionamento que as áreas e as instituições tomam.

Durante a tese, foram apontados ao menos dois exemplos: em relação ao REUNI, programa em que as universidades federais tiveram que se comprometer com um modelo expansão para poder receber verbas; em relação a pós-graduação, além do já citado movimento de alteração da vinculação de Letras para Linguística, a análise dos produtos dos programas de pós-graduação mostraram o alinhamento do programa com os quesitos de produtividade exigidos, mostrando como a quantidade de titulação subiu consideravelmente.

Ainda em relação à produtividade dos programas de pós-graduação, a análise detalhada da produção do programa de Linguística da UnB, apresentada no capítulo 3, mostrou o impacto dessa produtividade na mudança do perfil do programa, tornando temas com longa tradição de pesquisa menos expressivos em relação a temas que possuem uma produtividade maior em um curto espaço de tempo.

Pensados para resolver problemas externos aos interesses de investigação das áreas, como, por exemplo, o número de doutores no Brasil ou a interiorização das universidades federais, os programas e documentos de regulação produzidos pelos órgãos governamentais acabam por direcionar e reforçar o modelo de recepção que sustenta o ensino de Linguística no Brasil.

#### 5.4 Proposições para a Construção de um Projeto Pedagógico para a Linguística

Mais uma vez, é importante apontar que as considerações sobre o ensino de Linguística feitas nesta tese tomam como perspectiva a documentação analisada, ou seja, a tese perseguiu o lugar que esse ensino ocupa nos documentos oficiais dos cursos de Letras e Linguística; não observou o ensino do ponto de vista da prática pedagógica.

A análise da documentação que constituiu a fonte informacional para esta tese permitiu traçar uma trajetória em que o ensino de Linguística aparece como ferramenta

para a concretização de projetos externos aos interesses da comunidade acadêmica onde o curso é oferecido, e à própria disciplina.

Na década de 1960, foi implantada para auxiliar na formação do curso de Letras e proporcionar um melhor preparo para os desafios do ensino de línguas. Durante os anos de 1970, foram gestados projetos de completa autonomia para a disciplina tida como *ciência piloto*; seria responsável pela renovação da formação na área de Linguagem. Já nas décadas de 1980 e 1990, foi obrigada a rever seus planos de autonomia em relação à área de Letras, passou a se diversificar e se tornou protagonista nos debates institucionais sobre o ensino. Dos anos 2000 até o fim do período, parece ter sido estabilizado tanto o debate sobre a importância da Linguística quanto a sua fragmentação em um conjunto de subáreas.

Como se argumentou no item anterior, a unidade da Linguística foi assegurada por seu alto grau de institucionalização. No entanto, o conjunto de componentes obrigatórios associado à área não permitiu traçar um perfil do formando que passou por esses componentes. Os conteúdos dos componentes parecem, ainda, responder aos debates sobre a importância da Linguística e a definição da área.

A formação nos cursos de graduação em Linguística tem como seu principal objetivo preparar alunos para realizar a pós-graduação na área; os pós-graduandos têm seu principal mercado nos cursos de Letras, uma vez que o número de cursos de graduação em Linguística é bem reduzido.

A documentação analisada parece apontar um ciclo vicioso em que o ensino de Linguística foi marcado pelo processo de institucionalização, que garantiu sua presença no ensino superior, e, por sua vez, o processo de institucionalização garante sua presença como uma Linguística de recepção.

Acredita-se que a construção de um projeto pedagógico para o ensino de Linguística passa pela retomada do debate sobre os objetivos do ensino de Linguística, em instâncias como as associações científicas, os departamentos responsáveis para a construção de projetos que possam estar associados ao interesse dos agentes envolvidos.

Um dos pontos que se destacaram durante o mapeamento foi que a configuração organizacional das instituições que oferecem os cursos de Letras e Linguística mostrou-se mais diversa do que as propostas pedagógicas e os modos de incorporação da Linguística nas grades curriculares.

De um modo geral, os conteúdos, os meios de apresentação desses conteúdos e as indicações bibliográficas acabam por criar uma padronização no ensino de Linguística na

graduação que, ao menos nos documentos oficiais, não abre espaço para novas configurações da área associadas aos interesses de seus agentes.

Castilho (2018; 2019) tem defendido que a Linguística Brasileira precisaria dar um passo, além dos trabalhos de descrição já realizados, em direção à teorização linguística. O autor defende a criação de um pós-doutoramento interinstitucional para a construção de teorias linguísticas feitas no território nacional. Trata-se de uma proposta feita a partir da perspectiva da produção de conhecimento.

A partir do que foi analisado, acredita-se que a concretização das ambições propostas por Castilho enfrentará resistência oriunda de uma padronização no ensino da disciplina, que, na graduação, fica restrita a uma apresentação geral das subdisciplinas e de temas de interesse cujo aprofundamento e desenvolvimento fica restrito à pós-graduação.

Um outro fator que o mapeamento realizado pelo trabalho apontou diz respeito à construção das histórias dos cursos de graduação e programas de pós-graduação. Mesmo os cursos e programas de pós-graduação mais antigos não construíram em seus sites históricos que vão além das informações gerais como data de criação do curso e da faculdade em que os cursos estão inseridos.

As mesmas considerações poderiam ser feitas em relação aos trechos dedicados ao histórico dos cursos nos *Projetos Pedagógicos de Curso* que foram encontrados. A criação de historiografias destinadas à compreensão das práticas pedagógicas dos cursos poderia ser uma ferramenta importante na construção de um projeto pedagógico aliado aos interesses dos agentes envolvidos, ao invés de uma tarefa burocrática destinada aos avaliadores do MEC.

Por fim, o estabelecimento de projetos a partir de interesses dos agentes envolvidos pode fortalecer a resistência dos cursos em relação às propostas provenientes de instâncias governamentais, muitas vezes ligadas a um modelo exterior aos interesses das comunidades acadêmicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi apresentar uma historiografia do ensino de Linguística produzida a partir da documentação oficial dos cursos de Letras e dos programas de Linguística das universidades federais, além dos quatro cursos de graduação em Linguística existentes no país. A cobertura temporal deste trabalho partiu da década de 1960 e parou no ano de 2010. Visou-se cobrir o período entre a publicação da resolução que tornou a Linguística disciplina obrigatória nos cursos de Letras, em 1962, e o período da publicação das *diretrizes curriculares* em 2001, além do programa de expansão das universidades federais, o REUNI.

O mapeamento realizado por este trabalho classificou 8.167 (oito mil, cento e sessenta e sete) componentes curriculares presentes em 134 currículos dos cursos de graduação em Letras e Linguística. Dos currículos dos cursos de Letras, foram mapeados, ainda, 2.220 (duas mil duzentas e vinte) entradas de conteúdo, e 883 (oitocentas e oitenta e três) indicações bibliográficas presentes em parte das ementas dos componentes curriculares obrigatórios associados à Linguística.

Em relação à pós-graduação, a tarefa inclui o levantamento dos produtos produzidos por 11 (onze) programas de pós-graduação registrados na categoria 'Linguística' junto a CAPES e, ainda, um levantamento exaustivo dos 377 (trezentos e setenta e sete) trabalhos de pós-graduação defendidos junto ao programa de pós-graduação em Linguística da UnB, entre 1965 e 2010.

Os mapeamentos mais amplos e os critérios que permitiram chegar ao recorte acima foram apresentados no capítulo 1, responsável, ainda, pela exposição dos pressupostos teóricos da historiografia linguística utilizados na tese.

Além dos documentos diretamente relacionados aos cursos, apresentou-se uma análise dos documentos produzidos pelos órgãos governamentais responsáveis pela regulação do ensino. Esses documentos foram apresentados no capítulo 2 e compuseram uma periodização inicial construída a partir de fatores externos relacionados ao ensino de Linguística.

Em relação aos cursos de graduação, foi analisada a trajetória da Linguística de 1962, quando aparecia como uma das disciplinas da área da Linguagem na resolução que instaurou os *currículos mínimos* para a graduação em Letras, até 2001, quando as *diretrizes curriculares* optaram por utilizar uma distinção entre duas grandes áreas:

*estudos linguísticos e estudos literários*. Em relação aos documentos da pós-graduação, foram apresentados os Planos Nacionais para a Pós-Graduação e os documentos de área produzidos pela CAPES e CNPq; destacou-se a construção dos instrumentos de avaliação que passaram por um longo processo de aperfeiçoamento para tentar medir a ‘qualidade’ da pós-graduação.

A análise desses documentos justificou-se, principalmente porque o foco desta historiografia foi compreender de que modo os processos de institucionalização da Linguística afetaram as configurações dos cursos de Letras e Linguística que fizeram parte do escopo da pesquisa.

A análise da documentação dos cursos foi iniciada de maneira mais direta no capítulo 3, capítulo dedicado aos cursos de graduação e pós-graduação em Linguística. Em relação aos cursos de graduação em Linguística, salientou-se o contexto que originou os projetos de criação dos 04 (quatro) cursos, e as configurações das diferentes áreas que constituíram os 19 (dezenove) currículos analisados. Já em relação aos programas de pós-graduação, foi apresentada a produção de 10 (dez) dos 11 (onze) programas<sup>84</sup>. E, ainda, um levantamento detalhado dos 377 (trezentos e setenta e sete) trabalhos defendidos junto ao programa de pós-graduação em Linguística da UnB entre 1965 e 2010; trata-se do primeiro programa de pós-graduação em Linguística implantado no Brasil como uma das ações para garantir a implementação da resolução de 1962.

Como foi possível perceber, a produtividade da criação dos cursos de graduação em Linguística foi baixa; essa criação foi dividida em dois momentos: o primeiro, refere-se à criação dos cursos de Linguística da UNICAMP (1970) e da USP (1972); o segundo, refere-se à criação dos cursos da UFG (1992) e da UFSCar (2009).

O primeiro momento fez parte do processo de consolidação da Linguística no Brasil. Apesar de visões diferentes sobre a relação que a disciplina deveria estabelecer com a área de Letras, os dois projetos concebiam a Linguística como uma disciplina autônoma; o projeto da UNICAMP, pretendendo substituir a formação em Letras, e o projeto da USP, instaurando um espaço para a Linguística ao lado das Letras, com disciplina no ensino básico. Os cursos da UFG e da UFSCar, apesar de também apresentarem perfis diferentes entre si, foram criados em um contexto em que a Linguística já se encontrava consolidada por meio de associações científicas atuantes e da existência de periódicos dedicados à publicação dos trabalhos da área.

---

<sup>84</sup> Um dos programas não apresentou produtos no período considerado.

Em relação à configuração dos cursos, observou-se que, apesar da distância temporal entre suas criações, os cursos da USP e da UFG mantiveram uma relação mais estreita com a área de Letras, enquanto, de maneira geral, os cursos da UNICAMP e UFSCar dedicaram maior espaço aos componentes curriculares diretamente associados à Linguística.

O curso da UNICAMP foi o que apresentou mais alterações curriculares. Criado com o objetivo de substituir a formação nos cursos de Letras, foi obrigado a rever seu projeto durante as décadas de 1980 e 1990, aproximando-se mais da área de Letras, principalmente pela substituição de componentes não associados aos estudos da linguagem por componentes da área de Literatura e Línguas Clássicas. Porém, no final do período de cobertura desta tese, o curso havia iniciado a substituição de parte dos componentes de Literatura por subdisciplinas da Linguística.

De modo geral, os quatro cursos contemplaram, em seus currículos, o chamado núcleo duro da Linguística (fonética, fonologia, morfologia e sintaxe) e componentes associados à Sociolinguística, à Psicolinguística e a análises textuais-discursivas. Os quatro cursos são ofertados na modalidade bacharelado, e a USP oferece o único curso de Licenciatura em Linguística do Brasil, ainda fruto do projeto de implantação do curso.

O foco principal dos quatro cursos está relacionado com o desenvolvimento de pesquisas na área, especialmente na pós-graduação. O único curso de bacharelado a incluir um componente dedicado ao estágio profissional foi o curso da UFSCar, criado em 2009, e que ainda não passou por nenhuma revisão curricular, ou seja, ainda não é possível discorrer sobre os efeitos desse estágio para o projeto de curso.

Em relação aos programas de pós-graduação, foi possível verificar uma produtividade mais significativa do que em relação aos cursos de graduação. Em especial, observou-se que a metade dos programas criados nos anos 2000 foram desmembramentos de antigos programas de Letras, que optaram por separar as áreas de Linguística e Literatura para facilitar os processos de avaliação da CAPES.

O levantamento dos produtos produzidos pelos programas mostrou um aumento considerável em suas produções do meio para o final dos anos 2000. Já o mapeamento detalhado dos 377 (trezentos e setenta e sete) trabalhos defendidos no programa de pós-graduação da UnB mostrou que o principal mercado de atuação de seus egressos foram os cursos de Letras, e, ainda, foi possível observar como o impacto da alta produtividade do programa nos últimos anos alterou consideravelmente o perfil do programa.



O mapeamento do ensino de Linguística nos cursos de graduação em Letras, espaço de maior representatividade, foi apresentado no capítulo 4. Foram destacadas as configurações das áreas nos cursos de Letras, e os conteúdos por meio do mapeamento das ementas e indicações bibliográficas.

O mapeamento incluiu 115 (cento e quinze) currículos produzidos entre 1964 e 2010. Desse conjunto, foram classificados 7.427 (sete mil quatrocentos e vinte e sete) componentes curriculares, e levantadas 2.220 (duas mil duzentas e vinte) entradas de conteúdo, e 883 (oitocentas e oitenta e três) indicações bibliográficas a partir das ementas de componentes obrigatórios associados à Linguística.

Foi possível verificar que, apesar das diferentes configurações entre as áreas, todos os cursos de Letras incluíram componentes associados à Linguística para compor o conjunto de *estudos linguísticos*. Observou-se também que as diferentes configurações se relacionaram, em especial, ao processo de apagamento da associação do componente à Língua Portuguesa, tal como foi realizado nas diretrizes curriculares.

Apesar desse processo, todos os currículos também incluíram, em suas grades curriculares, componentes associados a outras tradições dos estudos linguísticos, incluindo, ainda que não significativamente, componentes associados à chamada gramática tradicional.

Em relação aos conteúdos e indicações bibliográficas foi, observado o movimento de incorporação da retórica utilizada para sustentar a implantação da Linguística no cenário acadêmico brasileiro como conteúdo dos componentes curriculares. Também foram incorporadas, como conteúdo dessas ementas, as diferentes subdisciplinas e temas de investigação de diferentes áreas da Linguística. Esse processo encontra apoio nas indicações bibliográficas compostas por manuais em que cada especialista se dedica à exposição de sua subárea.

A partir da apresentação desses mapeamentos, no capítulo 5, foram destacados três movimentos relacionados com o ensino de Linguística no Brasil. Os dois primeiros tinham como objetivo destacar os efeitos do processo de institucionalização na configuração dos cursos de Linguística, seja por meio das atuações que as diferentes instituições desempenharam para garantir a autonomia da disciplina, seja pela relação que a Linguística manteve com os centros de produção de conhecimento, em especial o estruturalismo produzido na Europa e nos Estados Unidos. O terceiro buscou destacar como os próprios instrumentos criados para a regulação dos cursos atuaram para consolidar a Linguística brasileira como uma Linguística de recepção.

Por fim, apostou-se que, em relação à homogeneização apresentada na configuração da área nos currículos analisados, a construção de projetos que não se limitem a uma Linguística de recepção passaria pelo resgate do debate dos objetivos da Linguística e pela construção de projetos mais relacionados com os interesses de seus agentes.

Apontou-se também que historiografias dos cursos de Letras do Brasil poderiam auxiliar na construção de projetos que estejam relacionados aos anseios dos agentes envolvidos na construção dos cursos.

Resta pontuar que o mapeamento apresentado nesta tese consistiu no traçado dos contornos de uma historiografia do ensino de Linguística no Brasil. Nessa direção, o trabalho funciona mais como bússola do que como mapa.

A consolidação de uma historiografia do ensino de Linguística no Brasil precisaria passar por um vasto levantamento da documentação dos cursos, sobretudo dos que já existiam no momento da implantação da disciplina.

O mapeamento realizado ainda apontou para a necessidade de realizar um mapeamento semelhante em relação aos componentes associados à Língua Portuguesa, lugar em que a disputa entre as diversas tradições se manifestou mais explicitamente, incluindo um mapeamento exaustivo dos programas de pós-graduação em Letras.

Do ponto de vista meta historiográfico, o trabalho levantou questões relacionadas à natureza e aos efeitos produzidos por documentos elaborados por órgãos reguladores do ensino, tanto na construção dos projetos pedagógicos dos cursos quanto na própria produção de pesquisas da área.

Aponta, sobretudo, para o fértil terreno de investigação que as historiografias dedicadas ao ensino da Linguística podem lavrar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMAN, C.(1994) Trinta anos de linguística brasileira. Movimentos de afirmação e auto-afirmação profissional". Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada- DELTA. São Paulo: PUCSP, nº 10 v.02, 1994. p.389-408

\_\_\_\_\_ (1996b) História, Histórias e Historiografia da Linguística Brasileira- Relatório do GT em Historiografia da Linguística Brasileira. Estudos Linguísticos. Anais do 43º Seminários do GEL, Taubaté: Unitau 1996b. P. 75-83

\_\_\_\_\_ (1996c) Memórias da Linguística na Linguística Brasileira". Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, nº 02, 1996c. P.173-189

\_\_\_\_\_ (1997) "Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada sobre produção linguística brasileira". In: GÄRTNER, E. (ed). Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997

\_\_\_\_\_ (1998) A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2004.

\_\_\_\_\_ (1999) "Da Insula Vera Crux a Terra Brasiliensis.Continuidades e discontinuidades na produção linguística brasileira". Linguística- Revista da Alfal, nº 11, 1999. p.13-25

\_\_\_\_\_ (2001) Historiografias Linguísticas: três questões em produção linguística brasileira. São Paulo: FFLCH-USP (Tese de Livre Docência), 2001.

\_\_\_\_\_ (2009) Retrospectivas e Perspectivas da Historiografia da Linguística no Brasil. Revista argentina de historiografia linguística, I, 2, 2009. p. 115-136

\_\_\_\_\_ (2012).

\_\_\_\_\_ (2018) Filologia e Linguística Brasileiras, mais uma vez. In: COELHO, O. A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2018): Memórias, Estudos. Campinas: Pontes, 2018.

ALTMAN, C et al (1995) "Mapeamento da produção Linguística nos 25 nos do GEL". Estudos Linguísticos. Anais do 42º Seminário do GEL, 1995. P. 50-57

ALVES; M.F.; OLIVEIRA, J.F. (2014) Pós-Graduação no Brasil: do regime militar aos dias atuais. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 30, nº02, 2014 p. 351-376.

ARANDA, M.A. (2012) Los materiales empleados en la enseñanza gramatical del español en Francia: las gramáticas y métodos de José M. Lopes (1866, 1873 y 1892). Revista argentina de historiografía lingüística, IV, 1, 2012. p.1-21

BARBOSA, M. V. (2004) Entre o Sim e o Não, a permanência: o discurso do graduando em Letras sobre o ensino de língua materna. Campinas-SP: Dissertação (mestrado). IEL/Unicamp,2004.

BARZOTTO, V.H. et al. (2015). (orgs) Registros de um projeto de pesquisa : formação de professores de Língua Portuguesa. São Luís: EDFUMA, 2015.

BASTOS, N.O.; HANNA, V.C. (2015) Historiografia Linguística, História Cultural, Estudos Culturais: desafios teóricos-metodológicos. Revista Confluência, nº 49, v. 2, p. 201-214

BATTISTA, E.; LIDGETT, E. (2015) La presencia de las teorías de la gramática filosófica francesa en la tradición escolar argentina: un recurso pedagógico. El caso de las gramáticas de Ricardo Monner Sans (1893) y Juan José García Velloso (1897). Revista argentina de historiografía lingüística, VII, 2, 2015. p. 101-114

BORGES-NETO, J. (2018) História da Gramática. (mimeo)

CASTILHO, A.T. (1998) Prefácio In: ALTMAN, M.C.F.S.(1998) A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2004

\_\_\_\_\_ (2018 a) Da Crônica à Historiografia Linguística: a presença de Cristina Altman In: COELHO, O. A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2018): Memória, Estudos. Campinas: Pontes, 2018.

\_\_\_\_\_ (2018b) Discurso do Homenageado. In: Cerimônia de Outorga do Título de Professor Emérito a Ataliba Teixeira de Castilho. Disponível em: [https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2018-01/ataliba\\_teixeira.pdf](https://www.fflch.usp.br/sites/fflch.usp.br/files/2018-01/ataliba_teixeira.pdf)

CAVALIERI, R. (2001) Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. Revista Alfa, nº 45 49-69

CIAPUSCIO, G. et al. (2011) La Gramática: investigación y enseñanza en la obra de Ofelia Kovacci. Revista argentina de historiografía lingüística, III, 1, 2011. p.29-52

COELHO, O. (1998) Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira. Um ensaio historiográfico sobre o papel da liderança na articulação de um paradigma em ciência da Linguagem. São Paulo: FFLCH-USP (dissertação de Mestrado), 1998.

\_\_\_\_\_ (1999) "Produção científica e profissionalização do especialista em estudos da linguagem no Brasil (1910-1960). Estudos Linguísticos, nº 28, 1999. p. 443-448

\_\_\_\_\_ (2018) Filologia, Linguística e Historiografia Linguística. In: COELHO, O. (org). A Historiografia Linguística no Brasil (1993-2018): Memória, Estudos. Campinas: Pontes, 2018. 65-80

\_\_\_\_\_ (2019) 50 anos do GEL: caminhos da linguística no Brasil. Mimeo

CORREIA, F.P.P. (2015) "A formação inicial em Letras: cenário de pesquisas que consideram a perspectiva do professor formador". Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v. 15 nº 3, 2015. p. 503-536

COSTA, M.A.M (2014) "Reflexos das políticas itinerantes nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de letras". Revista Brasileira de Linguística Aplicada, v.14, n.1, 2014. p. 41-60

FÁVERO, L.L.(2000) Heranças- Educação no Brasil Colônia. Revista da Anpoll, nº 8. São Paulo: Humanitas, 2000 p. 87-102

\_\_\_\_\_ (2002) O Ensino no Império: 1837-1867- trinta anos do imperial collegio de Pedro II. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (2002). Institucionalização dos Estudos da Linguagem- a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002 p. 65-86

FOLGADO, M.J.G. (2010) María José Martínez Alcalde. La fijación ortográfica del español: norma y argumento historiográfico. Revista argentina de historiografía lingüística, II, 2, 2010. p. 159-162

FUENTES, M.P. (2014) Los estudios literarios y lingüísticos en la facultad de Filosofía y Letras a lo largo del siglo XIX en España. Revista argentina de historiografía lingüística, VI, 1, 2014. p. 51-71

GERALDI, J.W (org) (1984) O Texto na sala de aula: leitura & produção. São Paulo: Ática,1997.

\_\_\_\_\_ Convívio Paradoxal com o Ensino da Leitura e Escrita. In: Cadernos de Estudos Lingüísticos nº31. Campinas: Unicamp Jul/Dez 1996 págs 127-144

\_\_\_\_\_ & SILVA, L.L.M & FIAD, R. S. Lingüística, Ensino de Língua Materna e Formação de Professores In: D.E.L.T.A vol 12 nº2. 1996 pág. 307-326

HAYASHIDA, S.R. (2012). Periódicos Científicos: a produção e a circulação da ciência da linguagem no Brasil. Campinas: IEL (tese de doutoramento), 2012.

KOERNER, K. (1989). Models in Linguistic Historiography. In: \_\_\_\_\_ Practicing Linguistic Historiography. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1989. p. 47-55

KUHN, T.S. (1962) A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. (2002) A Língua Portuguesa no processo de institucionalização da Linguística. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (2002). Institucionalização dos Estudos da Linguagem- a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002 p. 13-22

LIDGETT, E. (2011) Gramática escolar y políticas lingüísticas em la Argentina: un análisis de la Gramática de la lengua castellana (1893) Revista argentina de historiografía lingüística, III, 2, 2011. p. 109-132

MARTÍNEZ, M. T. (2012) La enseñanza de la formación de palabras en la gramática escolar académica (1857-1949). Revista argentina de historiografía lingüística, IV, 1, 2012. p. 51-78

MATTOSO CÂMARA JR, J. (1968) A Linguística Brasileira. In: NARO, A.J. Tendências Atuais da Linguística e da Filologia no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

MURRAY, S. O. (1994) Theory Groups and the Study of Language in North America. A Social History. Amsterdam: John Benjamins, 1994.

OLIVEIRA, K.G.S. (2017). Ensino de Fonética e Fonologia no Brasil (1950-2000). Projeto de Doutorado em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral- FFLCH-USP.

ORLANDI, E.P. (1984). Depoimento sobre o início da Pós-Graduação em Linguística da USP. Boletim da ABRALIN, n° 06 p. 211-213

\_\_\_\_\_ (2002) Ir ao congresso: fazer a história das ideias linguísticas? In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (2002). Institucionalização dos Estudos da Linguagem- a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002 p. 41-64

PALACIO, L.P. (2015) O discurso da reforma e seus efeitos no ensino superior: a estruturação curricular em cursos de Letras. São Paulo: FEUSP: tese de doutorado, 2015.

PIETRI, E. (2003). A constituição do discurso da mudança do ensino de língua materna no Brasil. Campinas: IEL (tese de doutorado), 2003.

PONTES, E. (1987) " A Linguística na UnB pré-1964". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 10, 1990. p. 159-163.

RENZO, A.M.(2002) Liceu Cuiabano: língua nacional, religião e estado. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (2002). Institucionalização dos Estudos da Linguagem- a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002 p.101-120

ROBINS, R.H. (1990) Constraints and intentions in the organization of the history of Linguistics. In: HÜLLEN, W. Understanding the historiography of linguistics problems and projects : symposium at Essen, 23-25 November 1989. Münster Nodus Publikationen c1990.

RODRIGUES, A (1987) " A Linguística na Universidade de Brasília antes de 1964". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 09, 1988. p. 51-61.

SILVA, D.J.A. (2013) "Inovações pedagógicas no setor litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e seus desdobramentos na licenciatura em Linguagem e Comunicação". Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, nº 34, 2013. p. 159-183

SILVA, M.V. (2002) Colégios do Brasil: o Caraça. In: ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. (2002). Institucionalização dos Estudos da Linguagem- a disciplinarização das ideias linguísticas. Campinas: Pontes, 2002 p.87-100



STELLA, P. R.; TAVARES, R.R. (2012) "Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Inglês da UFAL: os letramentos em questão". *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 12, nº 04, 2012. p. 955-969

SUGIYAMA, E.JR. (2006) *Linguística e Metodologias do Ensino de Língua Portuguesa: limites e possibilidades da circulação do conhecimento*. Série Iniciação Científica nº 2, v.1. São Paulo:FEUSP, 2006.

SUGIYAMA, E. JR.; RIBEIRO, M.O. (2019) A produção do texto acadêmico: o não lugar e o lugar nenhum do leitor e da leitura. In: BARZOTTO, V.H. & RIOLFI, C.R. *Leituras Errantes*. São Paulo: Paulistana, 2019.

SWIGGERS, P. (1990) Histoire et historiographie de l'enseignement du français: modèles, objets et analyses. In: COSTE, D. (éd.). **Démarches en histoire du français langue étrangère ou seconde**. E.L.A., 78, 1990, pp. 27-44.

\_\_\_\_\_ (1992)

\_\_\_\_\_ (2004) "Modelos, Métodos y Problemas en la historiografía de la lingüística". *Nuevas Aportaciones a la historiografía lingüística*. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL. La Laguna (Tenerife) 22-25 octubre de 2003.

\_\_\_\_\_ (2009). *La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones*. *Revista Argentina de Historiografía Lingüística*, 1, 67-76.

\_\_\_\_\_ (2010) *História e Historiografia da Lingüística*. *Revista Eutomia*. Ano III v.2, dezembro de 2010. P.

\_\_\_\_\_. (2012) "Historiografía de la gramaticografía didáctica: apuntes metodológicos con referencia a la (historia de la) gramática española y francesa". RUBIO, N. V. (ed). **Lengua, literatura y educación em la España del siglo XX**. Bern: Peter Lang/ Lleida: Universitat de Lleida, 2012.

\_\_\_\_\_ (2013) A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. Revista Confluência Revista do Instituto de Língua Portuguesa. No 44-45 – 1.o e 2.o semestres de 2013 – Rio de Janeiro. Pp.39 – 59

TEIXEIRA, A. (1989). Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989. 186p.

UCHOA, C.E.F (1972) Os Estudos e a Carreira de Joaquim Mattoso Câmara Jr. IN MATTOSO CÂMARA JR, J. Dispersos. Rio de Janeiro: FGV, p. VII-XX

VAQUERA, M.L.C. (2009) Apuntes sobre el Curso gradual de gramática castellana (ca. 1930) de José Hidalgo Martínez y su lugar en la tradición escolar argentina. Revista argentina de historiografía lingüística, I, 2, 2009. p.151-174

VILLARTA-NEDER, M.A (1995). A memória do múltiplo e do descontínuo nos discursos de construção de um curso de Letras de formação de professores. Campinas-SP, Dissertação (mestrado), IEL/Unicamp, 1995

Anexo A: Memorial apresentado durante o exame de qualificação  
desta tese

Um trabalho de doutoramento que visa a investigar o ensino de Linguística no Brasil poderia ser resultado de um “destino escrito nas estrelas”. Afinal, nasci em 15 de outubro de 1984, dia do professor e ano de publicação do livro organizado por João Wanderley Geraldi, *O texto na sala de aula*, publicação que, à época, tinha a Linguística como principal aliada para uma proposta de renovação nas formas de ensino de língua portuguesa (GERALDI, 1984).

Coincidências à parte, é possível afirmar que a construção deste projeto foi iniciada com o meu ingresso no curso de Letras, em 2002, na Universidade de São Paulo. O primeiro ano do curso foi composto por quatro disciplinas: Introdução aos Estudos Literários, Introdução aos Estudos Clássicos, Elementos de Linguística e Introdução aos Estudos de Língua Portuguesa. Naquela época, a divisão feita pelos alunos do curso de Letras, no primeiro ano, chamado de ciclo básico, era entre Literatura e Linguística.

Assustei-me com as disciplinas ligadas à literatura. As análises dos poemas de Drummond e dos textos clássicos geravam um mal-estar em mim, pois não tinha facilidade em compreendê-las. Para justificar essa incompreensão, nomeava aquele tipo de análise exigida pelos professores de “subjetiva”. Em contraposição, as análises realizadas nas disciplinas relacionadas à Linguística encantavam-me com sua “objetividade”. As análises fonético/fonológicas e morfológicas atestavam essa impressão e, inseridas no quadro do estruturalismo com o objetivo de uma descrição não prescritiva, superavam também as análises escolares com as quais havia tido contato durante o Ensino Fundamental e Médio.

Foi a partir deste primeiro contato que optei, em 2003, por prosseguir nas habilitações de Linguística e Língua Portuguesa. Já durante a realização da habilitação em Linguística, motivado pela fala do professor Rodolfo Ilari na mesa-redonda *O papel da Linguística e da Literatura na graduação em Letras e no Ensino*, durante o *II Seminário de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa*<sup>85</sup>, propus um projeto de iniciação científica que relacionasse Linguística ao ensino.

O projeto *Linguística e Ensino de Língua Portuguesa: limites e possibilidades da circulação do conhecimento* foi aceito e contemplado com bolsa de iniciação científica-PIBIC/CNPq entre 2004-2005, renovada entre 2005-2006, sob orientação pelo Prof. Dr.

---

<sup>85</sup> A mesa foi apresentada durante o II Seminário de Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa da FEUSP, ocorrido nos dias 29 e 30 de outubro de 2003, na FEUSP.

Valdir Heitor Barzotto, linguista, vinculado ao Departamento de Metodologia do Ensino da Faculdade de Educação da USP.

O desenvolvimento desse projeto de pesquisa possibilitou-me investigar quais caminhos a produção de conhecimento em Linguística percorria até chegar ao ensino de língua materna. Para buscar descrever as formas de circulação do conhecimento produzido em Linguística, realizei buscas em bibliotecas de faculdades de Letras e escolas, verificando quais eram os materiais disponíveis e, por fim, elegi como objeto principal seis textos acadêmicos (teses e dissertações) escritos por autoras que narravam, ao longo desses textos, seus percursos acadêmicos e pedagógicos.

Data dessa época o meu primeiro contato com o trabalho da professora Cristina Altman. Primeiramente, por meio do livro *A pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)* (ALTMAN, 2004) e, depois, por meio da disciplina Seminários de Análise Linguística, disciplina optativa oferecida pelo Departamento de Linguística<sup>86</sup>.

Naquele momento, não trabalhei com a metodologia de pesquisa da historiografia Linguística, mas, mesmo assim, o desenvolvimento do trabalho já apontava para necessidade de considerar a história da Linguística a partir de uma perspectiva não cumulativa. Naquela época, busquei uma reconstrução da história da Linguística que pudesse auxiliar na interpretação dos processos de apropriação do conhecimento produzido pela Linguística que podiam ser percebidos na análise das dissertações e teses que eram objeto de estudo da pesquisa.

O trabalho buscou mostrar como as formas de apropriação do conhecimento produzido em Linguística por parte das autoras das dissertações e teses funcionavam como manutenção de um discurso que associa dois polos argumentativos: a) a existência de problemas para um ensino mais efetivo de língua portuguesa; e b) as contribuições oferecidas pela disciplina Linguística<sup>87</sup> para a resolução dos problemas apontados pelo polo argumentativo anterior.

Ao ingressar no programa de Iniciação Científica, tive a oportunidade de estar inserido em outro tipo de formação, além daquela proporcionada pelo curso regular de graduação. As atividades de pesquisa incluíam, além do desenvolvimento do projeto

---

<sup>86</sup> A disciplina foi cursada em 2005 quando ainda não havia na grade curricular da habilitação de Linguística a disciplina Historiografia da Linguística, hoje, obrigatória.

<sup>87</sup> Os resultados desta pesquisa estão publicados em: SUGIYAMA JR, E. “Linguística e Metodologias do ensino de Língua Portuguesa: limites e possibilidades da circulação do conhecimento”. CD-ROOM Série Iniciação Científica, vol. II. São Paulo: FEUSP, 2006. E, ainda, em SUGIYAMA JR, E. “Relações entre a circulação e a produção de conhecimento” In: BARZOTTO, V.H. & BARBOSA, M.V. **Escrita, Leitura e Pesquisa em Letras**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

individual, a participação no Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise-GEPPEP, coordenado pelos professores doutores Valdir Heitor Barzotto e Cláudia Riolfi; a apresentação do trabalho em eventos da área; a participação em comissões organizadoras de eventos e, ainda, a participação na diretoria da Associação Nacional de Pesquisa na Graduação em Letras - ANPGL (2º Secretário- biênio 2005-2007).

Dessa fase ficou marcada minha participação na comissão organizadora do XVII Fórum Acadêmico de Letras - FALE, realizado em junho de 2005, pela ANPGL, FFLCH e FEUSP. Tive a oportunidade de participar de várias reuniões entre a comissão organizadora e as instâncias administrativas<sup>88</sup>. Se, por um lado, a participação em Grupo, a realização e a apresentação da pesquisa em eventos contribuíram diretamente para a construção do conhecimento, por outro, a participação na organização de eventos e na Associação, atividades mais administrativas, fizeram-me perceber que a produção de conhecimento não é somente atividade intelectual.

Em 2006, tornei-me bacharel em Letras nas habilitações de Língua Portuguesa e Linguística e optei por realizar o processo seletivo para ingresso no programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa, o que me permitiria dar prosseguimento a uma carreira acadêmica institucionalmente desenvolvida na área de Letras<sup>89</sup> e, ao mesmo tempo, possibilitaria o aprofundamento dos modos de análise que vinha desenvolvendo durante a iniciação científica, uma vez que o orientador do mestrado era o mesmo da iniciação científica.

Desta forma, optei por dar continuidade à fundamentação teórica associada à Análise do Discurso e às análises dos mecanismos discursivos presentes nas construções de declarações. No entanto, escolhi mudar o objeto de estudo, já que a vinculação da pesquisa passou da Faculdade de Educação para a Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

Para marcar essa mudança, submeti um projeto que buscava investigar como as declarações de identidades construídas e postas em circulação em diferentes espaços midiáticos eram apropriadas por membros de uma comunidade. A partir do referido

---

<sup>88</sup> Parte desta experiência está relatada em SUGIYAMA JR, E. “Fale de Concreto”. **Cadernos de Pesquisa na Graduação em Letras**, nº 03, 2006. p. 03-06.

<sup>89</sup> Este retorno diz respeito ao desenvolvimento de pesquisa, já que meu projeto de iniciação científica foi institucionalmente desenvolvido junto à FEUSP. Mesmo orientado por um Linguista, na linha de Educação em Linguagem do Programa de Pós-Graduação em Educação da FEUSP, ficaria impedido de realizar alguns concursos que exigem o título na área de Letras/ Linguística.

projeto, defendi, em 2009, a dissertação de mestrado *Identidades construídas e comercializadas: declarações de identidade de nipo-brasileiros*.

Já com o título de mestre em Filologia e Língua Portuguesa e aproveitando a oferta de vagas para professores assistentes em virtude do *programa de reestruturação e expansão das universidades federais - REUNI*, decidi, à época, não dar prosseguimento ao doutorado e realizar concurso público para a carreira do magistério superior.

Em 2010, após ser classificado em duas instituições, fui convocado para tomar posse para a vaga de professor assistente da matéria de Linguística e Língua Portuguesa do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável - ICADS da Universidade Federal da Bahia - UFBA, em Barreiras, que fica a aproximadamente 900 km de Salvador.

O Instituto foi criado em 2005, já a vaga de Linguística e Língua Portuguesa, em 2009, com a criação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia. Em 2010, criou-se o Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, ambos frutos do *Reuni*. A vaga para a qual fui aprovado estava relacionada especificamente ao pedido de exoneração do primeiro professor, de modo que, em 2010, eu era o único professor da área de Letras do instituto, tendo a tarefa de construir ementas e projetos da área, solicitar compra de livros e muitas outras atividades, para além daquelas de ensino.

Foi assim que me vi, ao mesmo tempo, introduzido na vida acadêmica e administrativa que fazem parte da carreira do magistério superior em uma instituição pública. Em 2012, acumulei a função de coordenador do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades e coordenador do Programa de Ensino Tutorial - PET. A primeira função possibilitou-me uma circulação maior entre os professores da área de Humanidades que, até aquele momento, eram poucos (um da filosofia, um da psicologia, dois da sociologia, três da história, nove da geografia e oito da administração); o segundo cargo ajudou-me a criar um grupo com atividades de ensino, pesquisa e extensão que envolvia alunos e professores da área de humanidades do ICADS.

Em 2013, foi sancionada a lei que emancipou o ICADS da UFBA, sendo criada a Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB. Passados três anos do ingresso na carreira, fui obrigado a adiar o afastamento para qualificação em virtude das tarefas de implantação da nova universidade.

O antigo Instituto deixou de existir e fui vinculado ao novo Centro das Humanidades da UFOB, onde fiquei responsável pela ampliação da área de Língua Portuguesa, que, até então, se restringia aos Bacharelados interdisciplinares, para toda a

Universidade. Dessas mudanças resultaram a abertura de um concurso público que possibilitou a contratação de mais nove professores da área de Linguística e Língua Portuguesa e, futuramente, a construção de um curso de Letras na UFOB.

Foi nesse período que pude perceber que ter participado de atividades além daquelas regularmente previstas durante a graduação e o mestrado<sup>90</sup> contribuiu consideravelmente para o exercício da carreira do magistério superior em uma instituição pública. Até a contratação dos novos professores, ficou sob minha responsabilidade realizar as tarefas que possibilitariam essas contratações, desde tarefas mais institucionais, tais como elaboração dos pontos de concurso, constituição de bancas de avaliação, negociação com as outras áreas da universidade na distribuição do número de vagas, até tarefas como buscar os membros de banca no aeroporto, levá-los para almoçar ou conhecer algum ponto turístico da cidade.

Além de contribuir para a construção da área dentro da universidade, tive a oportunidade de participar da gestão da universidade ocupando o cargo de *Coordenador Geral dos Núcleos Docentes*<sup>91</sup>, o que implicou ocupar uma cadeira no Conselho Diretor do Centro das Humanidades e outra no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Essa experiência administrativa possibilitou a participação não só na construção de documentos como o estatuto, o projeto pedagógico institucional, mas também no próprio processo de organização institucional necessário para que a comunidade acadêmica pudesse participar da construção destes marcos regulatórios.

Foi sem dúvida uma época de muito trabalho e uma experiência única, já que pude acompanhar desde o processo de emancipação até a construção de alguns dos marcos regulatórios da universidade. Mais uma vez pude aprender que a carreira acadêmica não é construída somente pelo trabalho intelectual e que é preciso o comprometimento em diversas outras atividades para que as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho intelectual possam ser garantidas.

---

<sup>90</sup> Além de ser secretário da ANPGL, como já mencionado, durante os anos de 2007-2008, também fui secretário do Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise. Além das participações mais institucionais, acredito que ter realizado minha formação em uma instituição pública como a Universidade de São Paulo foi imprescindível. Até hoje, lembro-me das inúmeras assembleias que foram necessárias para a construção de um movimento como a “Greve de 2002”, quando, como alunos, reivindicamos a abertura de concurso público para contratação de professores.

<sup>91</sup> A estrutura administrativa da UFOB prevê a alocação docente junto a Núcleos de áreas comuns que devem estar ligados a uma Coordenação Geral em cada um dos centros da universidade.



Após três anos de participação na gestão, já com alguns pilares construídos, achei que era a hora de retomar o projeto de qualificação para poder contribuir de maneira mais eficaz na consolidação da universidade e, em especial, na consolidação da área de Linguística e Língua Portuguesa da UFOB.

Para isso, realizei, simultaneamente, em 2015, o processo de seleção para a pós-graduação em nível de Doutorado do Programa de Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da FFLCH-USP e o processo de afastamento do Programa de Qualificação Docente do Centro das Humanidades-UFOB.

Para os processos seletivos, construí um projeto intitulado *A produção acadêmica sobre leitura e escrita no Brasil: relações entre o processo de institucionalização da Linguística e o objeto de pesquisa*<sup>92</sup>. Tratava-se do resgate das inquietações da iniciação científica aliado à perspectiva que tinha da carreira que gostaria de construir, marcando mais uma vez minha identificação com a área de Linguística.

Aprovado tanto no processo de seleção para a pós-graduação quanto no processo de afastamento da minha instituição, iniciei o doutorado com a tarefa de me inserir na área de Historiografia da Linguística para conseguir avançar na forma de tratamento dos problemas com os quais venho trabalhando desde a iniciação.

Depois de um semestre entre disciplinas, reuniões com os membros do Centro de Documentação em Historiografia da Linguística - CEDOCH, reuniões de orientação e as leituras de textos que compõem o quadro teórico da historiografia da Linguística, muito do que foi apresentado naquele projeto de seleção mudou. Ressalto dois pontos:

- a) o foco saiu da produção sobre um assunto específico - a leitura e a escrita - para um objeto maior: o ensino da Linguística nas universidades brasileiras; e
- b) ampliação do escopo temporal: desde a implantação da disciplina, por meio do decreto que instituiu o currículo mínimo do curso de Letras em 1962, até o os primeiros anos do *Programa De Reestruturação E Expansão Das Universidades Federais*- Reuni (2007).

Tais mudanças foram feitas não só a partir de uma melhor compreensão da teoria que se pretende utilizar para o desenvolvimento do projeto, mas, sobretudo, por tentar

---

<sup>92</sup> O projeto submetido para os processos de seleção encontra-se no anexo A.

afinar com os objetivos principais pelos quais resolvi realizar o doutorado, ou seja, consolidar a área dentro de uma nova instituição pública, ao mesmo tempo em que consolido minha carreira. Por essa razão, inclusive, que destaquei, até o momento, meu percurso como docente da UFOB.

Escolher realizar uma historiografia do ensino de Linguística a partir dos documentos produzidos pelas instituições para a regulação de tal ensino é um desafio que me permitirá refletir acerca dos processos em que já estive envolvido; e, ainda, me preparar para aqueles que me esperam após a finalização desta etapa.

Anexo B: Fontes Secundárias encontradas no trabalho de Altman  
(2001)

1962:

CASTILHO, A. "Estudos linguísticos no Brasil- Notas para sua história". ALFA- Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 02, 1962 p. 135-143.

1963:

CASTILHO, A. "A Reforma dos Cursos de Letras". ALFA- Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 03, 1963 p. 05-38.

RODRIGUES, A. "Relatório sobre a linguística e o ensino de línguas no Brasil" Estudos, São Paulo: Departamento de Estudos e Pesquisas: Instituto de Idiomas Yázigi, nº 02, 1963 p. 19-32.

1965:

CASTILHO, A. " A cadeira de linguística no curso de Letras". ALFA- Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 07/08, 1965 p. 155-161.

GOMES DE MATOS, F. "Bibliografia mínima para professores de linguística em faculdades de filosofia". ALFA- Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 07/08, 1965 p. 151-161.

MUSEU NACIONAL. "O setor linguístico do Museu Nacional (organização e objetivos)". Publicações Avulsas. Rio de Janeiro, nº 49, 1965.

1966:

RODRIGUES, A. "Tarefas da linguística no Brasil". Estudos Linguísticos. São Paulo, nº 01, 1966 p. 04-15.

1967:

Documentos do I Seminário de Linguística, promovido por Ataliba Teixeira de Castilho na FFCL de Marília. ALFA- Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 11, 1967.

1968:

COSERIU, E. (1968a) "Panorama da Linguística Ibero-Americana (1940-1965)" In: Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem. Estudos de História da Linguística. São Paulo: EDUSP, 1980 p.264-368.

COSERIU, E. (1968b) "Panorama da Linguística Ibero-Americana (1940-1965)" In: NARO, A. J. (org) Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 45-66.

MATTOSO CÂMARA JR. J. (1968) "A linguística Brasileira" In: NARO, A. J. (org) Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 45-66.

1971:

CASTILHO, A (1971a) "Perspectivas da linguística na América Latina e no Brasil. O Estado de São Paulo. Suplemento Literário, 29/08/1971, p.4.

CASTILHO, A (1971b) "A linguística no Brasil 2". O Estado de São Paulo. Suplemento Literário, 5/09/1971. p. 5.

1972/73

CASTILHO, A. " Pós-Graduação e planejamento de pesquisa linguística". ALFA-Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 18/19, 1972/73 p. 497-515.

PAIS, C.T. "A pós-graduação em linguística na Universidade de São Paulo. ALFA-Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 18/19, 1972/73 p. 447-482.

RODRIGUES, A. "A pós-graduação em linguística no Museu Nacional. ALFA- Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 18/19, 1972/73 p. 461-475.

CASTILHO, A. "A linguística portuguesa no Brasil nos anos 70. Texto apresentado no VI Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Phoenix, Arizona, 14 de setembro de 1981.

GOMES DE MATOS, F. "Pós-Graduação em Linguística no Brasil. Orientações curriculares e output (dissertações)". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 03, 1982. p. 81-87.

GOMES DE MATOS, F. "A linguística: uma superciência da linguagem?" Construtura-Revista de Linguística, Língua e Literatura. Curitiba: Universidade Católica do Paraná, 1974 p. 176-180.

1976NARO, A. J. (org) Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

1978

GEL. Breve Histórico do GEL. Estudos Linguísticos. Anais de Seminários do GEL I. Mogi das Cruzes: Universidade de Mogi das Cruzes, 1978. p. 06-22.

UNICAMP. Informativo. O Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem- Unicamp. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, nº 01, 1978 p.83-91.

1981CASTILHO, A. "A linguística portuguesa no Brasil nos anos 70. Texto apresentado no VI Congresso Internacional da Associação de Linguística e Filologia da América Latina. Phoenix, Arizona, 14 de setembro de 1981.

1982

GOMES DE MATOS, F. "Pós-Graduação em Linguística no Brasil. Orientações curriculares e output (dissertações)". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 03, 1982. p. 81-87.

1984

ABRALIN. "Noticiário: Quinze anos de ABRALIN". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 06, 1984. p. 214-225.

CASTILHO, A "Discurso pronunciado por Ataliba T. de Castilho, por ocasião do V Instituto Interamericano de Linguística e do VII Instituto Brasileiro de Linguística" Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp, nº 06 1984a. P.16-17.

CASTILHO, A. " Quinze anos do grupo de estudos linguísticos do Estado de São Paulo". Estudos Linguísticos- Anais de Seminários do GEL IX. Batatais-SP: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/ José Olympio, 1984b. P. 10-20.

GOMES DE MATOS, F. "Perspectivas européias e interamericanas da Linguística Aplicada". Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp, nº06, 1984. p. 131-138.

ORLANDI, E. " Depoimento sobre o início da Pós-Graduação em Linguística, da USP". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº06, 1984. p 211-213.

PASSOS, C. "Reflexões sobre a profissão do linguista". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº06, 1984. p. 17-26.

1986

BISOL, L. "A Linguística contemporânea e o conhecimento da língua portuguesa". Ciência e Cultura- Revista da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), nº 38, 1986. p. 2035-2047.

HOYOS-ANDRADE, R. "Breve Histórico do GEL II". Estudos Linguísticos- Anais de Seminários do GEL XII. Lins: FFCL Auxilium, 1986. p. 7-17.

1986/87

FIORIN, J.L.A "Curso de Letras: um balanço no 10º aniversário da UNESP". ALFA-Revista de Linguística da UNESP, São Paulo. Nº 30/31, 1986/87 p. 01-10.

1987

MAGRO, M.C. (1987) " O Ensino de Linguística nos cursos de graduação em Letras. Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 09, 1988. p. 46-49.

PONTES, E. (1987) " A Linguística na UnB pré-1964". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 10, 1990. p. 159-163.

RODRIGUES, A. (1987) " A Linguística na Universidade de Brasília antes de 1964". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 09, 1988. p. 51-61.

TARALLO, F. (1987) "O Ensino de Linguística a nível de Pós-Graduação ou de como José da Silva, o incrível milagreiro, não caiu e nem cai facilmente do cavalo". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 09, 1988. p. 34-42.

1988

GEL. Breve Histórico do GEL. Estudos Linguísticos. Anais de Seminários do GEL XVI. Taubaté: Unitau, 1988. p. 09-13.

SCLIAR-CABRAL, L. "Retrospecto". Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp, nº 14, 1988. p. 1-11.

1989

CASTILHO, A. " O papel do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo: de 1969 a 1971". Estudos Linguísticos- Anais de Seminários do GEL XVIII. Lorena: Prefeitura Municipal de Lorena, 1989. p. 14-20.

MARCUSCHI, L.A. "Linguística. Avaliação e Perspectivas". Relatório encomendado pelo CNPq. Versão preliminar.

1992

GOMES DE MATOS, F. "Linguística Aplicada no Brasil: o papel d PUC-SP. Vozes, nº 02, 1992. p. 239-243.

GOMES DE MATOS, F. "Linguística no Brasil: o papel da UFPE" Investigações, nº 02, 1992. p. 167-175.



ILARI, R. "Franchi: O outro e o outro". Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: Unicamp, nº22, 1992. p. 183-188.

MARCUSCHI, L.A. & BARROS, K.S.M. Quem é quem na pesquisa em Letras e Linguística no Brasil. Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, 1992.

1994

ALTMAN, C. "Trinta anos de linguística brasileira. Movimentos de afirmação e autoafirmação profissional". Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada-DELTA. São Paulo: PUCSP, nº 10 v.02, 1994. p.389-408.

CASTILHO, A & ALTMAN, C. "Para a história da Associação Brasileira de Linguística". Boletim da Associação Brasileira de Linguística, nº 16, 1994. p. 21-37.

1995

ALTAMAN, C. "Trinta anos de Linguística Brasileira. O caso de GEL". Estudos Linguísticos. Anais do 42º Seminário do GEL, 1995b. P. 6-18.

ALTMAN, C. "Trity years of Brazilian Linguistic Production". Languages of the World, nº 09, 1995d. P.43-51.

ALTMAN, C. (coord.); FRANÇA, A; GIMENES, L; COELHO, O; OLIVEIRA; R. LEITE V. "Mapeamento da produção Linguística nos 25 nos do GEL". Estudos Linguísticos. Anais do 42º Seminário do GEL, 1995c. P. 50-57.

ALTMAN, C. Unificação e Diversificação d Linguística. Pesquisa documental de produção linguística brasileira contemporânea (1968-1988). Munique: Lincon Europa, 1995a.

RUBEN, M.V.R "Argumentação e debates linguísticos no Brasil" Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada - DELTA. São Paulo: PUCSP, nº 11 v.01, 1995. p.133-159.

1996

ALTMAN, C. "Linguistic Research in Brazil (1968-1988)" In: JANKOWSKY, K (ed). *Multiples Perspectives on the Historical Dimensions of Language*, 1996a. P.163-170

ALTMAN, C. "História, Histórias e Historiografia da Linguística Brasileira- Relatório do GT em Historiografia da Linguística Brasileira. *Estudos Linguísticos. Anais do 43º Seminários do GEL*, Taubaté: Unitau 1996b. P. 75-83.

ALTMAN, C. "Memórias da Linguística na Linguística Brasileira". *Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística*, nº 02, 1996c. P.173-189.

MARCUSCHI, L.A. "Perspectivas da pesquisa linguística no Brasil". *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, nº14, 1996. p.253-259.

1997

ALTMAN, C. "Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada sobre produção linguística brasileira". In: GÄRTNER, E. (ed). *Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil*. Frankfurt: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997.

CASTILHO, A. "Depoimento sobre os 35 anos da Revista Alfa". *ALFA- Revista de Linguística da UNESP*, São Paulo. Nº 41, 1997 p. 09-12.

1999

ALTMAN, C. "Between Structure and History: the search for the specificity and originality of Brazilian linguistic production" In: JOSEF, J; HANS-JOSEF, N; EMBLETON, S. (eds) *The Emergence of the Modern Language Sciences: Studies on the transition from Historical-comparative to Structural Linguistics in honour of E. F. Konrad Koerner*. Amsterdam & Philadelphia: John Bejanins, 1999c. p. 245-257.

ALTMAN, C. "Da Insula Vera Crux a Terra Brasiliensis. Continuidades e descontinuidades na produção linguística brasileira". *Linguística - Revista da Alfa*, nº 11, 1999a. P.13-25.

ALTMAN, C. "From 'Insula Ver Crux' to 'Terra Brasiliensis'. History, (Hi)Stories and Historiography of Brazilian Linguistics. In: CRAM, D; LINN, A; NOWAK, E. (eds) History of Linguistics 1996: Papers from the 7th International Congress on the History of the Language Sciences. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1999b. p. 71-80.

ALTMAN, C. A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988). São Paulo: Humanitas, 1988.

COELHO, O. "Produção científica e profissionalização do especialista em estudos da linguagem no Brasil (1910-1960). Estudos Linguísticos, nº 28, 1999. p. 443-448.

PALACIO, A. & MOURA, D. "Ataliba Teixeira de Castilho: o homem, o professor e o linguista". Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada- DELTA. São Paulo: PUCSP, nº 14 nº especial, 1998. p.1-14.

VOGT, C. "Oswald Ducrot e a Unicamp: uma visão pessoal". Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas: Unicamp, nº 35, 1998. p. 09-16.

2000

ALTMAN, C. "Aryon Rodrigues por Aryon Rodrigues". Historiografia d Linguística Brasileira. São Paulo: Cedoch, Boletim V, 2000. p. 9-28.

CAMACHO, R. G. "30 anos do Gel. Abertura do Evento". Estudo Linguísticos, nº 29, 2000. p- 03-06.

CASTILHO, C. "30 anos do GEL: novos compromissos científicos". Estudos Linguísticos, nº 29, 2000. p.07-15.

FÁVERO, L. L. "Heranças- a educação no Brasil Colônia". Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, nº 08, 2000. p. 87-102.

APÊNDICE 01:Fontes Secundárias encontradas em Periódicos e  
outros materiais

### 1973

ILARI, R. "Nota prévia à edição Portuguesa" In: GENOUVRIER, E.J.P. **Linguística e ensino do Português**. Coimbra: Livraria Almedina, 1973. p. 7-11.

Apresentação da tradução e adaptação do livro de Genouvrier para o Português. O autor destaca as possibilidades abertas pela implantação da Linguística nos cursos de Letras.

### 1975

LEMLE, M. (1975). "Objetivos do ensino de Linguística na graduação". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 05, 1983. p. 69-73.

Texto apresentado na mesa-redonda "Objetivos do ensino da Linguística na Graduação" do encontro da ABRALIN na 27ª Reunião Anual da SBPC em Belo Horizonte entre 06 e 16 de julho de 1975. A autora discute o ensino da disciplina Linguística nos cursos de graduação em Letras em termos de objetivos "cognitivos, afetivos e psico-motores".

### 1982

BASÍLIO, M. "Pós-Graduação em Linguística no Brasil". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 03, 1982. p. 88-96.

Texto referente a mesa-redonda ocorrida no encontro da ABRALIN na 34ª reunião anual da SBPC. A autora apresenta sua experiência como professora da Pós-Graduação.

BORGES NETO, J. "O Linguista: profissão e mercado de trabalho". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 03, 1982. p. 12-17.

Texto referente à mesa-redonda ocorrida no encontro da ABRALIN na 34ª reunião anual da SBPC. O autor relaciona a atuação do linguista no mercado de trabalho com a formação em nível de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras, traçando comentários sobre a implantação da disciplina nos cursos de Letras até a expansão dos cursos de pós-graduação que ocorria naquele momento.

BRASIL. "Letras". In: **Avaliação & Perspectivas**, v. 7- Ciências Humanas. Brasília: CNPq, 1982. p. 225-250.

Relatório elaborado por Affonso Romano de Sant'Anna para integrar o documento *Avaliação & Perspectivas* publicado pelo CNPq em 1982 com o objetivo de expor um diagnóstico das diferentes áreas do conhecimento. Apesar do relator estabelecer uma equivalência entre Letras e Literatura, o relatório apresenta informações importantes sobre o processo de institucionalização da área de Letras e Linguística no país, os dados foram obtidos por meio de documentos oficiais da CAPES, CNPq e SESU.

BRASIL. "Linguística". In: **Avaliação & Perspectivas**, v. 7- Ciências Humanas. Brasília: CNPq, 1982. p. 225-250.

Relatório elaborado por Mário Alberto Perini para integrar o documento *Avaliação & Perspectivas* publicado pelo CNPq em 1982 com o objetivo de expor um diagnóstico das diferentes áreas do conhecimento. O relatório foi construído a partir de questionários respondidos por professores de diferentes orientações teóricas, oriundos de oito instituições. Assume a diversidade teórica e metodológica que compõe a área como positiva, ao mesmo tempo que alerta para a dificuldade em construir equipes que trabalhem em prol de um mesmo objetivo, caminho entendido como aquele que possibilitaria o avanço da área na construção de soluções para os problemas brasileiros. Aponta a necessidade de investir na descrição da realidade linguística nacional, avançar

na construção de propostas para o ensino de língua materna como caminhos para a construção de uma linguística brasileira.

GUIMARÃES, E. "O Linguista: profissão e mercado de trabalho (ou: as margens como centro)". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 03, 1982. p. 5-11.

Texto referente à mesa redonda ocorrida no encontro da ABRALIN na 34ª reunião anual da SBPC. Apresenta a discussão acerca do lugar do linguista no mercado de trabalho como um todo: por um lado financeiramente não reconhecido como outras profissões liberais; por outro reconhecido como lugar de produção da pesquisa sobre linguagem dentro das instituições em que atua (universitária). O autor expõe, ainda, preocupação com os modos de legitimação das atividades no interior da própria Linguística considerando que determinadas orientações e instituições se tornam mais reconhecidas do que outras.

LIMA, A. D. "O ensino da Linguística e a realidade universitária". **Alfa - Revista de Linguística da UNESP**, nº 26, 1982. p. 07-12.

Texto apresentado em mesa-redonda na 29ª reunião anual da SBPC em julho de 1977. A partir de sua experiência como professor de Latim do curso de Letras, o autor apresenta-discute obstáculos ao ensino de Linguística nos cursos de Letras, em especial, gerando conflito com as posições defendidas por gramáticos e filólogos.

### 1983

ARAÚJO, G.M.L. "Prioridades da pesquisa Linguística na Amazônia". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 05, 1983. p. 05-09.

Texto apresentado na mesa-redonda "Prioridades da pesquisa Linguística na Amazônia", do encontro da ABRALIN na 35ª Reunião Anual da SBPC, em Belém, entre 6 e 13 de julho de 1983. A autora apresenta preocupações com a relação entre a Linguística e o ensino de língua materna e expõe informações sobre o modo de condução da disciplina na Universidade do Amazonas.

BARANOW, G. "Sobre a relevância científica da terminologia na Linguística brasileira". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº04, 1983. p.6-29.

Texto apresentado na mesa-redonda "A relevância científica da Linguística no Brasil", do Simpósio Nacional de Linguística durante o VIII Instituto Brasileiro de Linguística em Jan/Fev de 1983 no Recife. Ao tratar das questões sobre a produção terminológica em Linguística, o autor apresenta comentários sobre o desenvolvimento da disciplina Linguística no Brasil a partir da utilização de uma terminologia decalcada de textos franceses e americanos e, muitas vezes, por meio de traduções em língua espanhola de textos alemães.

BATISTA, E.E. "Prioridades da pesquisa Linguística na Amazônia". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 05, 1983. p. 10-15.

Texto apresentado na mesa-redonda "Prioridades da pesquisa Linguística na Amazônia", do encontro da ABRALIN na 35ª Reunião Anual da SBPC, em Belém, entre 6 e 13 de julho de 1983. A autora apresenta o percurso da implantação da disciplina e das pesquisas da área na Universidade Federal do Acre.

CASTILHO, A. "O papel da Linguística na identificação do padrão linguístico". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 04, 1983. p. 60-66.

Texto apresentado na mesa-redonda "A relevância pedagógica da Linguística no Brasil", do Simpósio Nacional de Linguística durante o VIII Instituto Brasileiro de Linguística em Jan/Fev de 1983, no Recife. O autor apresenta uma denúncia de ataques feitos em relação à relevância da disciplina, refaz o percurso da disciplina procurando mostrar as rupturas com outras tradições dos estudos sobre a linguagem.

GUIMARÃES, E. "Relevância e objeto da Linguística". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 04, 1983. p. 33-42.

Texto apresentado na mesa-redonda "A relevância científica da Linguística no Brasil", do Simpósio Nacional de Linguística durante o VIII Instituto Brasileiro de Linguística em Jan/Fev de 1983, no Recife. O autor opta por abordar a relevância da Linguística a partir do recorte realizado pelas diferentes perspectivas da Linguística, apresenta trabalhos que, em sua opinião, trouxeram contribuições para questões da sociedade brasileira.

GUIMARÃES, E. "Relevância e objeto da Linguística". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 04, 1983. p. 33-42.

Texto apresentado na mesa-redonda "A relevância científica da Linguística no Brasil", do Simpósio Nacional de Linguística durante o VIII Instituto Brasileiro de Linguística em Jan/Fev de 1983, no Recife. O autor opta por abordar a ciência da Linguística a partir do recorte realizado pelas diferentes perspectivas da Linguística, apresenta trabalhos que, em sua opinião, trouxeram contribuições para questões da sociedade brasileira.

KATO, M. "O ensino de línguas após a implantação da Linguística". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº04, 1983. p. 51-59.

Texto apresentado na mesa redonda "A relevância pedagógica da Linguística no Brasil", do Simpósio Nacional de Linguística durante o VIII Instituto Brasileiro de Linguística em Jan/Fev de 1983, no Recife. A autora aborda o que denomina de um certo ceticismo em relação as contribuições da Linguística ao ensino de línguas realizando uma "análise crítica" do ensino da disciplina desde sua implantação nos cursos de Letras, apontando problemas relativos à transmissão do conhecimento produzido pela área.

VIEIR, M.N. "Prioridades da pesquisa Linguística na Amazônia". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 05, 1983. p. 16-21.

Texto apresentado na mesa-redonda "Prioridades da pesquisa Linguística na Amazônia" do encontro da ABRALIN na 35ª Reunião Anual da SBPC, em Belém, entre 6 e 13 de julho de 1983. A autora apresenta um percurso de institucionalização de pesquisas e, em especial, da pesquisa Linguística na região norte do país.

## 1986

BORGES NETO, J. "Linguística no Brasil: Mera importação de modelos estrangeiros?" **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 08, 1986. p.77-82.

Texto apresentado na mesa-redonda "Linguística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros?" no encontro da ABRALIN na 38ª reunião da SBPC, em Curitiba, entre 09 e 16 de julho de 1986. O autor faz uma avaliação das formas de recepção pela Linguística brasileira das teorias produzidas pelos grandes polos (E.U.A e França).

KATO, M. "O papel do assessor na elaboração do currículo mínimo de Letras". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 07, 1986. p 67-71.

Relato da autora de sua participação em dois eventos relacionados com o Currículo Mínimo de Letras.

RAJAGOPALAN, K. "Comunicar é preciso". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 08, 1986. p.83-86.

Texto apresentado na mesa-redonda "Linguística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros?" no encontro da ABRALIN na 38ª reunião da SBPC, em Curitiba, entre 09 e 16 de julho de 1986. O autor defende que a existência de uma Linguística brasileira não pode ser garantida por meios institucionais, estes meios só garantem a existência de uma Linguística no Brasil e poderiam contribuir para acelerar o processo de construção de uma Linguística brasileira fruto da comunicação entre os membros desta comunidade.

### 1987

MAGRO, M.C. "O ensino de Linguística no Brasil". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 09, 1988. p. 43-45.

Texto apresentado no simpósio "O ensino de Linguística no Brasil", no encontro da ABRALIN na 39ª reunião anual da SBPC, em Brasília, entre 12 e 18 de julho de 1987. A autora realiza a apresentação das questões motivadoras e dos componentes da mesa-redonda.

RAJAGOPALAN, K. (1987) "Ensino de Linguística: dilemas e desafios". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 09, 1988. p. 28-33.

Texto apresentado no simpósio "O ensino de Linguística no Brasil", no encontro da ABRALIN na 39ª reunião anual da SBPC, em Brasília, entre 12 e 18 de julho de 1987. A partir de uma avaliação do ensino de Linguística na época, o autor defende uma renovação no ensino de Linguística no Brasil por meio de uma mudança de foco no "o que " ensinar para o "como" ensinar.

RODRIGUES, A.N. "A Linguística na universidade de Brasília pré 1964: uma resistência particular". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 09, 1988. p. 62.

Texto apresentado no simpósio "A Linguística na universidade de Brasília antes de 1964", no encontro da ABRALIN na 39ª reunião anual da SBPC, em Brasília, entre 12 e 18 de julho de 1987. A autora faz um depoimento de sua experiência com a Linguística na UnB com destaque para o momento histórico.

### 1992

ILARI, R. **A Linguística e o ensino de Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

O livro reúne artigos resultantes de apresentações e palestras de eventos realizados durante as décadas de 80 e 90 nos quais o autor buscou analisar de que forma o ensino de Linguística nos cursos de Letras poderia abrir novas possibilidades para a prática pedagógica no ensino de língua portuguesa.

### 1994

CARVALHO, N.M. "Linguística e qualidade de ensino". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 15, 1994. p. 231-232.

Texto apresentado na mesa-redonda "Linguística no Brasil: a contribuição da Universidade Federal de Pernambuco". A autora apresenta uma lista de projetos realizados pela área na UFPE vinculados com a atuação da área junto ao ensino de língua.

### 1996



FRANCHI, C. (1996) "A formação do pesquisador na área de Humanidades na Universidade Brasileira. In: ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 45-61.

O autor parte de definições de ciência e da estrutura institucional para formação do pesquisador nos programas de pós-graduação e passa a problematizar de quais maneiras essa estrutura organizacional interfere na produção de conhecimento dos programas de pós-graduação.

### 1998

BARROS, D.L. "Espaços e limites da Pós-Graduação em Linguística". **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, nº 05, 1998. p. 219-228.

Traça um panorama da pós-graduação a partir de sua experiência como professora em um programa de Linguística. Elege analisar a relação da pós-graduação com a universidade, as agências de pesquisa e a sociedade de forma mais ampla.

BORTONI-RICARDO, S. "Currículo Mínimo na área de Letras: o lugar da Linguística". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº22, 1998. p. 60-XX.

A autora parte da implantação da disciplina por meio da resolução do Conselho Federal de Educação e das tarefas atribuídas para a Linguística por Rodrigues (1966). Considera a diversificação das posições teóricas e disciplinas que compõem a área enriquecedora para o debate acadêmico, mas um obstáculo para a construção de uma política de ensino, em especial, ao considerar a formação de professores para os outros níveis de ensino.

FIORIN, J. L. "A contribuição dos programas de pós-graduação em Letras e Linguística para a melhoria dos cursos de graduação". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº22, 1998. p.07-18.

O autor realiza uma avaliação do ensino nos níveis de graduação e pós-graduação na área de Letras e Linguística; aponta a necessidade de uma mudança de postura que possibilitaria a graduação uma experiência mais "formativa" do que "informativa" preparando assim os alunos de forma mais eficaz para o prosseguimento dos estudos e a formação necessária para a pesquisa.

FIORIN, J.L. "Reflexões para o estabelecimento de uma política para as humanidades". **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, nº 04, 1998. p. 301-321.

O autor apresenta uma reflexão sobre às perspectivas da pesquisa nas Humanidades, em especial, nas áreas de Letras e Linguística frente às mudanças sociais e econômicas.

GUIMARÃES, E. "Graduação e Pós-Graduação: uma questão de estado". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº22, 1998. p. 34-41.

O autor apresenta um panorama da pesquisa na graduação e pós-graduação considerando os dados fornecidos por agências de fomento (CNPq e CAPES). A partir daí, traça três prioridades para uma política educacional da pós-graduação: 1) manutenção dos programas de excelência; 2) projeto de qualificação do corpo docente de nível superior; 3) Expansão dos programas de pós-graduação.

MARCUSCHI, L. A. "Currículo Mínimo na área de Letras: o lugar da Linguística". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº22, 1998. p. 52-59.

O autor busca desenvolver a discussão sobre o lugar que a disciplina Linguística deveria ocupar em um curso de Letras. Parte de uma breve apresentação sobre a situação dos cursos de graduação em Letras na época e enfatiza a necessidade de se pensar um lugar para a disciplina que garanta a construção de um perfil acadêmico para os alunos, ao mesmo tempo que não acabe com a diversidade dos estudos produzidos na área.

#### 1999

FIORIN, J. L. "Desafios e perspectivas da pesquisa em Letras e Linguística na construção do Mercosul". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 24, 1999. p. 9 a 29. O autor retoma em grande parte a discussão apresentada em Fiorin (1998) e contextualiza com o Mercosul.

#### 2000

MAGDA, S. "Que professor de português queremos formar?". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 25, 2000. p. 211- 218.

Texto apresentado no simpósio "Os Cursos de Letras e formação de professores de português" durante o encontro da ABRALIN na 52ª reunião anual da SBPC, em Brasília, entre 8 e 14 de junho de 2000. A autora apresenta um panorama histórico da disciplina de "língua portuguesa" desde o ensino básico até as diferentes formações por parte do ensino superior. A autora defende a consideração das mudanças na sociedade para que as revisões de currículo possam formar professores capazes de atuar nestes contextos.

MARCUSCHI, L. A. "Revistas brasileiras em Letras e Linguística". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 25, 2000. p.63-125.

Texto apresentado no encontro da ABRALIN na 52ª reunião anual da SBPC, em Brasília, entre 8 e 14 de junho de 2000. O autor apresenta um levantamento dos periódicos de Letras e Linguística no país e uma relação da expansão desses materiais com fatores externos (expansão dos programas de pós-graduação, exigências de publicação para progressão nas carreiras acadêmicas etc.). Termina o trabalho defendendo a exigência de se criar políticas que possam garantir a qualidade e a longevidade destas publicações.

MIRANDA, N. S. "Uma proposta curricular para a formação de professores de português". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 25, 2000. p.203-209.

Texto apresentado no simpósio "Os Cursos de Letras e formação de professores de português" durante o encontro da ABRALIN na 52ª reunião anual da SBPC, em Brasília, entre 8 e 14 de junho de 2000. A autora apresenta uma proposta de currículo para a licenciatura em Letras que estava sendo debatida pelo corpo docente da UFJF. Parte da necessidade de adequação da teoria em relação às mudanças sociais por parte do corpo discente do curso e da sociedade.

SALOMÃO, M.M. M. "Educação em linguagem: mudança de paradigma". **Boletim da Associação Brasileira de Linguística**, nº 25, 2000. p.201-202.

Texto apresentado no simpósio "Os Cursos de Letras e formação de professores de português" durante o encontro da ABRALIN na 52ª reunião anual da SBPC, em Brasília, entre 8 e 14 de junho de 2000. A autora defende a visão nomeada de sócio-cognitiva como a mais recomendável para a formação de professores da área de Letras.

#### 2001

CASTILHO, A. "Construção coletiva de gramáticas descritivas: refletindo sobre a experiência brasileira". **Revista da Abralín**, v. eletrônico, nº especial, 2001. p-13-31.

Retoma o percurso de implantação da Linguística no Brasil para apresentar o projeto de construção de uma gramática coletiva produzida pelos linguistas brasileiros a partir dos dados coletados pelo projeto NURC.

MARCUSCHI, L. A. "Revistas brasileiras em Letras e Linguística". **Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, nº 17, especial, 2001. p.83-120.

Trata-se do mesmo trabalho (MARCUSCHI, 2000) publicado no número 25 do Boletim da Associação Brasileira de Linguística.

## 2002

ALTMAN, C. "Depoimento em 'primeira pessoa do singular' - Carlos Franchi. **Revista do Gel**, nº especial, 2002. 23-35.

Texto estabelecido por Altman a partir de duas entrevistas, não estruturadas, realizadas no âmbito do projeto "Primeira pessoa do singular" vinculada ao Centro de Documentação em Historiografia Linguística- CEDOCH do Departamento de Linguística da USP.

FIORIN, J. L. "Revista ALFA: um texto da cultura Linguística brasileira. **Alfa- Revista de Linguística da UNESP**, nº 46, 2002. p. 07-14.

O autor apresenta o percurso da revista dentro do cenário acadêmico brasileiro, com atenção especial ao impacto da revista para a área de Letras e Linguística.

ILARI, R. "Carlos Franchi: intelectual, pesquisador, formador de cientistas da Linguagem". **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, nº 13, 2002. p. 283-293.

Depoimento de Rodolfo Ilari sobre a carreira acadêmica de Carlos Franchi.

NEVES, M.H.M. "Examinando os caminhos da disciplina Linguística nos cursos de Letras: por onde se perdem suas lições na formação de professores de português". In: **A gramática-história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. p. 265-272.

A autora toma o próprio ensino da disciplina Linguística nos cursos de Letras como um dos obstáculos para uma melhor articulação entre a teoria que se estuda durante os anos e formação e a prática de sala de aula. Para a autora, a dissociação entre disciplinas como Linguística e Língua Portuguesa apontam para uma prática pedagógica que privilegia o conhecimento das diferentes teorias, ao invés de proporcionar que seus graduandos possam articular o conhecimento teórico com novas formas de análise e metodologias de ensino.

ORLANDI, E. P. (org). **Cadernos de Estudos Linguísticos - História das ideias Linguísticas**, nº 42, 2002. p.1-160.

Número especial da revista Cadernos de Estudos Linguísticos organizado por Orlandi em que vários linguistas apresentam um percurso da disciplina com que trabalham nas universidades brasileiras.

OSAKABE, H. "Homenagem a um homem antigo". **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, nº 13, 2002. p. 277-281.

Depoimento de Haqira Osakabe sobre a carreira acadêmica de Carlos Franchi.

## 2003

ALBANO, E. "Estética do simples em tempos de obscurantismo" In: ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p.95-116.

A autora retoma o memorial apresentado por ocasião do concurso de livre docência. Relata sua trajetória docente e de pesquisa mostrando as articulações institucionais que possibilitaram a construção de seu trabalho.

ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

Livro organizado em comemoração aos 25 anos do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade de Campinas- IEL/UNICAMP. Reúne desde entrevistas com os primeiros professores de Linguística até os trabalhos das diversas áreas de pesquisa em que o departamento tem atuado.

ILARI, R. "Entrevista concedida a Leonardo Oliveira" In: ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 19-28.

Entrevista concedida a Leonardo Oliveira por ocasião dos 25 anos do departamento de Linguística do IEL/UNICAMP. A entrevista busca o depoimento e uma avaliação do entrevistado que fez parte do primeiro quadro de linguistas contratados pela instituição.

KOCH, I.G.V. "Um olhar retrospectivo" In: ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 313-326.

A autora apresenta uma espécie de memorial no qual procura reconstruir sua trajetória de docente e pesquisadora na área de Linguística. Parte da descrição morfo-sintática (estrutural e gerativa) e chega ao trabalho com a Linguística textual, área com a qual se identifica na maturidade de sua carreira acadêmica.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. "Traçados na Memória" In: ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 327-336.

A autora apresenta uma espécie de memorial no qual retoma desde sua trajetória de estudante do curso de Linguística do IEL até seu percurso como docente da área de Análise do Discurso junto ao DL-IEL.

OSAKBE, H. "Entrevista concedida a Leonardo Oliveira". In: ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 29-34.

Entrevista concedida a Leonardo Oliveira, por ocasião dos 25 anos do departamento de Linguística do IEL/UNICAMP. A entrevista busca o depoimento e uma avaliação do entrevistado que fez parte do primeiro quadro de linguistas contratados pela instituição.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma Linguística crítica - Linguagem, Identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

Reunião de trabalhos do autor nos quais busca traçar quais as implicações que o modo de produção de conhecimento em Linguística produz nas relações entre estes e o público leigo. Apresenta questões referentes ao ensino e a circulação da Linguística desde a universidade até meios mais amplos.

VOGT, C. "Entrevista concedida a Leonardo Oliveira" In: ALBANO, E; COUDRY, M.I. H; POSSENTI, S; ALKMIM, T. (Orgs). **Saudades da Língua**. Campinas: Mercado de Letras, 2003. p.35-42.

Entrevista concedida a Leonardo Oliveira por ocasião dos 25 anos do departamento de Linguística do IEL/UNICAMP. A entrevista busca o depoimento e uma avaliação do entrevistado que fez parte do primeiro quadro de linguistas contratados pela instituição.

XAVIER, A. C. & CORTEZ, S. *Conversas com linguistas*. São Paulo: Parábola, 2003. O livro apresenta entrevistas com 18 professores de Linguística de universidades brasileiras (Maria Bernadete Abaurre, Eleonora Albano, José Borges Neto, Ataliba de Castilho, Carlos Alberto Faraco, José Luiz Fiorin, João Wanderley Geraldi, Francisco Gomes de Matos, Rodolfo Ilari, Mary Kato, Ingedore G. V. Koch, Luiz Antonio Marcuschi, Maria Cecília Mollica, Diana Luz Barros, Sírio Possenti, Kanavilill Rajagopalan, Margarida Salomão e Carlos Vogt). As perguntas são: Que é língua? Qual a relação entre língua, pensamento e cultura? A linguagem tem sujeito? Que é Linguística? A Linguística é ciência? Para que serve a Linguística? Como a Linguística se insere na pós-modernidade? Quais os desafios para a Linguística no século XXI?

## 2006

NASCIMENTO, E.M.F.S. & LEONEL, M.C. "Ten years of Revista da ANPOLL". **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, nº 20, 2006. p.239-247.

Apresenta um histórico dos dez anos da Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística, retomando os números temáticos e a repercussão da revista.

## 2009

ALTMAN, C. "Retrospectiva e perspectivas da historiografia da Linguística no Brasil". **Revista Argentina de historiografía Lingüística**, v.1, 2, 2009. p. 115-136.

A autora realiza a delimitação teórica da disciplina de Historiografia da Linguística e o percurso que tal linha de pesquisa tem percorrido no Brasil para se consolidar. Ao mesmo tempo, apresenta uma historiografia da Linguística no Brasil, retomando suas pesquisas e os trabalhos que orientou.

## 2011

LAJOLO, M. "Literatura, Linguística e Linguagem: uma questão de diferença". **Revista da Abralin**, v.10, nº 02, 2011. p. 197-210.

A autora apresenta um histórico dos cursos de Letras no Brasil, em especial, considerando a relação entre a Linguística e a Literatura. Para a autora é necessário a retomada das relações entre as duas áreas sem as expectativas da época da recepção do estruturalismo no Brasil.

## 2012

BATISTA, R. O. "Manual de Linguística": homonímia ou polissemia na história?". **Documentação e Estudos e Linguística Teórica e Aplicada**, nº 28, v.01, 2012. p. 129-160.

A partir do quadro teórico da Historiografia Linguística, o autor apresenta uma análise de dois manuais de Linguística (PAES, 1979 e MARTELOTTA, 2009), procura salientar as continuidades e discontinuidades tanto em termos do conteúdo quanto da retórica dos dois manuais.

STELLA, P. R.; TAVARES, R.R. "Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Inglês da UFAL: os letramentos em questão". **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 12, nº 04, 2012. p. 955-969.

Os autores apresentam, a partir de uma teoria discursiva, uma análise do projeto pedagógico do curso de licenciatura em Letras Inglês da UFAL buscando mostrar como o conceito de Letramento é incorporado a este projeto.

### 2013

SILVA, D.J.A. "Inovações pedagógicas no setor litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e seus desdobramentos na licenciatura em Linguagem e Comunicação". **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, nº 34, 2013. p. 159-183.

Apresenta uma análise do projeto pedagógico referente a criação do curso de Licenciatura em Linguagem e Comunicação no campus Litoral da UFPR, em especial, as "novidades" apresentadas em relação as diretrizes do curso de Letras e a influência do contexto de criação do curso.

### 2014

BARBOSA, M.V. "(Des)apropriações das teorias Linguísticas pelo aluno de Letras. In: BARZOTTO, V.H. & BARBOSA, M.V. **Leitura, Escrita e Pesquisa em Letras**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 41-102.

A autora analisa entrevistas realizadas com alunos de graduação em Letras de quatro instituições diferentes, buscando investigar quais as representações que os alunos declaram sobre o que aprenderam de Linguística durante a graduação.

BARZOTTO, V.H. "O que tem de diferente em um texto produzido na universidade? Começando pela área de Letras. In: BARZOTTO, V.H. & BARBOSA, M.V. **Leitura, Escrita e Pesquisa em Letras**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 15-40.

O autor procura traçar as diferentes formas de tratamento de textos, em especial, após as contribuições da Linguística e, assim, delinear um modo de investigação que encare os textos como produtos resultantes da forma como o ensino e a pesquisa da área vem sendo conduzido.

COSTA, M.A.M. "Reflexos das políticas itinerantes nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de letras". **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v.14, n.1, 2014. p. 41-60.

Apresenta uma análise das diretrizes curriculares para o curso de Letras de 2001, salientando a presença de "políticas itinerantes" (LINDBLAD; POPKEWITZ, 2004) nas mudanças apresentadas nos documentos, em especial, a ideia de "flexibilidade curricular" e conceitos como "diversidade", "práticas investigativas", "tecnologias da informação" etc.

SUGIYAMA JR, E. "Relações entre a circulação e a produção de conhecimento" In: BARZOTTO, V.H. & BARBOSA, M.V. **Leitura, Escrita e Pesquisa em Letras**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 103-130.

O autor apresenta uma análise de seis textos acadêmicos (dissertações e teses) produzidas por pós-graduandos que utilizam no próprio texto acadêmico uma espécie de narração do seu contato com a Linguística. A análise visa a destacar quais relações podem ser apreendidas entre o modo como a narração é construída e o próprio texto.

## 2015

CORRÊA, F.P.P. "A formação inicial em Letras: cenário de pesquisas que consideram a perspectiva do professor formador". **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 15 nº 3, 2015. p. 503-536.

Apresenta um panorama das pesquisas dedicadas ao estudo da formação em Letras (Português/Inglês) entre 1987 e 2012, com atenção especial aos trabalhos que incorporam falas dos futuros professores.

ROSA, M. C. "A criação da Pós-Graduação em Linguística na Faculdade de Letras da UFRJ: o que o boletim registrou". **Confluência**, nº 48, 2015. p. 50 -70.

A autora analisa a documentos referentes à criação da pós-graduação em Linguística da UFRJ entre 1967 e 1970.

SANTOS, P. B. "Letras e a avaliação nacional da pós-graduação: desafios e perspectivas". **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, nº 39, 2015. p. 13-24.

O autor apresenta uma análise do cenário da pós-graduação em Letras e Linguística com base em documentos de avaliação produzidos pela CAPES. Divide em três estágios: 1) até meados dos anos 90 (quase duas décadas da implantação do sistema de avaliação): organização da área (criação da ANPOLL) etc; 2) meados dos anos 90, criação de área separada, refinamento dos critérios de avaliação da área (QUALIS Periódicos); 3) metade da primeira década dos 2000, aumento considerável do número de programas, preocupação com a qualidade.

